

O que fazer diante da ofensiva neoliberal? Este livro representa um esforço de análise objetiva, apoiado em ampla investigação empírica, somado a uma urgente e necessária reflexão crítica sobre uma questão atual: a despeito de seu caráter antipopular; a política e a ideologia neoliberais lograram impor-se como força hegemônica no Brasil na década de 90.

Armando Boito Jr.

POLÍTICA NEOLIBERAL E SINDICALISMO NO BRASIL

Armando Boito Jr.

POLÍTICA NEOLIBERAL E SINDICALISMO NO BRASIL

ISBN 85-65933-51-3
9 788585 833510



CIEPOL R\$ 170
310g Francisco/2014

POLÍTICA NEOLIBERAL E
SINDICALISMO NO BRASIL

EU: 56275433 -1

 FORA
DA ORDEM

Entre os méritos deste livro destacam-se sua consistência teórica, sua fundamentação empírica e a relevância e atualidade da problemática discutida. Na primeira parte, Armando Boito Jr. procede a uma ampla discussão da política econômica e social adotada pelos governos neoliberais brasileiros, a partir dos anos 90 (em particular, o governo FHC). Ao caracterizar os componentes do bloco no poder, conclui que o capital imperialista e o capital bancário constituem-se setores hegemônicos, na medida em que seus interesses sociais e econômicos têm sido extensamente privilegiados pela política neoliberal. Na segunda parte do livro, o autor examina como o movimento sindical brasileiro (Força Sindical e, em particular, a CUT) está sendo afetado pela ideologia e política neoliberais e quais têm sido as reações e estratégias (adesão ativa, resistência ou acomodação passiva) desses setores. Afirmando que a hegemonia neoliberal tem uma natureza regressiva, Armando

Armando Boito Jr.

POLÍTICA NEOLIBERAL E SINDICALISMO NO BRASIL



© Armando Boito Jr.
1ª edição — 1999 — Xamã Editora

Edição e capa: Expedito Correia
Revisão: Werbster G. Bravo
Editoração Eletrônica: Xamã Editora

ISBN 85-85833-51-3

Apoio do Programa de Mestrado em Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Xamã VM Editora e Gráfica Ltda.
Rua Loefgreen, 943 — Vila Mariana
CEP 04040-030 — São Paulo — SP
Tel/fax: 574-7017 e-mail: xamaed@uol.com.br.

Impresso no Brasil
julho — 1999

PARA
LEDA, DIOGO E SOFIA

AGRADECIMENTOS

O ensaio que o leitor tem em mãos é uma versão ligeiramente modificada de minha tese de livre-docência, defendida em dezembro de 1998 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. Instituições acadêmicas, colegas de trabalho e amigos contribuíram para que eu pudesse realizar este trabalho.

Os integrantes da banca do meu concurso de livre-docência examinaram, de modo rigoroso, as idéias e argumentos deste ensaio. Os professores Caio Navarro de Toledo, Paul Singer, Sebastião Velasco e Cruz, Sedi Hirano e Wolfgang Leo Maar expuseram, cada qual de sua perspectiva, suas concordâncias e divergências com minha análise, e apontaram o que consideravam ser suas omissões ou impropriedades. A discussão franca e a qualidade das críticas ajudaram-me a avançar na reflexão sobre a política e o sindicalismo brasileiro nos anos 90.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa (Faep) da Unicamp contribuíram, em períodos distintos e de diferentes maneiras, para a realização desta pesquisa.

O Centro de Pesquisa Vergueiro (CPV) — principalmente seu funcionário Roberto Fonseca — realizou o levantamento de documentos referentes a vários assuntos abordados neste trabalho. Elza Maria Rodrigues Silva também colaborou na coleta da documentação.

Os colegas do Departamento de Ciência Política da Unicamp concederam-me um afastamento para que eu pudesse concluir esta pesquisa. René Mourioux, da Fondation Nationale des Sciences Politiques, recebeu-me para um pós-doutorado em Paris, e ajudou-me no estudo da situação do movimento sindical europeu frente ao neoliberalismo. Roger e Maria Emília ajudaram-me em Paris e foram companheiros muito simpáticos.

Tive a oportunidade de expor algumas de minhas idéias aos meus orientandos e alunos, os quais apresentaram observações

e questões pertinentes e sugestivas. Os colegas do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp ofereceram-me a oportunidade de debater algumas teses da minha pesquisa num dos simpósios organizados pelo centro. O debate com ativistas do movimento sindical tem sido, para mim, uma fonte rica de informações e de idéias.

Sou grato a todos pela colaboração.

ÍNDICE

Introdução, 11

PARTE I — A POLÍTICA NEOLIBERAL NO BRASIL

I — Neoliberalismo e burguesia

1. A ideologia neoliberal, 23
2. Neoliberalismo e imperialismo, 30
3. Desindustrialização, desnacionalização e concentração, 41
4. Neoliberalismo e bloco no poder: contradições e hegemonia no interior da burguesia brasileira, 49

II — Neoliberalismo e trabalhadores

1. Uma concepção antipopular de política social, 77
2. Política neoliberal e trabalhadores no Brasil, 86
 - 2.1 Redução do emprego e do salário, 86
 - 2.2 Concentração da renda e redução dos gastos sociais, 99
 - 2.3 Privatização e descentralização na política social brasileira, 106

III — Condições históricas da implantação do neoliberalismo

1. A situação internacional e a particularidade brasileira, 111
2. A conjuntura da transição neoliberal, 119

PARTE 2 — O SINDICALISMO BRASILEIRO FRENTE À POLÍTICA NEOLIBERAL

Prólogo, 125

IV — Do sindicalismo de oposição ao sindicalismo de participação: uma transição inacabada

1. O sindicalismo de oposição à política de desenvolvimento dos anos 80, 131
2. O sindicalismo propositivo dos anos 90, 141
 - 2.1 Negociações com os governos neoliberais, 144
 - 2.2 A desregulamentação e a proposta de contrato coletivo de trabalho, 148
 - 2.3 O método propositivo rebaixa o conteúdo das proposições, 159
 - 2.4 Desindustrialização, neocorporativismo e câmaras setoriais, 163

- 2.5 Privatização e resistência sindical, 173
- 2.6 Sindicalismo propositivo e neoliberalismo, 180
- 3. A adesão do peleguismo ao neoliberalismo, 182
 - 3.1 O apoio da Força Sindical à privatização e à desregulamentação, 186
 - 3.2 Neoliberalismo e estrutura sindical, 194

V — Condições históricas da mudança do sindicalismo brasileiro

- 1. Por que a CUT mudou?, 199
- 2. Nota sobre a questão da hegemonia ideológica do neoliberalismo, 218

Conclusão: por uma frente antiliberal, 231

Fontes, 239

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa as características da política neoliberal no Brasil, as relações dessa política com as diferentes frações da classe dominante, como tal política afeta as classes trabalhadoras urbanas e quais as posições que o movimento sindical tem assumido diante do neoliberalismo.

O período considerado é o dos governos neoliberais — de Fernando Collor de Mello a Fernando Henrique Cardoso, passando pelo interregno de Itamar Franco. Encerramos a pesquisa que serviu de base para este ensaio em dezembro de 1997, e concluímos a sua redação em abril de 1998. Esta introdução, escrita especialmente para a publicação do presente livro, foi redigida alguns meses mais tarde — em dezembro de 1998. Apenas nela, tomamos em consideração fatos posteriores ao ano de 1997. Podemos adiantar que tais fatos não alteraram, segundo nosso entendimento, as teses e argumentos que apresentamos neste trabalho.

A abordagem que adotamos não é cronológica. Não examinamos o processo político e o movimento sindical na seqüência dos sucessivos governos ou conjunturas desses oito anos. Optamos por uma abordagem que, na falta de outro termo, chamaríamos de sistemática. Procuramos *discernir, descrever e explicar* as principais características da política neoliberal, as transformações e tendências que ela desencadeou ao longo da década de 1990, o avanço que ela obteve e também os recuos e limites táticos que tal política foi obrigada a se impor, os interesses, os posicionamentos e as oscilações das classes e frações de classe em luta frente a tal política, bem como as concepções e estratégias do movimento sindical urbano nesse quadro, enquanto força social ativa que é do processo político brasileiro.

II

O neoliberalismo brasileiro é “tardio” frente aos demais países da América Latina, e embora o primeiro governo FHC tenha acelerado sua implantação, essa política está longe de ter esgotado suas possibilidades no Brasil.

Seria um erro supor que a frente conservadora que tem sustentado os governos neoliberais da década de 1990 esteja satisfeita com o que obteve até aqui, ou que não tenha força para avançar ainda mais nas mudanças neoliberais. Ademais, a política não depende fundamentalmente de “projetos” das forças sociais em presença — ela é um encontro de interesses, estratégias e circunstâncias. Acontecimentos que não faziam parte dos cálculos do governo FHC e que, em outras circunstâncias, poderiam ter desacelerado a implantação do programa neoliberal no Brasil, acabaram contribuindo para o seu aprofundamento e radicalização, de um modo tal que chegou a surpreender os próprios membros da equipe governamental e a trair as expectativas das forças opositoras. As crises cambiais do primeiro semestre de 1995 e dos segundos semestres de 1997 e de 1998 ensejaram — visto que o governo precisou e pôde optar pela manutenção da abertura comercial e da desregulamentação financeira — a aceleração das privatizações, a radicalização da política de cortes nos gastos sociais e de desregulamentação do mercado de trabalho. Nessas crises, por exigência de sua própria política, o governo foi levado a promover sucessivos “choques de juros”, que, se não são parte integrante e inseparável da política neoliberal, têm, dadas as características do capitalismo periférico brasileiro, acompanhado a aplicação do programa neoliberal no Brasil.

O fato é que, a despeito de todos os avanços, a privatização, a abertura da economia e a desregulamentação do mercado de trabalho ainda têm muito terreno por conquistar no Brasil. Uma lista exaustiva daquilo que ainda podem e pretendem fazer os neoliberais seria muito longa. Vejamos apenas alguns exemplos. No que concerne à privatização, a despeito da aceleração do processo durante o governo FHC, restam muitas empresas importantes e lucrativas para serem leiloadas, e também serviços que apenas começam a ser tocados por essa política. Quando terminamos esta pesquisa, a Telebrás ainda era estatal. Apenas em 1998 ela foi privatizada. A Petrobrás, a Eletrobrás, inúmeras empresas estaduais de energia elétrica, os sistemas de água e esgoto, serviços de correio, a maioria dos bancos estaduais, o Banco do Brasil, inúmeras rodovias e ferrovias, os aeroportos, tudo isso ainda se encontra, no todo ou em parte, nas mãos do Estado. Da perspectiva das grandes empresas privadas que têm monopolizado os leilões de privatização, trata-se de áreas promissoras para a acumulação de capital que se

encontram esterilizadas pelo controle do Estado. Boa parte das empresas estatais não privatizadas está sob jurisdição estadual ou municipal, o que tem ensejado uma pressão política e financeira do executivo federal, que é onde o neoliberalismo é mais forte no Brasil, sobre os governos estaduais e municipais.

A abertura comercial é outra área em que o grande avanço realizado, principalmente durante o Plano Real, não deve ocultar que é possível ir ainda mais longe. O governo Clinton apenas iniciou a pressão para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que pretende ampliar, de modo inaudito, a abertura da economia brasileira e latino-americana à empresas industriais, financeiras e de serviços estadunidenses. O sistema bancário brasileiro apenas começou a ser tocado pela abertura econômica.

No que concerne aos direitos trabalhistas, a CLT continua, no essencial, em vigor. As mudanças realizadas, principalmente no decorrer de 1998 quando já tínhamos encerrado nossa pesquisa, apesar de importantes, não satisfizeram, ainda, os empregadores. Foi ampliada a aplicabilidade do contrato de trabalho por tempo determinado e do contrato de trabalho em tempo parcial. A norma que impõe um limite legal à duração da semana de trabalho, foi, inicialmente, minada pelo banco de horas introduzido em São Bernardo graças ao acordo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC com as montadoras de veículos. Posteriormente, esse acordo serviu de base para o projeto de lei do governo que alterou a legislação sobre esse tema. Contudo, a desregulamentação das relações de trabalho no Brasil vale-se, fundamentalmente, da prática ilegal do emprego sem carteira assinada, e, portanto, sem normas legais protetoras.

Na área dos direitos sociais, a Reforma da Previdência, em fase final de tramitação no Congresso, é uma reforma muito tímida para as pretensões do capital financeiro, que quer ampliar o mercado da previdência privada no Brasil. Pelos planos do governo FHC, um novo ataque ainda está por ser desfechado contra a previdência pública. O projeto de reforma administrativa é mais ousado que o da previdência, mas ainda depende de regulamentação.

A figura jurídica das *organizações sociais*, imposta por medida provisória em outubro de 1997, que possibilita a “privatização branca” de instalações, equipamentos, verba e pessoal do serviço público nas áreas científica, educacional e médico-hospitalar, apenas começou a sair do papel. Ela poderá mudar muita coisa. O ensino público de segundo e terceiro graus continuam gratuitos e os hospitais e institutos públicos de saúde

também. A mudança apenas começa a se desenhar. Na rede escolar do Paraná, em hospitais dos Estados da Bahia e de São Paulo e no Instituto do Câncer, a conversão de estabelecimentos públicos em organizações sociais já começou, e pelo menos no caso do Instituto do Câncer foi instituído o serviço público de saúde pago pelo usuário.

A frente conservadora que apóia a política neoliberal ainda não logrou promover a reforma tributária que tanto almeja. Somente agora, no final de 1998, o governo FHC decidiu enviar um projeto sobre a matéria ao Congresso Nacional. Os objetivos dessa reforma, cuja campanha na mídia faz uso do discurso liberal contra o intervencionismo estatal e contra os impostos em particular, são reduzir a carga tributária que incide sobre o capital e os grupos de renda elevada e colocar sob controle do executivo federal, que é onde se concentra o poder neoliberal no Brasil, grande parte da receita e da arrecadação tributária dos governos estaduais. A reforma tributária almejada é centralizadora e regressiva.

A frente neoliberal conservadora, agora acossada e estimulada pela crise cambial do segundo semestre de 1998 e pelas obrigações assumidas no acordo assinado, como decorrência da própria crise, com o FMI, deseja uma "segunda geração de reformas". Essa é a tarefa atribuída ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

III

Se o programa neoliberal ainda se encontra em processo de implantação, isso significa que a política brasileira está marcada pelas incertezas e instabilidades dos períodos de mudanças. A história da implantação da política neoliberal mostra que, na medida em que os governos avançam na aplicação dessa plataforma, podem mudar os interesses e a força dos setores sociais envolvidos no processo e, também, as posições políticas assumidas pelas classes sociais, pelas frações dessas classes e pelas organizações partidárias e sindicais. Pode mudar também, dentro de certos limites, a própria política neoliberal — a abertura comercial brasileira afetou fortemente no seu início, sob o governo Collor, as montadoras de veículos; hoje, sob o governo FHC, que radicalizou a abertura comercial, aquele é o setor industrial mais protegido pelas alíquotas de importação.

As alterações ocorridas até aqui nas forças sociais em presença e na política neoliberal foram limitadas. Nenhuma fração

organizada das classes dominantes rompeu com o neoliberalismo. No campo da esquerda, os partidos, sindicatos e organizações populares não aderiram à política neoliberal, embora tenha se fortalecido a tendência de conciliar com o neoliberalismo. A política neoliberal, a despeito de alguns pequenos recuos em conjunturas específicas, como o período do governo Itamar, tem, no geral, avançado sem se descaracterizar. Porém, as alterações ocorridas indicam o caráter acidentado desse processo, cujo momento mais crítico até aqui foi a crise e a deposição do governo Collor. Isso cria muitas dificuldades para a tarefa de analisar, no calor dos acontecimentos, as transformações ocasionadas pelo neoliberalismo e as posições do movimento sindical nesse quadro.

No campo das classes dominantes, a política neoliberal tem acarretado o fortalecimento econômico e político de sua própria base de sustentação. De um lado, o processo de sua implantação vai minando as forças de seus eventuais adversários. Ela tem reduzido a participação do capital nacional no parque industrial e começa a fazer o mesmo no setor bancário. A política que atende aos interesses do capital estrangeiro aumenta o peso desse capital na economia brasileira, e enfraquece os setores burgueses internos que poderiam, eventualmente, criar dificuldades à política de desnacionalização. A burocracia civil e militar que controlava as grandes empresas estatais, que poderíamos caracterizar como uma burguesia nacional de Estado, foi enormemente reduzida com o processo de privatização. O nacionalismo militar, que representava essa burguesia nacional de Estado na cena política e que poderia chocar-se com o neoliberalismo, praticamente desapareceu. De outro lado, esse mesmo processo fortalece os setores das classes dominantes mais interessados no neoliberalismo. Um setor que tem aumentado seu poderio econômico e fortalecido sua organização política é aquele que podemos chamar de nova burguesia de serviços, composta por indivíduos, instituições ou grupos proprietários de escolas, de universidades, de hospitais e de empresas de convênio médico. Algumas dezenas de grandes empresas monopolistas que, conforme veremos, aumentaram quase gratuitamente seu patrimônio no processo de privatização, converteram-se num grupo de entusiastas da política neoliberal. Em todos esses casos, o avanço do neoliberalismo altera a situação das diferentes frações da burguesia e o faz de modo a fortalecer as suas próprias bases de sustentação política.

Não há, contudo, entre os “de cima”, uma relação exclusivamente positiva entre o avanço do neoliberalismo e o fortalecimento de suas bases de sustentação. Setores da grande burguesia industrial têm incitado o governo a procurar contornar as pressões dos Estados Unidos pela implantação da Alca, e têm protestado contra a elevação da taxa de juros, que é, por outro lado, o item da política econômica que mais interessa ao aliado da grande indústria, o grande capital bancário e financeiro. As crises cambiais periódicas, provocadas pela dependência das economias periféricas frente ao capital financeiro internacional, estão se tornando mais freqüentes e a intervenção dos Estados imperialistas e das agências sob seu controle, como o FMI, não está sendo eficiente como o foi por ocasião da crise mexicana no final de 1994. Essas crises cumulativas podem aguçar contradições internas dos “de cima”, abalando a unidade (que nunca foi isenta de contradições) das diversas frações burguesas em torno do neoliberalismo.

Particularmente as crises cambiais dos segundos semestres de 1997 e de 1998 e os “choques de juros” dos pacotes econômicos impostos por Fernando Henrique Cardoso nessas duas ocasiões aguçaram as contradições no interior do bloco no poder. Em 1996, a Fiesp mobilizou-se contra a política do governo federal de abertura comercial e de elevação da taxa de juros. Diante de tal pressão, o governo FHC recuou e atendeu parcialmente as reivindicações dos industriais. Desde então, e até o agravamento da crise cambial do segundo semestre de 1997, a Fiesp converteu-se em poderoso aliado do governo na luta para que o Congresso Nacional apressasse a aprovação das reformas neoliberais — desregulamentação do mercado de trabalho e reformas da previdência e administrativa. Mas, agora, no final do ano de 1998, quando escrevemos esta introdução, a Fiesp, sob o efeito das crises cambiais de 97 e 98 e dos pacotes econômicos que se lhes seguiram, voltou a organizar atos e manifestações públicas contra a política econômica do governo federal, e, de novo, buscou e obteve apoio de sindicalistas. O aguçamento dos conflitos entre as frações burguesas repercutem na cena política. Uma ala minoritária do PMDB, liderada por Itamar Franco, está verbalizando as insatisfações da burguesia industrial interna e, agora, Itamar Franco está na chefia do governo do Estado de Minas Gerais.

Na eleição presidencial de 1998, a burguesia repetiu o que fizera na eleição de 1994: unificou-se em torno da candidatura Fernando Henrique Cardoso para derrotar Lula e exorcizar o perigo de um governo reformista apoiado pela esquerda. Mas, passada a eleição, começam a surgir indícios de que o período pós-eleitoral de 1998 será diferente do anterior. Em 1994, a unidade burguesa em torno da plataforma neoliberal prolongou-se após a eleição, permitindo um grande avanço do neoliberalismo no Brasil — foram feitas importantes reformas constitucionais já em 1995, o processo de privatização foi ampliado e acelerado, ampliou-se a abertura comercial e foi iniciado o processo de desregulamentação formal do mercado de trabalho. Em 1998, passada a eleição, multiplicam-se os indícios de que as contradições no interior da burguesia estão se aguçando e poderão trazer dificuldades para o governo aplicar sua política.

O processo de implantação da política neoliberal também tem produzido alterações no campo das classes dominadas.

O neoliberalismo obteve um impacto popular. Todos os governos neoliberais chegaram ao poder pelo voto. Uma parte do movimento sindical, representada principalmente pela central Força Sindical (FS), aderiu, à sua maneira, ao neoliberalismo. Contudo, as diversas tentativas de consagrar o apoio ou a conciliação com a política neoliberal, como foram os casos dos ensaios de acordo do movimento sindical com os governos Collor, Itamar e FHC, foram frustradas pela rigidez do programa e dos interesses da frente conservadora. Os trabalhadores, pauperizados pela política neoliberal, não apresentam uma percepção e posicionamento estáticos. Se não ofereceram ampla resistência à privatização do setor produtivo estatal, mesmo porque se dizia que tal privatização visava liberar recursos para as áreas de saúde e educação, começam a ver com outros olhos essa privatização quando ela chega aos serviços públicos — energia elétrica, água, esgoto, etc. A reação dos mais variados setores sociais à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, após três anos de leilões de privatização sem protestos importantes, indica o que poderá acontecer se o governo decidir privatizar uma empresa como a Petrobrás.

As expectativas que o neoliberalismo gerou, no seu início, junto a setores populares, começam, na medida em que o processo avança, a se frustrar. A direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que desmobilizou o movimento sindical

para negociar com o governo FHC a reforma da previdência pública, viu-se obrigada a abandonar as negociações e, dois anos depois, passou a organizar manifestações contra tal reforma. O crescimento do desemprego e da economia informal, provocado pela abertura econômica, pela política deflacionista e pela desregulamentação, também atiza o descontentamento e a luta popular contra o neoliberalismo. Desde que concluímos a redação deste ensaio, a taxa de desemprego medida pelo IBGE dobrou, passando da casa dos 5 para 9%. Até a Força Sindical, que aderiu a parte da plataforma neoliberal, chegou a participar de uma greve geral em junho de 1996, em decorrência do crescimento do desemprego entre os metalúrgicos de São Paulo, que são a principal base social daquela central. Quando escrevemos esta introdução, estão surgindo indícios de que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, depois de um período de excessiva tolerância para com as demissões das montadoras de veículos, poderá endurecer a luta contra as demissões e o desemprego — é o que parece indicar a posição desse sindicato frente à demissão de 2.800 empregados realizada, neste mês de dezembro de 1998, pela Ford de São Bernardo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra está crescendo no meio urbano como movimento dos desempregados que pretendem emigrar (ou regressar) para o campo. A luta dos trabalhadores da economia informal foi, nos últimos anos, definitivamente incorporada ao cenário dos movimentos sociais no Brasil.

Mudou, também, a conjuntura internacional. Desde 1997, a social-democracia é governo nos quatro grandes países da Europa Ocidental. Se é verdade que, em nenhum deles, a social-democracia implantou uma política de ruptura com o neoliberalismo, também é certo que a derrota eleitoral dos partidos de direita na Inglaterra, França, Alemanha e Itália indica um desgaste das políticas neoliberais junto à população desses países e tem ensejado a desaceleração das reformas liberais. Ademais, o movimento do capital financeiro na cena internacional está indicando uma reversão do fluxo de capitais para os países subdesenvolvidos, minando as bases dos programas de estabilização das moedas latino-americanas.

Considerando, de um lado, a vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso já no primeiro turno da eleição presidencial de 1998, mas, de outro lado, o impacto da terceira crise cambial, do conseqüente acordo com o FMI, o aguçamento das contra-

dições no interior da burguesia e os sintomas de descontentamento popular, podemos afirmar que embora, no geral, o programa neoliberal continue forte, ele pode ter entrado num período de dificuldades crescentes. Fernando Henrique Cardoso inicia seu segundo mandato em condições menos favoráveis do que iniciou o primeiro.

IV

Portanto, apesar das dificuldades, a política neoliberal tem avançado ao longo dos anos 90 e, ao fazê-lo, tem criado cenários novos e alterado os dados do problema. Entre a data em que encerramos esta pesquisa — dezembro de 1997 — e a data em que escrevemos esta introdução — dezembro de 1998 — muitos fatos novos importantes se produziram. No geral, consideramos que tais fatos são compatíveis com a análise que apresentamos neste nosso ensaio. As referências que fizemos a alguns deles nesta introdução visavam, também, indicar essa compatibilidade.

Optei por deixar o texto tal qual o redigi no primeiro trimestre de 1998. Como meu objetivo é, conforme já disse, discernir, descrever e explicar as principais características da política e do sindicalismo brasileiro no período dos governos neoliberais, e não acompanhar, cronologicamente, a evolução da (s) conjuntura (s), acredito que essa opção pela manutenção do texto na sua forma original e datada não trará grande prejuízo ao leitor. Na verdade, tal opção poderá trazer alguma vantagem. Os fatos novos permanecerão, em relação a este ensaio, em estado bruto, isto é, sem caracterização e inserção definidas, e, por isso, poderão estimular o espírito crítico que deve informar toda leitura: eles poderão induzir o leitor a perguntar-se se eles se enquadram, ou não, na análise que desenvolvemos.

Não é fácil, para o analista, tratar de um processo ainda em curso, cujos contornos não estão completamente definidos e que apresenta uma correlação de forças e opções táticas que, dentro de limites, têm se revelado cambiantes. Esperamos ter conseguido separar o fundamental do acessório, indicar as principais tendências e evidenciar que não estamos diante de um quadro fixo e acabado.

São Paulo, dezembro de 1998.

PARTE 1
A POLÍTICA NEOLIBERAL
NO BRASIL

I

NEOLIBERALISMO E BURGUESIA

I. A IDEOLOGIA NEOLIBERAL

O que nos interessa nesta primeira parte do trabalho é, fundamentalmente, analisar a *política* neoliberal. Tal objetivo exige, contudo, que apresentemos, desde já, uma caracterização sumária e inicial da *ideologia* neoliberal.

A ideologia neoliberal contemporânea é, essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia. Esse liberalismo econômico é distinto do liberalismo político, interessado nos direitos individuais do cidadão e num regime político representativo e adequado ao exercício daqueles direitos.

A ideologia neoliberal retoma o antigo discurso econômico burguês, gestado na aurora do capitalismo, e opera com esse discurso em condições históricas novas. Esse deslocamento histórico introduz uma cisão na ideologia neoliberal, instaurando uma contradição entre os princípios doutrinários gerais, que dominam a superfície do seu discurso e que estão concentrados na apologia do mercado, e suas propostas de ação prática, que não dispensam a intervenção do Estado e preservam os monopólios. No discurso neoliberal, articulam-se de modo contraditório uma *ideologia teórica*, transplantada da época do capitalismo concorrencial, e uma *ideologia prática* que, como veremos, corresponde à fase do capitalismo dos monopólios, da especulação financeira e do imperialismo.

As relações entre liberalismo e democracia sempre foram complexas. Mas, é inegável que o liberalismo *político* evoluiu, no século XX, para um pensamento de tipo democrático burguês. No seu nascimento, o liberalismo político não era democrático. Era contrário ao sufrágio universal e igual — na França, Benjamin Constant defendia o sufrágio censitário com base na propriedade; na Inglaterra, John Stuart Mill defendia, ainda que de modo

relutante, a extensão do sufrágio a todos alfabetizados, porém sob a forma de voto plural ou desigual, sendo o valor do voto de cada um definido pelo seu nível de instrução.¹ Para ambos, as classes trabalhadoras deveriam usufruir de direitos civis mínimos — entre os quais não se contava a plena liberdade de organização. Como é sobejamente sabido, a grande maioria dos Estados liberais, até o final do século XIX, apoiava-se em sistemas eleitorais de sufrágio restrito e negava a liberdade de organização sindical e política aos trabalhadores. No século XX, houve uma transformação no pensamento político liberal. Essa corrente ideológica burguesa foi obrigada a propor ou aceitar a universalização do sufrágio e a liberdade de organização, originando, desse modo, o pensamento político democrático de tipo burguês.

O ponto que nos interessa aqui é que o neoliberalismo contemporâneo, enquanto liberalismo econômico, não tem como objetivo, diferentemente do que ocorre com o liberalismo político, a defesa da democracia, podendo, inclusive, prescindir dessa forma de Estado. As três grandes vertentes do neoliberalismo atual mantêm uma relação problemática com o regime democrático. Hayek, ideólogo maior do neoliberalismo da chamada escola austríaca, separa, de modo radical, o “liberalismo” (leia-se: o neoliberalismo atual ou o liberalismo econômico) do pensamento político democrático burguês. Afirma, com razão, que cada um trata de problemas diferentes: o liberalismo econômico, da liberdade econômica no mercado; o pensamento democrático, da constituição de um governo com base na regra de maioria.² Para esse autor, era perfeitamente possível que o liberalismo econômico existisse sob um regime de ditadura, e viesse a desaparecer sob um regime democrático. A escola neoliberal de Virgínia pensou a democracia mais como um problema a ser contornado do que como um objetivo a ser atingido. Elaborou um pequeno receituário sobre como minimizar a influência do voto popular nas decisões governamentais — a idéia de instituir a reeleição no presidencialismo latino-americano inspira-se nas propostas dessa vertente do neoli-

1. Benjamim Constant "Principes de politique" in *Cours de politique constitutionnelle*, Guillaume, Paris, 1872, segunda edição, volume I; John Stuart Mill *Considerações sobre o governo representativo*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1980.

2. Friedrich Hayek "Governo de maioria" in *Os fundamentos da liberdade*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1983.

beralismo.³ Quanto à escola neoliberal de Chicago, seus autores sempre procuraram subtrair as decisões econômicas da influência do sufrágio — autonomia dos bancos centrais frente aos governos eleitos, obrigação constitucional de equilíbrio orçamentário, etc. De resto, é sabido que na experiência pioneira do neoliberalismo na América Latina, realizada no Chile, tal política foi implantada por uma ditadura militar que entregou o comando da área econômica do governo a economistas formados pelo Departamento de Economia da Universidade de Chicago. Mesmo onde convive com a democracia, o neoliberalismo contemporâneo propugna e implementa medidas autoritárias de restrição à democracia burguesa — no caso dos países da América Latina o confisco, pelo executivo, da competência legislativa dos parlamentos.

Essa ideologia neoliberal de exaltação do mercado se expressa através de um discurso essencialmente polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva à intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal. Superioridade econômica, em primeiro lugar, já que o livre jogo da oferta e da procura e o sistema de preços a ele ligado permitiriam uma alocação ótima dos recursos disponíveis, ao indicar as necessidades sociais e punir as empresas ineficazes. Essa alocação otimizada de recursos na produção faria crescer a riqueza geral. Superioridade política e moral, em segundo lugar, já que a soberania do consumidor, inerente a um ambiente de concorrência, permitiria o desenvolvimento moral e intelectual dos cidadãos. A liberdade que teria o cidadão de escolher, de modo soberano, o quê e onde comprar ocupa, no liberalismo econômico moderno, um lugar semelhante àquele que ocupava, no liberalismo político de John Stuart Mill, a liberdade de pensamento e o direito de voto. O desenvolvimento moral e intelectual do cidadão resulta, no primeiro caso, da liberdade e da decisão de consumo, terreno da independência individual, e, no segundo, da liberdade e participação política.⁴ Concorrência, sistema de

3. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes "Limites e falhas da democracia — a teoria política do neoliberalismo econômico", Universidade Estadual de Campinas, mimeo., 1997.

4. Ver John Stuart Mill, *Da liberdade*, Ibrasa, São Paulo, 1963 e *Considerações sobre o governo representativo*, op. cit.

preços e soberania do consumidor seriam aspectos indissociáveis de um mecanismo único, o mercado, que estaria na base da riqueza, da liberdade e do desenvolvimento humano.⁵

Já a ação econômica do Estado, seja como produtor de bens e de serviços, seja como regulador das relações entre os agentes econômicos, seria, ao contrário, danosa. Economicamente, ela deformaria o sistema de preços, o principal indicador das necessidades econômicas da sociedade, criaria monopólios, eliminando a soberania do consumidor e, por essa via, deixaria de sancionar a ineficiência econômica. Se o Estado, preocupado em assegurar o bem-estar, detiver o monopólio da oferta dos serviços de saúde ou de educação, a concorrência deixaria de existir e o consumidor deixaria de ser soberano. Ele não teria mais como punir o desperdício ou a ineficiência, abandonando os estabelecimentos de educação ou de saúde de má qualidade. Se o Estado, preocupado em assegurar alimentação adequada à população de baixa renda, reduzisse, através de medida legal, o preço dos gêneros de primeira necessidade, ele impediria que o sistema de preços, mediante a elevação no preço dos gêneros alimentícios, estimulasse novos investimentos na agropecuária; vale dizer, impediria que, espontaneamente, viesse a crescer a produção daqueles gêneros e que, no final do processo, o seu preço, também espontaneamente, viesse a diminuir. A intervenção do Estado na economia, mesmo que bem intencionada, dizem os neoliberais, provoca o desperdício e a ineficiência e forja uma configuração do aparelho produtivo inadequada ao perfil da demanda. Em resumo, provoca uma má alocação dos limitados recursos disponíveis, reduzindo a riqueza geral.

No plano político, a ação econômica do Estado criaria privilégios para alguns e dependência para muitos. Os cidadãos habituar-se-iam ao paternalismo do Estado e, assim, deixariam de desenvolver sua capacidade de iniciativa para resolver seus próprios problemas. Quando os serviços públicos e a segurança

5. Milton e Rose Friedman *Liberdade de escolher*, Record, Rio de Janeiro, 1980. Refiro-me a Milton Friedman por ser ele o principal ideólogo do neoliberalismo da escola monetarista de Chicago, escola que exerceu grande influência na América Latina e também na Europa. Ver Hector Guillen Romo "De la pensée de la Cepal au néo-libéralisme, du néo-libéralisme au néo-structuralisme, une revue de la littérature sud-américaine", *Tiers Monde*, n. 140, Paris, outubro-dezembro de 1994; Guy Sorman *L'Etat minimum*, Albin Michel, Paris, 1985.

social são oferecidos pelo Estado aos cidadãos, esses assumiriam uma atitude filial frente à burocracia pública, perderiam sua independência individual. Ademais, não valorizariam tais serviços, uma vez que não pagam por eles. Os cidadãos assumiriam uma atitude indiferente ou predatória frente às instituições, bens e serviços públicos, porque estes não exigem contrapartida monetária, e a burocracia que administra tais instituições e serviços não os trataria com o devido zelo, uma vez que não são propriedade sua. Os neoliberais insistem, por causa disso, na tese da degradação, que seria inevitável, das instituições públicas.⁶

Atendo-se à superfície do discurso neoliberal, a primeira impressão que se pode ter é a de que os neoliberais seriam sempre favoráveis à substituição da produção, da regulamentação e da intervenção estatal na economia pela livre ação dos agentes econômicos no mercado. Poder-se-ia legitimamente esperar, também, que eles fossem contra os monopólios em geral, e não apenas contra os monopólios públicos. Mas não é isso o que ocorre na prática. Os princípios da ideologia neoliberal não correspondem, de maneira coerente, às propostas e à prática política que eles inspiram. A defesa do mercado circunscreve-se apenas e tão somente àquilo que convém aos grandes monopólios e ao imperialismo, na era do capitalismo monopolista e da especulação financeira.

O liberalismo econômico já estava marcado por uma defasagem original no surgimento do capitalismo. A concorrência perfeita nunca existiu, em decorrência dos obstáculos políticos e econômicos à livre circulação do capital e das mercadorias e, em conseqüência, tampouco existiu a soberania do consumidor, limitado, ademais, pelo seu poder de compra e pela falta de informação. O crescimento da riqueza produzida vinha acompanhado de crises cíclicas e destrutivas, sem o equilíbrio sugerido pela ideologia da ótima alocação de recursos, e fazia crescer a pobreza no meio operário e popular. Quanto ao suposto paternalismo do Estado, é preciso recordar que quando os operários começaram a obter uma intervenção protetora do Estado, esse processo não resultou de uma dádiva, mas sim, em última instância, da capacidade de iniciativa, de organização e de luta dos operários. Portanto, ao contrário do que afirmam os

6. Milton e Rose Friedman, *op. cit.*, capítulo VI "O que há de errado com nossas escolas?", p. 153-188.

neoliberais é preciso desenvolver a capacidade de iniciativa para *conquistar* e *manter* os serviços públicos e os direitos sociais.

Mas, tal liberalismo, transplantado, agora, do período do capitalismo concorrencial para o do capitalismo dos monopólios e da especulação financeira, ficou duplamente defasado. Ele constitui um conjunto de idéias fora do lugar. O discurso neoliberal fala de mercado, concorrência, soberania do consumidor e liberdade de iniciativa numa época em que o funcionamento do sistema capitalista é inseparável da existência dos grandes monopólios privados, do imperialismo e da intervenção do Estado na economia. Observe-se como é deslocado o fetiche da figura do proprietário privado capitalista. Se o fato de as instituições e serviços públicos serem administrados por um corpo de funcionários que não detém sua propriedade provocasse sua degradação, as empresas capitalistas modernas, cuja propalada eficiência tanto encanta os neoliberais, também estariam condenadas ao declínio. A empresa capitalista administrada por seu proprietário, se foi importante na era do capitalismo concorrencial, cedeu lugar, na era do capitalismo dos monopólios, às grandes organizações administradas por uma burocracia assalariada de especialistas.

Os governos neoliberais, a despeito do discurso doutrinário que os inspira, irão, então, selecionar os setores e as atividades aos quais aplicarão os princípios doutrinários do neoliberalismo;⁷ criarão, ainda, novas áreas e novos tipos de intervenção do Estado na economia e, a despeito do discurso apologético da livre concorrência, estimularão a formação de novos monopólios. Esse processo configura, portanto, não uma simples redução da intervenção do Estado na economia. Pode-se falar numa redução, mas, ao mesmo tempo, ela é acompanhada de uma reformulação do intervencionismo estatal.

Em algumas áreas, como por exemplo na esfera da produção de bens e no âmbito do mercado da força de trabalho, poderemos falar, em consonância com o que afirmam os neoliberais, que ocorre, no geral, um recuo do papel do Estado. Em outras áreas,

7. Esse processo de "atualização prática" da ideologia neoliberal não se dá sem alguns conflitos e desentendimentos entre a ala doutrinária e a ala política do neoliberalismo. Os doutrinários, como Friedman e Hayek, produziram a doutrina em condições de estrito isolamento político, durante os trinta anos de hegemonia do keynesianismo e do Estado de bem-estar. Fizeram-na rígida e se tornaram sectários. Os políticos práticos que se servem de suas idéias têm de adaptá-las às condições de cada país. Por isso, muitos doutrinários do neoliberalismo ostentam uma certa decepção frente aos governos neoliberais.

como na administração do câmbio, da dívida externa e dos juros, pode-se constatar, especialmente nos países latino-americanos, que os governos neoliberais promoveram uma intervenção de novo tipo do Estado na economia. Enquanto os salários dos trabalhadores foram desindexados, passando a "flutuar livremente no mercado", a dívida externa foi estatizada por exigência e para garantia dos credores internacionais; o câmbio e os juros, que remuneram os investimentos financeiros nacionais e estrangeiros, são mantidos em níveis elevados por intervenção governamental, e a cada crise inflacionária ou cambial, os neoliberais, apologistas da liberdade de iniciativa, recomendam a intervenção do Estado e os "pacotes" salvadores;⁸ os grandes bancos não protestam contra a intervenção do Estado para subsidiar bancos em situação pré-falimentar e regular o processo de reconcentração no setor bancário; o monopólio é maléfico se for exercido por uma empresa estatal, mas é benéfico se estiver nas mãos de grupos privados — as privatizações promovidas pelos governos neoliberais na siderurgia, nos serviços de transporte ferroviário, de abastecimento de água, energia elétrica e telefonia têm criado monopólios, sem que isso escandalize os apologistas da concorrência, da liberdade de iniciativa e da soberania do consumidor. Mesmo no comércio exterior, setor em que os governos neoliberais têm, de fato, aplicado uma política de ampla liberalização, cabem exceções: a abertura comercial no Brasil e na Argentina é uma realidade para as pequenas e médias empresas locais que predominam no setor de autopeças, mas não é aplicada para as multinacionais montadoras de veículos que usufruem de elevada proteção tarifária e crédito subsidiado.

O mecanismo que governa esse processo seletivo de redução/reformulação da intervenção do Estado na economia são, como *indicam* as ilustrações acima, os interesses de classe representados pelo neoliberalismo. A ideologia neoliberal, numa

8. Ocorre aqui um fenômeno análogo ao verificado com o liberalismo brasileiro durante a República Velha (1894-1930). O liberalismo econômico dominava o discurso dos governos e das classes dominantes e servia para legitimar a não intervenção do Estado no mercado de força de trabalho, isto é, a inexistência de normas legais limitando a exploração capitalista, e a ausência de uma política de comércio exterior protecionista que estimulasse o desenvolvimento industrial. Tal discurso liberal não impedia, contudo, que o Estado interviesse, através das políticas de valorização, na produção e comercialização do café, desviando grandes recursos para defender os interesses do principal setor da grande burguesia agroexportadora.

definição ampla, deve ser considerada, então, uma apologia abstrata do mercado que se aplica, de um modo geral, sempre e quando tal aplicação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia monopolista, ficando prejudicada toda aplicação que for incompatível com tais interesses.⁹

Para onde a ideologia prática do neoliberalismo tem dirigido, seletivamente, o discurso doutrinário de defesa do mercado? A resposta é conhecida: os neoliberais são *mais ou menos* conseqüentes com a apologia que fazem do mercado quando se referem à atividade econômica do Estado (como produtor de bens e como fornecedor de serviços urbanos e sociais), ao comércio exterior e ao mercado de força de trabalho. Defendem, para essas áreas, a privatização, a abertura comercial e a desregulamentação financeira e do mercado de força de trabalho. Esse é o tripé que, grosso modo, caracteriza a política neoliberal. Ao contrário do que poderia sugerir a ideologia teórica do neoliberalismo, esse tripé não tem o condão de restaurar o capitalismo concorrencial, mas serve para orientar uma ofensiva internacional da burguesia e do imperialismo. Ele mina o Estado de bem-estar nos países centrais e o pouco que se obteve de direitos sociais na América Latina, além de reforçar a influência e o controle das três grandes potências imperialistas — Estados Unidos, Japão e Alemanha — sobre as economias periféricas. Dito de outro modo, esse tripé visa suprimir ou revisar as reformas que o movimento operário e a luta antiimperialista impuseram tanto ao capitalismo quanto ao imperialismo ao longo do século XX. Por isso podemos dizer que, embora o neoliberalismo não enseje a restauração da concorrência, ele não deixa de apontar para um outro tipo de restauração: a do capitalismo “puro e duro” vigente no período anterior às revoluções e reformas do século XX.

2. NEOLIBERALISMO E IMPERIALISMO

A política neoliberal não produz efeitos idênticos em todos os países ou regiões. Uma distinção básica deve ser estabelecida entre o neoliberalismo nos países centrais e o neoliberalismo nos

9. Outra fonte da contradição entre a ideologia teórica e a ideologia prática neoliberal são os conflitos existentes no interior desse restrito grupo de forças burguesas — veremos isso quando analisarmos o bloco no poder.

países periféricos. Constitui um erro, que tem sido cometido por parte do pensamento crítico brasileiro, sugerir que o neoliberalismo tem provocado danos iguais aos trabalhadores em todas as partes do mundo. Tal avaliação catastrofista e uniformizadora parece provir de uma leitura superficial da bibliografia crítica européia que, preocupada em destacar a deterioração real das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores europeus sob os governos neoliberais, fala genericamente de “excluídos” e da existência “de um Terceiro Mundo dentro da Europa”. O estudioso brasileiro tem de contextualizar tal discurso, sob pena de se deixar iludir pelas palavras — “excluídos” na Europa Ocidental não é o mesmo que “excluídos” na América Latina. O discurso catastrofista e uniformizador sugere, erroneamente, que a deterioração das condições de vida é a mesma em toda parte, chegando, no limite, a sugerir sua inevitabilidade. Ele esconde, sob um tom aparentemente crítico, um pessimismo conservador. Ora, o Estado de bem-estar, apesar de minado pela política neoliberal, continua existindo na Europa Ocidental e em decorrência, inclusive, da resistência operária e popular ao avanço do neoliberalismo. Além disso, o capitalismo europeu é um dos pólos imperialistas do capitalismo internacional, e, nessa medida, é beneficiário da política neoliberal.

O discurso catastrofista e uniformizador é, na verdade, uma versão, mesmo que de esquerda, da ideologia da globalização, que é, por sua vez, parte integrante da ideologia neoliberal. De fato, a noção de “globalização”, seguindo o discurso neoliberal, apresenta o espaço econômico internacional como um grande mercado homogêneo, ou ao menos tendencialmente homogêneo, e livre da intervenção estatal; espaço esse que seria produzido pela existência e atuação das firmas ditas globais e pelo suposto declínio do Estado-nação. Essas empresas apátridas generalizariam os produtos e os processos de produção globais, tornando superada toda forma de nacionalismo econômico. Esse processo de internacionalização de novo tipo é apresentado como um caminho inevitável para as economias nacionais.¹⁰ Essa imagem ideológica serve aos interesses das firmas multinacionais. Ela propaga a idéia de que a abertura das economias é inevitável,

10. No Brasil, quem tem defendido e difundido a noção de globalização é Octavio Ianni. Ver do autor *A era do globalismo*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1996. Ver especialmente o capítulo IV, “Nação e globalização”.

e que as multinacionais, que seriam empresas globais, poderiam transplantar sua produção a qualquer momento para qualquer país, induzindo as populações a acreditar que é necessário todo tipo de concessão de vantagens fiscais, creditícias e de custos salariais aos capitais imperialistas.

Essa visão deve, em primeiro lugar, ser questionada nos seus pressupostos. Não nos demoraremos muito nesse ponto. Mas é importante lembrar que os espaços econômicos nacionais não são simples emanção dos interesses das grandes empresas. Interesses da média burguesia interna, da pequena burguesia, dos assalariados de classe média e inclusive da classe operária também são tomados em consideração pelos Estados nacionais na administração de seus territórios. A própria burocracia civil e militar dos Estados nacionais têm interesse na manutenção de sua soberania e a burguesia tem dependido da ação desses aparelhos para manter minimamente coesas formações sociais atravessadas por conflitos de classe.¹¹ Portanto, mesmo que as firmas multinacionais estivessem se convertendo, de fato, em empresas globais, nem por isso poder-se-ia deduzir de tal fato o inevitável declínio do Estado-nação e dos espaços econômicos nacionais.

Pensemos, a título de ilustração, no caso do Estado de bem-estar existente nos países da Europa Ocidental. A eliminação da fronteira desses países, que seria a situação para a qual apontaria o suposto processo de declínio do Estado-nação, e a conseqüente liberação do ingresso de imigrantes dos países subdesenvolvidos, poderia inviabilizar o usufruto dos direitos sociais pela população trabalhadora dos países europeus e não encontraria resistência apenas nas grandes empresas. A população trabalhadora dos países imperialistas em que existe um Estado de bem-estar tende a se unir na defesa do espaço econômico nacional que, para ela, representa emprego, direitos e um nível de vida elevado. Todo o discurso sobre o cosmopolitismo e a pluralidade étnico-cultural é ativado, pela ideologia da globalização, num momento em que, em flagrante contraste com o final do século XIX quando as migrações internacionais de trabalhadores fluíam livremente, os Estados nacionais dos países desenvolvidos, mesmo quando controlados por governos social-democratas, vêm aprovando

11. Ver Bob Jessop "A globalização e o Estado nacional", *Crítica Marxista*, n. 7, Xamã, São Paulo, 1998.

legislações cada vez mais restritivas à entrada de imigrantes provenientes dos países subdesenvolvidos.

Ademais, a ideologia da globalização deve ser questionada no terreno dos fatos e dos números. A visão que ela apresenta do espaço econômico internacional não reflete corretamente nem a história, nem a realidade atual da economia mundial. Pesquisas recentes têm mostrado, com riqueza de dados, que não existe nenhum processo inaudito de internacionalização da economia. É certo que o comércio internacional, o movimento internacional de capitais e a produção internacionalizada cresceram muito nas décadas de 1980 e 1990 em relação ao período que vai da década de 1930 à década de 1970. Mas, se ampliarmos o quadro de observação histórica, constatamos que, em diversos aspectos, tal crescimento ainda não permitiu sequer que o peso relativo do comércio externo, do movimento internacional de capitais e da produção internacionalizada atingisse o nível que possuía no período clássico do imperialismo entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Considerando o índice de abertura das economias centrais — exportações sobre o PNB —, somente no ano de 1973, a França e a Alemanha voltaram ao índice de abertura que apresentavam em 1913; os Estados Unidos lograram ultrapassar ligeiramente seu índice de abertura de 1913 somente em 1992; nesse mesmo ano, as economias do Japão e da Inglaterra ainda apresentavam um índice de abertura inferior àquele que exibiam no ano que antecedeu a Primeira Guerra Mundial.¹² Os fluxos de capitais cresceram mais rapidamente. Nos anos 70, os investimentos diretos no exterior representavam 40 bilhões de dólares; em 1992, eles somavam 167 bilhões. Os investimentos indiretos (em carteira) no exterior tiveram um crescimento maior ainda — passaram de 15 para 205 bilhões de dólares. Mas em 1991 ainda não tinha sido atingido o nível de exportação de capitais do ano de 1913. A internacionalização da economia não é novidade, ela é típica do imperialismo e sua evolução não é linear. Ela refluiu entre a Primeira Guerra Mundial e a década de 1970 — período marcado por lutas revolucionárias e antiimperialistas e por

12. Elie Cohen *La tentation hexagonale — la souveraineté à l'épreuve de la mondialisation*, Fayard, Paris, 1996; Paul Hirst e Grahame Thompson *Globalization in question*, Polity Press, Cambridge, 1996. Os dados sobre o índice de abertura das economias centrais são do *World Investment Report*, edição de 1994, apud Elie Cohen, *op. cit.*

conflitos militares entre os Estados imperialistas — e voltou a crescer na década de 1980. Nada indica que não possa, de novo, vir a refluir.

As empresas globais representam uma parte insignificante das grandes empresas que operam em escala internacional — as empresas globais, que dispersam suas instalações, suas ações e sua pesquisa tecnológica por diversos países são principalmente as empresas originárias de países pequenos da Europa Ocidental. O que domina amplamente são empresas multinacionais que, embora operem em diversos países, têm a maior parte dos seus ativos e do seu mercado no próprio país de origem, para o qual repatriam seus lucros e no qual concentram suas atividades de pesquisa e desenvolvimento.¹³ Ademais, essas grandes empresas que operam em escala internacional pertencem, na sua quase totalidade, aos países centrais, e investem produtivamente na periferia apenas nos setores que deixaram de constituir a atividade de ponta do capitalismo. Não investem em setores como bens de equipamento, aeronáutica e espaço, indústria de defesa, telecomunicações etc. Por mais que o salário boliviano seja baixo, a indústria aeronáutica francesa não vai transplantar-se para a Bolívia, apesar dos altos custos salariais e da elevada carga fiscal vigentes na França; e por mais que o salário e o imposto sobre o capital no Brasil sejam irrisórios, a indústria norte-americana de informática não se mudará da Califórnia para São Paulo — ao menos enquanto tais atividades forem atividades tecnológicas de ponta do capitalismo. Em flagrante contraste com a visão edulcorada que a ideologia da globalização veicula, um dos setores mais importantes de atividade das multinacionais é o setor petrolífero, isto é, um setor cuja função é clássica na dominação imperialista: fornecer recurso natural não renovável aos países centrais. Na distribuição por setor das cem maiores multinacionais não financeiras, dominam, pela ordem, o setor eletrônico, petrolífero, automobilístico, química, alimentos e bebidas e metais.¹⁴ A internacionalização da produção capitalista é seletiva

13. Entre as cem maiores empresas multinacionais do mundo, na classificação da revista *Fortune* de 1993, apenas dezoito tinham mais da metade dos seus ativos no exterior, e eram justamente empresas originárias de pequenos países — como a Nestlé (suíça) e a Shell (holandesa). A internacionalização das ações era ainda mais limitada. Elie Cohen, *op. cit.*, p. 69.

14. Elie Cohen, *La tentation hexagonale, op. cit.*, p. 61.

e não elimina a desigualdade econômica entre países centrais e países periféricos.

Cada Estado imperialista toma os interesses das suas empresas multinacionais como referência básica para a definição de sua política internacional.¹⁵ É curioso notar que Robert Reich, um dos conhecidos teóricos da globalização, que tanto insistiu na tese do fim do nacionalismo econômico, tenha terminado por praticar o nacionalismo econômico agressivo do imperialismo estadunidense, quando integrou o ministério do governo Clinton. No seu segundo mandato, Bill Clinton tem concentrado os esforços de sua política comercial na promoção dos interesses das empresas de seu país do setor de armamentos, de aeronáutica e espacial, em concorrência com as empresas européias.¹⁶

Desse modo, a política neoliberal de redução das tarifas aduaneiras, preconizada pela ideologia neoliberal da globalização e coordenada internacionalmente pela Organização Mundial do Comércio (OMC), longe de criar um mercado homogêneo global, é uma política que, dada a desigualdade econômica entre os países do norte e do sul, favorece a expansão e as vendas das empresas européias, japonesas e estadunidenses. Entre as duzentas maiores multinacionais recenseadas pela revista *Fortune* em 1995, 96,5% delas pertenciam a apenas oito países. O Japão possuía 62, os Estados Unidos possuíam 53, e o conjunto dos países europeus ocidentais, com Alemanha e França à frente, possuía, ao todo, 74 empresas.¹⁷ A abertura de novos mercados para tais empresas representa, portanto, a ampliação da desigualdade entre o centro e a periferia do sistema capitalista internacional.

No plano dos direitos sociais, também é notável a diferença entre o centro e a periferia. A ofensiva contra os direitos sociais

15. Ver Elie Cohen, *op. cit.* e Paul Hirst e Grahame Thompson, *op. cit.* A crítica à noção de globalização tem sido desenvolvida no Brasil, com perspectivas distintas, por autores como Jacob Gorender e Paulo Nogueira Batista Jr. Ver Jacob Gorender "Globalização, tecnologia e mercado de trabalho", revista *Estudos Avançados*, Universidade de São Paulo, n. 29, abril de 1997; ver também a participação de Paulo Nogueira Batista Jr. na mesa redonda "Globalização em debate", revista *Estudos Avançados*, Universidade de São Paulo, n. 28, dezembro de 1996.

16. "L'Europe est éprouvée par l'offensive des Etats-Unis dans l'industrie de défense", jornal *Le Monde*, 15 de junho de 1997; "Airbus allongera son modèle A-340 pour contrer le nouveau 747 de Boeing", *Le Monde*, mesma edição.

17. Frédéric F. Clairmont "Ces deux cents sociétés qui contrôlent le monde", *Le Monde Diplomatique*, Paris, abril de 1997.

é um fenômeno internacional e logrou suprimir direitos dos trabalhadores em todos os continentes. Porém, na maioria dos países da Europa Ocidental, a política neoliberal, embora tenha feito recuar o Estado de bem-estar, não logrou eliminá-lo.¹⁸ O recuo, ademais, foi desigual. Para exemplificar com casos conhecidos, ele é maior na Inglaterra e na Holanda do que na Alemanha e na França. Foi a resistência operária e popular à tentativa de desmontagem do Estado de bem-estar que impôs limites às pretensões do neoliberalismo.¹⁹ A greve geral de novembro-dezembro de 1995 dos trabalhadores do setor público na França contra a reforma neoliberal do sistema de aposentadoria, pela sua amplitude, ampla aceitação e por ter iniciado um período ascendente de lutas que levou à deposição do governo de direita naquele país, talvez seja o episódio recente mais importante dessa resistência.

Falamos em resistência porque, de fato, o neoliberalismo avançou na Europa e o movimento operário continua na defensiva. Hoje, o poder de compra das pensões de aposentadoria declinou em diversos países; a Inglaterra desenvolveu um poderoso sistema privado de aposentadoria por capitalização paralelo ao sistema público baseado na repartição; o seguro-desemprego sofreu diversos tipos de restrições em inúmeros países; a utilização dos serviços públicos de saúde impõe o pagamento de uma taxa mínima, etc.²⁰ O contrato de trabalho foi flexibilizado — proliferaram o contrato por tempo determinado, em tempo parcial e a subcontratação, além de formas disfarçadas de trabalho precário, como os contratos de aprendizagem e de formação. Porém, as instituições do Estado de bem-

18. Ver a obra coletiva organizada por Bruno Jobert, *Le tournant néo-libérale en Europe*, L'Harmattan, Paris, 1994, especialmente p. 60, 64, 69 e 105.

19. Idem, particularmente p. 65, 68 e 108. Os ideólogos do neoliberalismo europeu, conscientes de que a desmontagem das instituições do Estado de bem-estar é uma operação de alto risco político, recomendam aos governos neoliberais a tática das concessões combinada com o avanço gradativo. Ver a esse respeito os conselhos de Guy Sorman aos governos neoliberais da Europa. Guy Sorman *L'État minimuni*, op. cit., p. 59.

20. Há uma grande pressão dos grupos financeiros europeus para que países como a França adiram ao modelo britânico de aposentadoria por capitalização. Na França, a aprovação da Lei Thomas em fevereiro de 1997 representou um primeiro passo nesse sentido. François Chesnais "Demain, les retraites à la merci des marchés", *Le Monde Diplomatique*, Paris, abril de 1997.

estar europeu ocidental continuam, no geral, assegurando uma cobertura social ampla. A saúde, a educação e a aposentadoria privadas são marginais. No continente europeu, foram mais atingidos o emprego e o salário — os desempregados, hoje, somam mais de trinta milhões na Europa. Mas a prestação do seguro-desemprego continua elevada e prolongada comparativamente ao padrão dos países periféricos e o salário mínimo dos principais países europeus é até dez vezes maior que o dos principais países latino-americanos.²¹

O imperialismo norte-americano, durante o segundo mandato de Bill Clinton, tem pressionado a social-democracia, que se encontra no governo da maioria dos países europeus, para que ela avance, mais do que já o fez, na aplicação da política neoliberal. O FMI está insistindo na necessidade e urgência de uma "segunda onda de reformas" nos países da Europa Ocidental. A Comissão Européia trabalha em sintonia com o FMI, a despeito de certa relutância de alguns governos nacionais e, acima de tudo, a despeito da resistência operária e popular que tem crescido na segunda metade dos anos 90.²²

Nos países periféricos, em primeiro lugar, o neoliberalismo tem servido, tal qual nos países centrais, para restringir ou suprimir direitos dos trabalhadores. A diferença é que, na periferia, a política neoliberal encontrou pela frente um sistema de proteção social menos desenvolvido e pôde avançar muito mais do que lograra fazer no centro do sistema. Até o início de 1996, a aposentadoria pública por repartição já tinha sido praticamente substituída pelo sistema de aposentadoria privada por capitalização em sete países da América Latina. A pensão de aposentadoria do sistema público degradou-se ou se tornou uma pensão simbólica. Em outros oito países latino-americanos, projetos semelhantes estavam sendo examinados pelos respectivos

21. Os gastos sociais não se reduziram nos países da Europa Ocidental. Ao contrário do que normalmente se pensa, eles cresceram em todos Estados europeus ao longo das duas últimas décadas, e atingiram seu pico nos anos 90. Tal se deve, principalmente, ao aumento dos gastos com seguro desemprego. Ver Paul Bairoch *Victoires et déboires: Histoire économique et sociale du monde du XVI siècle à nos jours*, Paris, Editions Gallimard, 1997 — Quadro XXIX.4, volume III, p. 502-503.

22. Ver *Info-Inter, Revue de Presse*, ns. 81 e 82, Paris, 10 e 17 de outubro de 1997, e "L'Europe ne croit guère aux recettes libérales américaines", *Le Monde*, 24 de junho de 1997.

parlamentos.²³ A saúde e a educação públicas estão degradadas — fenômeno que não tem paralelo com o que se passa na Europa — e a ampla privatização desses serviços é uma realidade na América Latina.²⁴ O seguro-desemprego, que, salvo engano, só existe no Brasil, cobre um período muito curto. O emprego informal e isento de toda e qualquer regulamentação legal é componente importante ou majoritário do mercado de trabalho dos grandes países da América Latina. Enquanto na Europa parte significativa e crescente dos trabalhadores perde o contrato de trabalho por tempo indeterminado e em período integral, mas continua com um contrato regulamentado — de curta duração, em tempo parcial, de formação, etc. — que lhe assegura todos os demais direitos sociais, na América Latina os governos neoliberais toleraram e estimularam a abolição pura e simples do contrato de trabalho e, por consequência, de todos os direitos daí decorrentes. A economia informal, imbricada com práticas ilícitas, expandiu-se por todo o continente. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) avalia que 56% da população economicamente ativa da América Latina sobrevive com empregos ou atividades informais.²⁵ No Brasil, em 1995, 38% dos empregados não possuíam carteira de trabalho assinada e 58% da população ocupada encontrava-se na economia informal.²⁶ O movimento operário e popular latino-americano revelou-se menos eficaz para defender as reformas que tinha introduzido no capitalismo do que o movimento operário europeu — é certo que esse último atua em condições mais favoráveis devido à transferência de riquezas da periferia para o centro do sistema capitalista.

23. Carmelo Mesa-Lago "Las reformas de las pensiones en América Latina y la posición de los organismos internacionales", *Revista de la Cepal*, n. 60, dezembro de 1996.

24. Rolando Franco "Los paradigmas de la política social en América Latina", *Revista de la Cepal*, n. 58, abril de 1996.

25. "Mais da metade dos empregos latinos é informal", *Tempo e Presença*, setembro/outubro de 1997 — matéria transcrita pela publicação *Quinzena*, Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, São Paulo, n. 260, 15 de novembro de 1997.

26. A economia informal está presente em todos os setores econômicos nos países periféricos, é tolerada ou estimulada pelos governos neoliberais e é responsável por parte significativa do PIB desses países. Nos países da OCDE, ela está confinada ao setor de serviços pessoais e a algumas indústrias tradicionais e não representa parte importante do PIB. Ver Bruno Lautier *L'Economie informelle dans le Tiers Monde*, La Découverte, Paris, 1994.

Em segundo lugar, nos países periféricos, o neoliberalismo desempenha uma função suplementar específica: ele serve para enquadrar as economias nacionais subdesenvolvidas às novas exigências do imperialismo. A política neoliberal reforçou um quadro internacional de restrição da autonomia política dos Estados periféricos — cujas políticas econômicas e sociais passaram a ser estritamente tuteladas por instituições como o FMI, o Banco Mundial e a OMC — e tem aprofundado os laços de subordinação econômica desses países às economias centrais.²⁷

Na América Latina, o objetivo do neoliberalismo é, em primeiro lugar, ampliar a exploração financeira da região. Mudaram os interesses prioritários do imperialismo, e a economia latino-americana foi chamada a se readaptar. A partir da crise econômica de meados da década de 1970, os investimentos diretos privados norte-americanos no exterior, que tinham conhecido um forte crescimento entre 1948 e 1973, reduziram sua expansão, e seu rendimento começou a cair. Ao mesmo tempo, os investimentos indiretos privados de tipo financeiro tiveram seu rendimento incrementado e passaram a predominar no fluxo norte-americano de exportação de capitais.²⁸ O período intercalado de conjunturas de crise e de fases de crescimento moderado iniciado em 1974 é, portanto, um período em que, para o imperialismo, as finanças ganharam importância frente aos investimentos produtivos. A economia mundial entrou numa nova fase em que as transações financeiras especulativas e parasitárias, típicas do imperialismo na caracterização de Lenin, crescem de

27. Isso não significa que o Estado-nação esteja declinando em escala mundial. O que está ocorrendo é que os Estados dos países centrais aumentaram seu poder de controle e influência no cenário internacional, aumento que corresponde a restrições crescentes na autonomia política dos Estados dos países periféricos. As restrições na autonomia política desses Estados não afeta, de resto, sua importância para o capitalismo: ele mantém sua tradicional função de fiador dos investimentos, da propriedade e da lucratividade do capital imperialista e nacional e adquiriu, em decorrência da desregulamentação financeira, a função nova de bancar a especulação do capital financeiro internacional. Ver Jacob Gorender "Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização", *Estudos Avançados*, n. 25, Universidade de São Paulo, 1995.

28. Christophe Darmangeat "Impérialisme et exportation des capitaux — le cas américain", coloquio *Marx aujourd'hui*, mimeo, Université de Nanterre, novembro de 1997. Ver particularmente Quadro 1, p. 11 e gráficos 1, 2 e 5 às p. 15, 16 e 17.

modo inaudito.²⁹ Como lembram Perry Anderson e Goran Therborn, durante os anos 80, ocorreu uma explosão dos mercados de câmbio, de ações, de seguros, e de títulos de dívida pública que, hoje, possuem uma dimensão dezenove vezes maior que o comércio mundial de mercadorias e serviços.³⁰ A política dos governos neoliberais adapta a América Latina a essa nova exigência do capital financeiro internacional.

De fato, a desregulamentação financeira neoliberal, com a ampliação da convertibilidade das moedas nacionais latino-americanas e a abertura das bolsas de valores, visa atender essa nova demanda especulativa do capital imperialista e submete, ao mesmo tempo, a política econômica das nações latino-americanas — juros, câmbio, crescimento, salários — às exigências do capital financeiro internacional. Nos anos 90, os investimentos estrangeiros na América Latina cresceram mas, ao mesmo tempo, mudaram de perfil. Os investimentos indiretos em carteira, que em 1990 representavam apenas 4% do total de ingressos, chegaram a 62% em 1993, caindo um pouco, para 42%, em 1994.³¹ Tais investimentos, constituídos principalmente de bônus e ações, cresceram mais de vinte vezes entre 1990 e 1994, passando de um total de 1,2 para 26,2 bilhões de dólares. Os investimentos estrangeiros diretos também cresceram, mas numa proporção muito menor. Tais investimentos passaram de um total de 8 para 21,2 bilhões de dólares — considerando sempre o conjunto da América Latina e Caribe. Acrescente-se que nem todo investimento estrangeiro direto representa ampliação ou criação de capacidade produtiva. Numa amostra reunindo os sete maiores países da América Latina e Caribe, Vera-Vassallo constatou que 40,8% dos investimentos estrangeiros diretos do período 1988-1993 dirigiram-se para os programas de conversão da dívida

29. Um economista brasileiro que contribuiu muito para a compreensão da política neoliberal como a política do capital financeiro na etapa atual do imperialismo foi Luiz Marcos Gomes. Utilizamos aqui o conjunto de ensaios que ele reuniu no seu livro *Sociedade dos socialistas vivos — ensaios contra o neoliberalismo*, Anita Garibaldi, São Paulo, 1995.

30. Ver a coletânea organizada por Emir Sader e Pablo Gentili *Pós-neoliberalismo — as políticas sociais do Estado democrático*, Paz e Terra, São Paulo, 1995.

31. Alejandro C. Vera-Vassallo "La inversión extranjera y el desarrollo competitivo en América Latina y el Caribe", *Revista de la Cepal*, n. 60, dezembro de 1996. Sobre o mesmo tema ver James Petras "Investissements pervers", *Manière de Voir*, n. 36, novembro-dezembro de 1997, edição *Le Monde Diplomatique*, Paris.

externa e de privatização. Sobram 60%, dentre os quais, convém lembrar, uma parte significativa está entrando apenas para comprar empresas nacionais em dificuldades — isto é, representa mera transferência de propriedade, não capacidade produtiva nova. Esse é o perfil da "chuva de investimentos estrangeiros" alardeada pela grande imprensa brasileira.

Além de modelar as economias latino-americanas de acordo com os interesses do capital financeiro dos países centrais, o neoliberalismo visa, em segundo lugar, adequar tais economias aos interesses das grandes empresas industriais estadunidenses, européias e japonesas. Os governos neoliberais estão redesenhando o setor industrial das principais economias da América Latina de modo a reforçar as antigas funções que tais economias desempenharam, e ainda desempenham, na divisão internacional do trabalho — fornecimento de matérias-primas para as economias centrais e oportunidade de mercado para o escoamento de produtos manufaturados produzidos nos países imperialistas; algumas economias da região vinham se afastando dessas funções graças ao processo de industrialização. Ao mesmo tempo, observa-se um aumento da participação dos investimentos estrangeiros diretos no setor de serviços urbanos privatizados — energia elétrica, transporte ferroviário, serviço portuário, etc. —, repetindo, também nesse ponto, o padrão de atuação que o capital imperialista tinha na América Latina no início do século XX.

3. DESINDUSTRIALIZAÇÃO, DESNACIONALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO

A maioria das economias de grande e de médio porte da América Latina já se encontrava sob o impacto de políticas neoliberais ao longo da década de 1980, como o Chile, a Argentina, o México, a Bolívia e o Uruguai. O Brasil, como se sabe, ingressou na era da política neoliberal apenas nos anos 90. Em todos esses países, a política neoliberal aprofundou algumas tendências que já se manifestavam na economia latino-americana antes mesmo da implantação do neoliberalismo, e desencadeou, também, algumas tendências novas. Tal política tem provocado um *agravamento* do movimento geral de concentração da riqueza e da propriedade nos países latino-americanos. Verifica-se, em primeiro lugar, uma acentuação da transferência de renda dos trabalhadores para as empresas e, em segundo lugar, também uma acentuação, da transferência de renda e de propriedade das pequenas e médias empresas para as grandes

empresas e da empresa nacional para os grupos estrangeiros.³² Uma novidade da política neoliberal foi que ela inaugurou um amplo processo de transferência de renda e de propriedade do setor público para o setor privado. O modelo econômico que se desenvolve reforça, então, o papel do setor privado, fortalece os grandes grupos monopolistas, amplia a internacionalização do aparelho produtivo e aumenta a pobreza das massas.

Neste item, sem a pretensão de apresentar idéias originais, iremos apresentar as características gerais desse processo, com o objetivo de fundamentar a análise que faremos do bloco no poder no período dos governos neoliberais.

A indústria latino-americana tem sido afetada pelos processos de desindustrialização e de desnacionalização. Esses processos, em diversos países, precederam a implantação da política neoliberal. Mas, se, antes, eles ocorriam em escala menor e em decorrência de pressões econômicas de diversos tipos, com os Estados nacionais procurando, às vezes, contê-lo — como ocorreu no Brasil ao longo da década de 1980 — após a chegada do neoliberalismo ao poder, esses Estados optaram pela política de desindustrialização adotando a política de abertura comercial. A amplitude desses processos de desindustrialização e de desnacionalização depende das condições econômicas e políticas de cada país no qual ele tem lugar: a desindustrialização foi mais severa no Chile e na Argentina do que no Brasil, e a desnacionalização tem sido maior na economia mexicana.³³ A desindustrialização possui dois aspectos: redução da participação relativa da produção industrial na produção total dos países latino-americanos e redução da participação relativa da produção metal-mecânica, de bens de capital, de instrumentos eletrônicos e de química fina no total da produção industrial. Isto é, ela tem atingido, principalmente mas não exclusivamente, os setores que fazem uso intensivo de conhecimentos tecnológicos e de serviços de engenharia. A desindustrialização atingiu também setores que

32. Pedro Sainz e Alfredo Calcagno fazem um excelente estudo desse processo de concentração de renda e propriedade nos principais países da América Latina. Ver Pedro Sainz e Alfredo Calcagno "Em busca de otra modalidad de desarrollo", *Revista de la Cepal*, n. 48, dezembro de 1992.

33. Ricardo A. Bielschowsky e Giovanni Stumpo "Empresas transnacionales y cambios estructurales en la industria de Argentina, Brasil, Chile y México", *Revista de la Cepal*, n. 55, abril de 1995.

fazem uso intensivo de força de trabalho: têxtil, vestuário, calçados, e outros.³⁴

Parte dessa desindustrialização é pouco visível. Ela ocorre ao longo da cadeia produtiva, através do aumento do índice de importação dos componentes em setores como o eletrônico, automobilístico, de eletrodomésticos e outros. Trata-se de uma faceta da desindustrialização que pode ser erroneamente percebida como o seu oposto. Na Argentina, a zona de processamento da Terra do Fogo viu crescer a produção eletrônica no período neoliberal, mas esse crescimento está baseado em galpões de montagem industrial, que utilizam componentes importados, e que substituíram o antigo setor industrial eletrônico argentino, que era dominado por empresas nacionais. Os novos galpões são investimentos da Hitachi, Sony, Sanyo e outras multinacionais. Na região mexicana de fronteira com os Estados Unidos, o neoliberalismo ensejou o crescimento da indústria de eletrodomésticos e de produtos eletrônicos, mas se trata da chamada "indústria maquiladora", que realiza a montagem de componentes importados, e tal crescimento se deu às custas de uma redução geral da produção industrial mexicana de eletrodomésticos no restante do país. A recente expansão, no Brasil, de indústrias de material de informática, de produtos eletrônicos de consumo e de montadoras de automóveis segue um modelo semelhante. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), o setor de bens eletrônicos de consumo (televisão, video-cassete, aparelhos de som) cresceu, no Brasil, 43,9% de 1995 para 1996. No mesmo período, o setor de componentes eletrônicos diminuiu 3,2%. Entre 1990 e 1995 a importação de componentes cresceu 211%. A Zona Franca de Manaus é o carro-chefe desse processo, pois essa região transformou-se num parque de montagem de componentes importados, devido ao fato de as

34. Sigo a análise muito bem fundamentada empiricamente de Jose Miguel Benavente, Gustavo Crespi, Jorge Katz e Giovanni Stumpo "La transformación del desarrollo industrial de América Latina", *Revista de la Cepal*, n. 60, dezembro de 1966. É necessário evitar, aqui, as comparações apressadas. Fala-se em desindustrialização tanto para alguns países da Europa quanto para a América Latina. Num plano geral, é certo que os dois fenômenos apresentam similitude. A financeirização do capitalismo internacional e as políticas econômicas deflacionistas desestimulam o investimento produtivo em ambas as regiões. Porém, a desindustrialização afeta os setores de ponta das economias da América Latina, ampliando o fosso tecnológico que as separa das economias centrais.

tarifas de importação, que foram reduzidas para todo o país, serem menores ainda para a Zona Franca.³⁵

A desindustrialização, embora seja ampla, não implica que os países da América Latina estejam pura e simplesmente regredindo para a produção estritamente primária. Uma restauração do chamado modelo primário-exportador seria inviável após a experiência desenvolvimentista. Além disso, o ritmo e a amplitude da desindustrialização oscilam em decorrência das situações locais (tamanho dos diferentes mercados latino-americanos, variações na política de comércio exterior, etc.) e da conjuntura internacional (o elemento central aqui são as decisões de investimento das multinacionais). Para entender os limites e as características da regressão agromercantil, dois aspectos devem ser considerados.

De um lado, é preciso considerar que alguns mercados nacionais latino-americanos possuem um tamanho que motiva empresas multinacionais, cujos produtos dependem da proximidade do mercado consumidor, a se manterem ou a se instalarem na região. Esse é o caso das montadoras de automóveis. Nos diferentes países, têm ocorrido situações particulares. No Chile, um país de mercado consumidor pequeno e que sofreu um processo amplo e quase linear de desindustrialização, as montadoras fecharam suas plantas ou reduziram drasticamente a produção local; na Argentina, onde o processo de desindustrialização evoluiu de modo mais acidentado, após o fechamento de diversas plantas nos anos 80, as montadoras reiniciaram a produção nos anos 90; no Brasil, que possui o maior mercado consumidor da região, as montadoras não chegaram a fechar, e, nos anos 90, voltaram a investir, ocorrendo, inclusive, o estabelecimento de plantas cujas montadoras, até então, não produziam no país. Porém, mesmo nos países em que a produção de automóveis foi retomada ou se expandiu, o índice de nacionalização da produção caiu muito, o que representa uma desindustrialização ao longo da cadeia produtiva.³⁶

35. Ver a reportagem "Crescimento desequilibrado", *Revista da Indústria*, Fiesp, São Paulo, 18 de novembro de 1996.

36. Ver as tabelas sobre o declínio do índice de nacionalização da produção automobilística brasileira apresentadas por Jacob Gorender em "Globalização, tecnologia e relações de trabalho", artigo citado. A imprensa tem noticiado esse fenômeno. É digna de nota a reportagem "Clima de ressaca" publicada pela revista *Veja* de 24 de

De outro lado, deve-se considerar que embora esteja ocorrendo, efetivamente, uma reativação da antiga divisão internacional do trabalho, isto é, do sistema que conferia à América Latina a função de exportador de produtos primários e importador de manufaturados, essa reativação dá-se em bases novas. Os países imperialistas, dado o enorme avanço da fronteira tecnológica em relação à produção capitalista do início do século, podem ter interesse em delegar o beneficiamento de diversos produtos primários, como alguns recursos minerais e gêneros alimentícios, às empresas instaladas no país latino-americano produtor, antes da exportação de tais produtos para os mercados centrais. A desindustrialização não exclui, portanto, o crescimento do setor industrial voltado para o processamento de recursos naturais exportáveis. Hoje, as indústrias que mais crescem na América Latina são as indústrias processadoras de matéria-prima: papel e celulose, petroquímica, ferro e aço, azeites vegetais, farinhas de pescado, conservas, sucos, etc. Mas o crescimento desse setor não é suficiente para anular a diminuição do peso da produção industrial na produção total e está vinculado à participação declinante dos setores industriais de ponta no conjunto da produção industrial. A indústria perde importância no conjunto da economia e muda de perfil, perdendo em sofisticação e em integração.³⁷

No Brasil, a política de desindustrialização começou, em 1990, com a abertura comercial promovida pelo governo Collor, através da extinção de barreiras não-tarifárias e da redução das alíquotas de importação. Os economistas da Cepal que tenho citado destacavam o fato de que o processo de desindustrialização no Brasil, apesar da abertura comercial promovida pelo governo Collor, era menor que o ocorrido em países como Chile e Argentina. Dois desses estudos ressaltavam, contudo, que a

setembro de 1997. O título da reportagem refere-se à desilusão da população e de autoridades do município de Resende (RJ) com o montante irrisório de empregos criado pela fábrica de ônibus e caminhões da Volkswagen, recém instalada no município.

37. Há autores que procuram desautorizar a idéia de desindustrialização, indicando a ocorrência de um pequeno aumento da exportação de manufaturados por parte dos países latino-americanos. Esse é o caso de Joseph Ramos "Un balance de las reformas estructurales neoliberales en América Latina", *Revista de la Cepal*, n. 62, agosto de 1997. O argumento não procede pois a exportação manufatureira que cresceu um pouco foi justamente aquela ligada ao processamento de recursos naturais — minerais, conservas, sucos, etc.

abertura comercial brasileira era mais recente que as demais e que a desindustrialização no Brasil poderia acelerar-se com a implantação do Plano Real.³⁸ Isso, de fato, aconteceu.

O governo FHC promoveu uma nova redução das tarifas aduaneiras, o que, combinado com a sobrevalorização do câmbio introduzida pelo Plano Real, fez crescer muito as importações, e inclusive a importação de produtos manufaturados. Em 1990, a alíquota média das tarifas de importação era 40% e a alíquota mais freqüente de 32,2%. Em 1992, ambas caíram para 20%. Em 1995, o governo FHC reduziu a alíquota média para 12,6% e a mais freqüente para 2%.³⁹ Entre 1992 e 1995, as importações saltaram da casa dos 20,5 bilhões para 49,6 bilhões de dólares, representando um crescimento de 142%, enquanto as exportações passavam de 35,7 bilhões para 46,5 bilhões de dólares, perfazendo um crescimento de apenas 30%. Como é sabido, a balança comercial brasileira passou a apresentar um déficit crescente a partir da implantação do Plano Real — o déficit foi de 3,1 bilhões de dólares em 1995, devendo chegar a um montante de 10 bilhões de dólares em 1997.⁴⁰

Maurício Mesquita Moreira e Paulo Guilherme Corrêa produziram uma série estatística para 45 setores industriais brasileiros no período entre 1989 e 1996. Esses setores são responsáveis por 80,6% da produção industrial brasileira.⁴¹ Verificaram que ocorreu um aumento generalizado e substancial do coeficiente de importação

38. Ricardo Bielschowsky e Giovanni Stumpo, "Empresas transnacionales y cambios estructurales en la industria de Argentina, Brasil, Chile y México", *op. cit.* e Jose Miguel Benavente, Gustavo Crespi, Jorge Katz e Giovanni Stumpo "La transformación del desarrollo industrial de América Latina", *op. cit.*

39. *Anuário dos Trabalhadores — 1996-1997*, Dieese, São Paulo, 1996. Ver Gráfico 17, p. 175.

40. Dieese, *op. cit.*, Tabelas 117, 118, 119, às p. 172, 173, 174.

41. Maurício Mesquita Moreira e Paulo Guilherme Correa "Abertura comercial e indústria: O que se pode esperar e o que se vem obtendo", *Revista de Economia Política*, volume 17 n. 2 (66), abril-junho de 1997. Esses autores evidenciam, com base num excelente trabalho empírico, a existência da desindustrialização, mas a consideram benéfica. Uma visão crítica da desindustrialização é apresentada por Luciano Coutinho no artigo "O desempenho industrial sob o real" in Aloisio Mercadante (org.) *O Brasil pós-real*, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1998. Ver também dois artigos publicados por Luciano Coutinho na grande imprensa: "Plano de desindustrialização" e "Desindustrialização escancarada", *Folha de S. Paulo*, edições de 18 de fevereiro e de 7 de julho de 1996.

de manufaturados, atingindo-se o nível prevalecente no período do governo Café Filho — cuja política, convém lembrar, tentou reverter o industrialismo do segundo governo Vargas. A importação foi particularmente grande nos segmentos de máquinas e equipamentos, material e aparelhos eletrônicos e material de comunicação. Nesses segmentos, a participação das importações no consumo aparente superou os 35% em 1995, e continuou crescendo em 1996. Outros segmentos muito penalizados foram os de tratores, máquinas rodoviárias e equipamentos para a produção e distribuição de energia elétrica. Moreira e Corrêa mostram que, agrupando os diversos segmentos afetados em setores, verifica-se que o setor de bens de capital da indústria brasileira foi o grande perdedor da abertura comercial.⁴² Outros segmentos afetados foram os de fiação e tecelagem, embora em 1996 tenha havido uma queda brusca nas importações de produtos têxteis. Cabe recordar que o governo FHC, sob pressão dos industriais mobilizados pela Fiesp e pela CNI ao longo do primeiro semestre de 1996, impôs barreiras tarifárias e não-tarifárias para a proteção desses produtos. Quanto ao coeficiente de exportação do parque industrial, ele cresceu mais nos seguintes segmentos: indústria de madeira, sucos e condimentados, conservas de frutos e legumes, calçados, celulose, metalurgia de não-ferrosos e siderurgia. Como se vê, a economia brasileira segue, principalmente depois da implantação do Plano Real, a mesma tendência à regressão agromercantil que afeta toda economia latino-americana.⁴³

42. Ver também as reportagens "Importação domina mercado de máquinas" e "Setor de máquinas têxteis diminui 20% em 5 anos", *Folha de S. Paulo*, 10 de junho de 1996.

43. José Roberto Mendonça de Barros e Lídia Goldenstein, em texto publicado no mesmo número da *Revista de Economia Política* que traz o artigo de Moreira e Correa, emitem uma opinião sobre o impacto da abertura comercial que é diferente da análise que apresentamos. Afirmam que a tese da desindustrialização "é muito pessimista", e asseguram que estaria ocorrendo "uma verdadeira revolução na economia brasileira". É difícil polemizar com esses autores. Eles não enfrentam os argumentos e os dados apresentados pelos defensores da tese da desindustrialização, embora simulem fazê-lo. Os autores não apresentam, ademais, nenhuma série estatística para que possamos avaliar o fundamento da visão "otimista". Utilizam como fonte apenas entrevistas com empresários de alguns ramos industriais, pois alegam que "faltam dados" para se poder analisar a "verdadeira revolução" que estaria em curso na economia brasileira. Os autores falam em falta de dados na mesma edição da *Revista de Economia Política* que publica as matrizes e tabelas elaboradas por Moreira e Correa. Ver José Roberto Mendonça de Barros e Lidia Goldenstein "Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro", *Revista de Economia Política*, volume 17, n. 2 (66), abril-junho de 1997.

Também o processo de desnacionalização que afeta a economia latino-americana está presente no Brasil. Não dispomos, nessa matéria, de dados sistematizados, mas os números e informações disponíveis são significativos. Segundo o Sindicato da Indústria de Autopeças, o Sindipeças, cerca de mil empresas do ramo já tinham sido vendidas ou se encontravam à venda até o início de 1996, sendo que o principal comprador era o capital estrangeiro. Em 1997, o Sindipeças estimou que, das 3.200 indústrias de autopeças que existiam em 1991, restavam apenas 930, devido à onda de vendas, fusões e falências no setor.⁴⁴ Em 1995, grupos econômicos estrangeiros compraram, segundo relato de empresas de consultoria, cerca de 300 empresas nacionais de diferentes ramos. No ramo de geladeiras e fogões, a Brastemp associou-se à Whirpool, a Continental foi comprada pelo grupo alemão Bosch-Siemens e a Prosdócimo pela sueca Electrolux. A Iochpe vendeu sua fábrica de tratores Maxion. A DB Brinquedos associou-se ao banco norte-americano JP Morgan. A Gradiente associou-se à japonesa JVC, convertendo-se numa montadora de componentes importados, o que mostra que o fenômeno da desnacionalização pode fundir-se, em certos casos, ao da desindustrialização. O grupo estadunidense Westvaco comprou uma das maiores indústrias gráficas nacionais. No ramo de alimentação, a Lacta, da família Adhemar de Barros, que era a maior produtora nacional de chocolate, foi vendida à Philip Morris; a Arisco associou-se ao banco americano Goldman Sachs; a companhia Pilar, maior indústria do setor de alimentação do Nordeste, sob controle nacional desde sua fundação em 1875, foi vendida em duas partes: uma para a Nabisco, empresa estadunidense, e outra para o grupo argentino Bunge & Born. A entrada de investimento estrangeiro direto na economia brasileira tem crescido regularmente ao longo da década de 1990. Em 1989, entraram apenas 184 milhões de dólares em investimento direto, em 1992, 1.324 milhões e em 1995, 3.285 milhões de dólares. Parte significativa desses investimentos vem para a compra de empresas nacionais. O Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas prevê que, mantido o ritmo atual, nos próximos anos, 25% do PIB industrial brasileiro, o equivalente a 50 bilhões de dólares, passará para o controle do capital estrangeiro.⁴⁵

44. "Quebra-se o gesso do salário", *Veja*, São Paulo, 17 de dezembro de 1997.

45. Ver "O Brasil está à venda", *Veja*, São Paulo, 29 de maio de 1996.

4. NEOLIBERALISMO E BLOCO NO PODER: CONTRADIÇÕES E HEGEMONIA NO INTERIOR DA BURGUESIA BRASILEIRA

O imperialismo não é apenas uma força externa às nações periféricas. Ele sempre entrelaçou seus interesses com classes e frações de classe dos próprios países dominados. Esse entrelaçamento pode, inclusive, ultrapassar o campo das classes dominantes. Mas, aqui, são apenas as relações da classe dominante com o imperialismo que irão nos interessar.

Considerada do ângulo de sua relação com o imperialismo, a burguesia dos países periféricos pode ser dividida, seguindo a tradição dos dirigentes da Internacional Comunista, em burguesia compradora e burguesia nacional. A primeira fração compreende os setores burgueses que, numa determinada fase do imperialismo, encontram-se integrados aos interesses do capital estrangeiro. A burguesia compradora funciona como uma espécie de prolongamento, no interior do país periférico, dos interesses imperialistas. A burguesia nacional, ao contrário, tendo seus interesses tolhidos pelo capital imperialista, é a fração que pode se converter em força social integrante de uma frente antiimperialista.⁴⁶ Nicos Poulantzas, a partir do estudo dos países europeus de capitalismo menos desenvolvido, acrescentou a esse par de situações extremas a noção de burguesia interna, uma fração burguesa que ocupa uma posição intermediária entre a burguesia compradora e a burguesia nacional. A burguesia interna é a fração que mantém uma relação de unidade básica com o capital imperialista, sem, por isso, deixar de atritar-se, no plano tático, com esse capital.⁴⁷ Essas noções, desde que entendidas como indicadoras de lugares econômicos e de posições políticas historicamente mutáveis, são úteis para o estudo da situação brasileira atual.

Quais foram as modificações principais que a política neoliberal provocou no interior do bloco no poder? Partimos da idéia de que, durante a ditadura militar e durante o governo Sarney, a hegemonia política no interior do bloco no poder era exercida pela fração monopolista da burguesia brasileira, composta pelas grandes empresas financeiras, industriais e

46. A distinção entre burguesia compradora e nacional foi desenvolvida em diversos textos de Mao Tsé-tung. Ver, por exemplo, "Análise das classes na sociedade chinesa" in Mao Tsé-tung, *Obras Escolhidas*, Tomo I, Edições em Línguas Estrangeiras, Pequim, 1975, 3ª ed.

47. Nicos Poulantzas, *La crise des dictatures*, Editora Seuil, Paris, 1975

comerciais. Isso significa que a política do Estado brasileiro, além de preservar os interesses gerais do conjunto da burguesia, orientava-se de modo a priorizar, diante das inevitáveis disputas econômicas entre as diferentes frações burguesas, os interesses do capital monopolista.⁴⁸ A política neoliberal posta em prática desde 1990 manteve a hegemonia do grande capital. Ocorreram, contudo, algumas alterações importantes no bloco no poder. Neste item, sem a pretensão de considerarmos todas essas alterações, iremos tratar de algumas delas, que são importantes para a posterior análise do movimento sindical.⁴⁹

O imperialismo e todas as frações da burguesia brasileira têm ganhado com a política neoliberal. Mas, esse ganho é desigual, e há frações que têm algo a perder com o aprofundamento dessa política. Não existe no Brasil, contudo, uma fração da burguesia que esteja desempenhando o papel de uma burguesia nacional. Tampouco se verificou, até o presente, a passagem de uma fração da burguesia para o campo da oposição à política neoliberal, isso a despeito das contradições existentes no interior do bloco no poder.

Partiremos de uma metáfora. Podemos pensar os pilares da política neoliberal como uma série de três círculos concêntricos:

48. Utilizamos o conceito de bloco no poder tal qual ele foi desenvolvido por Nicos Poulantzas. Esse conceito evidencia que a unidade do conjunto da classe dominante em torno de seu interesse geral representado no Estado não exclui o conflito entre as frações dessa classe em torno da política econômica governamental. A palavra hegemonia nesse contexto indica o controle da política econômica por uma das frações burguesas, que se afirma, no interior do bloco no poder, como fração hegemônica frente às demais. Chamamos atenção do leitor para o fato de que, em outras passagens deste trabalho, somos obrigados a utilizar essa mesma palavra (hegemonia) para designar outro conceito — o conceito gramsciano que se refere à dominação ideológica de uma classe (s) sobre outra (s). Ver Nicos Poulantzas, *Poder político e classes sociais*; Portucalense Editora, Porto, 1972; Antonio Gramsci, *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.

49. Alguns autores entendem que a burguesia, hoje, converteu-se num bloco homogêneo sem fissuras. Teriam acabado as divisões de fração (capital industrial, capital bancário, grande capital, médio capital, etc.) e, também, as divisões entre as burguesias nacionais. Num período dito de "globalização", teria surgido uma "burguesia global homogênea". Essa é a posição de Jorge Miglioli no artigo "Globalização: uma nova fase do capitalismo?", *Crítica Marxista*, n. 3, Editora Brasiliense, São Paulo, 1996. Trabalhando com os conceitos de imperialismo, para analisar a situação internacional, e de bloco no poder, para tratar dos interesses de classe presentes no Estado brasileiro, esperamos mostrar que, embora a burguesia possa se encontrar numa fase de conflitos de baixa intensidade, as diferenças nacionais e de fração não desapareceram.

a) o círculo externo e maior representando a política de desregulamentação do mercado de trabalho e supressão dos direitos sociais; b) o círculo intermediário representando a política de privatização e c) o círculo menor e central da figura representando a abertura comercial e a desregulamentação financeira. Os interesses dos trabalhadores ficam do lado de fora dessa figura de três círculos, já que tais interesses, conforme mostraremos no próximo capítulo, não são contemplados pelo neoliberalismo. Todos os três círculos abarcam interesses imperialistas e burgueses, e cada um deles abarca, sucessivamente do círculo maior ao menor, interesses de fração cada vez mais restritos.

O círculo externo e maior abarca os interesses do imperialismo e de toda a burguesia — é o círculo da desregulamentação do mercado de trabalho, da redução de salários e da redução de gastos e direitos sociais. Todas as empresas capitalistas, pequenas ou grandes, industriais, comerciais ou agrícolas, tiram proveito, em grau maior ou menor, dessa redução dos custos salariais e dos direitos sociais. A redução de salários, como veremos no capítulo referente às classes trabalhadoras, é geral, e a informalização das relações de trabalho não é apanágio de pequenas empresas. Ela é praticada também pelas grandes empresas, dentre outras maneiras, pelo recurso à terceirização — prática que permite que o conjunto da burguesia tenha acesso, democraticamente, à exploração sem freios dos trabalhadores. O imperialismo aproveita dessa política de diversas maneiras. As empresas estrangeiras que produzem no Brasil têm interesse direto na redução dos custos salariais. O capital financeiro que é remunerado pelo pagamento dos serviços da dívida externa tem interesse na contenção dos gastos sociais do Estado brasileiro. Note-se que não está excluída a possibilidade de, a partir de um certo nível de pauperização dos trabalhadores, as empresas que produzem para o mercado popular passarem a ver na exploração sem freios uma ameaça ao seu mercado consumidor. Mas isso, no momento, é apenas uma possibilidade.

Já o segundo círculo, a política de privatização, favorece o imperialismo e uma fração da burguesia brasileira, o capital monopolista, e marginaliza o pequeno e o médio capital. A política neoliberal de privatização das empresas públicas tem ampliado o patrimônio das grandes empresas do setor bancário, do setor industrial e da construção civil. Esses grandes grupos arremataram, a preço vil, e pago em grande parte com as chamadas

“moedas podres” e empréstimos favorecidos do BNDES, empresas lucrativas dos setores siderúrgico, petroquímico, de fertilizantes e de mineração, além de empresas de serviços urbanos — como as empresas de energia elétrica e de transporte. Ademais, adquiriram concessão para explorar o transporte ferroviário e as rodovias, a telefonia celular e outras atividades. O processo de privatização no Brasil vem se ampliando desde o governo Collor. O preço do patrimônio das empresas privatizadas, segundo números do governo, foi de 4,66 bilhões de dólares durante o governo Collor, 7,21 bilhões sob o governo Itamar e saltou para o montante de 21,15 bilhões nos primeiros dois anos e meio de governo FHC.⁵⁰

As normas do processo brasileiro de privatização barraram o acesso do pequeno investidor aos leilões de privatização — isso sofreu uma modificação quase insignificante e tardia em 1997, quando alguns bancos criaram fundos de privatização que passaram a aceitar aplicações mínimas de 500 reais. O investidor estrangeiro só começou a participar significativamente da compra de estatais a partir de 1995, e desde então essa participação tem crescido. O capital estrangeiro entrou na privatização das empresas de energia elétrica, da Rede Ferroviária Federal, da Companhia Vale do Rio Doce e de outras empresas leiloadas no governo FHC.⁵¹ Esse capital tem participado de dois modos: numa primeira modalidade, empresas estrangeiras associam-se a grupos nacionais para arrematar uma empresa estatal, o negócio envolvendo sócios e empresas de um mesmo ramo ou de ramos conexos; numa segunda modalidade, fundos de investimentos estrangeiros entram como sócios de um grupo que pretende adquirir uma estatal. Mas a maior parte das privatizações foi, no início, um negócio privado do grande capital nacional; mais tarde, passou a ser também um negócio com participação do capital imperialista. É apenas um seleto grupo de grandes empresas que se beneficia com as privatizações. A súmula das vendas de empresas estatais, produzida pelo BNDES em maio de 1995,

50. BNDES, “Total das receitas (vendas e dívidas transferidas) das privatizações até outubro de 1997”, *apud* “Começa nova era para as energéticas”, *Revista da Indústria*, Fiesp, São Paulo, 10 de novembro de 1997.

51. “Cresce o número de fundos de privatização” e “Privatizações podem atrair US\$ 120 bilhões”, *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 4 e 7 de março de 1997; “Capitais que a privatização atrai”, *O Estado de S. Paulo*, 11 de fevereiro de 1997.

relatou que em dezessete dos maiores leilões de privatização ganhou um restrito grupo de 59 investidores.⁵² Alguns dos principais compradores das estatais foram empresas como os bancos Safra, Bamerindus, Bradesco, Itaú, Boa Vista, Unibanco e Bozano Simonsen; os grupos Ipiranga, Fósferil, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Vicunha, Gerdau, Votorantim e outros.⁵³

Esses grandes grupos monopolistas nacionais e seus associados estrangeiros serviram-se do discurso neoliberal de defesa do mercado e da concorrência para consolidar sua posição monopolista. No ramo de fertilizantes, o consórcio Ferti-Ultra, formado por sete empresas produtoras de fertilizantes, arrematou, através de uma ou de outra empresa pertencente ao consórcio, as empresas estatais de fertilizantes Ultrafertil, Indag, Goiásfertil e a Fosfertil. O consórcio Ferti-Ultra “investiu” cerca de 363 milhões de “dólares” para obter o controle acionário dessas estatais. Segundo o *Jornal do Brasil*, antes mesmo de adquirir o controle da Ultrafertil, o consórcio Ferti-Ultra já detinha 35% do mercado nacional de fertilizantes.⁵⁴ Na concessão da exploração das malhas da rede ferroviária federal, da telefonia celular e da distribuição de energia elétrica, efetuadas no governo FHC, cada empresa concessionária explora o serviço, na região em que obteve a concessão, em regime de estrito monopólio. Um consórcio como a VBC Energia, dos grupos Votorantim, Bradesco e Camargo Corrêa, que arrematou a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) em novembro de 1997, já tinha adquirido empresas energéticas privatizadas de Goiás e do Rio Grande do Sul. O entrelaçamento que se está tecendo entre os grandes grupos que adquirem o controle das estatais privatizadas não é fácil de se conhecer em detalhes. Mas, baseando-se no noticiário da

52. José Casado, “Lucro privado com dinheiro público”, *jornal O Estado de S. Paulo*, 20 de maio de 1995. Também tiveram participação nos leilões de privatização os grupos de previdência e os clubes de investimento dos funcionários das empresas privatizadas, ponto sobre o qual falaremos mais adiante.

53. A obra *Indicadores Desemp 94*, edição da Central Única dos Trabalhadores e do Instituto Sindacale per la Cooperazione allo Sviluppo (Iscos-Cisl), São Paulo, 1994, e a reportagem “Desafios da privatização”, *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 28 de junho de 1995, trazem a relação dos principais grupos compradores das empresas privatizadas até meados dos anos 90.

54. “Ferti-Ultra compra Ultrafertil em 5 minutos”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1993.

imprensa, pode-se constatar que, no ramo siderúrgico e de mineração, esse entrelaçamento é real e está ligando, sob o comando de poucos grupos, as siderúrgicas privatizadas entre si, abarcando, inclusive, a Companhia Vale do Rio Doce.⁵⁵ Nos casos em que houve participação do capital estrangeiro, a oligopolização estende-se ao mercado internacional.

Para se ter uma noção do que representou a transferência patrimonial, convém darmos alguns exemplos. A privatização da Companhia Vale do Rio Doce, no governo FHC, foi efetuada, pelos cálculos de especialistas, a um preço que representava uma fração insignificante do valor da empresa — considerados o patrimônio e as concessões de exploração.⁵⁶ A Usiminas, siderúrgica de alta produtividade e lucratividade, tinha seu patrimônio avaliado por alguns consultores em doze bilhões de dólares, mas foi vendida por apenas um bilhão e meio.⁵⁷ Para a aquisição de ações nos leilões de privatização, foram utilizadas as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, os Títulos da Dívida Agrária, Títulos da Dívida Externa, as debêntures e dívidas da Siderbrás e outras.⁵⁸ No leilão de privatização da Usiminas, só entraram Cr\$ 4.690,00 em moeda corrente, metade do preço de um carro popular na época. De 1990 até março de 1992, segundo cálculos do jornalista Francisco dos Santos, os leilões de privatização já tinham atingido o montante de 1,65 bilhão de dólares; desse total, o que foi pago em moeda corrente equivalia a pouco mais de um décimo do preço de um automóvel de luxo modelo Santana.⁵⁹ Segundo os cálculos de um dirigente sindical do ramo químico, nas privatizações efetuadas ao longo de todo o ano de 1992 no setor petroquímico, o que entrou em

55. Ver reportagem "O homem da Vale", *Veja*, 14 de maio de 1997.

56. Azis Ab'Saber, "Em defesa do patrimônio e contra a privatização", *Debate Sindical*, São Paulo, n. 25, junho-agosto de 1997; João W. Bautista Vidal "É justo o preço da venda da Vale?", *Jornal do Diap*, março-abril de 1997.

57. Frei Betto "Retrobrás — monopólio nacional", *O Estado de S. Paulo*, 7 de junho de 1995.

58. Ver o levantamento das moedas mais utilizadas em cada um dos leilões de privatização em *Indicadores Desemp 94*, obra e local citados e em "Desafios da privatização", *Gazeta Mercantil*, reportagem citada.

59. "Leilões renderam menos que um carro", *Folha de S. Paulo*, 15 de março de 1992.

moeda corrente foi o equivalente ao preço de três carros populares.⁶⁰ Ademais, para as "moedas podres" foi aceito o seu valor de face, que é muito superior ao valor de mercado.

O resultado da subestimação do preço das empresas, da aceitação de "moedas podres" nos leilões de privatização e da sobreestimação do valor dessas moedas foi que os compradores de ações nos leilões de privatização adquiriram as empresas estatais por uma fração insignificante do valor real do seu patrimônio.⁶¹ Os investimentos nessas empresas no período pós-privatização foram financiados pelo BNDES, tendo como garantia as próprias ações das empresas privatizadas. Sob o governo FHC, a utilização das moedas podres caiu para "apenas" um quarto do valor arrecadado com as privatizações, mas aumentou a participação do BNDES no financiamento dessas compras.⁶² Como exemplo, recorde-se que o consórcio que adquiriu a CPFL recebeu financiamento do BNDES para cobrir 50% do preço que deveria pagar pela estatal paulista. Os grandes bancos e os grandes grupos industriais nacionais, juntamente com os monopólios e fundos de investimentos estrangeiros, estão incorporando, em troca de um pagamento irrisório ou simbólico, o patrimônio das empresas públicas.

A política de privatizações está fazendo desaparecer um setor importante da burguesia brasileira. Refiro-me àquilo que poderíamos denominar burguesia de Estado: os agentes da burocracia de Estado que controlam as empresas públicas dos setores de mineração, industrial, bancário, de serviços urbanos, etc. Salta à vista o fato de que essa fração burguesa tem aceitado praticamente sem luta o processo de privatização, que, no entanto, a liquida enquanto fração de classe. A burguesia de Estado ocupou uma posição privilegiada no bloco no poder durante a ditadura militar. O ambicioso II Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado no governo Geisel, era centrado na

60. Remígio Todeschini "Privatização sob suspeita", *Diário Popular*, São Paulo, 18 de outubro de 1993.

61. No início do processo de privatização, parlamentares e órgãos da grande imprensa favoráveis ao processo opuseram-se, contudo, ao uso das moedas podres nos leilões de privatização. Ao longo do governo Collor, abandonaram, gradativamente, essa posição.

62. Ver caderno especial "Privatização", *Folha de S. Paulo*, 7 de abril de 1998.

expansão dessa burguesia.⁶³ Era regra durante a ditadura militar a colocação de generais e coronéis na direção das estatais. O processo de democratização debilitou essa fração burguesa. Posteriormente, a burguesia de Estado tornou-se um dos alvos privilegiados da campanha política e ideológica da frente neoliberal. Essas dificuldades explicam, em parte, seu silêncio atual. Mas isso não é tudo. Parece-nos que a burguesia de Estado está perdendo pouco com a venda das estatais, pois tudo indica que ela está se transformando em burguesia privada, graças às regras do processo brasileiro de privatização.

Tudo parece ter sido preparado pelos governos neoliberais de modo a cooptar a burguesia de Estado para o processo de privatização. No caso da privatização das siderúrgicas, sobre a qual temos mais informações, o governo brasileiro adotou como regra o oferecimento de lotes de ação para venda aos funcionários da empresa em processo de privatização. Na experiência internacional, isso só foi feito com 30% das siderúrgicas privatizadas até o ano de 1996. Esse lote de ações destinado para a venda aos funcionários sofreu um desconto médio de cerca de 70%, o dobro do desconto mais alto praticado na experiência internacional de privatização.⁶⁴ Além disso, diferentemente da experiência de alguns países, as normas brasileiras do processo de privatização da siderurgia permitiram, sem restrições, que os funcionários passassem para frente as ações que comprassem. Durante o processo de privatização das siderúrgicas, foram organizados clubes de investimentos para que os funcionários pudessem adquirir ações. A imprensa noticiou que os estatutos desses clubes, quase todos eles organizados pela central Força Sindical juntamente com a direção da estatal em processo de privatização, eram feitos de modo tal que facilitavam o repasse das ações, destinadas aos funcionários, para os diretores das empresas privatizadas e para investidores a eles ligados.⁶⁵ Enfim,

63. Sebastião Velasco e Cruz "Doze anos depois. O antiestatismo no discurso do empresariado brasileiro" in Sebastião Velasco e Cruz *O presente como história: economia e política no Brasil pós-64*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Coleção Trajetória, n. 3, Campinas, 1997.

64. Germano M. de Paula "Avaliação do processo de privatização da siderurgia brasileira", *Revista de Economia Política*, v. 17, n. 2(66), abril-junho de 1997.

65. Ver as acusações feitas na época da privatização da CSN pelo jornalista Luís Nassif, e a polêmica que ele travou com Luiz Antônio de Medeiros, presidente da Força Sindical.

nossa hipótese, que deveria ser verificada com base numa pesquisa mais extensa, é que todas as condições foram criadas para que as privatizações permitissem que os diretores das estatais se tornassem proprietários privados, mesmo que minoritários, das empresas levadas a leilão. É esse processo que eu chamei de conversão da burguesia de Estado em burguesia privada. Ele poderia explicar, juntamente com o isolamento político e ideológico da burguesia de Estado, o fato de as direções das estatais não terem resistido ao processo de privatização.

Se o segundo círculo de nossa série, o círculo das privatizações, é mais restrito que o primeiro, pois o médio capital está excluído do processo de privatizações, o terceiro círculo é mais exclusivista ainda, pois divide o próprio grande capital, que é a fração hegemônica no bloco no poder. Trata-se do círculo menor, que fica no centro da figura, e representa a política de abertura comercial e de desregulamentação financeira que, conforme indicaremos, estão associadas. Apenas o setor bancário do capital monopolista e o capital imperialista têm seus interesses plenamente contemplados por esse círculo restrito. A grande burguesia industrial interna tem algo a perder com essa política. Nossa idéia, portanto, é que, embora o conjunto da fração monopolista, juntamente com o capital imperialista, devam ser considerados hegemônicos, o capital bancário e o capital imperialista constituem o setor da fração monopolista cujos interesses são priorizados pela política neoliberal. A política de desregulamentação financeira, associada à política de juros altos e de estabilidade monetária contempla, ao mesmo tempo, o imperialismo e os bancos nacionais — para sermos exatos, os investimentos financeiros estrangeiros e os grandes bancos nacionais.⁶⁶

O desaparecimento dos ganhos inflacionários foi utilizado pelo governo FHC para difundir a idéia de que os bancos estariam

Luís Nassif "Sindicalismo de negócios", *Folha de S. Paulo*, 18 de abril de 1993; Luiz Antônio de Medeiros, "Tetas de aço", *Folha de S. Paulo*, 14 de abril de 1993.

66. Os bancos pequenos e médios organizaram uma associação corporativa própria, a Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Múltiplos (ABBC). Essa associação é separada da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) que representam os interesses do grande capital bancário. Ver Ary Cesar Minella "Elites financeiras, sistemas financeiros e governo FHC" in Waldir José Rampinelli e Nildo Domingos Ouriques (orgs.) *No fio da navalha. Crítica das reformas neoliberais de FHC*, Xamã, São Paulo, 1997.

sendo sacrificados pelo Plano Real. Ocorre que o governo compensou amplamente essa perda, liberando a cobrança de taxas diversas aos clientes e, principalmente, desencadeando um processo de concentração no setor bancário, estimulado, coordenado e financiado pelo próprio Estado através do Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer), processo de concentração que alguns observadores comparam a processo semelhante ocorrido no setor bancário brasileiro entre 1964 e 1976.⁶⁷ A esse processo de concentração, soma-se o de privatização de bancos estatais estaduais, que tem permitido a ampliação do capital e da clientela dos grandes bancos privados.⁶⁸ Até setembro de 1997, segundo um observador, 69 bancos pequenos e médios tinham sido liquidados. Em 1995, de um total de 194 bancos existentes no país, apenas 25 deles detinham 81% do ativo total. A Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Múltiplos (ABBC) tem, em nome do médio capital bancário, protestado contra o processo de concentração no setor financeiro e contra os favores que a política econômica dos anos 80 e 90 tem concedido aos grandes bancos.⁶⁹

O resultado desse conjunto de medidas do governo FHC é que, a despeito de não haver ganho inflacionário, os grandes bancos privados nacionais apresentaram, já no final de 1995, uma rentabilidade muito alta e superior à rentabilidade média das grandes empresas não-financeiras. Os seis maiores bancos privados brasileiros apresentaram uma rentabilidade de 10% sobre o patrimônio líquido, enquanto que, numa análise realizada pelo Ibre/CEE das contas de 254 grandes empresas não-financeiras, constatou-se a rentabilidade média de 3,4% para o exercício de

67. Paulo Mallmann e Luiz A. Rabi Jr. "O setor bancário no Brasil — concentração e economias de escala, lições do passado e as atuais tendências", *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dezembro de 1996.

68. Desde a década de 1980, os grandes bancos privados vêm pressionando para a redução das agências e das áreas de atuação dos bancos públicos. A privatização desses bancos coroa uma luta antiga da burguesia bancária. Ver Ary Cesar Minella "El discurso empresarial en Brasil: tienen la palabra los señores banqueros", *Revista mexicana de sociología*, Año LVII, n. 4, outubro/dezembro de 1995.

69. Ver Ary Cesar Minella "El discurso empresarial en Brasil", *op. cit.*, e a reportagem "Em três anos o Plano Real quebrou 69 bancos", *Jornal da Nação*, setembro de 1997, matéria transcrita pela publicação *Quinzena*, Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, São Paulo, n. 259, 30 de outubro de 1997.

1995.⁷⁰ É importante salientar, para bem entendermos as complexas clivagens no interior do bloco no poder que, se o médio capital bancário não ganha tanto quanto os grandes bancos, ele não deixa de ser o sócio menor da política de juros altos que pune, no entanto, o setor industrial do médio capital.

É certo que a política de juros altos já era uma realidade antes mesmo do início do período neoliberal, e que tal política podia ser interpretada como um indício da predominância dos interesses do setor bancário no interior do conjunto da fração burguesa monopolista, fração já então hegemônica no Estado brasileiro.⁷¹ Porém, a política neoliberal agrega elementos novos a essa situação.

A abertura comercial, a desregulamentação financeira e o elevado montante pago ao longo dos anos 90 a título de serviços da dívida externa, que são partes integrantes da política econômica neoliberal, na medida em que fazem crescer o déficit externo, obrigam os sucessivos governos a jogarem para um patamar cada vez mais alto a taxa de juros, de modo a compensar o déficit através da obtenção de investimentos financeiros internacionais. Essa fuga para frente não pode ser evitada, a não ser que se abandone o conjunto da política neoliberal. Configura-se, assim, uma nova forma de dependência que remunera o capital financeiro internacional com taxas de juros das mais elevadas do planeta e coloca os bancos brasileiros numa situação estruturalmente vantajosa frente às demais frações da burguesia e aos demais setores do capital monopolista. A política neoliberal de elevação da taxa de juros aparece, aos olhos do conjunto da classe burguesa, como inevitável, dificultando a contestação do predomínio dos interesses do capital bancário nacional e do capital financeiro internacional na orientação da política de Estado. Dito de outro modo, a política de juros altos, isto é, a preponderância dos interesses do capital bancário na fração monopolista

70. Equipe do Ibre/CEE "Ranking FGV de bancos — CEF assume liderança", *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, julho de 1996. Também contribuiu para a rentabilidade elevada dos bancos a demissão em massa de funcionários e o conseqüente aumento da exploração dos trabalhadores remanescentes. Mas esse fator não decorre do controle que os banqueiros exercem sobre a política econômica do governo FHC, e sim da criatividade de que dão mostra os capitalistas quando se trata de explorar trabalho alheio.

71. Ver Décio Saes "Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80", cadernos *Primeira Versão*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1988.

hegemônica, aparece como o único e inevitável caminho, se se quiser “evitar o pior”. Por isso, tanto quanto o capital financeiro internacional, o capital bancário brasileiro tem interesse em manter essa nova forma de dependência financeira na qual os governos neoliberais colocaram a economia nacional. O grande capital bancário é o núcleo da fração compradora da burguesia brasileira — os seus interesses são o prolongamento, no interior do país, dos interesses do capital financeiro internacional.

Já o setor industrial, aí compreendido inclusive o setor industrial da fração monopolista da burguesia brasileira, é prejudicado pela política de juros altos e de abertura comercial. É certo que os grandes bancos privados nacionais estão diversificando seus investimentos, penetrando no setor industrial e arrematando empresas do setor produtivo estatal. É verdade também que alguns grandes grupos econômicos vinculados à indústria começaram a atuar na área financeira.⁷² Porém, como atestam a existência e a atuação das associações corporativas dos grandes banqueiros e dos grandes industriais, esses setores do capital monopolista permanecem fundamentalmente distintos e possuem interesses específicos. Mesmo setores do capital imperialista que têm empresas industriais instaladas no Brasil, podem, eventualmente, chocar-se com a abertura comercial. Um caso típico foi a disputa entre as montadoras de veículos instaladas no Brasil e as montadoras japonesas e coreanas — que até 1996 não tinham planos de instalar plantas industriais no país — em torno da tarifa alfandegária sobre veículos importados. Como se sabe, o governo FHC decidiu proteger a produção interna de veículos, obrigando as montadoras japonesas a mudar sua estratégia e se implantarem no Brasil.

No que respeita às políticas de juros e de abertura comercial, os dois pontos que dividem o grande capital industrial do grande capital bancário, podem-se distinguir duas tendências no governo FHC. Uma tendência neoliberal *extremada*, que é amplamente dominante no governo e que controla o Ministério da Fazenda e o Banco Central, e uma concepção neoliberal mais *moderada*, que é minoritária e que tem controlado o Ministério

72. Ary Cesar Minella oferece uma listagem das compras, fusões e investimentos que configuram um esboço de imbricação entre o grande capital bancário e o grande capital industrial. Ver Minella “El discurso empresarial en Brasil”, *op. cit.*

da Indústria e Comércio.⁷³ Sucessivos ocupantes do Ministério da Indústria e Comércio, como Dorothea Werneck e Francisco Dornelles, e também o ex-ministro do Planejamento José Serra, têm procurado, sob pressão da indústria, moderar, ainda que de maneira tópica e limitada, a abertura comercial, cuja amplitude e ritmo têm sido ditados pela tendência neoliberal extremada da chamada “equipe econômica”. Nossa tese é que os neoliberais moderados — moderados em relação às políticas de juros e de abertura comercial — refletem os interesses do setor industrial do grande capital e os extremados, os interesses do grande capital bancário e do capital financeiro internacional. Essas duas tendências não divergem sobre o conjunto da política neoliberal e nem percebem sua luta como um enfrentamento entre propostas antagônicas, do mesmo modo que o conflito entre o grande capital industrial e o grande capital bancário tem sido um conflito limitado. Mas a divergência entre as tendências moderada e extremada existe, e os dirigentes das associações de industriais identificam nos moderados seus representantes, do mesmo modo que os banqueiros identificam-se com os extremados.

A abertura comercial e a política de juros são a razão dos protestos e pressões, mais ou menos eficazes, organizados pela Fiesp e pela CNI em diversos momentos dos anos 90. Nesse conflito, o setor industrial da fração monopolista dispõe de um trunfo. Ele alinha, ao redor de si, as pequenas e médias empresas industriais, também prejudicadas pela política de juros e pela abertura. Desse modo, cruzam-se, nessas situações, o conflito entre o grande e o médio capital e o conflito entre o setor industrial e o setor bancário do grande capital. Tais contradições recolocam uma antiga questão que preocupa a esquerda dos países periféricos: é possível uma aliança ou uma frente do movimento operário e popular com a burguesia industrial nacional? O sindicalismo brasileiro viu-se às voltas com essa questão ao longo dos anos 90. Não a formulou conscientemente, como tinham feito os comunistas antes de 1964, mas tentou resolvê-la de modo prático e não isento de contradições. A questão é complexa, pois se a burguesia industrial, ou parte dela, resiste à abertura comercial, ela, ao mesmo tempo, defende as

73. Ver Fábio Erber e José Eduardo Cassiolato “Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE”, *Revista de Economia Política*, volume 17, n. 2, abril/junho de 1997.

demais “reformas” neoliberais, que lhe são muito proveitosas — desregulamentação do mercado de trabalho, redução de direitos sociais, e privatização das empresas e dos serviços públicos. Vejamos o problema mais de perto.

Os dois episódios recentes mais importantes dos conflitos da indústria com a abertura comercial e a política de juros foram a manifestação dos industriais em Brasília, em 22 de maio de 1996, e o Fórum das Reformas, organizado pela Fiesp em junho de 1997.

Na manifestação de Brasília, apareceram alguns elementos significativos.⁷⁴ A Fiesp, mais do que a CNI, desempenhou o papel de vanguarda do movimento. O protesto reuniu mais de três mil empresários de vários Estados, a maioria de São Paulo, onde se encontra o setor mais poderoso da burguesia industrial. Os empresários que estiveram em Brasília foram principalmente, ainda que não exclusivamente, pequenos e médios empresários e, predominantemente, aqueles dos setores industriais mais afetados pela abertura comercial — bens de capital, componentes eletrônicos, têxteis, calçados e brinquedos. A pauta de reivindicações da manifestação era ampla e dificultava a compreensão exata da natureza do movimento.

De um lado, os industriais mostravam insatisfação com a política neoliberal. Protestavam contra a “política de sucateamento da indústria” e a abertura comercial, e pediam desvalorização do câmbio e diminuição da taxa de juros. Essa faceta do movimento permitiu que a Fiesp buscasse uma aproximação com o movimento operário paulista e ganhasse a simpatia das centrais sindicais para o protesto de Brasília. O presidente da Fiesp tomou a iniciativa de visitar o presidente da CUT na sede dessa central, posou para fotos com Vicentinho e com Luiz Antonio de Medeiros, da Força Sindical, e publicou artigo na grande imprensa declarando o apoio da Fiesp à greve geral que estava sendo preparada pelas duas centrais. A atitude geral dos industriais era, naquele momento, de radicalização da oposição à abertura comercial e à política de juros. Toda ação do presidente da Fiesp

74. A revista semanal *Notícias*, órgão oficial da Fiesp, dedicou as principais reportagens de suas edições do mês de abril e maio de 1996 à preparação do ato de Brasília e ao relato do ocorrido. No mês de junho, a Fiesp mudou o título de sua publicação para *Revista da Indústria*. Para o que segue, ver especialmente os números de 29 de abril, 6 e 20 e maio da revista *Notícias*, e o número de 15 de julho da *Revista da Indústria*.

foi aprovada por unanimidade pela diretoria da entidade.⁷⁵ De outro lado, porém, os industriais pediam a aceleração das reformas neoliberais que tramitavam no Congresso Nacional e a aceleração do processo de privatização.⁷⁶ Essa outra faceta do movimento fez com que ele fosse interpretado pelo então recém-nomeado coordenador político do governo FHC, deputado Luis Carlos Santos (PMDB/SP), como um movimento de apoio ao governo. Santos convenceu Fernando Henrique Cardoso a comparecer e falar no auditório onde se reuniriam os empresários em Brasília, o que aumentou a repercussão do protesto desses últimos e criou constrangimento para o presidente da República.

O governo, sem alterar a orientação geral de sua política, foi obrigado a fazer concessões aos industriais. Embora a política de abertura comercial tenha sido reafirmada e mantida, o governo, valendo-se dos institutos da salvaguarda, dos direitos compensatórios e da proibição ao *dumping* estabelecidos pela própria legislação da OMC, criou barreiras tarifárias e não-tarifárias à importação de tecidos e confecções da China, Coréia do Sul e Formosa e também à importação de brinquedos. Essas medidas foram alvo de críticas das multinacionais estadunidenses do setor de brinquedos, mas, como orientação geral, o governo tem limitado a abertura comercial em prejuízo dos produtos asiáticos e não dos estadunidenses — o discurso nacionalista, vez ou outra acionado por Francisco Dornelles nesse período, dirigia-se, portanto, contra a indústria asiática e poupava a dos Estados Unidos. Os recuos do governo não obtiveram consenso no interior da equipe governamental. Nessa situação, como em tantas outras, revelaram-se as divergências entre, de um lado, um setor do governo que

75. Durante a reunião da diretoria, 24 diretores fizeram questão de tomar a palavra para apoiar, sem restrições, o presidente da entidade. Alguns explicitaram sua posição sobre a proposta de greve geral, como Gerson Edson Toledo Piza, diretor do Ciesp de São Carlos: “Foi uma atitude corajosa de V. Sa. ao se manifestar no sentido de que se for necessário haverá uma paralisação simbólica de empresários e trabalhadores.”; Marcelo Kuañes, diretor superintendente da Kone Indústria de Máquinas declarou, dirigindo-se ao presidente da Fiesp: “Já discordo de sua filosofia de trabalho, porém, hoje, não tenho como deixar de parabenizá-lo e, desde já, aderir ao movimento de greve geral caso venha a acontecer.”. *Revista da Indústria*, Fiesp, São Paulo, 6 de maio de 1996.

76. Alguns industriais viam a greve geral como uma greve pelas reformas neoliberais: “Apoiamos a decisão de greve geral até o Poder Legislativo votar urgentemente as reformas necessárias.”, dizia o texto de um telegrama enviado à Fiesp por um industrial do Rio Grande do Sul. *Revista da Indústria*, 6 de maio de 1996.

tem menos força política e que é mais ligado ao grande capital industrial e, por isso, preocupado em moderar a abertura comercial, e, de outro lado, os ministros que controlam a área econômica (Fazenda e Banco Central), que fazem da abertura comercial e da desindustrialização uma doutrina, e se vinculam diretamente ao capital financeiro.⁷⁷ Quanto à política de sobrevalorização cambial, embora ela tenha sido mantida, o governo concedeu, como compensação à perda que tal sobrevalorização acarreta aos exportadores, isenção do ICMS às exportações e abriu uma nova linha de crédito aos exportadores.⁷⁸

Ao mesmo tempo o movimento dos industriais fortaleceu a política de reformas liberais e de privatizações do governo — na manifestação de Brasília, após os protestos apresentados ao presidente Fernando Henrique Cardoso, os industriais dirigiram-se em passeata ao Congresso Nacional, onde conclamaram os deputados e senadores a acelerarem a aprovação dos projetos de reformas encaminhados pelo Executivo. A Fiesp fez uma avaliação muito positiva das medidas aduaneiras, fiscais e creditícias implementadas pelo Executivo Federal, e abandonou seu discurso de apoio à greve geral que estava sendo preparada para o mês de junho.⁷⁹

O Fórum das Reformas, organizado pela Fiesp em junho de 1997, um ano após o protesto de Brasília, parece indicar uma inflexão na linha de atuação da burguesia industrial.⁸⁰ A Fiesp reuniu em sua sede em São Paulo cerca de 1.200 industriais, obteve a participação no fórum dos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, o senador Antonio Carlos Magalhães, do

77. Ver reportagens "Encomenda e cota animam setor têxtil", "Alíquota de brinquedos sobe para 70%" e "Brinquedos brasileiros ganham proteção", *Folha de S. Paulo*, edições de 12 de junho e de 4 de julho de 1996; "Medidas protecionistas provocam reação" e "Dornelles prepara resposta aos EUA", respectivamente, *O Estado de S. Paulo*, 9 de julho de 1996 e *Folha de S. Paulo*, 11 de julho de 1996.

78. Ver "Máquinas paradas, braços cruzados", *Atenção*, São Paulo, julho de 1996.

79. Ver as reportagens "O que é bom para os EUA é bom para o Brasil" e "As promessas vão sendo cumpridas", *Revista da Indústria*, Fiesp, São Paulo, exemplares de 15 de julho e de 21 de outubro de 1996.

80. Para o que segue baseio-me nas reportagens e editoriais publicados ao longo do ano de 1997 pela *Revista da Indústria*. Ver especialmente as edições de 4 de agosto, 10, 17 e 24 de novembro, 1 e 8 de dezembro de 1997. A edição de 5 de janeiro de 1998 traz um balanço da atuação da Fiesp ao longo do ano de 1997.

PFL, e o deputado Michel Temer, do PMDB, e produziu um documento exigindo o apressamento da votação das reformas neoliberais. O documento foi entregue solenemente ao presidente da República no mês de agosto. Esse fórum foi o ponto alto das atividades da Fiesp ao longo do ano de 1997, período em que as críticas à abertura comercial e à política de juros refluíram e a entidade dos industriais passou a direcionar sua ação para a luta pelas reformas neoliberais: reforma administrativa, da previdência, tributária e da legislação trabalhista. A diretoria da Fiesp organizou uma campanha, com manifestações em suas sedes regionais, nas cidades do interior do Estado e nos bairros da cidade de São Paulo, pelo apressamento da votação das reformas. Acompanhou em detalhes cada etapa das votações das Reformas Administrativa e da Previdência, fez pressão para a aprovação do contrato de trabalho por tempo determinado e agitou a proposta da Reforma Tributária. Apenas no mês de dezembro de 1997, sob o impacto do choque de juros estabelecido pelo pacote econômico do Plano Real II, a Fiesp voltou, após um momento inicial em que aceitou o pacote como algo inevitável, a protestar e se mobilizar contra a taxa de juros.

Esses episódios são reveladores das relações contraditórias e complexas da burguesia industrial com a política neoliberal, e das oscilações políticas que decorrem dessas contradições. De um lado, há resistência efetiva, ainda que limitada, de setores da burguesia industrial a aspectos importantes da política neoliberal — a abertura comercial e a política de juros. O governo tem podido apresentar, ao menos por enquanto, alguma flexibilidade para administrar esse conflito — sempre evitando contrariar diretamente os interesses do imperialismo norte-americano. De outro lado, porém, a burguesia industrial apóia ativamente a política de privatização, a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução dos direitos sociais. O essencial dessa situação contraditória é que os industriais, a despeito das oscilações políticas momentâneas, não demonstraram, até aqui, nenhum interesse em abandonar a frente política que tem sustentado os governos neoliberais ao longo dos anos 90.

As situações nos diversos setores da burguesia industrial variam muito. A política neoliberal tem permitido, como vimos, o crescimento dos setores industriais ligados ao processamento dos recursos naturais. Mas até nos ramos industriais em dificuldades, existem opções de adaptação. Muitas empresas

industriais passaram por um processo de conversão, substituindo parte ou a totalidade de suas atividades produtivas pela de importação e revenda do produto que antes fabricavam — aquilo que os economistas têm denominado regressão mercantil das empresas industriais.⁸¹ Outros industriais em dificuldades preferem a venda ou a abertura de suas empresas ao capital estrangeiro a resistir à política de desindustrialização. Muitos deles, de posse do dinheiro proveniente da venda, acomodam-se na situação de rentistas.⁸² No setor de autopeças, particularmente afetado pela abertura comercial, a atitude dominante hoje, após um período inicial de tentativa de resistência à política do governo, é descrita pela revista da Fiesp como “verdadeira corrida a (...) uma eventual associação ou venda”.⁸³ Segundo a mesma publicação, foi a venda da Metal Leve, empresa nacional antiga e líder no setor, que desencadeou esse salve-se-quem-puder. Hoje, o Sindipeças, depois de tentar organizar a resistência das indústrias de autopeças, criou o projeto All Invest, para orientar a associação ou a venda de empresas do ramo ao capital estrangeiro.

Não será demais repetir, além disso, que o neoliberalismo não traz apenas a abertura comercial e a política de juros altos, mas, também, as privatizações, a flexibilização do mercado de trabalho e a redução dos direitos sociais. É importante observar que em inúmeras manifestações de diretores da Fiesp, a aceleração da privatização e a redução dos gastos sociais e dos direitos dos trabalhadores são apresentadas como a moeda com a qual o governo deve pagar os sacrifícios que a política neoliberal tem imposto à indústria. Ao invés de defender-se do imperialismo e dos bancos, a atuação preferencial da indústria tem consistido em seguir a linha de menor resistência: atacar

81. Ver Wilson Cano *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional*, Editora da Unicamp, Campinas, 1993, p. 26. A conversão, completa ou parcial, de indústrias em empresas importadoras de manufaturados, afetou amplamente o setor de brinquedos. Ver a reportagem “Setor de brinquedos reage e vai à luta”, *Revista da Indústria*, Fiesp, São Paulo, 15 de julho de 1996.

82. Ver a reportagem “Ricos desempregados”, *Revista Veja*, São Paulo, 19 de novembro de 1997.

83. “Aquisições mudam o perfil da indústria instalada no país”, *Revista da Indústria*, Fiesp, São Paulo, 15 de julho de 1996.

os direitos dos trabalhadores e apropriar-se das empresas estatais.⁸⁴ Essa orientação acentuou-se, como vimos, ao longo do ano de 1997. Mas essa opção por repassar ao patrimônio estatal e aos trabalhadores os custos que o imperialismo e os bancos impõem à indústria poderá sofrer abalos no futuro. O uso, pelo governo, da privatização e da redução de salários e direitos dos trabalhadores como compensação das perdas da indústria tem limites de natureza material e política — a quantidade de empresas públicas é finita e o sucesso dos ataques aos trabalhadores depende da situação de refluxo na qual se encontra o movimento operário e popular.

Por último, interessa falar de um novo setor da burguesia brasileira que, se não foi criado pelo neoliberalismo, desenvolveu-se de forma inaudita desde o advento da política neoliberal. Trata-se do setor que poderíamos denominar *nova burguesia de serviços*, ligada, principalmente, à exploração dos serviços de saúde e de educação e, mais recentemente, à previdência privada que vem sendo estimulada pela política governamental de desagregação da previdência pública — a chamada Reforma da Previdência. O setor bancário também está presente nessa atividade, fundamentalmente através dos seguros de saúde e da previdência privada. O crescimento da nova burguesia de serviços é um subproduto necessário da redução dos gastos e dos direitos sociais.

O comércio de saúde e educação é florescente e pouco regulamentado no Brasil. Não há controle do Estado sobre a qualidade dos serviços e nem sobre os preços cobrados pelas escolas e pela assistência médico-hospitalar privadas. A política governamental tem consistido em deixar essas empresas de

84. Cito trechos de dois editoriais da *Revista da Indústria*, assinados por Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente da Fiesp, escritos sob o impacto da crise cambial de outubro/novembro de 1997 e do pacote do Plano Real II baixado pelo governo FHC. “De todas as ações postas em prática como salvaguardas do Real, a de efeito mais negativo foi, sem dúvida, a brutal elevação da taxa de juros. (...) Em meio ao clima de pessimismo, um sinal positivo foi o avanço nas votações das Reformas Administrativa e da Previdência.”; “A venda da CPFL deixou os empreendedores privados que atuam na área de energia elétrica, sem exageros, em estado de graça. (...) A venda comprova a disposição do governo de São Paulo em levar adiante seu programa de privatizações. O negócio teve um significado simbólico de forte reação às inquietações em torno do mercado financeiro, da política de juros e do próprio futuro da economia brasileira.”. *Revista da Indústria*, Fiesp, São Paulo, 8 de dezembro e 10 de novembro de 1997.

educação e saúde obterem taxas de lucro muito altas, de modo a se expandir celeremente, como vem de fato ocorrendo, para que desempenhem uma função da qual o Estado pretende desvencilhar-se. É certo que houve algumas iniciativas dos governos neoliberais que pareciam ameaçar a liberdade de comércio na área da saúde e da educação — o governo Itamar Franco ameaçou controlar o preço das mensalidades escolares, e o governo FHC fez o mesmo em relação à medicina de grupo. Mas tais iniciativas revelaram-se inconsistentes.

No ano de 1995, enquanto o índice geral de inflação ficou em 23,16%, o custo com educação subiu 51,16% e com saúde 38,59%. O valor real das mensalidades escolares praticamente dobrou na primeira metade da década de 1990: segundo os cálculos da Fipe/USP, de janeiro de 1990 a dezembro de 1995, o aumento de preços das mensalidades escolares superou em 94% a inflação do mesmo período. Do início do Plano Real, em junho de 1994, até o final do ano de 1997, a Fipe avaliou que o aumento médio das mensalidades nas escolas particulares foi de 163%, no primeiro e segundo graus, e de 147% no terceiro grau. A inflação acumulada no mesmo período, pelos dados da Fipe, não alcançou sequer a metade desses índices — foi de 68%.⁸⁵ Os estabelecimentos de saúde e educação privados recebem, ademais, inúmeros incentivos fiscais e diversos tipos de verba pública. No caso dos aumentos escorchantes das mensalidades escolares, é pertinente observar que, indiretamente, parte deles é financiada pelo Estado: o crédito educativo fornece dinheiro público para o estudante pagar mensalidades que as escolas aumentam ao seu bel-prazer.

Hoje, os hospitais privados com fins lucrativos recebem a maior parte da verba do Serviço Único de Saúde (SUS). O conjunto dos hospitais privados possui 70% dos leitos da rede hospitalar. De cada cinco hospitais do país, quatro pertencem à rede privada.⁸⁶ Na rede escolar, as escolas privadas detêm 3,7

85. Esses dados foram apresentados por Heron do Carmo, coordenador do índice de preços da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Faculdade de Economia e Administração da USP. Ver *Folha de S. Paulo*, 13 de fevereiro de 1996, e a matéria "Escola sobe até 163% e inflação fica em 68%", publicada pelo mesmo jornal na edição de 2 de junho de 1998.

86. I.B. Teixeira, "Saúde, o poder da privatização", *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, junho de 1997; "Verba pública fica com hospital privado", *Folha de S. Paulo*, 3 de março de 1996.

milhões das 33,1 milhões de matrículas do primeiro grau; 1,2 milhões das 5,8 milhões de matrículas do segundo grau e 970 mil das 1,66 milhões de matrículas no terceiro grau. Embora tenha havido crescimento da rede privada em todos os níveis de ensino ao longo dos anos 90, os dados mostram que a participação das escolas privadas no sistema de ensino já era muito alta desde a década anterior.⁸⁷ A composição do capital é muito heterogênea na área do serviço de educação. Há uma miríade de pequenas e médias empresas, principalmente no primeiro e segundo graus, mas há também grandes empresas que reúnem milhares de estudantes — o símbolo maior aqui é o império do ramo educacional constituído pelo grupo Objetivo, presente em todos os níveis de ensino e em quase todos os Estados do país. Há, ainda, em todos os graus, as escolas confessionais. Mas essas funcionam, cada vez mais, segundo critérios comerciais — a função de difusão da ideologia religiosa, que antes tinha maior importância, foi deslocada para segundo plano, ou mesmo desapareceu.

Quanto aos grupos de medicina privada, seu crescimento foi muito grande no período dos governos liberais. No ano de 1989, havia quatorze milhões de brasileiros associados a convênios privados de saúde. Em 1996, o montante de associados havia saltado para 39 milhões de pessoas. No mesmo período, o número de empresas passou de 300 para 870. Esse mercado grande e em ampliação acelerada sob os governos neoliberais apresentou, em 1995, um faturamento de cerca dez bilhões de dólares, metade do faturamento do conjunto das montadoras de veículos então instaladas no país. Empresas de saúde como Amil, Golden Cross, Saúde Bradesco e Sul América possuem mais de um milhão de associados cada uma. Algumas delas começam a exportar capital e serviços para outros países americanos — Argentina, Chile, Uruguai, Canadá e Estados Unidos. A expansão acelerada dessa nova burguesia de serviços, tanto na área de saúde quanto na de educação, é um indicador da alta taxa de lucratividade desse setor.⁸⁸

87. Ver a brochura editada pela Secretaria de Educação Superior do MEC "Ensino superior no Brasil", Brasília, 1996, e a reportagem "Um funil econômico", *Veja*, São Paulo, 13 de agosto de 1997.

88. Ver I.B. Teixeira "Saúde, o poder da privatização", *op. cit.*. Ver também a reportagem "A medicina da ilusão", *Veja*, São Paulo, 8 de maio de 1996.

No caso do ensino de terceiro grau, o processo de privatização representa, também uma mudança na natureza da instituição universitária brasileira, mudança essa que é parte integrante da política econômica neoliberal. O Estado desenvolvimentista, tanto na sua fase populista quanto na sua fase ditatorial militar, a despeito de não implementar uma política de capitalismo nacional autônomo, implementava uma política, ainda que restrita, de industrialização e de capacitação tecnológica da economia brasileira. No período populista, ademais, havia um projeto político, ainda que limitado, de integração nacional, que passava por uma política de expansão do ensino público, de democratização e de valorização da cultura. O modelo de universidade pública existente no Brasil foi herdado desse período. Ele foi baseado no contrato docente com dedicação exclusiva, carreira baseada no mérito, unidade entre ensino e pesquisa, investimento nas áreas de física, química, biologia, geologia e engenharia de ponta, na pesquisa tecnológica e numa certa ambição cultural, que obrigava a universidade a cobrir uma vasta área de humanidades, inclusive aquelas sem interesse de mercado. O quadro hoje é outro.

Com o neoliberalismo, o Estado brasileiro não tem mais uma política de integração social e regional e a economia brasileira é induzida a reduzir sua capacitação tecnológica — a recente aprovação da nova legislação de patentes, exigência do governo Clinton prontamente atendida por Fernando Henrique Cardoso, é um episódio importante desse processo. O capitalismo brasileiro que nunca primara, dado seu caráter periférico, por um alto nível de exigência tecnológica, passou a se satisfazer com um nível ainda mais modesto e um volume ainda menor de pesquisa científica. A privatização das grandes empresas estatais, que diferentemente das grandes empresas privadas investiam em pesquisa, também deve reduzir a demanda de pesquisa do setor produtivo às universidades. Em decorrência desses fatos, os governos neoliberais mantiveram e aprofundaram a política herdada da década de 1980: suspensão da expansão da rede de universidades públicas e redução da dotação orçamentária das universidades já existentes.

Hoje, os laboratórios sofisticados, os projetos ambiciosos, os equipamentos, o pessoal de alto nível, a produção de conhecimento e os acervos dos museus e das bibliotecas, todos esses recursos existentes nas universidades públicas, são, para a burguesia e o imperialismo, um dispêndio desnecessário. Os

governos neoliberais têm, talvez, interesse em manter um número reduzido de tais instituições, que eles passaram a denominar “centros de excelência”. Mas, quanto mais o neoliberalismo avança na remodelagem da economia brasileira, mais as necessidades da burguesia podem ser atendidas a contento pelo modelo de universidade privada, que são centros de formação profissional precária e de mera difusão de conhecimento — corpo docente sem dedicação exclusiva, sem obrigação e oportunidade de formação e de pesquisa, difusão do contrato por hora-aula, perfil de oferta de cursos que despreza as ciências da natureza e a tecnologia, ausência das áreas culturais que não possuam mercado, etc. Rebaixadas assim as exigências, ficou barato criar e manter uma universidade de novo tipo, e a rede privada pôde crescer de modo lucrativo.

A nova burguesia de serviços ocupa uma posição singular no bloco no poder. Embora seja diretamente interessada apenas na política de desregulamentação do mercado de trabalho e de supressão dos direitos sociais, e embora não disponha do poderio econômico dos grandes grupos industriais e bancários, ela é favorecida pela posição estratégica que ocupa na política neoliberal. O imperialismo e todas as frações burguesas presentes no bloco no poder estão unidos na pressão pela redução dos gastos sociais do Estado e, nessa medida, convergem na defesa, mesmo que indireta, dos interesses da nova burguesia de serviços — a asfixia da educação, da saúde e da previdência públicas é o maior estímulo para o crescimento do mercado no qual atua essa nova burguesia. Além disso, o neoliberalismo está permitindo, não apenas a consolidação econômica dessa fração de classe, como também sua legitimação social. A apologia do mercado estigmatiza os serviços públicos e legitima a mercantilização da saúde, da educação e da velhice. A burguesia de serviços tem contado com os préstimos de toda a grande imprensa, sempre pronta para mistificar os serviços privados, em reportagens promocionais, e para explorar, de maneira sensacionalista e falaciosa, a degradação, que é real, dos serviços públicos. Daí, as incontáveis reportagens, na imprensa escrita, no rádio e na televisão, sobre a “falência” dos hospitais públicos, do ensino público, do INSS, etc. Tais reportagens parecem, à primeira vista, criticar a política neoliberal de redução dos gastos sociais, mas sugerem, de modo subliminar, que é inevitável e vantajoso recorrer aos serviços privados.

Apesar da correspondência entre a política neoliberal e os interesses da burguesia de serviços, não se pode dizer que esse setor burguês seja uma fração hegemônica. Ele não se beneficia diretamente com o conjunto da política neoliberal e as vantagens que ele obtém não decorrem de sua própria força. Para usarmos uma metáfora, poderíamos dizer que o imperialismo e o grande capital são os animais predadores, satisfazem suas necessidades graças à sua própria força, enquanto a nova burguesia de serviços é o carniceiro, o animal que vive das sobras da guerra que o neoliberalismo trava contra os trabalhadores. Na hipótese de uma recuperação do movimento operário e popular, o imperialismo e o grande capital, se obrigados a fazer concessões, poderão decidir sacrificar parte maior ou menor do mercado de serviços, em detrimento dos interesses dessa fração burguesa.

Note-se, por último, que, como a existência da nova burguesia de serviços depende diretamente da política antipopular de supressão dos direitos sociais e de degradação dos serviços públicos, a posição política dessa fração é profundamente reacionária. Um governo que venha a implantar uma política de distribuição da renda no país estará ameaçando, não apenas a taxa de lucro da nova burguesia de serviços, mas a sua própria existência. De fato, não é possível implantar sequer uma política social-democrata de bem-estar sem eliminar o pagamento por serviço prestado, o lucro e a propriedade privada nas áreas de saúde, educação e previdência social.

No que concerne à relação do bloco no poder com o imperialismo, vimos que setores da burguesia industrial têm-se comportado como uma burguesia interna, não como burguesia nacional, e que a nova burguesia de serviços forma, com o setor bancário do grande capital, o núcleo da burguesia compradora brasileira. Isso não significa, contudo, que esteja excluída a possibilidade de, no futuro, surgirem conflitos localizados entre, de um lado, os grandes bancos e a nova burguesia de serviços e, de outro lado, o imperialismo e a plataforma neoliberal. A política neoliberal de abertura ao comércio e ao capital estrangeiro poderá chocar-se com os interesses dos bancos e dos grupos de medicina privada. No Brasil, ocorre o fato, aparentemente paradoxal, de que o setor mais beneficiado pela política neoliberal usufrui de uma espécie de reserva de mercado, prática que ele condena para os demais. Os artigos 192 e 199 da Constituição de 1988 protegem da concorrência externa as empresas financeiras e de saúde nacionais ou já instaladas no

país, embora não impeçam liminarmente o investimento estrangeiro nessa área — a Constituição confere à legislação ordinária a função de disciplinar os investimentos estrangeiros em bancos, seguros e assistência médica. A ampliação da abertura comercial e financeira, isto é, a aplicação integral da plataforma neoliberal acabaria marginalizando os interesses da própria burguesia compradora em benefício do capital financeiro internacional.⁸⁹ Esse se tornaria o único setor hegemônico no bloco no poder do Estado brasileiro.

Os acontecimentos recentes apontam exatamente nesse sentido. A OMC, sob pressão dos grandes grupos financeiros internacionais e, particularmente, por exigência do governo Clinton, assinou um acordo, envolvendo todos os países membros da organização, pelo qual se avança ainda mais na liberalização do movimento e dos investimentos do capital financeiro internacional nos setores bancário, de seguros e serviços financeiros.⁹⁰ A imprensa internacional comentou que as regiões particularmente visadas pelo acordo são a Ásia e a América Latina, onde existiriam ainda “muitas restrições à atuação das empresas estrangeiras nos setores bancário e de seguros”. Recorde-se que, em junho de 1995, os Estados Unidos tinham-se recusado a assinar uma primeira versão desse acordo, porque o governo Clinton considerou, então, que as novas medidas de abertura do mercado financeiro, propostas em um texto apresentado justamente por países da Ásia e da América Latina, eram insuficientes. (Não passará despercebido do leitor mais essa manifestação de apego casuístico ao protecionismo da parte de governos e bancos da periferia que, para uso interno, exaltam, sem restrições, o mercado e a concorrência.) O *International Herald Tribune* conclui sua reportagem observando que, agora, o presidente Bill Clinton saudou, momentos antes da conclusão do acordo em Genebra, “a perspectiva da livre concorrência num setor dominado pelos Estados Unidos” — a inconsistência lógica da frase do *International Herald Tribune* é apenas mais uma manifestação das contradições do discurso liberal-monopolista.

89. Décio Saes, “O governo de FHC e o campo político conservador”, *Princípios*, n. 40, fevereiro/abril de 1996.

90. *International Herald Tribune*, 15 de dezembro de 1997, *apud Info-Inter, Revue de Presse*, n. 90, Paris, 19 de dezembro de 1997.

Na segunda metade da década de 1990, os bancos estrangeiros têm aumentado sua participação no mercado brasileiro e as empresas de saúde estadunidenses começaram a penetrar no mercado de saúde nacional.⁹¹ Mas, os eventuais conflitos entre a burguesia compradora e o imperialismo devem permanecer, segundo nossa avaliação, num nível muito limitado. Os bancos têm aceitado, sem dificuldades, o ingresso de capital estrangeiro no setor — inclusive porque estão, até o momento, em condições favoráveis para associar-se a essa penetração. Ademais, os bancos e os comerciantes da saúde e da educação não têm, ao contrário de alguns setores industriais, possibilidade de encontrar aliados, mesmo eventuais, nos estratos inferiores da burguesia e, muito menos, nos setores populares. Seus interesses de fração são estritamente exclusivistas, antinacionais e antagônicos aos mais elementares interesses populares. Esse pequeno e poderoso setor burguês tem consciência do seu isolamento político e social. Por isso, deverá optar, diante do eventual interesse do capital estrangeiro pelo mercado bancário, de seguros e de saúde brasileiros, pela fusão com o imperialismo ou pela venda de suas empresas. De resto, esse processo de absorção das burguesias compradoras pelo capital estrangeiro não é raro na história dos países periféricos.

Façamos uma síntese a título de conclusão. Vimos que a distribuição dos benefícios da política neoliberal entre as frações burguesas e o imperialismo é uma distribuição desigual — o que nos permite falar em fração hegemônica e frações subordinadas no interior do bloco no poder. Sequer o capital imperialista é homogêneo: os interesses do capital estrangeiro investido na produção industrial não são idênticos aos do capital financeiro internacional que especula na bolsa de valores. Vimos também que os fatores de clivagem das frações burguesas não são homogêneos — eles dizem respeito às fases do processo de valorização do capital (banco, indústria), ao poder econômico das empresas (grande e médio capital) e às relações da burguesia com o imperialismo (burguesias compradora, interna e nacional). Tal heterogeneidade cria situações complexas: um grande grupo industrial é favorecido como grande grupo, integrante do grande

91. Os bancos estrangeiros ou com participação de capital estrangeiro organizaram uma associação corporativa própria, a Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI). Ver Ary Cesar Minella "Elites financeiras, sistema financeiro e governo FHC", *op. cit.*

capital, e pode ser diretamente prejudicado, como grupo industrial, pela política de abertura e de juros — o grande capital industrial aliou-se ao médio capital no protesto de maio de 1996 em Brasília. Mas nossa hipótese é que, a despeito da unidade entre o grande e o médio capital industrial por ocasião do protesto de Brasília, a divisão de interesses entre o grande e o médio capital tende, no geral, a se impor sobre as demais. Destacamos, ainda, que as relações no interior do bloco no poder são dinâmicas. O avanço na aplicação da plataforma neoliberal, a situação do movimento operário e popular, as exigências do imperialismo, além de outros fatores, são variáveis que podem alterar o posicionamento político das frações burguesas, e particularmente da média burguesia industrial, setor burguês cujos interesses são mais afetados pela política neoliberal — trata-se do setor prejudicado pelos juros e pela abertura e que, diferentemente do que ocorre com o grande capital industrial, não tem acesso à "privatização compensatória".

A desigualdade diante da política neoliberal, a heterogeneidade das distinções entre as frações burguesas e o caráter dinâmico das relações no interior do bloco no poder tornam muito complexas as relações das diferentes frações burguesas entre si e com o neoliberalismo. É possível, contudo, fixarmos algumas características básicas do bloco no poder que sustenta os governos neoliberais.

O setor bancário do grande capital e o capital financeiro internacional são os dois únicos setores que ganham com todas as políticas neoliberais — a) desregulamentação do mercado de trabalho e supressão dos direitos sociais, b) privatizações e c) abertura comercial e desregulamentação financeira. Na nossa imagem dos três círculos concêntricos, os interesses dos grandes bancos e do capital financeiro internacional são atendidos em todos os três. O setor industrial do grande capital tem interesse apenas nas duas primeiras políticas e é prejudicado pela abertura comercial e pela desregulamentação financeira, que estão associadas à desindustrialização e à elevação da taxa de juros. O médio capital só tem interesse na primeira política, a desregulamentação do mercado de trabalho e a supressão dos direitos sociais — o mesmo ocorre com a burguesia de serviços, mas nós já vimos que esse setor burguês, diferentemente do médio capital industrial e comercial, ocupa uma posição estratégica privilegiada na plataforma política neoliberal. Resumindo, o grande capital

ganha muito mais que o médio capital com o neoliberalismo, e no interior do grande capital o setor bancário e o capital financeiro internacional são os mais favorecidos. Os interesses dos trabalhadores, como veremos em detalhes no próximo capítulo, estão excluídos dessa figura de três círculos que representa a política neoliberal.

Se, conforme pretende o imperialismo norte-americano, a desregulamentação financeira e a abertura da economia avançarem ainda mais, poderemos, então, acrescentar um quarto e último círculo na nossa figura. Menor e ainda mais restrito, esse novo círculo central contemplaria apenas os interesses do capital financeiro internacional. A política neoliberal no Brasil ainda está longe de ter alcançado todos seus objetivos. O seu horizonte é um colonialismo de novo tipo.

II

NEOLIBERALISMO E TRABALHADORES

I. UMA CONCEPÇÃO ANTIPOPULAR DE POLÍTICA SOCIAL

Procuramos, até aqui, examinar as relações entre as distintas frações burguesas e a política econômica e social do neoliberalismo. Neste capítulo, examinaremos como a política econômica e social neoliberal afeta os interesses dos trabalhadores.

Alguns autores sustentaram que a política social neoliberal poderia assumir um perfil progressista na América Latina no início da década de 1990.⁹² O enfoque de muitos analistas das chamadas “políticas públicas” é, no entanto, inconsistente. Não se pode analisar, como fazem Draibe e Franco, a política social, isto é, as medidas governamentais em áreas como saúde, educação, previdência, saneamento, habitação e transporte, separadamente da política econômica. A pobreza não é um dado natural com o qual se deparam os governos neoliberais; ela é produzida, como veremos mais adiante, pela própria política econômica neoliberal, que reduz o emprego e os salários e reconcentra a renda. Mas, será que seria correto afirmar, como sugerem alguns ideólogos do neoliberalismo, que as medidas de política social estariam “compensando” tais efeitos? A resposta é negativa. A política social neoliberal aprofundou as más condições da saúde, educação e moradia, porque reduziu os gastos do Estado, que já eram pequenos, em todas essas áreas e também porque se orienta por uma *concepção antipopular* de política social.

O artigo citado de Sônia Draibe, não fornece dados para apoiar a hipótese de uma virada progressista na política social

92. Essa é a tese defendida por Sônia Draibe no seu artigo “Neoliberalismo y políticas sociales: reflexiones a partir de las experiencias latino-americanas”, *Desarrollo Economico*, vol. 34, n. 134, (Instituto de Desarrollo Economico y Social, Buenos Aires, julho/setembro de 1994), p. 181-196. Rolando Franco atribui um caráter progressista à política social neoliberal na América Latina — ver “Los paradigmas de la política social en América Latina”, *Revista de la Cepal*, n. 58, abril de 1996.

neoliberal na América Latina. Rolando Franco, por sua vez, sustenta a tese, que é cada vez mais difundida, segundo a qual o que importaria não seria o montante dos gastos, mas sim o seu impacto social. O problema é que esse autor tampouco apresenta uma avaliação empírica de tal impacto social para fundamentar sua tese sobre o caráter progressista da política social neoliberal na América Latina.

No que tange ao montante dos gastos sociais, temos os dados sistematizados por Pedro Sainz e Alfredo Calcagno para a década de 1980. Nos países latino-americanos que já se encontravam sob governo neoliberal, a regra é uma só: redução dos gastos sociais e aumento dos gastos financeiros. O aumento exponencial dos gastos financeiros evidencia o caráter ideológico do discurso sobre a “falência do Estado” e sobre a “falta de verbas” — um objetivo político prioritário da política econômica neoliberal, como vimos, é atender os interesses do capital financeiro, o que é feito graças ao arrocho das verbas sociais. Considerando os anos de 1980 ou de 1981 como base 100, Sainz e Calcagno mostram que os gastos sociais totais com saúde, habitação e educação tinham caído, em 1987, para um índice de 91 pontos na Argentina, enquanto, nesse mesmo país e período, os gastos financeiros correntes subiam para 153,4 pontos. No Chile, os gastos sociais naqueles mesmos três setores caíram, entre 1980 e 1988, de um índice 100 para 85,1 pontos, enquanto os gastos financeiros do governo subiam para nada menos que 1.359 pontos. No México, os mesmos gastos sociais caíram, no mesmo período, de 100 para 63,4 pontos, enquanto os gastos financeiros subiram para 576,2 pontos.

Os artigos de Draibe e Franco, uma vez que se dispensam de examinar os resultados empíricos da política social implantada pelos governos neoliberais, apresentam, a título de argumento, algumas conjecturas. Franco fala genericamente do caráter elitista do Estado de bem-estar na América Latina. Sônia Draibe desenvolve um raciocínio mais detalhado: a descentralização da prestação de serviços (transferência de atribuições do governo federal para governos estaduais e municipais), a desconcentração participativa (delegação pelo poder de Estado de atribuições da política social a entidades civis filantrópicas, a empresas e a associações não-governamentais de diversos tipos) e a focalização dos serviços públicos (saúde, educação, saneamento e outros) na população de baixa renda, propostas essas elaboradas e induzidas por agências

internacionais como o Banco Mundial e o FMI, tais propostas poderiam fazer da política social neoliberal um verdadeiro instrumento de erradicação da pobreza na América Latina.

A descentralização poderia aumentar a eficiência do gasto público, aproximando a gestão da verba da população à qual ela se dirige. A desconcentração participativa, envolvendo mutirões, organizações não-governamentais (ONGs), ajuda vicinal e o mecenato de grandes empresas, poderia desburocratizar as políticas públicas. Quanto à focalização dos gastos públicos, a idéia é substituir o universalismo do Estado de bem-estar pela orientação particularista de concentrar os gastos públicos na população de baixa renda, aumentando, segundo se diz, o efeito distributivo dos gastos sociais. Seria preciso abandonar a política do Estado de bem-estar, que teria sido a política de “dar tudo a todos”, e adotar a de “dar mais a quem tem menos”. Como Sônia Draibe afirma que essas propostas teriam inspiração progressista e sugere que elas seriam em certa medida contraditórias com a ideologia neoliberal, convém explicitar seus fundamentos doutrinários, antes de examinarmos seu funcionamento prático no Brasil e na América Latina.

Na verdade, no plano da doutrina, todas essas propostas procuram responder, de uma perspectiva neoliberal, a problemas colocados pelo próprio neoliberalismo na sua luta contra o os direitos sociais. A descentralização e a desconcentração participativa apresentam o “Estado mínimo” neoliberal como a solução para um problema específico que os ideólogos do neoliberalismo vêem nos direitos sociais e nos serviços públicos. Milton e Rose Friedman, no início da década de 1970, cunharam a expressão “lei do deslocamento burocrático”, para designar a apropriação, pelo setor da burocracia de Estado incumbido de fornecer um determinado serviço público, de recursos que, em princípio, deveriam ser utilizados no oferecimento de tal serviço à população — é a conhecida história da verba para educação que nunca chega à sala de aula.⁹³ Sintomaticamente, os neoliberais propõem a descentralização da administração da verba, mas não a democratização da decisão sobre seu montante e destino. Já a focalização, recupera, de modo enviesado, a velha prática liberal da filantropia, para solucionar um outro problema também

93. Milton e Rose Friedman *Liberdade de escolher — o novo liberalismo econômico*, op. cit., p. 121 e 158.

levantado pelo neoliberalismo. De fato, os Friedman não falaram apenas da “lei do deslocamento burocrático”, eles elaboraram também a “lei do chefe”, para designar o que seria a distribuição desigual dos serviços públicos em favor dos indivíduos de renda média e alta. A focalização corrigiria essa desigualdade.⁹⁴ Essa proposta aparentemente democrática de focalização evidencia sua natureza antipopular quando atentamos para o fato de que tal proposta possui duplo significado, além do que, os neoliberais querem aplicá-la de modo restrito.

A focalização tem duplo significado. Para os neoliberais, focalizar os gastos públicos significa dirigi-los, ao menos em tese, para a população de baixa renda, mas, ao mesmo tempo, concentrá-los num piso mínimo e reduzido de serviços. Esse último aspecto, geralmente relegado a um plano secundário no discurso neoliberal, é muito importante. Por exemplo, no caso da atual política educacional brasileira, a orientação é concentrar os gastos na educação básica — o que exclui, convém lembrar, a educação pré-escolar — e não compreende tampouco a segunda parte do ciclo de oito anos do primeiro grau. Não se trata, portanto, de tomar medidas, como a ampliação da rede de universidades e de colégios públicos, que poderiam permitir à população de baixa renda ter acesso ao conjunto do sistema escolar. Essa população, segundo o postulado neoliberal, deve, ao contrário, contentar-se em permanecer na base da pirâmide escolar.⁹⁵ Raciocínio similar aplica-se à previdência e à saúde — apenas pensões mínimas e tão-somente serviços médicos

94. Notemos, de passagem, que Milton e Rose Friedman não primam pela coerência. Vimos no primeiro capítulo, quando fizemos uma análise inicial da ideologia neoliberal, que, segundo esses autores, as instituições e serviços públicos do Estado de bem-estar estariam fadados, pelo seu caráter estatal, à degradação. Vemos agora, que eles apresentam a apropriação desses serviços (degradados) como privilégio. Das duas, uma: ou há privilégio, o que supõe, em flagrante contradição com a doutrina neoliberal, que os serviços públicos sejam de boa qualidade; ou os serviços públicos são ruins, e nesse caso, em desacordo com toda agitação e propaganda do neoliberalismo, não haveria privilégio nenhum. Não analisaremos a incoerência da crítica dos Friedman ao Estado de bem-estar porque o que interessa aqui é examinar as consequências da proposta neoliberal de focalização.

95. O leitor deve ter em mente que tratamos aqui da doutrina neoliberal para a política social. A aplicação prática da doutrina é pior ainda para as classes populares. Veremos que milhões de crianças e adolescentes brasileiros não têm acesso sequer à educação primária, devido ao déficit de salas de aula e de professores.

elementares e baratos deveriam ser fornecidos pelo sistema público à população de baixa renda.⁹⁶

Quanto ao uso restrito da noção de focalização, é interessante observar que os neoliberais discutem o perfil da distribuição dos serviços, mas silenciam sobre seu financiamento. Porém, como os próprios neoliberais não se cansam de repetir, dinheiro não cai do céu. Nos países latino-americanos, a estrutura tributária é fortemente regressiva, o que significa dizer que o financiamento dos serviços públicos recai, principalmente, sobre os trabalhadores, inclusive sobre os trabalhadores de baixa renda. Ora, os neoliberais pleiteiam a focalização da oferta dos serviços públicos mínimos e reduzidos na população de baixa renda, mas não dizem nada sobre a necessidade, para que haja redistribuição efetiva, da focalização da cobrança dos impostos, que financiam tais serviços, na minoria de renda elevada — não dizem nada sobre a necessidade de “tirar mais de quem tem mais”. É compreensível que se calem, pois sua política tem agravado o caráter regressivo do sistema tributário latino-americano. No Chile, que é apontado como o exemplo a ser seguido pela América Latina, os impostos indiretos subiram entre 1980 e 1988 de 13,4% para 15,2% do PIB, enquanto os impostos diretos caíram, no mesmo período, de 5,4% para apenas 2,5%. No México, os impostos indiretos subiram, no mesmo período, de 5,5% para 6,4% do PIB, enquanto a participação dos impostos diretos caiu de 5,8% para 4,9%. Na Argentina, a evolução é um pouco diferente: os impostos indiretos diminuíram, mas os impostos diretos diminuíram muito mais — cerca de 12% e 33%, respectivamente.⁹⁷

96. A proposta do Banco Mundial é substituir a política universalista da saúde pública pela oferta de uma simples “cesta básica” de saúde à população carente. Recentemente, Cláudio de Moura Castro, funcionário do Banco Mundial que tem militado na imprensa brasileira em defesa das teses liberais, criticou o preceito da Constituição de 1988 que estabelece a obrigação do Estado fornecer serviços de saúde integrais para todos os cidadãos. Argumentou que o cumprimento de tal compromisso teria um custo muito elevado, e propôs no lugar desse universalismo — utópico, segundo ele — a radicalização da focalização e da privatização na área da saúde. O Estado focalizaria seus gastos na oferta dos cuidados mínimos, preventivos e de baixo custo, aos quais a população pobre teria direito. Já os serviços de saúde sofisticados e caros ficariam exclusivamente por conta do setor privado e, uma vez que são pagos pelos próprios usuários, seriam, evidentemente, privilégio dos indivíduos de renda elevada. Cláudio de Moura Castro cita a cirurgia de ponte de safena e a terapia intensiva como exemplos de serviços médicos aos quais os pobres deveriam ter o bom senso de renunciar. Ver Cláudio de Moura Castro, “O ano da saúde e os desmancha-prazeres”, *Veja*, São Paulo, 9 de abril de 1997.

97. Pedro Sainz e Alfredo Calcagno “Em busca de otra modalidad de desarrollo”, *Revista de la Cepal*, n. 48, dezembro de 1992. Ver Quadro 11, p. 21 e 22.

Já no nível do enunciado, portanto, a idéia neoliberal de focalização revela-se, pelo seu duplo significado ("dar pouco a quem tem pouco") e pela sua aplicação restrita à esfera da distribuição dos serviços, uma proposta de mitigar a pobreza com recursos retirados dos próprios trabalhadores, e não uma proposta de distribuição da renda que visaria erradicar a pobreza. Tudo bem considerado, e se quisermos manter o estilo não muito adequado das fórmulas rápidas, diríamos que o princípio neoliberal da focalização não significa, ao contrário do que pretendem os ideólogos, "dar mais a quem tem menos", mas, sim, "devolver pouco àqueles de quem os governos neoliberais tiram mais".

Se passarmos do campo da formulação doutrinária para o campo da política prática, veremos que se confirma o caráter antipopular da concepção neoliberal de política social. A descentralização, a desconcentração participativa e a focalização, conforme se pode constatar pelo exame de sua aplicação no Brasil e na América Latina, têm desobrigado o Estado de oferecer os serviços públicos e aumentado as desigualdades sociais.

A descentralização é apenas descentralização dos encargos. A pretexto de aproximar a gestão da verba da população usuária, ela transfere encargos do Executivo federal para os Executivos estaduais e municipais, mas mantém centralizado na Presidência da República, como é típico do presidencialismo autoritário latino-americano, o poder de decidir sobre a política econômica e social. Trata-se de um expediente político que, ao transferir apenas os encargos, oculta a responsabilidade direta ou indireta do Executivo federal pela pauperização dos serviços e da política social, e propicia, ao mesmo tempo, a fragmentação do sindicalismo do setor público e dos movimentos de usuários, que têm sido dois obstáculos importantes ao avanço do neoliberalismo. Essa descentralização de encargos coloca os Executivos estaduais e municipais como alvos dispersos de movimentos sociais fragmentados e desvia tais movimentos da luta contra o Executivo federal, que é onde está sediado o poder do neoliberalismo latino-americano.⁹⁸ A descen-

98. Juan Carlos Torre apresenta um breve relato do processo de implantação das políticas neoliberais na Argentina, Bolívia, Brasil e México para evidenciar que tal implantação dependeu diretamente da capacidade legislativa e do poder discricionário da Presidência da República. O autor justifica esse autoritarismo — que ele designa com o eufemismo "hiperpresidencialismo latino-americano" — com o argumento de que ele é necessário para o "programa de reformas". Muitos intelectuais que se converteram ao neoliberalismo transitaram do liberalismo político que esposavam nos anos 70 — época em que

tralização dos encargos fornece a cobertura política de que necessita o Executivo federal para prosseguir na sua política de redução dos gastos sociais e pauperização dos serviços públicos para aumentar a remuneração do capital financeiro.

A focalização, com o envolvimento de ONGs e associações filantrópicas, tem criado uma aparência de participação democrática e logrado, inclusive, cooptar direções de movimentos populares. A grande maioria das ONGs têm desempenhado em toda América Latina o papel de auxiliares na aplicação do neoliberalismo. Essas organizações mudaram de caráter ao longo da história recente. Na década de 1970, foram organizações que auxiliaram na luta contra as ditaduras militares do Cone Sul. Ao longo dos anos 80, passaram a ser, na sua maioria, organizações voltadas para a elaboração e aplicação de projetos de desenvolvimento econômico e social, abandonando a função de organizar ou subsidiar a luta operária e popular. O continente conheceu, então, uma explosão de ONGs, quase todas financiadas por organizações empresariais, políticas e religiosas dos países imperialistas.⁹⁹ A participação de ONGs e associações filantrópicas

esgrimiam a palavra-de-ordem "fortalecer a sociedade civil" — para o neoliberalismo econômico que defendem nos anos 90 — época em que se esqueceram do discurso sobre a "sociedade civil" e passaram a justificar medidas provisórias e pacotes para "desinibir o funcionamento do mercado". James Petras mostra, de uma perspectiva crítica, que o recurso sistemático ao decreto-lei do Executivo federal tem sido condição para a aplicação da política neoliberal na América Latina. Juan Carlos Torre "O encaminhamento político das reformas estruturais", *Lua Nova*, São Paulo, n. 37, 1996. James Petras *Ensaio contra a ordem*, Scritta, São Paulo, 1996.

99. Ver Sonia Arellano e James Petras "A ambígua ajuda das ONGs na Bolívia", *Cadernos do Ceas*, Salvador da Bahia, n.156, março/abril de 1995. Desenvolveu-se, em consonância com as propostas neoliberais, toda uma ideologia, professada por grupos e intelectuais que pertenceram à esquerda, voltada para o chamado "terceiro setor" ou para o setor "público não estatal". Que seja do nosso conhecimento, André Gorz foi precursor da teorização dessa proposta quando opôs, em meados da década de 1980, às instituições do Estado de bem-estar, que seriam caracterizadas pelo burocratismo e pelo autoritarismo, a proposta de criação de atividades e organizações autogeridas, baseadas no trabalho voluntário, para prestar serviços variados à população. Recentemente, Gorz fez uma autocrítica parcial de sua posição. Quanto a nós, queremos deixar claro: a regulamentação do mercado de trabalho e o desenvolvimento dos direitos e serviços sociais desenvolvem, inevitavelmente, o burocratismo do Estado burguês. O máximo que o movimento operário pode fazer, nas situações de estabilidade do poder burguês, é lutar para atenuar os efeitos desse último — desperdício, corrupção e autoritarismo na prestação de serviços públicos. A recusa pura e simples da burocracia é a recusa das reformas. Sobre as posições de André Gorz ver "Per un rinnovamento del Welfare State", *Critica Marxista*, ano 24, setembro/outubro de 1986 e *Misères du présent, richesse du possible*, Paris, Edições Galilée, 1997.

na aplicação da política social tem desprofissionalizado e desinstitucionalizado os serviços sociais tornando-os precários e incertos, oferecidos mais como filantropia pública que estigmatiza a população usuária do que como direitos sociais. É uma espécie de retrocesso à filantropia capitalista do século XIX, que fora superada pelo Estado de bem-estar.

Como já vimos, o conjunto dessa política tem estimulado o desenvolvimento de um segmento privado de serviços de educação, saúde e previdência, reservado às camadas de renda média e alta, e propiciado o crescimento da nova burguesia de serviços, fração da classe dominante que, ao contrário da burguesia industrial, encontra-se em franca expansão na América Latina. Ocorre, como têm destacado alguns economistas da Cepal, o desenvolvimento de um sistema dual: um setor privado de serviços de qualidade superior — bom o suficiente para desviar os usuários do setor público, mas não tão bom a ponto de pressionar excessivamente o custo de tais empresas — voltado para os estratos de maior renda, e um setor público de qualidade inferior e depauperado pela política governamental, voltado para os setores populares.¹⁰⁰ Onde esse processo de dualização mais avançou na América Latina foi no Chile.

O neoliberalismo foi implantado no Chile por uma ditadura militar que havia destruído todas organizações populares. Isso permitiu que, lá, a política social neoliberal avançasse mais que no Brasil. O governo estimulou o crescimento das empresas de saúde, ensino e previdência social. O que permaneceu estatal nas áreas de saúde e educação foi descentralizado. O setor de saúde pública não recebe mais contribuições das pessoas que optam pelos planos privados, encontra-se no limite da pauperização e é utilizado exclusivamente pela população pobre. O setor privado, financiado e utilizado pela população de renda alta e média e auxiliado por subsídios governamentais, dispõe de pessoal, instalações e equipamentos de nível superior. A previdência social pública paga uma pensão de aposentadoria mínima que é irrisória, inferior ao salário mínimo brasileiro, e abriga a maioria da população trabalhadora. O sistema privado de aposentadoria que, tal qual ocorre na saúde, transformou-se num dos negócios mais lucrativos para a nova burguesia de serviços chilena, paga

100. Cepal: *El desarrollo social en los años noventa: Principales opciones*, San José, Costa Rica, 1988; *apud* Sônia Draibe, *op. cit.*

altas pensões para a população de renda elevada com base no princípio da aposentadoria por capitalização.¹⁰¹

Alguns anos depois, no final da década de 1980, a Argentina seguiu o caminho do Chile e o resultado não foi muito diferente. Em janeiro de 1992, os gastos sociais, principalmente com saúde e educação, passaram a ser responsabilidade das províncias, sem que o governo federal tivesse providenciado fundos para que os governos provinciais pudessem assumir esses novos encargos. A obtenção e gestão dos fundos passou a depender de municipalidades, igrejas, ONGs e mecenato de empresas. As escolas públicas passaram a depender, de modo crescente, do aporte financeiro das associações de pais de alunos. Assim, a desigualdade econômica entre províncias e cidades, e entre bairros de uma mesma cidade, passou a incidir mais fortemente sobre a quantidade e a qualidade dos serviços prestados à população. A descentralização agravou a desigualdade nos serviços públicos. A descontinuidade dos serviços e o clientelismo passaram a imperar. Segundo alguns estudiosos, não se pode mais falar em política social nacional na Argentina, talvez nem mesmo em política social, mas em filantropia pública para mitigar a pobreza. Os setores de renda elevada migraram para os serviços privados, propiciando a ampliação dos negócios da nova burguesia de serviços.¹⁰²

Essa situação de pauperização dos serviços públicos e de dualidade de atendimento, embora já exista no Brasil, não se encontra, segundo a nossa avaliação, tão plenamente configurada como no Chile ou na Argentina. O neoliberalismo chegou ao poder no Brasil sob um regime democrático, teve de enfrentar um movimento operário e popular mais ativo e se deparou com os partidos reformistas e revolucionários na oposição à política neoliberal. No Chile de Pinochet, o movimento popular sofrera uma derrota histórica com o golpe de 1973, e a ditadura militar o mantinha inativo. Na Argentina de Carlos Menem, o governo tinha

101. Ver Raul Guerrero "Les politiques sociales au Chili", *Cahiers des Amériques Latines*, n. 15, 1993; Benoît Guillou "Le Chili malade de la santé", *Le monde diplomatique*, Paris, março de 1997. Ver também a reportagem, feita pelo assistente social chileno Gustavo Fuentes, "Previdência empanada", publicada pela revista *Atenção*, São Paulo, maio de 1996.

102. Marie-France Prévot Schapira "Du Welfare à l'assistance: la décentralisation de l'intervention sociale en Argentine", *Cahiers des Amériques Latines*, n. 15, 1993; Emilio Tenti Fanfani "Argentine: la décentralisation des politiques sociales", *Problèmes d'Amérique Latine*, n. 12, janeiro-março, 1994.

maioria no parlamento, e pertencia ao partido peronista, que representava a tradição reformista do movimento operário argentino e aderira ao neoliberalismo. Ademais, os governos neoliberais no Brasil tiveram seus passos dificultados pela permanente necessidade de reformar a Constituição de 1988, carta que, a despeito de não ter consagrado a maioria das reivindicações populares, refletia, ainda, a correlação de forças do período de luta popular e democrática contra a ditadura militar. Tais governos não dispuseram, tampouco, de maioria parlamentar estável — situação que começou a se modificar sob o governo FHC.

Vemos que tem ocorrido na área da política social um fenômeno parecido àquele verificado na área da política econômica. O neoliberalismo brasileiro, além de tardio no quadro latino-americano, tem encontrado mais dificuldade para avançar do que em outros países do continente. Foi o governo FHC que, na segunda metade da década de 1990, logrou radicalizar a política neoliberal e recuperou, em parte, o atraso: esse governo não só deu novo e forte impulso às políticas de abertura comercial, de desindustrialização, de desregulamentação e de privatizações, como também vem reduzindo, um ano após o outro, os gastos sociais.

2. POLÍTICA NEOLIBERAL E TRABALHADORES NO BRASIL

No campo das classes dominadas, também existem clivagens. Os trabalhadores não formam, e nunca formaram, um bloco homogêneo, e, por isso, o neoliberalismo não os atinge por igual. As diferenças existentes nas classes trabalhadoras são importantes para se entender as respostas que os diferentes sindicatos apresentam diante do neoliberalismo, e para se analisar o processo que permitiu a constituição da hegemonia ideológica do neoliberalismo sobre as classes populares. Mas o que interessa destacar agora é que tais diferenças não invalidam uma constatação geral: a política neoliberal contraria os interesses da grande maioria dos trabalhadores. O caráter antipopular da política econômica e social da ditadura militar foi visivelmente agravado pelo neoliberalismo ao longo dos anos 90.

2.1 Redução do emprego e do salário

A política de juros altos e de contenção do crescimento econômico, que os governos neoliberais herdaram e radicalizaram, a redução das tarifas aduaneiras, iniciada timidamente no final da década de 1980 e ampliada sob os governos neoliberais, a

sobrevalorização cambial, estabelecida pelo Plano Real em 1994, e a redução dos gastos públicos em serviços urbanos e sociais e em obras de infraestrutura são os principais pontos da política econômica e social neoliberal que têm feito crescer o desemprego total e que o têm mantido em um nível muito elevado. Uma vez que as causas, o montante e a evolução do desemprego no Brasil são motivo de polêmica, é necessário examinar esses problemas mais de perto.

Muitos observadores têm apontado a modernização tecnológica da indústria, do setor de serviços e da agricultura como a única ou principal causa do desemprego. Visto dessa ótica, o desemprego poderia ser apresentado como decorrência inevitável do “progresso técnico”, e não como resultado da política neoliberal. Sem negar que a modernização tecnológica substitui trabalhadores por máquinas nas unidades de produção e de serviços que se modernizam — o que pode, de fato, contribuir para a redução da oferta global de empregos e isso, principalmente, se tais máquinas forem importadas — é preciso frisar que essa não parece ser a principal causa do desemprego no Brasil. Maria da Conceição Tavares e Gerson Gomes argumentam, polemizando com a tese da modernização tecnológica, que há alguns mitos na discussão sobre as causas do desemprego.¹⁰³ Lembram que os Estados Unidos e o Japão, no âmbito dos países imperialistas, e a Coreia, no âmbito dos países periféricos, são economias que conheceram um processo muito mais amplo que o brasileiro de modernização tecnológica e que apresentam, no entanto, taxas de desemprego muito menores que a brasileira. As grandes empresas, como as montadoras de veículos e os bancos, têm, de fato, reduzido o emprego e aumentado a produção e o lucro. Segundo avaliação apresentada na imprensa, entre 1992 e 1997, o setor bancário brasileiro suprimiu 500 mil postos de trabalho. Esse fenômeno reflete o aumento da produtividade do trabalho. Mas, em primeiro lugar, tal produtividade não decorre exclusivamente da modernização tecnológica. Ela provém, em grande medida, das novas formas de organização do trabalho nas empresas e das fusões.¹⁰⁴ E, em

103. Maria da Conceição Tavares e Gerson Gomes “Modernidade neoliberal e desemprego” in *Desemprego no país do Real*, vários autores, edição do Partido dos Trabalhadores, 1996, p. 32-36.

104. Ver a intervenção de Claudio Salm no debate “Globalização e emprego — debate”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 45, São Paulo, julho de 1996.

segundo lugar, esse processo está concentrado nas grandes empresas monopolistas.

Para grande parte das unidades produtivas e de serviços, que não passou por modificações tecnológicas ou gerenciais importantes, são as medidas de política econômica que explicam a queda do emprego. A taxa de desemprego no Brasil atingiu o patamar superior a 10%, no qual se encontra até os dias de hoje, no início dos anos 90 e *como resultado direto da política econômica recessiva do governo Collor*. De lá para cá, a alternância de períodos de crescimento moderado com períodos de estagnação, tem bloqueado a recuperação do nível de emprego. No que respeita à abertura comercial, o economista do Ipea Ricardo Paes de Barros calculou que, apenas no ano de 1995, a indústria brasileira deixou de criar 390 mil empregos em decorrência do aprofundamento da política de abertura comercial propiciada pelo Plano Real.¹⁰⁵ Nós já vimos que no quadriênio 1992/1995, as importações brasileiras cresceram 142%, enquanto as exportações cresciam apenas 30%. O déficit acumulado do setor industrial é pesado: a importação de bens de consumo duráveis cresceu, no mesmo período, mais de quatro vezes, enquanto a exportação de produtos manufaturados crescia apenas 23%.¹⁰⁶

Há outros aspectos da política neoliberal, que analisaremos em detalhes mais à frente, que são também geradores de desemprego. A redução dos gastos e dos investimentos governamentais na área social paralisou a criação de empregos no setor público; o processo de privatização suprimiu milhares de postos de trabalho — apenas nas empresas privatizadas do parque siderúrgico foram suprimidos mais de 90 mil empregos;¹⁰⁷ a tolerância governamental frente à exploração do trabalho infantil exclui *milhões* de trabalhadores adultos do mercado de trabalho, e

105. "Abertura custa 390 mil vagas em um ano", *Folha de S. Paulo*, 7 de agosto de 1996.

106. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), *Anuário dos Trabalhadores*, São Paulo, 1996, tabelas 118 e 119, p. 173 e 174. Essa publicação do Dieese, que será nossa principal fonte para análise do emprego e dos salários, sistematiza dados produzidos por instituições tais como o IBGE, a Fundação Seade, os Ministérios (Fazenda, Trabalho, etc.), o Ipea, a Cepal, a OCDE e a OIT; além dos dados produzidos pelo próprio Dieese — pesquisa sobre desemprego, custo de vida e outras.

107. Lauro Vieira de Faria e Aloísio Campelo Jr. "Siderurgia: privatização que deu certo", *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, outubro de 1996.

a política de redução do valor real das pensões de aposentadoria obrigam o trabalhador idoso a prosseguir trabalhando, no lugar de trabalhadores jovens que permanecem desempregados.¹⁰⁸

Entre 1990 e 1993, período que abarca o biênio recessivo do governo Collor, aumentou a taxa de desemprego, e o número absoluto de trabalhadores empregados caiu — de 40,1 para 39,4 milhões. Nessa época, o crescimento do desemprego não era negado nem pela grande imprensa, nem pelos economistas conservadores. Com a passagem da política recessiva do governo Collor para uma política de crescimento moderado e intermitente dos governos Itamar e FHC, o número de empregados subiu, entre 1993 e 1995, dos 39,4 para 40,7 milhões.¹⁰⁹ Esse pequeno crescimento absoluto, que representa menos da metade dos três milhões de empregos que a economia brasileira precisaria ter criado no biênio 1993/1995 apenas para absorver o crescimento vegetativo da força de trabalho, foi grosseiramente utilizado pela grande imprensa para propagar a idéia de que o desemprego estava diminuindo.¹¹⁰ Ocorre que o crescimento da oferta de empregos foi, no período 1990-1995, menor que o crescimento da procura por empregos: embora o número de empregados tenha crescido, o número de desempregados cresceu mais. De fato, a taxa de desemprego aberta calculada pelo IBGE indica o crescimento do desemprego na década do neoliberalismo — essa taxa passou de 3,7% em 1990, para 4,8% em 1995.¹¹¹

A taxa de desemprego aberto do IBGE, embora mostre o crescimento do desemprego, subestima suas dimensões. A julgar pela taxa do IBGE, o desemprego no Brasil seria muito inferior ao desemprego dos grandes países europeus; considerando o conjunto dos países capitalistas desenvolvidos, a taxa brasileira seria maior apenas que a do Japão.¹¹² O governo FHC tem usado os dados do IBGE para minimizar o problema do desemprego no Brasil. Ocorre, em primeiro lugar, que a metodologia de pesquisa do IBGE

108. Ver intervenção de Márcio Pochman em "Globalização e emprego — debate", *op. cit.*

109. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), *Anuário dos Trabalhadores*, São Paulo, 1996, Tabela 42, p. 79.

110. Um exemplo é a reportagem "Procura-se gente para trabalhar", publicada pela *Veja*, São Paulo, 19 de fevereiro de 1997.

111. Maria da Conceição Tavares e Gerson Gomes, *op. cit.*, p. 33.

112. Cláudio Salvadori Dedecca "Desemprego, heterogeneidade e regulação hoje", *Proposta*, n. 72, março/maio de 1997.

subestima o fenômeno do desemprego aberto, porque toma como referência para a pesquisa o prazo reduzido de uma semana, isto é, são considerados desempregados pelo IBGE apenas os trabalhadores que, encontrando-se sem emprego, procuraram ativamente emprego nos sete dias anteriores à data do levantamento.¹¹³ Essa metodologia omite os desempregados que, por alguma razão, não procuraram emprego na semana anterior à pesquisa. Quanto mais prolongado for, na média, o período de desemprego por pessoa numa dada economia, mais irrealista e infundado será esse prazo de uma semana estabelecido pelo IBGE. Ora, o tempo médio de desemprego no Brasil da década neoliberal é maior que o tempo médio do período precedente. Entre 1985 e 1989, os desempregados procuravam ativamente emprego, em média, dezessete semanas por ano. Entre 1990 e 1995, esse período passou a ser de 22 semanas por ano.¹¹⁴

As pesquisas que tomam o período mais realista de um mês como referência para a apuração do desemprego aberto chegam a taxas muito maiores que a do IBGE. A taxa de desemprego aberto da região metropolitana de Belo Horizonte em dezembro de 1995 era de 3,5% na metodologia do IBGE e de 7,2% na pesquisa que tomava o período de trinta dias como base; a taxa da região metropolitana de Porto Alegre subia, mudando-se a base de referência de uma semana para trinta dias, de 4,4% para 8,3%, e a de São Paulo, de 5% para 8,7%.¹¹⁵

Acrescente-se, em segundo lugar, que o desemprego aberto é apenas uma parte do desemprego total. Esse último é formado pela soma da taxa de desemprego aberto com a taxa de desemprego oculto — seja o desemprego oculto pelo trabalho precário, seja o desemprego oculto pelo desalento.¹¹⁶ Considerando as principais regiões metropolitanas do país, Dedecca constata que a taxa de desemprego aberto do IBGE é, dependendo

113. Wanderley Guilherme dos Santos "Manipulação conceitual disfarça desemprego", *O Estado de S. Paulo*, 7 de julho de 1996.

114. Dieese, *Anuário dos trabalhadores*, *op. cit.*, tabelas 13 e 14, p. 101 e 102.

115. Cláudio Salvadori Dedecca, *op.cit.* Nas pesquisas que tomam trinta dias como período de referência, a noção de desemprego aberto designa a situação das pessoas que, não exercendo nenhum tipo de trabalho, procuraram ativamente emprego nos trinta dias anteriores à data da entrevista.

116. A noção de desemprego oculto pelo desalento, com a qual o Dieese trabalha nas suas pesquisas, designa a situação das pessoas que, não exercendo nenhum tipo

de trabalho considerada, duas ou três vezes menor que a taxa de desemprego total. Para exemplificar, em dezembro de 1995, a região metropolitana de Belo Horizonte apresentava uma taxa de desemprego aberto, apurada pelo IBGE, de 3,5% e uma taxa de desemprego total de 11,1%; a região metropolitana de São Paulo apresentava 5% de desemprego aberto e 13,2% de desemprego total; a região de Porto Alegre apresentava, respectivamente, 4,4% e 10,9%. Para o caso da Grande São Paulo, cuja série histórica de dados sistematizados é maior, pode-se ver que o desemprego oculto cresceu, no levantamento Dieese/Seade, de 2,9%, em 1990, para 4,2% em 1995; o desemprego oculto pelo trabalho precário passou, no mesmo período, de 2% para 3,3% e o desemprego oculto pelo desalento oscilou em torno de 1%.¹¹⁷ O Dieese, sistematizando os dados de diversas instituições de pesquisa (Dieese/Seade, Ipardes, Sert/Sine-PR, e outras), apresentou a taxa de desemprego total de 12,9% para o universo de quatro grandes regiões metropolitanas do país em 1995. Infelizmente, o Dieese não possui dados para o conjunto do país, mas talvez não se encontre muito longe desses 12,9% a taxa de desemprego total no Brasil.¹¹⁸

Ainda no que respeita ao desemprego, é importante comparar a taxa média anual de desemprego do período que precedeu a instalação dos governos neoliberais com o mesmo indicador para a década de 1990, que é a década do neoliberalismo. Temos dados para a Grande São Paulo, no período que vai de 1985 a 1995. A taxa média de desemprego total entre os anos de 1985 e 1989 foi de 9,8%. Essa taxa média subiu para 13,2% no período de 1990 a 1995. Transformadas em números absolutos,

de trabalho, deixaram de procurar emprego, em decorrência do desestímulo do mercado de trabalho, nos trinta dias anteriores à data da entrevista, embora o tivessem feito num período de até doze meses antes do levantamento. A noção de desemprego oculto pelo trabalho precário designa a situação das pessoas que, embora realizassem de forma irregular, remunerada ou não, algum tipo de trabalho, procuraram emprego nos trinta dias ou nos doze meses anteriores à data da entrevista.

117. Dieese, *Anuário dos trabalhadores*, *op. cit.*, tabela 55, p. 98.

118. Dieese, *Anuário dos trabalhadores*, *op. cit.*, tabela 48, p. 89. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou documento durante o fórum Habitat 2, de Istambul, no qual critica a metodologia que é utilizada pelo IBGE para apurar a taxa de desemprego, justamente por essa metodologia omitir o desemprego oculto pelo trabalho precário e mal remunerado ou, muitas vezes, sem nenhuma remuneração. "Desemprego de só 6% é irreal, diz OIT", *Folha de S. Paulo*, 5 de junho de 1996.

essas taxas representaram uma média anual de 664 mil pessoas desempregadas na Grande São Paulo para os anos 1985-1989 e de 1,02 milhões para os anos do neoliberalismo — 1990 a 1995.¹¹⁹ O neoliberalismo colocou a taxa de desemprego num patamar desconhecido na história econômica recente do Brasil.

Outra consequência da política neoliberal sobre o emprego foi sua degradação. A doutrina e a política neoliberal advogam a desregulamentação do mercado de trabalho. Quanto à desregulamentação *legal* e *aberta*, podemos afirmar que o neoliberalismo não avançou muito no Brasil, quer tomemos como termo de comparação o avanço realizado pelo neoliberalismo brasileiro nas políticas de abertura comercial e de privatização, quer comparemos a situação brasileira com as mudanças ocorridas no direito do trabalho de outros países sob governos neoliberais.

Em relação à desregulamentação do mercado de trabalho, a principal medida legal implementada no Brasil foi a desindexação dos salários. Ela foi imposta por Fernando Collor, revogada no governo Itamar, e reimplantada por Fernando Henrique Cardoso em julho de 1995 — falaremos dessa medida quando examinarmos a perda do poder de compra dos salários sob os governos neoliberais. Além da desindexação, existem outras medidas importantes já em vigor: o Decreto 2.100/96 que revogou a aplicação da Convenção 158 da OIT no Brasil, facilitando a prática empresarial de demissão sumária de trabalhadores, e a Portaria 865/95 do Ministério do Trabalho que impediu a autuação, pelos fiscais do trabalho, de empregadores que desrespeitem direitos estabelecidos em convenções ou acordos coletivos.¹²⁰ Há medidas típicas do neoliberalismo, que suprimem direitos dos trabalhadores, e que governos neoliberais de outros países já efetivaram, mas que, no Brasil, ainda se encontram na fase de projetos de lei, em apreciação na Câmara ou no Senado — a Reforma Administrativa, que suprime a estabilidade do funcionalismo público, e o projeto de lei que institui o contrato de trabalho por tempo determinado. Esse último projeto, além de extinguir a excepcionalidade da contratação por tempo determinado, prevê, para o conjunto de

119. Dieese, *op. cit.*, tabelas 49 e 55, p. 90 e 98.

120. "Relações de trabalho no governo FHC", *Jornal do Diap*, maio de 1997, n. 126.

contratos temporários realizados por uma empresa qualquer, a redução das contribuições obrigatórias da empresa, a redução de vários itens que compõem a remuneração do trabalhador e a supressão de direitos trabalhistas.¹²¹

O relativo atraso na desregulamentação *legal* e *aberta* do mercado de trabalho brasileiro não se deve ao fato de os governos brasileiros da década de 1990 serem neoliberais inconseqüentes, influenciados pelo populismo ou pela social-democracia. Deve-se a dois fatores. Primeiro, ao fato de que era mais importante para os governos neoliberais atacar o protecionismo alfandegário e a atividade produtiva do Estado porque esses itens eram muito mais desenvolvidos no Brasil do que a proteção legal ao mercado de trabalho. É exemplar para o esclarecimento desse fenômeno o projeto de lei do Executivo que extingue a excepcionalidade do contrato temporário de trabalho. A necessidade e a urgência da ampliação legal do contrato temporário é menor no Brasil que em outros países, graças às facilidades legais, aqui vigentes, para a demissão sumária de trabalhadores. O patronato brasileiro já pratica uma espécie de contrato temporário de trabalho para grande parte do pessoal empregado, que é periódica e ciclicamente demitido. A alta taxa de rotatividade no mercado de trabalho brasileiro se expressava, em 1993, nos seguintes dados: considerando-se o pessoal não estatutário do setor público mais o total do pessoal empregado no setor privado, 40,3% foram demitidos antes de completar um ano no emprego e 64,6% antes de completar quatro anos.¹²² Na realidade, o neoliberalismo brasileiro deparou-se com um mercado de trabalho muito menos regulamentado do que aquele com o qual tiveram de tratar os governos neoliberais nos países desenvolvidos.

O segundo fator é que, num país periférico como o Brasil, em que os capitalistas gozam de amplo poder de desrespeitar as leis, houve a percepção dos governos neoliberais de que era possível avançar na desregulamentação *prática* do mercado de trabalho, sem arcar com os custos políticos de alterações legais. Uma forma importante que os governos neoliberais encontraram para avançar na desregulamentação do mercado de trabalho foi

121. Augusto Madeira "A contratação temporária e a ofensiva neoliberal", *Debate Sindical*, n. 22, julho/agosto de 1996.

122. Dieese, *op. cit.* tabela 45, p. 84.

tolerar e até estimular a desregulamentação *ilegal*, e muitas vezes *oculta*, praticada pelos capitalistas. Na década de 1990, os governos neoliberais estimularam os empregadores a contratar trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, ao permitirem a piora da historicamente precária fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho e ao estigmatizarem os direitos sociais e a legislação trabalhista. O presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a aconselhar publicamente os industriais de São Paulo a desrespeitarem as normas protetoras do trabalho, fazendo declaração pública de apoio a um acordo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo com uma empresa de sua base, no qual ficava estabelecido um contrato de trabalho por tempo determinado. Tal acordo foi invalidado pela Justiça do Trabalho. Foi o fracasso, nesse caso, da via ilegal que levou o governo FHC a elaborar o projeto de lei estabelecendo o contrato de trabalho por tempo determinado, uma de suas iniciativas mais importantes na desregulamentação das relações de trabalho.¹²³

O resultado da política de desregulamentação ilegal aparece claramente nas estatísticas. A informalização da estrutura ocupacional, que já era muito elevada na década de 1980, desenvolveu-se ainda mais sob o neoliberalismo. Em 1990, havia 14 milhões de trabalhadores por conta própria, 4,9 milhões de trabalhadores não remunerados e 13,8 milhões de trabalhadores empregados sem carteira de trabalho assinada. Em 1995, esses montantes tinham se elevado, respectivamente, para 15,7, para 6,9 e para 15,5 milhões. Em contrapartida, o número de empregados com carteira assinada caíra, no mesmo período, de 23,5 para 20,6 milhões.¹²⁴ Em termos

123. É pertinente observar que, desrespeitando os direitos trabalhistas, FHC apenas repete o padrão de comportamento dos governos neoliberais. Esses governos têm mudado tudo o que precisam mudar em matéria legislativa, e agem, quando preciso, em desrespeito à lei vigente. É Perry Anderson que destaca essa característica que os governos neoliberais vêm apresentando em todo mundo. A esse propósito, também é interessante observar que o relatório anual de 1997 do Banco Mundial, ao apresentar uma espécie de guia prático para políticas de privatização, elabora um repertório de técnicas e expedientes para os governos neoliberais lograrem contornar os obstáculos legais à venda das empresas públicas. Ver Perry Anderson "Além do neoliberalismo", in Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.), *Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático*, Paz e Terra, São Paulo e Rio de Janeiro, 1995, p. 197-202. Um resumo do relatório de 1997 do Banco Mundial é apresentado em *Info-Inter — Revue de Presse*, Paris, n. 78, 18 de setembro de 1997.

124. Maria da Conceição Tavares e Gerson Gomes, *op. cit.*, p. 32 e 36; Dieese, *op. cit.*, tabela 47, p. 86 e tabela 42 p. 79. Na tabela apresentada por Conceição e

relativos, o total da ocupação informal cresceu de 53% da população ocupada em 1990, para 58% em 1995.¹²⁵ O que deve ser considerado, estritamente, emprego informal, que é uma prática ilegal na totalidade dos casos, subiu de 34% para 38% do total de empregados. É possível comparar os dados dos anos 80 com os dos anos 90 na Grande São Paulo, região na qual o contrato de trabalho informal é menor que a média nacional. Na Grande São Paulo, a média anual de assalariados do setor privado sem carteira de trabalho assinada era, excluídos os empregados domésticos, de 8,4% no período de 1985 a 1989. Essa média subiu para 9,5% na primeira metade dos anos 90.¹²⁶

A exploração do trabalho de crianças e adolescentes é outra manifestação da degradação do trabalho e do emprego no Brasil. Nesse item, só dispomos de dados para a década de 1990. Os números mostram a modernidade do neoliberalismo: em 1993, estavam no mercado de trabalho mais de 600 mil crianças entre cinco e nove anos de idade, 3,9 milhões de crianças e adolescentes entre dez e quatorze anos e cinco milhões de adolescentes entre quinze e dezessete anos. Um total de 9,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhando. É forçoso reconhecer que o neoliberalismo tem uma política de emprego (de crianças).

Além do levantamento de 1993, dispomos de dados para o ano de 1995 e, nesse caso, apenas para as crianças e adolescentes entre dez e quatorze anos de idade. Nessa faixa tinha ocorrido uma pequena queda na exploração do trabalho infantil — de 3,9 para 3,6 milhões.¹²⁷ As reportagens que têm aparecido nos jornais e as denúncias feitas pelos movimentos contra a exploração do trabalho infantil mostram que essas crianças

Gomes, à p. 36, há uma inversão dos dados facilmente perceptível — o número de trabalhadores sem carteira é apresentado na casa correspondente aos trabalhadores com carteira. Deve se tratar de um cochilo na confecção da tabela, já que no texto os dados são apresentados corretamente.

125. Para os cálculos das porcentagens desconsideramos os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso que o IBGE acrescentou na população ocupada em 1992. Ver Dieese, *op. cit.*, tabelas 42, 47 e nota técnica às p. 79, 86 e 194.

126. Dieese, *op. cit.*, tabela 51, p. 92.

127. Dieese, *op. cit.*, tabela 32 e gráfico 6, p. 64 e 65. Até 1994, o Estado brasileiro não tinha ratificado a Convenção n. 138 da OIT que estabelece idade mínima para o trabalho — Dieese, *idem*, tabela 102 p. 152. Salvo engano, ainda em 1997, tal ratificação não tinha ocorrido.

trabalham tanto no setor industrial e desenvolvido do capitalismo brasileiro — como a indústria de calçados da região de Franca, em São Paulo — quanto no setor agrícola e atrasado — como as plantações de cana-de-açúcar da Zona da Mata nordestina, ou as carvoarias do Mato-Grosso do Sul. Essas crianças suportam longas jornadas de trabalho, enfrentam situação de insalubridade e recebem um salário inferior ao mínimo legal.¹²⁸

Tem crescido também nas regiões rurais a utilização de formas de trabalho compulsório de tipo pré-capitalista — além do trabalho escravo, que é de ocorrência localizada, está sendo ressuscitado o antigo sistema de barracão. A desregulamentação ilegal e selvagem, o crescimento do trabalho infantil e o ressurgimento de formas pré-capitalistas de exploração do trabalho evidenciam como é equivocado o enfoque, desenvolvido inclusive por intelectuais de esquerda, que amalgama a desregulamentação juridicamente disciplinada do mercado de trabalho europeu, que poderíamos denominar “desregulamentação regulamentada”, com a desregulamentação brasileira. Nenhuma delas interessa ao trabalhador, mas amalgamá-las é falta de rigor e representa um modo de ocultar a gravidade da situação brasileira.

A análise dos dados sistematizados pelo Dieese leva à conclusão que a política neoliberal, além de reduzir e degradar o emprego, arrochou os salários dos trabalhadores.¹²⁹ O salário

128. No final de 1997, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizou uma conferência sobre o trabalho infantil. Brasil, Índia, Guatemala e outros países subdesenvolvidos estavam na berlinda. Não foi adotada nenhuma medida ou proposta de ação para interdição do trabalho infantil. Pelo contrário, os delegados presentes desviaram-se para considerações segundo as quais a supressão do trabalho infantil poderia diminuir ainda mais a renda das famílias pobres dos países da periferia. Descobriram que, se se proíbe o trabalho infantil, as crianças ficam... sem emprego.

129. A política neoliberal também provocou a degradação dos salários nos demais países latino-americanos. Na Argentina, os salários representavam 40,9% do produto interno bruto no ano de 1970. Caíram para 31,5% no ano de 1980, ficaram em 31,9% em 1985 e despencaram para 24,9% do PIB em 1989. Para o Chile, faltamos os dados para o ano de 1989, mas, até então, o declínio da participação dos salários chilenos no PIB era semelhante ao ocorrido na Argentina: 42,7% em 1970, 38,1% em 1980 e 33% em 1985. O México partiu de uma base mais baixa que a chilena e a argentina, e, no final da do período, encontrava-se no mesmo nível daqueles países: 35,7% em 1970, 36% em 1980, 28,7% em 1985 e 25,9% em 1988. Ver Pedro Sainz e Alfredo Calcagno “Em busca de otra modalidad de desarrollo”, *op. cit.* O Brasil manteve, nesse período, a participação dos salários na faixa de 35% do PIB. Foi a partir de 1990, quando o governo Collor introduziu a desindexação, que os salários no Brasil passaram a perder participação na renda.

mínimo real caiu a menos da metade entre 1989 e 1996. Tomando por base o mês de julho de 1940 como índice 100, o salário mínimo real era de 40,70 em 1989. Ele caiu, com pequenas oscilações, até 1993, quando atingiu o patamar de 28,60. A partir de então, isto é, durante os governos Itamar e FHC, a queda se torna regular e acentuada, atingindo no primeiro semestre de 1996 o índice mais baixo da sua história: 17,71.¹³⁰

Aqui são necessárias duas observações. A primeira versa sobre a importância do salário mínimo na determinação dos ganhos da população, para se evitar a falsa idéia de que apenas uma parcela insignificante recebe um salário igual ou próximo ao mínimo. Segundo dados do IBGE, sistematizados pela equipe do Dieese, em 1995, 22,1% da população ocupada recebia até um salário mínimo e 20,4% recebiam entre um e dois.¹³¹ Ou seja, quase metade da população ocupada tem seu rendimento determinado pelo salário mínimo legal fixado pelo governo. A segunda observação versa sobre a metodologia para se calcular a evolução dos salários. Alguns órgãos da grande imprensa procuram esconder o arrocho imposto pelos governos neoliberais ao salário mínimo substituindo, na avaliação da sua evolução, o critério do poder de compra (salário real) pelo critério do seu valor em dólares: quantos dólares o salário mínimo de um mês determinado pode comprar de acordo com o câmbio em vigor naquele momento; algo que poderíamos denominar, para evidenciar a extravagância do procedimento, “salário cambial”. Com esse critério, e tendo em vista a sobrevalorização cambial do plano real, ocorre um aumento aparente no valor do salário mínimo. Porém, como os assalariados, e acima de tudo os assalariados de baixa renda, consomem seus ganhos no mercado interno e em mercadorias e serviços produzidos no país, é evidente que o aumento obtido com base nesse procedimento é fictício.

O salário médio real também caiu na década do neoliberalismo. A pesquisa Dieese/Seade, tomando o salário médio real pago em 1985 como índice 100, constata, para a Grande São Paulo, uma queda muito acentuada ao longo da década de 1990. Em

130. Dieese, *op. cit.*, tabela 22, p. 50. Os governos neoliberais no Chile, Argentina e México também provocaram uma queda acentuada do salário mínimo real. Ver Francisco Zapata “Crise do sindicalismo na América Latina?”, *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 37, n. 1, 1994 — cf. tabelas 2 e 3 p. 94.

131. Dieese, *op. cit.*, tabela 43, p. 80.

1989, o índice encontrava-se em 81,9 e em 1995 ele já tinha caído para 51,5.¹³² É importante considerar a média anual do período imediatamente anterior ao neoliberalismo e essa mesma média para o período dos governos neoliberais: entre 1985 e 1989, o índice médio anual do salário real nos setores industrial, comercial e de serviços na Grande São Paulo foi de 84,94; esse mesmo indicador caiu, entre 1990 e 1995, para a média anual de 59,33.¹³³ Essa grande perda salarial não pode ser atribuída a mudanças espontâneas da economia ou apenas às dificuldades do movimento sindical. Em janeiro de 1996, a pesquisa Dieese/Seade constatou que a queda no salário médio real da Grande São Paulo tinha se acentuado a partir da desindexação dos salários, aspecto importante da política neoliberal do governo FHC.¹³⁴

Para duas outras regiões metropolitanas, que possuem séries históricas de dados mais curtas que a de São Paulo, constata-se uma evolução distinta. No Distrito Federal, o salário médio real pago aos assalariados do setor privado, partindo do índice 100 em 1992, que foi quando se iniciou o acompanhamento, havia caído para 96,6 em 1994 e teve uma recuperação para 102,9 em 1995.¹³⁵ Na Grande Porto Alegre, partindo de um índice 100 em 1993, o salário médio real havia caído para 98,9 em 1995.¹³⁶ Para essas regiões, falta-nos o fundamental: a possibilidade de comparar os salários da década de 1990 com os salários da década anterior. Mas os dados sobre o Distrito Federal e a Grande Porto Alegre mostram que a evolução do salário médio real é, num curto período da década de 1990, distinta de uma região para outra. Isso não invalida, contudo, a tese da tendência geral à queda. Se considerarmos para a Grande São Paulo apenas o triênio 1993/1995, que é o curto período para o qual dispomos de dados para as três regiões metropolitanas consideradas, veremos que a queda do salário paulista nesse triênio é bem menor do que aquela ocorrida no período 1989/1995. Como veremos adiante, houve um impacto

132. Dieese, *op. cit.*, tabela 52, p. 93.

133. Dieese, *op. cit.*, tabela 53, p. 94.

134. "Salário na Grande São Paulo é o mais baixo desde 1985", *Folha de S. Paulo*, 23 de janeiro de 1996.

135. Dieese, *op. cit.*, tabela 63, p. 107.

136. Dieese, *op. cit.*, tabela 69, p. 113.

inicial positivo, porém efêmero, do Plano Real sobre o poder de compra dos baixos salários. Entre 1989 e 1995 o salário real médio na Grande São Paulo caiu 37%, enquanto que entre 1993 e 1995 ele caiu 18%. É certo que essa grande diminuição do ritmo de queda não permite igualar os dados de São Paulo aos demais: na Grande Porto Alegre a queda no mesmo período foi de apenas 1% e no Distrito Federal houve uma recuperação de 2,9%. Contudo, para se pensar em termos de média nacional, deve-se considerar que a Grande São Paulo, onde os salários se encontram mais deprimidos, tem uma população economicamente ativa quase quatro vezes maior que as da Grande Porto Alegre e do Distrito Federal somadas.¹³⁷

O relaxamento da fiscalização tem estimulado os empregadores a forçar a prática de horas extras; o desemprego e a degradação dos salários tem levado os trabalhadores a ceder. Na Grande São Paulo, nos setores industrial, comercial e de serviços, a porcentagem de trabalhadores que trabalhou acima da jornada legal de trabalho no ano de 1995 foi, respectivamente, de 42,5%, 55,1% e 35,9%.¹³⁸ O grande salto na prática de horas extras foi dado em 1989, um ano antes do neoliberalismo passar a informar a política do Estado brasileiro. Mas sob os sucessivos governos neoliberais essa alteração de padrão se manteve. O fato deve estar relacionado com a redução da jornada semanal legal de trabalho de 48 para 44 horas pela Constituição de outubro de 1988. Os capitalistas estão suprimindo, na prática, a melhoria legal que os trabalhadores tinham obtido na Constituição.

2.2 Concentração da renda e redução dos gastos sociais

O governo FHC, a grande imprensa e alguns intelectuais têm sustentado que estaria ocorrendo uma melhora na distribuição da renda no Brasil. Se isso fosse verdadeiro, os dados que apresentamos sobre a deterioração dos salários precisariam, de algum modo, ser revistos. Ocorre que a tese da melhoria na distribuição da renda não se sustenta. A distorção aqui, diferentemente do que ocorre com a apuração da taxa de desemprego pelo IBGE, não se encontra na metodologia de levantamento dos dados, mas na análise dos dados disponíveis.

137. Dieese, *op. cit.*, tabela 48, p. 89.

138. Dieese, *op. cit.*, tabela 54, p. 97.

Como muitas vezes acontece com as análises errôneas, essa tese parte de um dado verdadeiro que, à primeira vista, parece fundamentá-la: houve, de fato, uma pequena melhora na distribuição da renda na passagem do ano de 1994 para o de 1995. Segundo os dados do Ipea, em 1994, os 50% mais pobres da população se apropriavam de 10,4% da renda; em 1995, essa participação tinha crescido um pouco, passando para 11,6%. No mesmo biênio, a participação dos 20% mais ricos tinha caído, passando de 65,7% para 63,3%.¹³⁹ Essa evolução deve estar na base, juntamente com a expansão do crédito ao consumidor, do pequeno aumento no consumo dos setores populares ao longo de 1995. Ela decorre, segundo os analistas do Seade/Dieese, da queda brusca da inflação, que afetava mais fortemente os setores de baixa renda, e do aumento dos preços no setor de serviços; aumento que, em alguns segmentos, transferiu renda da classe média para trabalhadores ligados ao serviço pessoal e doméstico — encanadores, eletricitistas, barbeiros, faxineiras e outros.

Contudo, a oscilação anual na distribuição da renda não dispensa o analista de um exame mais abrangente. Em primeiro lugar, essa oscilação se deu num quadro, bastante conhecido, no qual o Brasil é apontado como o país de renda mais concentrada do planeta.¹⁴⁰ Tal oscilação é, portanto, muito pequena diante da magnitude da desigualdade socioeconômica existente no país. Em segundo lugar, o exame da evolução da distribuição da renda exige a consideração de períodos mais abrangentes. O destaque unilateral para a oscilação ocorrida no curto período de apenas um biênio omite que a década neoliberal, no seu conjunto, agravou o quadro da distribuição da renda no Brasil. De fato, segundo o Ipea, na década de 1960, os 50% mais pobres detiveram, como média anual, 18% da renda nacional; na década de 1970, essa parcela da renda apropriada pelos mais pobres caiu para 15% e na década de 1980 para 14%. Os governos neoliberais conseguiram jogar a renda dos mais pobres ainda mais para baixo. Entre

139. Os dados do Ipea foram elaborados por Marcelo Neri e Ricardo Paes de Barros. As tabelas que informam minha análise estão reproduzidas na matéria "Muito para poucos", *Jornal da Abong*, maio de 1997 e no artigo já citado de Wanderley Guilherme dos Santos.

140. Tal avaliação da situação brasileira apareceu no relatório de 1996 do Banco Mundial. Os dados desse relatório estão tabulados em "Brasil é campeão de desigualdade social", *Folha de S. Paulo*, 9 de julho de 1996.

1990 e 1996, a média foi de 12% da renda apropriada pelos 50% mais pobres. Abstraídas circunstâncias de momento, as médias por década evidenciam que o neoliberalismo agravou a concentração da renda herdada da ditadura militar e da Nova República.

Perguntamos: há indicadores de que a pequena oscilação favorável aos mais pobres, ocorrida em 1995, poderia configurar uma tendência nova, contrária ao processo de reconcentração da renda verificado desde o início dos anos 90? A resposta é negativa. Primeiro, uma oscilação desse tipo não é inaudita. Já ocorreu o mesmo entre 1990 e 1991 e, no entanto, após isso, a renda voltou a se reconcentrar. Segundo, se entre 1994 e 1995, os 50% mais pobres tinham elevado sua participação em 1,2 pontos percentuais, e os 20% mais ricos tinham caído 2,4, no biênio seguinte houve uma grande desaceleração: o primeiro grupo aumentou apenas 0,1 ponto e o segundo caiu apenas 0,2. Tal desaceleração deve se explicar pela mudança na evolução dos salários.

Nós mostramos a queda do salário médio real no decorrer dos anos 90. Mas para refletir sobre a oscilação na concentração da renda podemos usar dados mais finos. O Seade desagregou os dados, considerando o período de dezembro de 1994 a outubro de 1995 na Grande São Paulo, distinguindo três faixas salariais — os 25% mais ricos, os 50% mais pobres e os 25% mais pobres. Verificou que as duas primeiras faixas perdiam de modo regular ao longo de todo o período, enquanto a faixa dos 25% mais pobres ganhava poder aquisitivo até agosto de 1995, e a partir de então também passava a perder.¹⁴¹ A conclusão dos economistas do Seade é que, se entre dezembro de 1994 e agosto de 1995, a queda da inflação tinha permitido uma pequena recuperação salarial para os 25% mais pobres, a partir daquele mês a desindexação dos salários do governo FHC passou a impor perdas salariais também a esse setor. Essa evolução desigual das diferentes faixas salariais no biênio 1994/1995, resultado da ação combinada da queda da inflação e da posterior desindexação, pode explicar tanto a pequena oscilação favorável aos mais pobres na distribuição da renda ocorrida em 1995, quanto a sua desaceleração no ano de 1996. Para que aquela oscilação se convertesse numa tendência, seria necessário, no mínimo, abandonar a desindexação e adotar uma política de recuperação dos salários.

141. "Política salarial prejudica maioria dos trabalhadores", *Folha de S. Paulo*, 27 de dezembro de 1995.

Para a análise da natureza antipopular da política neoliberal, importa considerar, além do desemprego, da degradação dos salários e do processo de reconcentração da renda, a situação em que se encontram os serviços públicos no Brasil. Os dados de que dispomos indicam uma redução nos gastos sociais do Estado brasileiro e a exigüidade desses gastos mesmo para o padrão latino-americano. O Dieese, utilizando como fonte o Ministério da Fazenda, calculou o peso relativo dos diversos itens da despesa orçamentária da União para o período de 1990 a 1996. Os gastos com habitação e urbanismo caíram da insignificante taxa de 0,04% do total das despesas orçamentárias da União para 0,01%; os gastos com educação e cultura oscilaram em torno de 3%. Os gastos com saúde e saneamento apresentaram uma evolução anômala. Deram um grande salto no ano de 1991, quando passaram de 0,78% do total da despesas da União em 1990 para 6,15% dessas despesas em 1991. Esse salto para uma participação oito vezes maior parece refletir uma mera mudança no sistema de contabilidade da União. Com efeito, no mesmo biênio, os gastos da rubrica administração e planejamento caíram, também de modo anômalo, de 72,04% para 42,31%, após o que se mantiveram, com oscilações, num nível de participação em torno de 50%. A partir de 1991, gastos anteriormente debitados na rubrica administração e planejamento devem ter sido transferidos para a rubrica saúde e saneamento. Se desconsiderarmos, em decorrência do que foi dito, o ano de 1990, veremos que os gastos com saúde e saneamento, partindo de 6,15% em 1991, começaram a cair em 1992 atingindo, em 1996, apenas 4,50% do total das despesas orçamentárias da União.¹⁴² Esse arrocho das verbas para a saúde foi motivo de crise na equipe do governo FHC. O ministro da saúde Adib Jatene entrou em conflito com o Ministério da Fazenda e com a Presidência da República devido sua insistência na criação de um novo imposto para suplementar a verba da saúde, a CPMF. A crise foi solucionada, como se sabe, com a demissão do ministro da Saúde Adib Jatene.¹⁴³ A despesa *per capita* do Estado brasileiro com

142. Dieese, *op. cit.*, tabela 121, p. 177.

143. Esse imposto, que entrou em vigor em 1997, é regressivo, já que faz incidir uma mesma taxa sobre o conjunto das contas bancárias da população, independentemente do nível de renda de cada um. O governo FHC agravou tal

saúde representa pouco mais de metade da média dos países latino-americanos: US\$68 contra US\$108.

Entre 1987 e 1993, considerando, agora, os gastos sociais da União em relação ao PIB, temos uma queda de 2,19% para 1,77% do produto interno na área da saúde; de 1,30% para 1,06% na educação; de 0,38% para 0,21% na habitação e de 0,25% para 0,11% na nutrição.¹⁴⁴ É necessário ressaltar que com a saúde e a educação tinha ocorrido entre 1987 e 1989 uma pequena elevação nos gastos — na saúde os gastos tinham subido de 2,19% para 2,40% do PIB e na educação de 1,30% para 1,34%. Esse crescimento, ainda que pequeno, foi revertido no período dos governos neoliberais, chegando às porcentagens que indicamos acima. Em nutrição e habitação a tendência à queda iniciou-se já no final da década de oitenta.

Para o ano de 1995, os levantamentos organizados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Tesouro Nacional (Siafi) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) indicavam, ambos, uma diminuição dos gastos e dos investimentos do governo FHC na área social em relação ao ano de 1994.¹⁴⁵ Segundo os dados do Siafi, os investimentos em educação e cultura tinham caído 35,22%; em saúde e saneamento a queda fora de 28,29%; em habitação e urbanismo ocorrera um crescimento de 243% — crescimento enganoso, uma vez que o montante investido pelo governo Itamar nessa área em 1994 fora insignificante: 24 milhões de reais. Fato indicativo de quais são as prioridades do governo FHC é que essas quedas elevadas ocorreram num ano em que o investimento global do governo caíra apenas 1,33%.¹⁴⁶ Quanto aos dados do TCU, eles se referem

regressividade, ao desviar o dinheiro arrecadado com o novo imposto da saúde para outras áreas que interessavam ao governo. Ver Adib Jatene "Onde foi parar o dinheiro da saúde", *Veja*, São Paulo, 22 de outubro de 1997.

144. I.B. Teixeira "Brasil, Século XXI: A agonia das verbas sociais", *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, abril de 1996. O autor do artigo trabalha com dados do IBGE.

145. O escritório do Deputado Paulo Bernardo (PT-PR) organizou uma detalhada tabela a partir dos dados sobre gastos sociais do governo fornecidos pelo Siafi. Ver "FHC investe menos em educação e saúde", *Folha de S. Paulo*, 16 de março de 1996. Os dados do relatório do TCU foram publicados pelo mesmo jornal na matéria "TCU critica diminuição de gastos sociais em 1995", *Folha de S. Paulo*, 31 de maio de 1996.

146. Ver I.B. Teixeira "Brasil, ano 2000: 6 milhões de crianças fora dos bancos escolares", revista *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas, março de 1996;

aos gastos sociais totais do governo — investimentos e despesas para custeio — e indicam queda de 1994 para 1995 em todos os itens da área social destacados no relatório daquele órgão: queda de 19,98% no apoio à educação e ao ensino fundamental; de 40,95% na geração de emprego e renda; de 82,93% na assistência à criança e ao adolescente; e de 6,28% na alimentação e na merenda escolar. O relatório do TCU destacou que no ano de 1995 a receita arrecadada crescerá em 42,8%.

O Ministro da Educação, Paulo Renato, veio a público para explicar a queda de investimentos na sua pasta. Defendeu-se através da imprensa argumentando que a queda de investimentos explicaria-se pelo fato de que a educação teria muito pouca necessidade de investimento físico.¹⁴⁷ A idéia de que não existe um déficit educacional no Brasil ou que esse déficit é muito pequeno informa a política neoliberal para a educação. Essa idéia é falsa. Segundo a seção Indicadores Sociais da revista *Conjuntura Econômica*, seis milhões de crianças e adolescentes brasileiros ficariam fora da escola em 1996, em decorrência do déficit de 500 mil salas de aula; isto significa carência de investimento físico. Otaviano Helene, tabulando os dados do *Relatório do Desenvolvimento Mundial*, edição de 1994, do Banco Mundial, mostra que o déficit educacional brasileiro é grande não só no ensino primário, mas em todos os níveis do sistema escolar. Comparando nove países subdesenvolvidos, com renda *per capita* equivalente, variando entre 2.730 e 3.340 dólares, constatou que o déficit educacional brasileiro é muito elevado mesmo para o padrão do Terceiro Mundo. O analfabetismo infantil brasileiro de 17,8% só era menor que o da África do Sul. O engajamento da juventude brasileira no ensino secundário, em torno de 34%, só era maior que o da Estônia e da Venezuela. A participação dos jovens no ensino superior — 11,7% da população com idade para frequentar o terceiro grau — só era maior que a da Estônia, República de Maurício e Malásia. O autor conclui que o sistema

Otaviano Helene "A realidade educacional" in *A crise brasileira e o governo FHC*, vários autores, Xamã, São Paulo, 1997. Ver tabela 1, p. 57.

147. A declaração do ministro foi a seguinte: "O problema na educação não é fazer mais escolas, não é investimento físico. A questão é melhorar a qualidade, que é o que estamos fazendo." "Educação recebe menos que área militar", *Folha de S. Paulo*, 16 de março de 1996.

escolar brasileiro é excludente em todos os níveis de ensino, mesmo para o padrão de países subdesenvolvidos.¹⁴⁸

Diante da redução do montante, que já era pequeno, dos investimentos e dos gastos sociais, não cabe a alegação, hoje de senso comum, de que "faltam verbas". Não é correto, tampouco, evocar de modo impreciso a noção de "crise fiscal" do Estado. A redução dos gastos sociais é parte integrante e necessária de uma política que visa atender aos interesses do grande capital nacional e internacional. Afinal, a "crise fiscal" não existe para todos. Façamos duas comparações simples, que colocam lado a lado os gastos sociais do Estado e apenas uma parcela dos gastos voltados para os interesses do capital financeiro internacional e do capital bancário nacional. Os governos neoliberais elevaram o serviço da dívida pago anualmente aos banqueiros internacionais de 12,8 bilhões de dólares, em 1989, para 21,4 bilhões em 1995.¹⁴⁹ Esse aumento do montante de despesas com a dívida externa representou, a despeito do crescimento do produto interno bruto no período, um crescimento relativo das despesas com a dívida de 2,40% para 3,80% do PIB — mais do que os 3,15% do PIB que correspondem à soma dos gastos com saúde, educação, nutrição e habitação no ano de 1993. A outra comparação pertinente, por se tratar de uma despesa ligada ao capital bancário interno, concerne ao programa de socorro aos bancos, o Proer, criado pelo governo FHC em 1995. Apenas com o saneamento do Banco Nacional para sua venda ao Unibanco, o governo federal gastara, nesse mesmo ano, a quantia de 5,9 bilhões de reais, o equivalente a

148. A política dos governos neoliberais para o sistema educacional brasileiro, da escola primária ao nível superior, evidencia a função meramente ideológica do discurso e da atuação do ministro Paulo Renato, que procura passar a impressão de que o Estado prioriza a educação. Além do mero oportunismo eleitoral, essa valorização retórica da educação cumpre funções ideológicas específicas. Sugere que as empresas brasileiras estão incorporando, de modo generalizado, tecnologia de ponta, necessitando de um trabalhador mais qualificado, quando elas estão, na verdade, dilapidando força de trabalho qualificada. Além de produzir uma imagem moderna das empresas brasileiras, tal retórica em prol da educação estigmatiza o desempregado, responsabilizando o trabalhador, supostamente despreparado, pelo próprio desemprego. A defesa aparente que os neoliberais fazem da educação é na verdade, e de modo enviesado, uma acusação que lançam contra os trabalhadores brasileiros.

149. Dieese, *op. cit.*, tabela 116, p. 171; ver também o artigo de Umberto Martins "A dívida externa manda lembranças", *Debate Sindical*, São Paulo, n. 25, junho/agosto de 1997, p. 17-23.

1% do PIB daquele ano. Em um ano e meio, o Proer gastou 20,3 bilhões de reais, isto é, 3,45% do PIB.¹⁵⁰

2.3 Privatização e descentralização na política social brasileira

Os governos brasileiros da década de 1990, além de reduzir os gastos sociais, têm implantado, gradativamente e com dificuldades, o novo modelo de política social, baseado nos princípios neoliberais da privatização, da descentralização dos encargos, da participação e da focalização.

O governo Collor já cogitava realizar uma reforma neoliberal da previdência e da administração públicas. A crise de seu governo, oriunda da revolta generalizada contra a sua política recessiva e agravada pela sua situação minoritária no Congresso Nacional, impediram-no de lograr esse intento. Itamar Franco teve a percepção de que um governo de mandato curto e constituído numa situação de crise e de revolta popular deveria arquivar tais projetos. O governo FHC, apesar de ser o mais sólido dos três governos neoliberais brasileiros, trava uma batalha complexa, que se arrasta há mais de dois anos, para aprovar as reformas neoliberais da previdência e da administração pública, e isso apesar de ele já ter aberto mão, *ao menos por ora*, de uma reforma tão ambiciosa quanto a que fez o general Pinochet no Chile. Tanto na saúde quanto na educação, existe uma parte do setor público que mantém um padrão elevado de serviço gratuito, em grande medida devido à ação de resistência do sindicalismo dos funcionários públicos, à posição de alguns governos ou legislativos estaduais e a certas inércias institucionais — muitos recursos estão, tanto no plano da União quanto dos Estados e Municípios, constitucionalmente vinculados à saúde e à educação. A privatização dos serviços urbanos de eletricidade, de fornecimento de água e de telefonia, já plenamente realizada em inúmeros países da América Latina,¹⁵¹ apenas começou no Brasil.

Quanto à descentralização dos encargos, entendida como recurso tático para prosseguir a política de redução dos gastos

150. "CEF deve receber 320 milhões do Proer", *Folha de S. Paulo*, 31 de maio de 1996. "Em três anos o Plano Real quebrou 69 bancos", reportagem já citada. Os dados referentes ao PIB que utilizo para esses cálculos encontram-se em Dieese, *op. cit.*, tabela 103 p. 154.

151. Henry Coing "À la recherche d'un nouveau modèle de service public: la Venezuela", *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 18, 1994.

sociais, ela apenas se iniciou. O argumento dos seus defensores é que a Constituição de 1988 diminuiu a participação da União no total da arrecadação tributária, sendo lógico, portanto, que diminuam, também, seus encargos. O argumento é típico de um governo que concebe o investimento na área social como um fardo; mas, entremos na consideração dos fatos. Segundo os cálculos de alguns especialistas, a parcela da União sobre o total da arrecadação caiu, entre 1988 e 1993, de 44,6% para 36,5%, enquanto a parcela dos Estados e Municípios, no mesmo período, crescia, respectivamente, de 37,2% para 40,7% e de 18,2% para 22,8%.¹⁵² Não se pode ignorar, contudo, a grande centralização de recursos promovida pelo governo FHC. O Executivo federal, auxiliado pelo conjunto da grande imprensa, travou uma guerra contra os bancos públicos estaduais, que davam aos governos dos Estados maior autonomia financeira. Bancos estaduais importantes foram privatizados ou federalizados, como o Banerj e o Banespa. O governo federal impôs arrocho financeiro aos governos estaduais, fechando as linhas de empréstimos federais, proibindo a contratação de antecipações de receita orçamentária (AROs) e impondo condições draconianas de renegociação das dívidas estaduais — pelo acordo assinado pelo governo Covas, o Estado de São Paulo deverá depositar, durante trinta anos, 11% de sua receita líquida nos cofres federais.¹⁵³ A despeito das mudanças introduzidas pela Constituição de 1988, talvez se possa afirmar que os Estados encontram-se, hoje, financeiramente mais debilitados diante do governo federal.

Onde o processo de descentralização das políticas sociais mais avançou foi na saúde pública, inclusive porque a descentralização nesse setor precede o período neoliberal. O comando do processo de descentralização da saúde está localizado no Ministério da Fazenda. Segundo um especialista em saúde pública, cerca de metade dos municípios brasileiros não têm condições técnicas e financeiras de arcar com os encargos do Serviço Único de Saúde (SUS).¹⁵⁴ As verbas federais diminuíram e seu repasse tornou-se incerto. Estudos monográficos mostram a asfíxia de municípios que

152. José Roberto Afonso, Fernando Rezende e Ricardo Varsano "A Reforma Tributária e o financiamento do investimento público", in João Paulo dos Reis Velloso (org.) *Crise do Estado e retomada do desenvolvimento*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1993.

153. Ver reportagem "Governadores doertes", *Veja*, São Paulo, 18 de junho de 1997.

154. Paulo Eduardo Elias "Reforma e contra-reforma na proteção à saúde", *Lua Nova*, São Paulo, n. 40/41, 1997.

assumiram os convênios do SUS.¹⁵⁵ A qualidade e o nível de atendimento do SUS deixam de ter um padrão nacional, passando a variar de acordo com a cidade ou região.¹⁵⁶ Ao mesmo tempo, o governo repassa, através da renúncia fiscal e do atendimento gratuito, subsídios para o sistema privado de saúde: as empresas que realizam convênios de saúde para seus funcionários têm seus gastos abatidos do Imposto de Renda, e o SUS não é ressarcido pelos convênios quando seus segurados são atendidos pelo sistema público. A segmentação básica entre serviço público para a população pobre e serviço privado para a população de renda média ou elevada é replicada no interior do segmento privado, onde a qualidade dos serviços e o espectro de doenças coberto pelos planos são escalonados de acordo com o poder aquisitivo do cliente.

Na área da educação, a descentralização dos encargos mal começou. Ela vem sendo estimulada por agências internacionais, como a Unesco e a Unicef, que propõem, ainda, a concentração dos recursos públicos no ensino básico e a realização de parcerias com associações civis e empresas. A maior parte do ensino primário e secundário está nas mãos dos governos estaduais. A descentralização implica, portanto, a municipalização. Até 1996, eram poucas as experiências de municipalização, e sua amplitude variava de Estado para Estado. Em São Paulo, o governo Covas implantou os Convênios de Municipalização e o Programa de Ação e Parceria, que avançaram a passos lentos.

A partir de 1997, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, criado pela Emenda Constitucional n. 14, deve acelerar a *descentralização de encargos* e a desconcentração participativa na educação pública, que é uma espécie de privatização, já que o Executivo estadual ou municipal delega atribuições de financiamento e gestão da

155. Lourdes de Freitas Carvalho *Organização de sistemas locais: estudos de municipalização em três municípios de São Paulo*, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 1994.

156. Sintetizando o resultado de uma pesquisa coletiva do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp, Maria Hermínia Tavares de Almeida avalia que o processo de descentralização na saúde aumentou a desigualdade regional dos serviços prestados e está inviabilizando o atendimento à população devido à redução e à transferência cada vez mais incerta das verbas federais. É pertinente destacar que tal balanço é feito por uma autora que declara considerar necessário e democrático o processo de descentralização das políticas sociais. Maria Hermínia Tavares de Almeida "Federalismo e políticas sociais", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (Anpocs), n. 28, junho de 1995.

escola para empresas privadas ou para associações civis. O Fundo de Manutenção reforça a *centralização do poder decisório* sobre a política educacional nas mãos do Ministério da Educação, na medida em que não reduz as atribuições do Ministério e nem sua capacidade de arrecadação de recursos e, ao mesmo tempo, dá ao Executivo federal um novo instrumento para controlar a política educacional do país. As verbas federais só serão repassadas aos Estados e municípios que realizarem convênios de municipalização e de parceria para o ensino básico, punindo financeiramente o investimento já existente ou futuro, dos Estados e dos municípios, no ensino de segundo e terceiros graus. Muitas prefeituras têm resistido à municipalização, por falta de recursos financeiros e meios técnicos para administrar a rede escolar.¹⁵⁷ As manifestações dos consultores das agências internacionais e as experiências de reforma, como a promovida pelo governo Covas em São Paulo, sugerem que o objetivo de longo prazo é desengajar o Estado do ensino de segundo grau. As empresas de ensino terão mais espaço para crescer e a educação poderá acentuar seu perfil elitista.

Dois casos são interessantes para se evidenciar o real conteúdo político do processo de descentralização de encargos: os casos da habitação e da assistência social.¹⁵⁸

Na habitação o processo de descentralização praticamente se consumou e a forma como tal se deu ajuda elucidar o objetivo real desse processo. De fato, a descentralização se configurou como uma descentralização por abandono: o governo federal praticamente deixou de investir em habitação, o que obrigou governos estaduais e municipais, na medida de seus interesses e possibilidades, a ocupar o espaço abandonado pelo Executivo federal. Os programas habitacionais estaduais e municipais são descontínuos, instáveis e não institucionalizados e tendem a reforçar as disparidades regionais em matéria de habitação.

Na assistência social, não houve nenhuma descentralização. Percebe-se, contudo, que tal fato não representa exceção à regra, se se tem em mente os objetivos do processo de descentralização das políticas sociais. Na assistência social gasta-se pouco e quando se quer, já que a institucionalização dos programas é mínima, e o governo funciona como doador. Ele não se depara com movimen-

157. Maria Hermínia Tavares de Almeida "Federalismo e políticas sociais", *op. cit.*

158. Maria Hermínia Tavares de Almeida, *op. cit.*

tos de usuários ou sindicais reivindicando direitos, já que a profissionalização também é mínima e a clientela é desorganizada. Aqui é a filantropia pública pura e simples, o que serve eleitoralmente ao governo federal e às lideranças políticas locais e regionais conservadoras. Fernando Collor de Mello vetou o projeto de descentralização da assistência social, corporificado na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), em 1990. Desde então, surgiram propostas de descentralização vindas da área econômica do governo Itamar com o objetivo de cortar gastos, mas o interesse da área política prevaleceu. Para se entender como funciona a assistência social, serve como exemplo o episódio conhecido, envolvendo o programa Comunidade Solidária, dirigido pela primeira-dama Ruth Cardoso. O programa entregou a quase totalidade das cestas básicas de que dispunha nas cidades baianas, reduto do aliado Antonio Carlos Magalhães, que pôde, por sua vez, explorar eleitoralmente, junto com os prefeitos do PFL, a distribuição das cestas recebidas do governo federal.¹⁵⁹

* * *

Apontamos acima, de modo sintético, o resultado que se obteve, até o presente momento, com a aplicação, ainda incompleta e inacabada, da política social neoliberal. A despeito do avanço obtido sob o governo FHC, a política social neoliberal ainda tem um longo caminho a percorrer no Brasil.

Não entramos no mérito da crítica neoliberal ao Estado de bem-estar. Para demonstrar o caráter antipopular do neoliberalismo, o que importa é o conteúdo de suas propostas e de sua política social, e não a crítica que os neoliberais fazem à política social populista ou social-democrata. Os problemas da apropriação das verbas sociais pela burocracia de Estado e do acesso desigual aos serviços públicos serão abordados no último capítulo do presente trabalho, no qual examinaremos a questão da hegemonia ideológica do neoliberalismo sobre as classes populares.

159. "Distribuição de cestas privilegia aliados", *O Estado de S. Paulo*, 7 de junho de 1996; "Prefeito faz uso eleitoral", *Folha de S. Paulo*, 5 de abril de 1996.

III

CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA IMPLANTAÇÃO

DO NEOLIBERALISMO

I. A SITUAÇÃO INTERNACIONAL E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA

A ideologia neoliberal contribuiu, de modo decisivo, para a formação de governos neoliberais. Ela aglutinou a grande burguesia em torno de uma proposta coerente e, como examinaremos mais tarde, logrou iludir setores das classes populares. Mas essa ideologia não é o principal fator explicativo do sucesso internacional do neoliberalismo no último quartel do século XX.

A ideologia neoliberal foi sistematizada por intelectuais da Europa e Estados Unidos agrupados na Sociedade de Mont Pélérin, durante o período de hegemonia da política econômica keynesiana e do Estado de bem-estar, na Europa Ocidental, do modelo de capitalismo de Estado com bem-estar social na Europa do Leste e na União Soviética e de hegemonia do desenvolvimentismo e do populismo nos países latino-americanos.¹⁶⁰ Aqueles intelectuais elaboraram e desenvolveram sua doutrina numa situação de completo isolamento político. Foram mudanças econômicas e políticas ocorridas no capitalismo internacional a partir da segunda metade da década de 1970 que fizeram com que a burguesia dos países centrais e, mais tarde, suas congêneres dos países periféricos, desertassem do keynesianismo, do desenvolvimentismo e da política de bem-estar, e colocassem no centro da cena política e ideológica aquele pequeno grupo de ideólogos neoliberais que, durante décadas, tinha pregado no deserto. Há algo que desconcerta os observadores dessa história. Hayek costumava apontar o desencontro entre sua história pessoal e a do liberalismo. Dizia que na sua juventude, o liberalismo era velho, e que quando ele, Hayek,

160. Perry Anderson "Além do neoliberalismo", *op. cit.*

envelheceu, o liberalismo rejuvenesceu. Neste capítulo, tentaremos indicar alguns dos elementos que propiciaram o rejuvenescimento do liberalismo no Brasil e nos países da América Latina.

Não se entende a ofensiva neoliberal no Brasil e na América Latina se não se tomar em conta que o antigo padrão de desenvolvimento latino-americano foi implantado apesar do imperialismo e, ainda que de maneira desigual e limitada, contemplou alguns interesses das classes populares.¹⁶¹ Tal assertiva poderá parecer estranha. O desenvolvimento capitalista na América Latina contou com ampla participação dos investimentos imperialistas, concentrados, nos países mais populosos e urbanizados, no setor industrial, e os governos desenvolvimentistas implementaram, no geral, reformas muito tímidas e procuraram conter o movimento popular no continente. Porém, a verdade é que, principalmente no início do processo de industrialização, o imperialismo aferrou-se à antiga divisão internacional do trabalho, relutando em efetuar a passagem para uma nova forma de dominação econômica que tinha no investimento direto na produção industrial latino-americana um de seus traços característicos. Quanto ao reformismo dos governos desenvolvimentistas, apesar de limitado, ele se chocava com as oligarquias agrárias e, inclusive, com as burguesias industriais locais. No caso do Brasil, a transição para um capitalismo de base industrial acompanhado de direitos sociais mínimos foi feita graças à política do Estado populista, nascido da Revolução de 1930.

Durante a República Velha, o capital imperialista era, fundamentalmente, um capital de empréstimo; o que havia de investimento estrangeiro estava concentrado no comércio de exportação de café e na exploração de serviços urbanos — transporte, eletricidade, urbanização. No comércio externo, a economia brasileira fornecia produtos agrícolas e importava manufaturados. As classes populares não usufruíam de direitos sociais. Os governos populistas, controlados por uma burocracia de Estado que podia agir como força social autônoma dada a situação de crise de hegemonia no interior do bloco no poder,

161. Aqui retomamos a antiga e complexa discussão sobre a natureza do populismo e da política desenvolvimentista. A tese que avancei acima eu a desenvolvi na análise do Brasil dos anos 50. Ver Armando Boito Jr. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*, Brasiliense, São Paulo, 1982.

apoiaram-se nos interesses da burguesia industrial nacional e, nos momentos de crise, no apelo direto aos trabalhadores, para fazer avançar a industrialização. Eram induzidos a estabelecer, ao mesmo tempo, a legislação de fábrica e os direitos sociais. Tais governos mantinham relações de representação política difusa com os trabalhadores urbanos e tinham de responder à pressão desses setores. A ampliação dos direitos sociais foi feita vinculando-os, de modo segmentado, às diferentes categorias profissionais definidas no sistema do sindicalismo de Estado.¹⁶² Essa integração limitada, gradativa e segmentada das classes populares urbanas defrontou-se com a oposição ou, no melhor dos casos, com a desconfiança da burguesia nacional e do imperialismo norte-americano.

Os governos populistas possuíam uma considerável margem de manobra frente ao imperialismo, devido aos conflitos interimperialistas da época, cuja maior expressão foi a política belicista de conquista da Alemanha nazista, e, também, devido à bipolarização do poder, no plano internacional, provocada pela consolidação da União Soviética como superpotência após a Segunda Guerra Mundial. Encontravam-se, também, sob a pressão de um movimento popular em ascenso, estimulado pela revolta pequeno-burguesa (tenentismo) e pela reorganização do movimento operário — a Revolução Russa permitiu a superação do abstencionismo anarco-sindicalista da Primeira República pelo acúmulo teórico e organizativo do movimento comunista. Getúlio Vargas obteve financiamento norte-americano para construir a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda porque jogou com o temor de que o Brasil aderisse ao Eixo. A indústria automobilística foi montada, inicialmente, com investimentos europeus, porque as empresas norte-americanas, das quais o mercado brasileiro importava automóveis, preferiam continuar fornecendo veículos prontos para o Brasil. Apenas num segundo momento, e para não perderem a corrida pelo mercado brasileiro, as montadoras norte-americanas começaram a investir na produção de automóveis no Brasil. A partir dos anos 50, os governos populistas valeram-se da Guerra Fria para fazer passar uma política que não interessava na sua integralidade ao imperialismo norte-americano.¹⁶³

162. Situação que Wanderley Guilherme dos Santos caracterizou com a noção de "cidadania regulada". Ver do autor *Cidadania e justiça*, Campus, Rio de Janeiro, 1979, especialmente p. 74-79.

163. Luciano Martins argumenta que a Guerra Fria não propiciou maior liberdade aos Estados latino-americanos tendo, pelo contrário, reforçado a tutela do governo dos

A industrialização capitalista, embora dependente, e a integração das classes populares, embora limitada, não resultaram, portanto, de uma política deliberada do imperialismo, e nem se apoiaram exclusivamente na força e nos interesses da burguesia industrial nacional. Esses processos decorriam do novo e complexo bloco no poder oriundo da Revolução de 1930, do ascenso do movimento popular e de uma situação favorável no plano internacional. Tudo isso começou a mudar, em primeiro lugar, no plano interno. A radicalização do movimento popular na década de 1960 foi suficiente para lançar o conjunto da burguesia brasileira contra o governo Goulart, embora não tenha sido suficiente para libertar as classes populares do populismo e permitir que elas se defendessem com as suas próprias forças.

A ditadura militar implantada no Brasil em 1964 eliminou um dos elementos que propiciaram aquela situação. Liquidando com o populismo e reprimindo o movimento popular, ela eliminou uma das bases sobre a qual se sustentava a política de desenvolvimento da indústria nacional. Rupturas políticas semelhantes verificaram-se, como se sabe, em outros países da América Latina. O peronismo foi substituído pela ditadura militar na Argentina, e a experiência reformista não-populista e mais avançada da América Latina, que foi o governo de Salvador Allende no Chile, conheceu sorte igual. No Chile e na Argentina a marginalização política das classes trabalhadoras foi acompanhada do desmonte do Estado desenvolvimentista — desindustrialização, privatização, supressão de direitos sociais e precarização do emprego.¹⁶⁴

No caso brasileiro, esses dois processos não foram simultâneos. A ditadura militar brasileira, embora tivesse suprimido a

Estados Unidos sobre a região. Refere-se à experiência da Revolução Cubana, na qual um país da região pôde desafiar abertamente a hegemonia norte-americana graças, dentre outros fatores, ao apoio soviético, como uma exceção no continente. De fato, apenas em Cuba a revolução logrou prosperar, sendo que as outras tentativas de revoluções nacionais foram abortadas, por causa, dentre outros fatores, da intervenção do imperialismo norte-americano. Contudo, o que esse autor desconsidera é que o governo dos Estados Unidos logrou abortar a revolução ao preço, inclusive, de aceitar uma política de reformas, implantada pelo nacional-populismo, que ele não se mostrava disposto a, espontaneamente, admitir. Ver o artigo de Luciano Martins "A nova ordem internacional e o Brasil" in Luciano Prates Junqueira (org.) *Brasil e a nova ordem internacional*, Anais do IX Congresso Nacional dos Sociólogos, edição do Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo, São Paulo, 1994.

164. Pedro Saizn e Alfredo Calcagno "Em busca de otra modalidad de desarrollo", *Revista de la Cepal*, op. cit..

política populista de ampliação gradativa dos direitos sociais e arrochado os salários, não implantou uma política global de desregulamentação e manteve a intervenção econômica do Estado com vistas ao crescimento e à diversificação do parque industrial. O golpe militar ocorreu mais cedo no Brasil, quando a situação internacional ainda era diferente da situação criada pela recessão mundial de 1974, e a burguesia industrial brasileira tinha um poderio econômico maior que suas congêneres latino-americanas. Como já destacaram alguns economistas, o maior obstáculo econômico à transição neoliberal no Brasil foi o sucesso que o desenvolvimentismo obtivera na promoção do crescimento e da diversificação do parque industrial brasileiro. No mesmo momento em que o general Pinochet no Chile iniciava o processo mais radical de desindustrialização da América Latina, no qual se destacou o grande encolhimento da indústria metal-mecânica chilena, o governo do general Geisel punha em prática, no Brasil, o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que visava, justamente, ampliar o setor de bens de capital da economia brasileira.

Na década de 1980, configurou-se uma nova situação internacional. A recessão de 1974 revelou-se o prelúdio de um longo período de crises intermitentes — recessões de 1980 e de 1990 — e de crescimento moderado.¹⁶⁵ Os lucros entraram em declínio nos países centrais: esse foi o terreno que levou a burguesia a unificar-se em torno do neoliberalismo. As associações patronais européias e norte-americanas iniciaram uma cruzada contra os direitos dos trabalhadores de seus países e contra o desenvolvimento tecnológico dos países da periferia.¹⁶⁶ As grandes potências imperialistas trataram de articular, em novas bases, suas áreas de influência.¹⁶⁷ Em

165. Nicolas Bernies *L'après-liberalisme — patronat et classe ouvrière dans la crise*, Editions Pec — La Brèche, Montreuil, 1988.

166. Tony Andreani "Quelques elements d'Interpretation de la crise des economies capitalistes développées", Colóquio *Marx aujourd'hui*, Universidade de Nanterre, novembro de 1997, mimeo. Sebastião Velasco e Cruz, fazendo um balanço da bibliografia anglo-saxônica, analisa a relação entre os lucros descendentes e o endurecimento da posição da burguesia dos países centrais contra os trabalhadores e contra as economias periféricas. Sebastião Velasco e Cruz *Estado e economia em tempo de crise — Política industrial e transição política no Brasil dos anos 80*, Editora da Unicamp e Relume Dumará, Campinas e Rio de Janeiro, 1997.

167. Samir Amin fala em neoimperialismo para caracterizar essa nova fase. Ver Samir Amin "Regionalisation dans le Tiers Monde" in *Marchés Régionaux ou Guerres Commerciales*, L'Harmattan, Paris, 1997.

setembro de 1985, formou-se o Grupo dos Cinco (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Inglaterra). Os Estados Unidos passaram a exigir a liberalização do comércio exterior e a privatização das empresas estatais dos países da periferia. O governo Reagan aumentou a pressão sobre a América Latina. No Brasil, essa política apareceu claramente na exigência estadunidense de que o governo brasileiro liquidasse a reserva de mercado para a indústria nacional de informática.¹⁶⁸

A burguesia imperialista vislumbrou no neoliberalismo a via para contrariar, graças à supressão de direitos dos trabalhadores e ao retrocesso no capitalismo periférico, a tendência decrescente da taxa de lucro. Mas, isso não significa que, apenas por esse fato, o neoliberalismo deveria sair-se vitorioso. Foram as condições históricas gerais do período que viabilizaram a ofensiva burguesa e imperialista, motivada pelo descenso das taxas de lucro.

Essa nova fase, a despeito de estar marcada por uma guerra comercial entre as economias centrais, insere-se num período longo marcado pela ausência de confronto militar direto entre as potências imperialistas e pelo declínio e crise final da União Soviética. Ora, a implantação do Estado de bem-estar na Europa Ocidental dependia, não só do crescimento econômico do pós-guerra e da pressão operária (sindical e partidária) de cada país, mas também das condições criadas pelos conflitos interimperialistas e da ameaça representada pela União Soviética. As mesmas condições internacionais que favoreceram o reformismo populista na América Latina favoreceram, também, o desenvolvimento do Estado de bem-estar na Europa Ocidental. O Plano Beveridge do governo inglês de coalizão, que é o projeto pioneiro dos modernos Estados de bem-estar, foi publicado em 1942 e elencou entre seus objetivos a consolidação de uma aliança da burguesia inglesa com os trabalhadores, para a defesa do país frente à agressão do imperialismo alemão.¹⁶⁹ Na França, o projeto da previdência social foi estabelecido pela (e para) ampla aliança de classes forjada na luta contra a ocupação nazista — a Resistência Francesa. O movimento operário pôde, portanto, tirar partido do conflito bélico entre as

168. Diante da pressão estadunidense, um setor do grande capital ligado à indústria de informática abandonou a defesa da reserva de mercado e optou por diversos tipos de associação com o capital estrangeiro. Jorge Tapia *A trajetória da política de informática brasileira*, Editora da Unicamp e Papyrus, Campinas, 1995.

169. Paul Bairoch *Victoires et déboires*, op. cit., p. 496.

burguesias européias. Após a Segunda Guerra, foi o espectro do Estado Soviético, cuja influência política e ideológica no operariado europeu ocidental era grande, que contribuiu para que a burguesia da Europa ocidental consolidasse a política de bem-estar.

Na década de 1980, a estagnação econômica e o declínio da União Soviética já eram evidentes. Ademais, o seu prestígio junto ao operariado europeu estava profundamente abalado — a crítica dos comunistas chineses, a invasão da Checoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia e o surgimento do eurocomunismo foram os episódios mais importantes desse desgaste ideológico. O declínio do prestígio da União Soviética inseriu-se num quadro de crise ideológica mais ampla do movimento socialista reformista e revolucionário. A social-democracia que, na década de 1980, chegara ao governo nos países do sul da Europa, vinha aplicando, com François Mitterrand na França e Felipe Gonzales na Espanha, uma política que se aproximava daquela inaugurada por Thatcher na Inglaterra. Em 1986, com a *perestroika* de Gorbachev, desaparecia a superpotência que concorrera com os Estados Unidos. Com o campo imperialista mais coeso, graças à inexistência de enfrentamentos bélicos entre os Estados centrais, com a União Soviética em processo de desagregação e o movimento socialista em crise, as burguesias imperialistas viram-se em condições mais favoráveis para implantar a política de supressão dos direitos sociais nos seus países e para obrigar uma marcha à ré no desenvolvimento do capitalismo na periferia. As instituições políticas e econômicas internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e, mais recentemente, a OMC passaram, então, a ter um papel mais ativo como instrumento de tutela dos países centrais sobre os governos dos países periféricos.

As burguesias industriais nacionais latino-americanas já se encontravam politicamente debilitadas pela ruptura da frente populista e economicamente limitadas pela crise da dívida externa, cujos serviços e amortizações provocavam déficits crescentes dificultando os investimentos estatais, que tinham impulsionado o antigo modelo, e induzindo os Estados a se colocarem sob tutela do FMI. Nessas condições, essas burguesias foram pressionadas, sob a supervisão do FMI, para rever suas estratégias de desenvolvimento e para se adaptarem às novas exigências das economias centrais.

No caso do Brasil, ademais, os grandes bancos já tinham se identificado com a ideologia e a plataforma neoliberal e lutavam para nuclear as demais frações da burguesia em torno do seu programa. Desde o período do governo do general Figueiredo, a

Fenaban e a Febraban vinham defendendo a privatização, a abertura comercial e outros pontos da plataforma neoliberal como solução para o país. A explicação monocausal que atribuía todos os problemas econômicos — a começar pela elevação da taxa de inflação — ao déficit público foi lançada por essas associações nesse período. Os grandes bancos tomaram a iniciativa de criar o Instituto Liberal, que tinha como objetivo difundir o neoliberalismo no conjunto do empresariado. A seção carioca foi criada em 1983 e a paulista em 1987. Participaram da iniciativa empresas multinacionais do setor industrial e, inclusive, grandes grupos econômicos não-financeiros nacionais. Mas, os fatos indicam o pioneirismo dos banqueiros na defesa do neoliberalismo e uma adesão posterior do grande capital industrial.¹⁷⁰

A década de 1980 testemunhou, então, uma grande onda de contra-reformas neoliberais na América Latina, com inúmeros países seguindo os exemplos chileno e argentino.¹⁷¹ Porém, de novo, o Brasil permaneceu de fora. Agora, não mais devido, apenas, aos interesses e à atuação da burguesia industrial, como fora o caso na década de 1970, mas devido, também, à resistência operária e popular. Diferentemente do que ocorrera no Chile e na Argentina, o emprego industrial crescera muito durante o período de ditadura militar. A base potencial do sindicalismo operário crescera, concentrara-se e apenas no começo da década de 80, com a recessão de 1981-1982, sofreu o impacto desorganizador da elevação das taxas de desemprego. Além disso, o movimento operário e popular ganhara força na luta contra a ditadura militar. A criação do PT e da CUT e a legalização dos demais partidos de esquerda (PCdoB, trotskistas, e outros) são a face mais visível desse fenômeno. O processo constituinte de 1988, que resultou numa Constituição que, hoje, é um dos grandes obstáculos às contra-reformas neoliberais, representou bem essa situação na qual a política brasileira caminhava na contracorrente da política latino-americana.

170. Ver Ary Cesar Minella "El discurso empresarial en Brasil", *op. cit.*

171. Para uma descrição dessa onda de medidas ver: Joseph Ramos "Un balance de las reformas estructurales neoliberales en América Latina", *Revista de la Cepal*, n. 62, agosto de 1977. Ver, principalmente, o Anexo I ("América Latina: principales características de las reformas comercial, financiera y de política macroeconómica", p. 31-34) e o Anexo II (América Latina: reformas del sector público", p. 35-37); Rolando Franco "Los paradigmas de la política social en América Latina", *Revista de la Cepal*, n. 58, abril de 1996.

2. A CONJUNTURA DA TRANSIÇÃO NEOLIBERAL

No trabalho de Sebastião Cruz, o autor destaca três fatores importantes que teriam dificultado a consolidação de uma opção política frente ao neoliberalismo no Brasil da segunda metade dos anos 80. Primeiro, a ampliação da frente política de oposição ao regime militar no momento final da crise desse regime — os acordos para a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney. Tal estratégia restringia as opções de política econômica. Segundo, o insucesso do Plano Cruzado no combate à inflação e a fissura que tal plano produziu, tanto pelo seu insucesso quanto pela prática do congelamento dos preços, entre a burguesia industrial e os economistas desenvolvimentistas. Terceiro, o impacto político e ideológico que a pressão do governo Reagan pela abertura do mercado brasileiro causou na burguesia brasileira. Penso que é importante destacar um quarto fator: a polarização da eleição presidencial de 1989 entre Lula e Collor e a vitória desse último.

Desde a demissão de Dilson Funaro do Ministério da Fazenda em 1987, as propostas neoliberais ganharam espaço dentro do governo Sarney. Porém, outras opções burguesas de política econômica ainda não se encontravam completamente derrotadas. Havia inúmeros setores da burguesia industrial que defendiam o protecionismo — inclusive a indústria de informática, que abria mão da reserva de mercado, mas não da proteção tarifária. O PMDB ainda abrigava um setor importante de políticos desenvolvimentistas — como ficara claro no processo constituinte de 1986-1988. Nossa hipótese é que esses setores que resistiam ou que relutavam em aderir ao neoliberalismo acabaram, no entanto, por apoiar a candidatura neoliberal de Collor quando o processo eleitoral deixou como única opção a Collor, no segundo turno, a candidatura Lula — candidatura que atemorizava a burguesia. Os grandes empresários e os meios de comunicação juntaram-se para apoiar o candidato viável da burguesia, e Collor soube juntar esse apoio dos "de cima" com a simpatia que ele angariara entre os "de baixo" — as pesquisas de intenção de voto indicaram que a maioria dos eleitores dos estratos de renda mais baixa pretendia votar em Collor. A fórmula do sucesso foi a retórica neoliberal (crítica aos "privilégios dos funcionários públicos", aos "cartórios" e aos "monopólios") apresentada numa linguagem de conotação popular — seu refrão de campanha, como se recorda, era a "caça aos marajás".

Na política nacional, a eleição de Fernando Collor de Mello, que levou a plataforma neoliberal ao poder e colocou a frente

burguesa conservadora na ofensiva, não foi um acontecimento isolado. As eleições proporcionais e a composição do Congresso Nacional também reforçaram esse deslocamento para a direita da cena política brasileira. O marco, no que tange ao Congresso Nacional, foram as eleições legislativas de novembro de 1990. O neodesenvolvimentismo do Plano Cruzado, e dos anos 80 em geral, entrou em declínio, e com ele o PMDB. Inclusive esse partido, que perdeu cadeiras no Congresso e importantes Executivos estaduais, como os de São Paulo e Minas Gerais, vai aderir, em boa medida, ao neoliberalismo. Basta contrastar a posição dos peemedebistas na Constituinte de 1986 com a posição que assumiram na votação das reformas constitucionais do governo FHC.

Entre 1987 e 1993, o Congresso Nacional apresentou um crescimento regular e acentuado dos partidos de direita (PFL, PTB, PDS, PDC, PL, PRN e PP) e, em contrapartida, uma redução regular e acentuada do centro (PMDB, PSDB). Quanto à esquerda (PT, PDT, PCB, PCdoB, PSB, PSTU), ela permaneceu amplamente minoritária, cresceu pouco e de modo irregular.¹⁷² Acrescente-se à acentuada redução numérica do centro, a sua conversão ao neoliberalismo — o PSDB afirmou-se, nos anos 90, como a vanguarda do neoliberalismo no Brasil, e o PMDB, como já dissemos, aderiu, na sua maioria, a essa política.

A política econômica do governo Collor colocou o movimento sindical na defensiva. Esse movimento tinha sido muito importante para o movimento popular urbano ao longo da década de 1980. Seu enfraquecimento era estratégico para a consolidação do neoliberalismo. Em 1989, a economia crescera +3,3%. Collor assumiu o governo, em 1990, e empurrou a produção para baixo: -4,4%, em 1990, +1,1% em 1991 e -0,9% em 1992. Em 1993, já então sob Itamar Franco, veio uma recuperação: a economia cresceu +5,0%.¹⁷³ No triênio 1990, 1991 e 1992, o desemprego cresceu bruscamente. A taxa de desemprego (médias anuais em porcentagens da PEA) na Grande São Paulo, no ano de 1989, estava em 8,7%; no ano de 1990, subiu para 10,3%; no de 1991, para 11,7%; e no de 1992, para 15,2%. Também a taxa de desemprego na

172. Rachel Meneguello: "Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994" in Evelina Dagnino (org.): *Anos 90, política e sociedade no Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1994. Ver Tabela I p. 155.

173. *Indicadores Desemp.*, 94, edição do Departamento de Estudos Socioeconômicos e Políticos da CUT, São Paulo, 1994, p. 38-39.

Grande São Paulo só sofreu uma pequena inflexão em 1993, quando teve uma pequena queda, para 14,6%.¹⁷⁴ Os salários também foram para baixo na conjuntura recessiva do governo Collor. Em dólares de dezembro de 1993, o salário mínimo era de US\$88.55 em 1988 e de US\$90.93 em 1989. Em 1990, começou a queda, e ela foi brusca: US\$64.22 em 1990, US\$62.41 em 1991 e US\$65.70 em 1992. De novo, o ano de 1993 indica uma pequenina recuperação, com o salário mínimo subindo para US\$74.33. O rendimento médio mensal dos assalariados do setor privado (indústria, comércio e serviços) apresentou curva semelhante.¹⁷⁵

Portanto, em 1990, 1991 e 1992 caíram a produção, o emprego e os salários. Em 1993, todos esses três índices iniciaram uma pequena recuperação, sendo que o significativo crescimento do PIB no ano de 1993 não foi acompanhado de uma redução digna de nota na taxa de desemprego — fato indicador de que as empresas aumentaram a produção sem aumentar significativamente o pessoal empregado. A recessão de 1990/1992 contribuiu para que a atividade grevista diminuísse muito — se em 1990 12,4 milhões de trabalhadores tinham participado de greves em todo país, em 1991, esse número caiu para 8,8 milhões e, em 1992, despencou para apenas 2,9 milhões. Apesar do refluxo do movimento sindical, os efeitos da recessão sobre o conjunto do movimento popular foram mais complexos, como indica a campanha pelo *impeachment* de Fernando Collor.

Outros aspectos que caracterizaram essa conjuntura de transição para a política neoliberal concernem ao remanejamento político ocorrido no campo sindical. As novas orientações das direções sindicais também contribuíram para reduzir a capacidade de resistência do sindicalismo ao ascenso neoliberal. De um lado, houve uma rearticulação do sindicalismo pelego, corporificada na criação da central Força Sindical em 1991, que contou com o apoio político e financeiro do governo Collor e de empresários, e à qual o conjunto da mídia deu um destaque e um apoio inauditos.¹⁷⁶ De outro lado, a corrente dominante na CUT, a Articulação Sindical, adotou, alguns meses após a posse

174. *Indicadores Desemp.*, op. cit., p. 110.

175. *Indicadores Desemp.*, op. cit., p. 116-117.

176. Vito Giannotti: *Medeiros visto de perto*, Brasil Urgente, São Paulo, 1994, p. 64-65, 98-105, 123, 136-147, 161-172.

de Collor, a estratégia do sindicalismo propositivo, que instaurou uma política hesitante e contraditória que levava à conciliação com o neoliberalismo.

* * *

A vitória da plataforma neoliberal no Brasil deve-se a uma conjuntura histórica complexa que articula a situação internacional à história brasileira. Nessa conjuntura interferem fatores de ordem econômica (alternância de recessões com períodos de crescimento moderado, desemprego), de política internacional (reunificação do campo imperialista, desagregação da União Soviética), de política interna, fatores ideológicos (crise do movimento socialista) e outros. Alguns desses fatores são de longa duração, outros circunstanciais — como as peculiaridades da eleição presidencial brasileira de 1989. Não é possível, portanto, explicar a vitória do neoliberalismo recorrendo a uma explicação estritamente econômica, como fazem os autores que se contentam em falar no “esgotamento do modelo de substituição de importações”. Tampouco nos parece correto o determinismo que decorre desse economicismo. É certo que a situação do início dos anos 90 impelia o Estado brasileiro para a política neoliberal. Mas para o neoliberalismo chegar ao poder foi preciso vencer, a duras penas, a eleição de 1989 e, menos de três anos depois, reerguer-se na conjuntura difícil da crise do *impeachment*.

PARTE 2

O SINDICALISMO BRASILEIRO

FRENTE À POLÍTICA

NEOLIBERAL

PRÓLOGO

Na primeira parte deste trabalho, vimos que a ideologia neoliberal oculta a natureza de classe da política neoliberal. A ideologia sugere que os objetivos do neoliberalismo são reimplantar o livre jogo das forças de mercado, garantir a concorrência, a soberania do consumidor e difundir o progresso e a riqueza em cada país e em escala internacional — ou “global”. Tal discurso oculta que o que a política neoliberal faz é fortalecer os monopólios, conter o crescimento econômico, concentrar a renda e a propriedade e aumentar a desigualdade entre o centro e a periferia do sistema capitalista internacional. A ideologia neoliberal proclama, ainda, que o neoliberalismo é contra os privilégios e anuncia que a ação dos governos neoliberais visa melhorar as condições de vida dos trabalhadores de baixa renda. Porém, sua política social aumenta as desigualdades, o desemprego e a pobreza. Em resumo, vimos que a ideologia neoliberal oculta que o neoliberalismo é um discurso e uma política burgueses e, particularmente, um discurso e uma política do imperialismo e do grande capital, especialmente do capital financeiro.

Nesta segunda parte do trabalho, examinaremos como o movimento sindical brasileiro tem sido afetado pelo neoliberalismo e como tem reagido a ele.

Analisaremos as relações do movimento sindical com o neoliberalismo, com a política econômica e social que os governos neoliberais efetivamente implantaram no Brasil ao longo da década de 1990 e com as mudanças ocorridas no nível das empresas. Não faremos um exame sistemático da luta dos organismos que atuam na base do movimento — sindicatos e eventuais comissões de empresa. A luta nos locais de trabalho não é objeto do nosso estudo. Analisaremos, fundamentalmente, a ação das centrais sindicais, que são as organizações de cúpula do sindicalismo. As principais questões que nos interessam são, resumidamente, as que seguem. As centrais sindicais têm se oposto ao neoliberalismo, têm aderido a tal política ou têm conciliado com ela? Como explicar as concepções e as orientações práticas das centrais sindicais nos anos 90? Conseqüência inevitável da situação econômica ou política do país e da realidade internacional?

Resultado da escolha das lideranças sindicais? Ademais, considerando a relação da política neoliberal com o movimento sindical de um outro ângulo, perguntaremos se a luta sindical tem influenciado a política dos governos neoliberais no Brasil.

Aponto, desde já, duas limitações deste estudo. A atuação do sindicalismo do setor público mereceria uma análise à parte num trabalho sobre as relações do movimento sindical com o neoliberalismo. O funcionalismo público é um alvo privilegiado da política neoliberal, seu movimento sindical tem crescido muito e ele tem desencadeado algumas ações importantes contra as reformas neoliberais da constituição, as privatizações e o arrocho salarial. Infelizmente, por razões de ordem prática, não pudemos realizar essa análise separadamente e de modo mais aprofundado. Outra restrição é que este estudo privilegiará o exame da parte mais organizada e ativa do sindicalismo brasileiro, parte essa que é representada pela CUT. Centrais como as duas CGTs e a USI, que são agrupamentos com capacidade de mobilização muito pequena, não serão consideradas. A atuação da Força Sindical será examinada, mas sem o aprofundamento que dispensaremos à CUT.

* * *

Uma vez que iremos examinar a situação da luta sindical frente ao neoliberalismo, convém dizermos uma palavra sobre a importância que atribuímos ao sindicalismo neste final de século. O tema é polêmico e comporta posições extremadas, desde aqueles que entendem que o sindicalismo encontra-se em processo de declínio histórico irreversível até os autores que, mesmo sem o dizer, ignoram a importância das novas lutas sociais que estão surgindo e supõem ser o sindicalismo o único movimento de massa digno de consideração pela esquerda socialista.

Na conjuntura ideológica atual, vicejam as teses sobre o fim das contradições e das lutas típicas do capitalismo. Já vimos que os teóricos da globalização alardeiam o fim do imperialismo. Há os que apregoam o fim da classe operária. A idéia de que o sindicalismo estaria chegando ao fim está inserida nesse contexto intelectual.

O sindicalismo desempenhou, na história recente do Brasil, um papel importante. Depois de um longo período em que a quase totalidade dos sindicatos oficiais esteve a serviço da ditadura militar, a crise econômica e política do final dos anos 70 criou a oportunidade para a afirmação de um novo sindicalismo

a partir da luta dos metalúrgicos do ABC. Desde então, a luta sindical de massa reconstituiu-se, e parte do sindicalismo brasileiro afirmou-se como movimento reivindicativo e político. Foi um movimento fundamental na luta contra a ditadura militar, contribuiu para a ampliação dos direitos sociais na Constituinte, despertou os setores mais ativos das classes trabalhadoras urbanas para o apoio à luta pela reforma agrária e contribuiu muito para a mobilização popular pelo *impeachment* de Collor. Além dessa presença importante nos acontecimentos políticos e sociais, o sindicalismo foi a principal força responsável pela criação do Partido dos Trabalhadores.

Não há dúvida de que a situação hoje é outra. A década de 1990 tem sido um período difícil para o sindicalismo no Brasil. Ele não deixou de ser um movimento social importante, mas sua capacidade de intervenção na luta política e social diminuiu. Nos anos 80, a CUT representou, frente aos governos Figueiredo e Sarney e diante da deterioração das condições de vida das classes trabalhadoras, o baluarte da resistência e da luta popular. A CUT era uma referência central das lutas populares e o inimigo público número um dos governos. Hoje, a seu modo, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, que ocupa esse posto. O MST é o movimento popular que mais cresceu, expandiu-se do campo, onde organiza os camponeses pobres, para as cidades, onde passou a organizar assalariados desempregados que querem se estabelecer como camponeses, ou simplesmente voltar à condição de camponeses que seus pais ou eles próprios já foram. Esse movimento é, também, o movimento que está polarizando politicamente com os governos neoliberais, principalmente após a posse de Fernando Henrique Cardoso. Além do MST, surgem lutas novas, como a dos trabalhadores do setor informal da economia, que também têm se desenvolvido, em grande parte, fora do movimento sindical.

A situação brasileira não é uma exceção. Em escala internacional, as dificuldades do movimento sindical vêm se manifestando desde a década de 1980. Verificaram-se o declínio da atividade grevista, a diminuição do número de afiliados e a afirmação, entre as direções sindicais, da tendência à moderação da luta.¹⁷⁷ Em alguns países europeus, também surgem novos movimentos de trabalha-

177. René Mouriaux *Le syndicalisme dans le monde*, Presse Universitaire de France, Paris, 1993.

dores na luta contra a ofensiva neoliberal. O caso mais importante é o movimento dos desempregados na Europa, que se organiza, em grande medida, fora do movimento sindical.

O pensamento crítico precisa debruçar-se sobre esses novos movimentos. Sua importância é crescente, e alguns deles assumem lutas que dificilmente poderão ser assumidas pelo movimento sindical. No que respeita ao Brasil atual, a compreensão ampla da posição das classes trabalhadoras e do movimento popular frente ao neoliberalismo exigiria o seu estudo.

Mas nada disso significa que o sindicalismo tenha ingressado num processo de declínio histórico irreversível. Além do que, na segunda metade da década de 1990, começaram a surgir sinais de uma provável recuperação do movimento sindical. A grande greve geral francesa dos trabalhadores do setor público, em novembro/dezembro de 1995, que só pôde durar mais de um mês graças ao apoio que obteve junto aos trabalhadores do setor privado, marcou o início do fim do governo de direita de Alain Juppé. Na Europa, se antigos movimentos sindicais, como o dos mineiros, entraram em declínio, novos movimentos estão surgindo, como o dos caminhoneiros, que, hoje, são um dos setores mais ativos e poderosos do sindicalismo francês, devido à importância crescente do transporte rodoviário de carga e ao assalariamento generalizado dos caminhoneiros franceses.¹⁷⁸ Nos Estados Unidos, a expansão econômica dos anos recentes e a conseqüente redução do desemprego repercutiram positivamente na luta sindical. A greve prolongada e vitoriosa dos 185 mil funcionários da United Parcel Service (UPS), em 1997, e a greve dos operários da General Motors, em 1998, parecem indicar o início de uma recuperação do movimento sindical estadunidense. A greve da UPS, de resto, foi, justamente, uma mobilização que uniu trabalhadores estáveis e trabalhadores precários na luta por um único contrato de trabalho na empresa — como se vê, a diferenciação no contrato de trabalho pode, dependendo das circunstâncias, servir de estímulo à luta sindical.¹⁷⁹ Na Coreia, que

178. Ver o suplemento "Spécial transport" do jornal *Le Monde*, Paris, 19 de junho de 1997.

179. Ver Rick Fantasia "Spectaculaire victoire des camionneurs américains", *Le Monde Diplomatique*, outubro de 1997. A UPS é uma empresa de entrega de correspondência e de objetos variados. Seus funcionários são carregadores, entregadores, pessoal administrativo, mas, principalmente, caminhoneiros.

se encontra hoje no epicentro da crise financeira internacional, o movimento sindical, com a onda de greves de 1997, tem sido uma força social ativa e importante na crise política daquele país.¹⁸⁰ A classe operária e o sindicalismo não só não estão se extinguindo, como, na verdade, apenas agora começam a se desenvolver em inúmeros países. Nos chamados "tigres" do Leste da Ásia e na China, praticamente não existia, até algumas décadas atrás, um proletariado industrial. A indústria desses países emprega, hoje, dezenas de milhões de trabalhadores. Na Rússia, devido ao prolongado período de ditadura, só agora a classe operária começou a organizar o seu movimento sindical.

A situação econômica, política e ideológica atual, principalmente na América e na Europa, que procuramos apresentar quando analisamos as condições históricas da ofensiva neoliberal, é desfavorável para todos os movimentos populares e, principalmente, para o sindicalismo — particularmente afetado pelo desemprego, pela abertura comercial e pela desregulamentação do mercado de trabalho. Porém, tal qual a apresentamos, essa situação não pode ser considerada definitiva.

180. Ver Laurent Carroné "Les travailleurs coréens l'assaut du dragon", *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 1997.

IV

DO SINDICALISMO DE OPOSIÇÃO AO SINDICALISMO DE PARTICIPAÇÃO: UMA TRANSIÇÃO INACABADA

I. O SINDICALISMO DE OPOSIÇÃO À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DOS ANOS 80

Na segunda metade da década de 1980, as correntes sindicais mais ativas na luta reivindicativa já estavam organizadas na Central Única dos Trabalhadores, ou gravitavam ao seu redor. Os sindicalistas do Partido Comunista do Brasil e do Partido Comunista Brasileiro, que depois se transformou em Partido Popular Socialista, ingressaram na CUT apenas no seu IV Congresso, em 1991, mas já vinham se aproximando dessa central desde que Luiz Antonio de Medeiros e Antonio Rogério Magri tinham criado, em 1987, a corrente autodenominada sindicalismo de resultados.

A ofensiva do neoliberalismo e a posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República em março de 1990 levaram a uma mudança de estratégia da CUT. Tal mudança foi dirigida pela corrente majoritária da central, a Articulação Sindical, que obteve aprovação de suas novas concepções e estratégia nos encontros decisórios da central, a despeito da resistência das correntes minoritárias — as diversas correntes sob influência trotskista, comunista e da parte radicalizada dos católicos ligados à Teologia da Libertação. O marco inicial dessa mudança foi a IV Plenária Nacional da CUT, realizada em agosto de 1990 na cidade de Belo Horizonte. Nessa plenária, a direção da CUT lançou e fez aprovar a idéia de um “sindicalismo propositivo”, que seria uma opção ao “sindicalismo defensivo” dos anos 80. Segundo essa proposta, a central deveria ir além da postura exclusivamente reivindicativa e de valorização excessiva da ação grevista, que teria predominado nos anos 80, e passar a elaborar propostas de políticas a serem apresentadas e negociadas em fóruns que reunissem os sindicalistas, o governo e o empresariado. Essa mudança de estratégia foi consagrada no IV Congresso da CUT realizado em São Paulo

em setembro de 1991. Esse foi um congresso marcado pela exacerbação do conflito entre a Articulação Sindical e as correntes minoritárias situadas à sua esquerda. Numa votação decisiva, que estabelecia os critérios para a formação da executiva nacional da central, a Articulação Sindical negou-se a concluir a contagem dos votos dos delegados. Essa atitude quase provocou o encerramento antecipado do congresso e uma crise política na central, mas garantiu-lhe o controle seguro da executiva nacional e a implantação da nova estratégia.

Vejamos as características da linha sindical que era implementada pela CUT antes dessa virada.

A CUT, durante a década de 1980, lutou para implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro. Em primeiro lugar, a CUT foi, gradativamente, consolidando uma plataforma de transformações econômicas e sociais antagônica à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia. Entre o seu congresso de fundação, em 1983, e o seu terceiro congresso regular, em 1988, a CUT foi aprovando e reafirmando as seguintes palavras-de-ordem, referentes à economia e à política social: não-pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, estatização dos serviços de saúde, da educação e do transporte coletivo, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, contra a privatização das estatais. Em momentos críticos da luta democrática, a CUT aprovou, em seus congressos, palavras-de-ordem tais como: boicote ao Colégio Eleitoral — que acabaria por eleger Tancredo Neves e José Sarney — e luta por uma Constituinte exclusiva e soberana, opondo-se à atribuição de poderes constituintes ao Congresso que deveria ser eleito em 1986.¹⁸¹

Em segundo lugar, se é verdade que essa plataforma não foi levada, na sua inteireza, para a ação prática, nem por isso deve-se supor que ela tenha permanecido letra morta. A CUT organizou campanhas, no âmbito nacional e internacional, pelo não-pagamento da dívida externa e interveio ativamente a favor da reforma agrária na elaboração da Constituição de 1988. Ademais, nas greves gerais nacionais de protesto que organizou,

181. As decisões dos sucessivos congressos da CUT são repertoriadas por Sílvia Costa: *Tendências e centrais sindicais — o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994*, Editora Goiânia e Anita Garibaldi, Goiânia e São Paulo, 1995, p. 87-185.

ao longo da década de 1980, contra a política econômica do governo, a CUT propagandeou e agitou sua plataforma de transformações econômicas e sociais. Essa plataforma e essa linha de ação apontavam para a unificação da luta sindical das classes trabalhadoras, unificação que teve nas greves gerais de protesto contra a política econômica do Estado sua forma de ação mais expressiva.

Ao todo ocorreram quatro greves gerais. A primeira delas, realizada em julho de 1983 ainda sob um governo militar, foi um protesto contra o decreto que alterava a política salarial, reduzindo o índice de reajuste automático das faixas salariais acima de três salários mínimos a um patamar inferior ao da inflação, e contra as deposições, pelo governo militar, de diretorias sindicais que vinham organizando greves contra a política econômica do governo. A greve de 1983 também fazia agitação contra o pagamento da dívida externa. Ela obteve, segundo cálculos de Salvador Sandoval, a participação de dois a três milhões de trabalhadores.¹⁸² A segunda greve, realizada em dezembro de 1986, foi um protesto contra o Plano Cruzado II, particularmente contra o fim do congelamento de preços, reivindicava uma política de recuperação salarial e também agitava a bandeira do não-pagamento da dívida externa. Essa greve mobilizou cerca de dez milhões de grevistas, isto é, quatro a cinco vezes mais que a precedente. A terceira greve, de agosto de 1987, foi um protesto contra a implantação do Plano Bresser. De novo, um protesto contra alterações na política salarial do governo federal. Na greve de 1987, foi dada ênfase maior às palavras-de-ordem democráticas e populares: não-pagamento da dívida externa, reforma agrária, semana de quarenta horas, estabilidade no emprego. Verificava-se a politização crescente da luta grevista. A greve de 1987 manteve o mesmo nível de mobilização da greve de 1986: contou com a participação de dez milhões de grevistas. Finalmente, houve uma quarta greve geral nacional de protesto, realizada em março de 1989. De novo, tratou-se de uma greve contra um plano de estabilização, o Plano Verão, que alterava a política de indexação dos salários. Essa greve deu um salto no plano da mobilização. Embora tampouco tenha sido uma greve de luta, isto é, uma greve cujo objetivo seria

182. Ver os cálculos detalhados de Salvador Sandoval para as greves gerais da década de 1980 no seu livro *Os trabalhadores param — greves e mudança social no Brasil (1945-1990)*, Ática, São Paulo, 1994, p. 190-198.

procurar manter os trabalhadores paralisados até o atendimento das reivindicações, a greve de 1989 prolongou a duração do protesto grevista para dois dias — as anteriores tinham tido a duração de apenas um. O número de grevistas foi o dobro do da greve de 1987, chegando a vinte milhões. Entre 1983 e 1989, portanto, esse número cresceu dez vezes.

Os setores mais ativos nessas greves foram: metalúrgicos e trabalhadores da indústria automobilística, trabalhadores da indústria química e petroleira, trabalhadores da construção civil, funcionários públicos estaduais e federais, professores da rede pública, trabalhadores dos transportes urbanos, médicos e funcionários da saúde e bancários. Mas o apoio à tática de greve geral de protesto espalhou-se para outros setores das classes trabalhadoras ao longo dos anos 80. Salvador Sandoval observa que além desse grupo básico outros setores foram se incorporando à prática da greve geral: trabalhadores da indústria têxtil, comerciários, ferroviários, aeroviários, eletricitários e trabalhadores da indústria do couro e do calçado. Ao longo das quatro greves ocorreu, também, uma crescente participação das regiões do país com menor tradição sindical. O número de Estados da federação envolvidos nas greves passou de onze para vinte e dois entre 1983 e 1989.

Outro momento importante e característico da ação da CUT nesse período foi a sua intervenção no processo constituinte de 1986-1988. Essa intervenção teve como objetivos principais constitucionalizar direitos trabalhistas e sociais já existentes, criar direitos novos de proteção aos trabalhadores e influir na produção de normas constitucionais favoráveis à reforma agrária. Para tanto, a central procurou mobilizar o conjunto dos sindicatos filiados numa luta comum e em aliança com inúmeras outras organizações democráticas e populares. O *Boletim Nacional da CUT*, de setembro de 1987, em editorial assinado por Jair Meneguelli, então presidente da central, sintetizou esse tipo de intervenção.

A CUT fez um grande esforço no dia 15, mobilizando dezenas de companheiros dirigentes de sindicatos para um encontro com o relator Bernardo Cabral. Entregamos um texto manifestando claramente o repúdio dos trabalhadores à retirada do projeto [de Constituição] de pontos que asseguram seus direitos.

(...) Deixamos claro que não vamos permitir que caia a aposentadoria por tempo de serviço sem limite de idade, a estabilidade no emprego, lutaremos pela redução da jornada de trabalho, pela reforma agrária e acesso à terra, liberdade e autonomia sindical, direito de greve sem limitações na lei e pela manutenção do ensino público e gratuito.

Empresários, banqueiros, latifundiários estão com suas armas pesadas funcionando para garantir seus interesses e impor ao conjunto dos trabalhadores a “legalidade” de um texto antidemocrático e socialmente atrasado.(...)

(...) Reunidos em Brasília, definimos uma campanha urgente. Precisamos pôr os sindicatos em movimento, recuperar o tempo perdido e construir uma mobilização nacional para não permitir que o retrocesso vire lei.¹⁸³

A Assembléia Nacional Constituinte teve o condão de politizar o movimento sindical. Colocou o conflito de interesses entre as classes sociais no plano geral da política. Trouxe para o debate público algumas das questões básicas da estrutura econômica, social e política do país. A CUT interveio nesse processo orientada por uma visão, estampada no documento citado acima, segundo a qual a sociedade estava dividida por um conflito básico: num lado, encontravam-se os trabalhadores, assalariados ou não, e, no outro, os banqueiros, latifundiários e grandes empresários. A CUT via como sua tarefa formar uma grande frente para fazer valer os interesses do campo popular na elaboração da Constituição. É certo que nem sempre a CUT empenhou-se o necessário para obter amplas ações de massa e, quando se empenhou de fato, nem sempre foi muito bem sucedida. De qualquer modo, houve ações importantes.

No dia 12 de agosto de 1987, as entidades populares, e entre elas a CUT, entregaram ao Congresso Constituinte 122 propostas de emendas populares à Constituição, que somavam mais de quinze milhões de assinaturas. As propostas de emenda que versavam sobre reforma agrária e sobre direitos dos trabalhadores obtiveram mais de dois milhões de assinaturas. No dia 3 de dezembro de 1987, a CUT participou da reunião que congregou, em Brasília, mais de duas centenas de entidades sindicais e populares, na *Plenária Nacional de Entidades Sindicais, Populares e Democráticas em Defesa dos Direitos do Povo*, para protestar contra o então chamado “golpe do Centrão”, isto é, a ação da frente suprapartidária de direita que fizera aprovar uma alteração, prejudicial para o movimento popular, no regimento interno do Congresso Constituinte.¹⁸⁴ A CUT participou também

183. Jair Meneguelli, editorial do *Boletim Nacional da CUT* de setembro de 1987.

184. *Boletim Nacional da CUT*, dezembro de 1987.

da grande manifestação de cinco mil trabalhadores rurais em Brasília, para pressionar a Constituinte por uma legislação favorável à reforma agrária.¹⁸⁵

Jair Meneguelli, em entrevista concedida no final de 1987, resumia assim a concepção de movimento sindical que informava essa linha de ação.

Tenho certeza absoluta de que o sindicalismo brasileiro não sobreviverá se o movimento sindical imaginar que, apenas reivindicando salários e condições de trabalho, resolveríamos o problema da classe trabalhadora. É evidente que o mais imediato é a questão do salário (...). Mas eu tenho defendido insistentemente que hoje é importante a participação do movimento sindical na coleta das emendas populares para a Constituinte que tratam dos direitos dos trabalhadores (...) como tenho defendido que o movimento sindical organize a greve geral lutando por questões imediatas como a recomposição dos salários, das perdas provocadas pelos três Planos Cruzados, que giram em torno de 37,74%. (...) É preciso uma mudança estrutural e completa nesse país. É preciso uma reforma agrária, sem a qual viveremos eternamente questionando os assassinatos no campo e o avanço do latifúndio, e seremos um sindicalismo reformista. (...). Sou enfaticamente contra o pagamento da dívida externa, porque acho imoral e ilegítima. (...) Sou contra o pagamento da dívida externa e sou absolutamente contra pagarmos entregando as estatais para o capital estrangeiro.¹⁸⁶

Como se pode observar, a direção da CUT concebia o sindicato como parte de um conflito maior, que opunha diferentes classes sociais. Não se tratava de uma visão marxista da luta sindical. A CUT não pensava o Estado como um aparelho que organiza a dominação de classe e nem via a luta sindical como parte da luta pelo socialismo. Apenas o *governo*, considerado como defensor dos interesses dos capitalistas, era visto como parte integrante do conflito de classes. E mesmo frente ao governo a corrente dirigente da CUT apresentava uma posição oscilante. Em alguns momentos, pareceu acreditar, a despeito da crítica que lhe faziam as correntes de esquerda da central, na possibilidade de

185. *Relatório da atuação da CUT — 1986-1988*, Secretaria Geral Nacional da CUT, junho de 1988; publicado no caderno *Teses ao III Congresso*, São Paulo, 1988, p. 4-6.

186. Entrevista de Jair Meneguelli publicada no *Cadernos do Ceas*, Salvador da Bahia, n. 117, setembro/outubro de 1988. A entrevista foi concedida um ano antes da data de sua publicação.

induzir o governo Sarney a mudar sua política de modo a atender os interesses dos trabalhadores. Mas, de um modo geral, a direção CUT caracterizava a política de Sarney como um instrumento dos interesses das classes ou “grupos” dominantes — banqueiros, latifundiários, capital estrangeiro. Na entrevista citada acima, fica claro que o movimento sindical deveria, como parte integrante de um conflito social mais amplo no qual o governo tomava partido, ir além do plano corporativo da categoria e da reivindicação estritamente salarial, e posicionar-se frente ao conjunto da política de Estado. Deveria unificar os diferentes sindicatos e setores das classes trabalhadoras e colocar a própria luta por melhores salários e condições de trabalho no terreno da política e do Estado — a luta pela constitucionalização dos direitos sociais e por mudanças na política econômica. E, como horizonte estratégico, deveria perseguir objetivos que transcendiam a luta salarial — reforma agrária, não-pagamento da dívida externa — mesmo quando esses objetivos fossem inalcançáveis dentro da correlação política de forças então vigente.

É possível afirmar que essa concepção sindical e a estratégia de ação a ela vinculada corporificavam uma orientação de oposição à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro. Baseava-se no entendimento de que a ação sindical não se esgotava na luta reivindicativa em defesa dos salários e das condições de trabalho nas condições dadas pelo bloco no poder. Apontava para a necessidade de uma alteração no bloco no poder, para que se pudesse contemplar os interesses dos trabalhadores. Essa estratégia da CUT não logrou reverter a tendência à deterioração dos salários, que se observa, grosso modo e com oscilações, ao longo dos anos 80. Mas ela obteve importantes vitórias, ao contrário do que viriam a dizer os seus críticos, os defensores do “sindicalismo propositivo”. Contribuiu, de modo decisivo, para a constitucionalização de inúmeros direitos políticos, sociais e trabalhistas, como o direito de greve, a aposentadoria por tempo de serviço e sem idade mínima, a jornada semanal de 44 horas, a extensão da legislação trabalhista aos empregados domésticos e muitos outros. Em suma, contribuiu para um conjunto de vitórias que se revelou um obstáculo de monta à política neoliberal dos anos 90 — a implantação do programa neoliberal no Brasil poderia estar muito mais avançada não fosse a permanente necessidade de os governos obterem maioria qualificada para aprovar reformas constitucionais. Essa estratégia contribuiu, também, para unificar,

política e ideologicamente, um campo democrático-popular; foi um fator importante para a acumulação de forças revelada, no plano eleitoral, pela força da candidatura Lula, da Frente Brasil Popular, na eleição presidencial de 1989.¹⁸⁷

Dito isso, são necessárias algumas precisões. A grande maioria dos analistas, observadores e dirigentes do movimento sindical apresenta como traço programático distintivo da CUT na década de 1980 aquilo que seria o caráter socialista da central e insistem, no que diz respeito à forma de organização, naquilo que seria o seu enraizamento na base, isto é, nos locais de trabalho, e o seu conseqüente perfil de central sindical de massa. Consideramos tais caracterizações excessivas.

A CUT, como também o Partido dos Trabalhadores, apresentava apenas um discurso genérico de simpatia pelo socialismo. A existência de tal discurso tem alguma importância na caracterização da central, na medida em que denota uma

187. Celso Frederico considera que as vitórias da CUT no Congresso Constituinte deveriam-se ao procedimento parlamentar adotado para a elaboração da Constituição e não à mobilização sindical e popular. Segundo Frederico, o Congresso Constituinte foi permeável ao grupo de pressão sindical porque não partiu de um projeto prévio de Constituição, tendo entregado cada tema para comissões e subcomissões que trabalhavam autonomamente sem condicionamento prévio — foram organizadas oito comissões e 24 subcomissões. O autor lembra que os deputados reformistas conseguiram controlar a subcomissão dedicada ao tema Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) remeteu 33 sugestões a essa subcomissão e, com apoio da CUT e da CGT, passou a fiscalizar seu trabalho. Celso Frederico conclui: "Os avanços nos direitos sociais foram, portanto, obtidos através de uma série de manobras parlamentares. Não resultaram da pressão popular e das campanhas públicas de esclarecimento efetuadas pelos partidos políticos e centrais sindicais." (Celso Frederico: *Crise do socialismo e movimento operário*, Cortez Editora, São Paulo, 1994, p. 81) Sem a pretensão de apresentar uma posição definitiva, pois tal exigiria uma pesquisa empírica mais detalhada, queremos apontar dois problemas na análise do autor. Em primeiro lugar, o fato de os parlamentares não terem podido partir de um projeto prévio único de Constituição, e terem sido obrigados a trabalhar em comissões temáticas, já é um resultado da luta política. Em segundo lugar, não se deve circunscrever a avaliação do poder de pressão do movimento sindical e das organizações populares apenas às mobilizações expressamente organizadas com a finalidade de pressionar o Congresso Constituinte, que, de resto, não foram mobilizações insignificantes. O número de greves e de grevistas, tanto nas lutas de categorias de base quanto nas greves gerais, cresceu muito ao longo da década de 1980. Entre 1986, ano da eleição do Congresso Constituinte, e 1987, quando se iniciam os trabalhos de elaboração da Constituição, o número de jornadas não-trabalhadas por motivo de greve saltou de 50 para 130 milhões. Ver Eduardo Noronha "A explosão das greves na década de 1980" in Armando Boito Jr. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Paz e Terra, São Paulo, 1991, p. 126.

intenção de vincular-se à tradição do movimento operário internacional. Mas o conteúdo desse socialismo, bem como os meios para se chegar a ele, nunca foram definidos — a CUT e o PT faziam questão de não defini-los, argumentando que o socialismo no Brasil deveria ser (re)inventado. Acresce que o mais importante é caracterizar a central em função das tarefas que a lula política colocava na ordem do dia na década de 1980. Ora, a transição socialista não se encontrava na ordem do dia no Brasil. As lutas práticas assumidas pela central naquela década — democracia, salários, reforma agrária, não-pagamento da dívida externa — e as bandeiras que ela propagou — estatização do sistema financeiro, da saúde, do transporte coletivo — configuravam um programa de transformações democrático-popular, e não um programa socialista. Mas foi, justamente, por defender um programa adequado à conjuntura que a CUT cresceu.

No que respeita à organização de base, a proposta de organização de comissões de empresa, muito presente no discurso cutista desde a fundação da central, não foi levada à prática.

A CUT optou por se organizar dentro da estrutura sindical corporativa de Estado. Ela cresceu agregando os sindicatos oficiais e procurando, aliás exitosamente, obter reformas liberalizantes dessa estrutura — o modelo autoritário e policial-lesco de gestão da estrutura sindical pelo Executivo federal foi substituído, ao longo dos anos 80, por um modelo mais liberal de gestão da estrutura sindical pelo Judiciário, preservando-se, contudo, os pilares da estrutura sindical: a unicidade sindical e as taxas de contribuição obrigatórias.¹⁸⁸ Como resultado da pressão de baixo e da política de liberalização vinda de cima, a estrutura sindical foi dinamizada, num fenômeno semelhante ao que ocorrera com a democratização em 1945. Mas essa reforma e essa dinamização não revogaram algumas características básicas da estrutura sindical na qual a CUT optara por crescer.

Apenas no setor público, os sindicatos cutistas organizaram-se fora da estrutura sindical. Até 1988, os funcionários públicos estavam impedidos de organizar sindicatos oficiais integrados à

188. Desenvolvi essa análise no meu artigo "Reforma e persistência da estrutura sindical" in Armando Boito Jr. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Paz e Terra, São Paulo, 1991. Iram Jácome Rodrigues encontrou uma expressão precisa para definir a relação da CUT com a estrutura sindical. A estratégia da CUT teria sido de "adaptação ativa" a essa estrutura. Iram Jácome Rodrigues *Sindicalismo e política, a trajetória da CUT*, Scritta, São Paulo, 1997.

estrutura sindical corporativa, embora não estivessem impedidos de organizar, e eles de fato organizaram, sindicatos autônomos frente ao Estado. Após a mudança estabelecida pela Constituição de 1988 nessa matéria, os sindicatos de funcionários tentaram se converter em sindicatos oficiais, mas essa tentativa possuía algumas particularidades e o processo de oficialização dos sindicatos de funcionários não se completou. Muitos sindicatos de funcionários não se interessaram por algumas das prerrogativas dos sindicatos oficiais; outras, embora lhes interessassem, foram-lhes negadas — no geral, os sindicatos de funcionários abriram mão de cobrar as taxas sindicais obrigatórias, e a Justiça negou-lhes o direito de recorrer à Justiça do Trabalho para solicitar dissídio coletivo.

A CUT ficou composta, portanto, no setor privado, por sindicatos oficiais pertencentes a uma estrutura sindical de Estado reformada e, no setor público, por sindicatos autônomos, que procuram assimilar, em alguns aspectos, as características da estrutura oficial. Tal fato comprometeu a organização das bases, que era propagandeada pelo discurso oficial da central. No setor privado, com exceção de algumas poucas empresas, como as montadoras de veículos do ABC e do interior paulista, os sindicatos cutistas seguiram sendo “sindicatos de porta-de-fábrica”. Mesmo onde organizaram comissões de empresa, os sindicatos cutistas evidenciaram que sua preocupação central era o controle da comissão pelo sindicato, o que inibia a ação das bases na criação de comissões de empresa.¹⁸⁹ O sindicato oficial, usufruindo da representatividade outorgada pelo Estado em regime de monopólio (a unicidade sindical) e do poder delegado pelo Estado de receber o imposto sindical e de cobrar outras taxas obrigatórias (taxa confederativa e taxa assistencial), tem a representatividade e os meios materiais de sustentação assegurados, independentemente de possuir ou não filiados e organização de base. Diferentemente do que se passa com a maior parte do movimento sindical internacional, comissão de empresa é vista, pelos dirigentes alocados no sindicato de Estado brasileiro, apenas como um concorrente incômodo, que não agrega muita coisa como meio de sustentação política e financeira do sindicato. No setor público, a organização nos locais de trabalho difundiu-se mais, e isso, devido a dois fatores. De um lado, devido ao fato de

189. Iram Jácome Rodrigues “As comissões de empresa e o movimento sindical” in Armando Boito Jr. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, op. cit.

a estrutura sindical de Estado não ter sido implantada nesse setor — entre os funcionários o sindicato que não estiver organizado nos locais de trabalho tem sua representatividade contestada pelas correntes sindicais rivais e sua existência financeira comprometida. De outro lado, devido à maior liberdade de organização que o funcionalismo usufrui no local de trabalho.

A estratégia da CUT nos anos 80 compreendia, portanto, ações de massa e centralizadas, como as greves gerais nacionais de protesto e a intervenção no processo constituinte, mas a central não organizava as massas nos locais de trabalho e sua ação estava limitada, de diferentes maneiras, pela estrutura sindical corporativa de Estado. A CUT, no plano nacional, tinha força para fazer greves de protesto, greves demonstrativas, mas não para organizar greves de luta. Essas ações de massa, unificadas pelo topo, não devem, tampouco, ocultar o fato de que o tipo de ação sindical que mais envolvia os trabalhadores era a luta dos diferentes setores das classes trabalhadoras por reposições e aumentos salariais. E essa luta também esteve marcada pelo fato de a CUT ter optado por permanecer dentro da estrutura sindical. A luta salarial nos anos 80 manteve a tradição de luta segmentada por categoria profissional legal, dentro do calendário oficial de datas base e voltada, fundamentalmente, para a Justiça do Trabalho. A ação de protesto unificada no topo conviveu, ao longo do período, com a luta salarial segmentada e enquadrada na estrutura sindical na base do movimento.¹⁹⁰

2. O SINDICALISMO PROPOSITIVO DOS ANOS 90

A plataforma de transformações econômicas e sociais que a CUT esboçou nos anos 80 era um programa de ataque às posições conquistadas pelo grande capital monopolista — nacional e imperialista — e pela grande propriedade fundiária no período da ditadura militar. Essa plataforma refletia, de um lado, o fortalecimento do movimento popular na situação de crise da ditadura militar e sob a Nova República, fortalecimento corporificado na própria criação e consolidação da CUT, do Movimento dos Sem-Terra e do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como na legalização dos demais partidos de esquerda (PCdoB,

190. Analisei de modo sistemático os efeitos desorganizadores da estrutura sindical brasileira sobre a luta sindical no capítulo IV do meu livro *O sindicalismo de Estado no Brasil — uma análise crítica da estrutura sindical*, Editora Unicamp e Hucitec, São Paulo e Campinas, 1991.

organizações trotskistas, PCB, etc.), e, de outro lado, tal plataforma ofensiva da CUT explorava as dificuldades que marcaram os dois governos da década de 1980. O governo Figueiredo fora o governo da crise da ditadura militar. Sua política consistiu em organizar um recuo frente à luta democrática e popular. O governo Sarney, por sua vez, fora marcado, inicialmente, por problemas oriundos do modo como se constituíra, sem o voto popular e em substituição a Tancredo Neves, e, posteriormente, pelo fracasso do Plano Cruzado no controle da inflação. No seu período final, o governo Sarney foi marcado por uma certa indefinição. Sarney se afastou da política neodesenvolvimentista, fortaleceu os setores liberais no ministério, mas não chegou a adotar um programa de reformas neoliberais — apenas promoveu uma pequena diminuição das alíquotas de importação e privatizou algumas siderúrgicas de pequeno porte.

A eleição de Fernando Collor de Mello mudou toda a situação. Ele se elegeu com o voto popular, consagrou nas urnas o programa neoliberal que defendera na campanha, e demonstra força e disposição para implantar o neoliberalismo. Instaurou-se, então, uma defasagem entre a plataforma e a linha ofensiva da CUT e a nova conjuntura. A corrente Articulação Sindical percebeu prontamente a mudança de situação, o mesmo não tendo acontecido com parte das correntes de esquerda da central. Mas, se a mudança na conjuntura impunha um recuo do sindicalismo, com a adoção de uma linha de ação defensiva, ela não impunha a adoção do “sindicalismo propositivo”, que a Articulação Sindical acabou por implantar. Essa estratégia levou a central a uma prática hesitante, às vezes contraditória, configurando, no geral, uma estratégia de conciliação com a política neoliberal que acabava de chegar ao poder.

A corrente hegemônica na CUT passou a apregoar que seria necessário abandonar o sindicalismo dos anos 80, que teria sido, segundo sua avaliação, meramente defensivo e reivindicativo. Nas palavras dos dirigentes da CUT tratava-se de abandonar a postura de “apenas se opor e ser contra”, para passar a apresentar “alternativas concretas” para todos os problemas importantes da política nacional. Na reunião plenária que a CUT realizou em Belo Horizonte em agosto/setembro de 1990, quando, pela primeira vez, a direção da CUT apresentou a nova estratégia, Jair Meneguelli, então presidente da central, definiu assim a nova linha sindical: “É preciso deixar de dizer apenas não e começar a dizer

sim, apresentando propostas alternativas”.¹⁹¹ O IV Concut, realizado um ano depois, embora tivesse mantido, no geral, as palavras de ordem já consagradas nos anos 80 — não-pagamento da dívida externa, reforma agrária, luta contra as privatizações, etc.¹⁹² —, introduziu uma novidade importante nas suas resoluções: a decisão segundo a qual a CUT deveria, a partir de então, passar a apresentar “propostas para as políticas de abrangência nacional” (política econômica, industrial, habitacional, de saúde, previdência, agrícola, energética, educacional, etc.). Essa decisão indicou, a despeito da manutenção do discurso contra o modelo econômico, a mudança da concepção e da estratégia da CUT.¹⁹³

A CUT abandonou a luta prática e a agitação de idéias contra o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro e não assumiu a luta e a denúncia sistemática contra a política neoliberal no seu conjunto. Se a conjuntura desfavorável ao movimento sindical impunha um recuo, ela não obrigava a deserção nessa matéria. A propaganda contra o modelo econômico pode ser feita mesmo num momento de luta defensiva e, ademais, a conjuntura longa dos anos 90, caracterizada globalmente pela ofensiva neoliberal, está marcada por momentos diferenciados que permitem ações mais ousadas do movimento sindical. Exemplo maior foi a conjuntura de crise do governo Collor, na qual, aliás, a direção da CUT em vez de colocar como centro do seu discurso a crítica à política neoliberal, satisfez-se em denunciar a política recessiva do governo e enredou-se, inclusive, no discurso moralista de defesa da “ética na política”.

Abandonada a perspectiva de confronto com o modelo econômico e com o conjunto da política neoliberal, firmou-se a proposta de participação do sindicalismo cutista na definição da política governamental. Esse participacionismo é ativo. A CUT não o concebe como uma presença consultiva ou defensiva de seus delegados nos fóruns tripartites que reúnem empresários, sindicalistas e representantes governamentais em âmbito nacional

191. Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto: *CUT, ontem e hoje*, Vozes, Petrópolis, 1992, p. 95.

192. Ver Sílvia Costa: *Tendências e centrais sindicais — o movimento sindical brasileiro (1978-1994)*, obra e local citados.

193. A resistência das correntes de esquerda da central explica a relutância da Articulação Sindical em romper definitivamente, nas deliberações de congresso, com o discurso do antigo programa cutista.

ou setorial. Ela pretende apresentar propostas próprias para os temas discutidos em tais fóruns e fazer aprovar essas propostas — daí a expressão “sindicalismo propositivo”. O participacionismo ativo passou a exigir da CUT a apresentação de propostas realistas, isto é, que fossem passíveis de serem encampadas, nos fóruns tripartites, pelos empresários e pelos governos neoliberais.¹⁹⁴ O sindicalismo propositivo é, por isso, um sindicalismo que pretende elaborar propostas que interessariam tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores. Acredita ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores com o neoliberalismo.

A nova estratégia, ao contrário da anterior, desestimula e desvaloriza a mobilização e a luta de massa. No período anterior, a oposição à política de desenvolvimento encontrava nas greves gerais de protesto um instrumento de ação adequado e, além disso, estimulava, na medida em que oferecia a perspectiva de um outro modelo econômico, a luta sindical reivindicativa na base. Hoje, a hesitação frente ao neoliberalismo dissemina, nos sindicatos, a idéia de que não há caminho alternativo à situação econômica do país, o que desestimula a luta reivindicativa nos sindicatos. O sindicalismo propositivo contrapõe a elaboração de propostas engenhosas e tecnicamente sofisticadas, que seria um meio eficiente para a afirmação do movimento sindical, à luta grevista, que seria um instrumento desgastado. A luta grevista é desvalorizada, e até estigmatizada. A corrente Articulação Sindical cunhou a expressão “grevilha” para nomear, pejorativamente, a linha sindical combativa dos anos 80. A luta grevista daquele período teria representado um contrabando, realizado pelos ex-militantes da esquerda armada que atuavam na CUT, da prática guerrilheira dos anos 70 para a prática sindical dos anos 80.

2.1 Negociações com os governos neoliberais

No plano nacional, as greves gerais de protesto e as campanhas contra a política econômica do governo cederam lugar às diversas tentativas de acordo com os governos Collor,

194. Em junho de 1994, segundo informação obtida junto à direção da CUT, a central participava de dezesseis conselhos tripartites organizados pelo governo federal. Dentre eles, o Conselho Nacional do Trabalho, Conselho Nacional da Assistência Social, Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, Conselho Nacional de Previdência Social, Conselho Nacional da Criança e do Adolescente e outros.

Itamar e FHC. As greves gerais não desapareceram por completo nos anos 90; chegaram a ser realizadas duas greves, mas ambas limitadas pela nova conjuntura e pela nova estratégia da central.¹⁹⁵

A Articulação Sindical, apesar da oposição das correntes de esquerda da central, apostou na negociação com os governos neoliberais. A despeito das expectativas que tais negociações geraram na corrente Articulação Sindical, nenhuma delas trouxe o resultado que a direção da CUT esperava; todas fracassaram.

Sob o governo Sarney, época em que a estratégia da CUT era outra, a central já tinha, por duas vezes, entabulado negociações com o governo.¹⁹⁶ A primeira tentativa transcorreu entre agosto de 1985 e fevereiro de 1986, quando Sarney surpreendeu a CUT e o país com a edição do Plano Cruzado. O governo tentara reter a CUT na mesa de negociação enquanto preparava, em segredo, o pacote econômico. Um ano depois, quando o Plano Cruzado já havia fracassado, Sarney voltou a falar em entendimento nacional. A CUT aceitou voltar à mesa de negociações. Os contatos e reuniões se arrastaram entre dezembro de 1986 e junho de 1987, quando o governo, repetindo o comportamento anterior, baixou o pacote do Plano Bresser. Uma característica importante dessa fase é que as tentativas de negociação não levaram a central a abandonar a estratégia de mobilização nacional contra a política econômica do governo. Os próprios encontros com o governo eram utilizados para divulgar e agitar a plataforma da CUT. Jair Meneguelli protocolou, nas duas oportunidades, a plataforma em torno da qual ele afirmava que a central queria negociar: reajuste automático de acordo com a inflação, redução da jornada de trabalho, salário-desemprego, congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, salário mínimo do Dieese, reforma agrária e não-pagamento da dívida externa. A intervenção da CUT funcionava mais como uma denúncia da política econômica do que como a busca efetiva de um acordo.

195. Essas greves, realizadas em maio de 1991 e junho de 1996, tiveram participação menor dos trabalhadores, foram prejudicadas pela defecção de direções de sindicatos importantes, como as direções dos sindicatos do ABC na greve de 1991, e sua repercussão política foi menor que a das greves dos anos 80.

196. Ver a coletânea de documentos fotocopiados do Centro de Pesquisa Vergueiro intitulada *Pacto social, de Tancredo a Sarney*, edição do Centro de Pesquisa Vergueiro, São Paulo, 1995.

Na década de 1990, a direção da CUT voltou à mesa de negociações. Agora, essa iniciativa adquiria outro significado.¹⁹⁷ As mobilizações nacionais não eram mais prioridade da central, e a CUT rebaixou suas exigências para um único item: reposição das perdas salariais. Fernando Collor de Mello, em 1990, e, depois dele, Itamar Franco, em 1993, convidaram a CUT e as demais centrais sindicais para uma negociação que anunciavam ser ampla e sem restrições prévias, em momentos de dificuldades para seus governos. Ambos romperam unilateralmente tais negociações assim que conseguiram elaborar, nos bastidores do Poder Executivo, uma proposta para superar as dificuldades com as quais se defrontavam. Collor começou a acenar com uma proposta de pacto nacional em setembro de 1990, período em que aumentavam as greves de campanhas salariais, aproximavam-se as eleições para o governo dos Estados e para o Congresso Nacional e a inflação já retomara sua escalada ascendente. Collor não apresentou nenhuma proposta ao movimento sindical, e rompeu bruscamente as negociações em dezembro de 1990. A proposta de “negociação ampla” de Itamar Franco foi feita em julho de 1993. Surgiu como manobra do governo para desorganizar a oposição a uma medida que ele planejava tomar: vetar o projeto de reajuste mensal de salário de acordo com a inflação, aprovado na Câmara dos Deputados. Partindo da necessidade de discutir uma “alternativa” (sic) ao veto, o governo tentou ampliar a discussão para uma série de pontos (política de renda, política fiscal, tarifas públicas, seguridade social), aos quais denominou *Agenda Brasil*, ou *Agenda de 60 dias*. Depois, viu-se que o governo queria mesmo era ganhar tempo para editar um novo pacote — a medida provisória do Plano Real.

Uma outra negociação sob o governo Itamar, foi a disposição estampada por esse governo para examinar e negociar, através do ministro do Trabalho Walter Borelli, a proposta da CUT de implantação do contrato coletivo de trabalho. Borelli falou e escreveu muito sobre o assunto, e realizou inúmeras reuniões para discuti-lo com os sindicalistas. Ele envolveu a CUT e as demais centrais sindicais nesse processo por mais de um ano. Por fim, deixou tudo de lado e decidiu demitir-se do ministério para apresentar sua candidatura à Câmara Federal. O governo pôs um ponto final nas especulações sobre o contrato coletivo de

197. Ver coletânea de documentos fotocopiados do Centro de Pesquisa Vergueiro intitulada *Pacto social, de Collor a Itamar*, edição do Centro de Pesquisa Vergueiro, São Paulo, 1995.

trabalho, e a CUT, apesar de traída por seus interlocutores, não esboçou nenhuma reação.

A última negociação importante deu-se entre Fernando Henrique Cardoso e as centrais sindicais em torno da reforma da previdência social. Pareceu que levaria a algum resultado. O governo, numa avaliação que se revelou correta, previa uma derrota da sua proposta de reforma da previdência — o ano era eleitoral, a CUT tinha aprovado uma ampla campanha contra o projeto de reforma e a greve geral francesa de novembro/dezembro de 1995 contra a reforma da previdência daquele país havia repercutido no Brasil. A direção da CUT aceitou o convite para negociar e, ademais, suspendeu a realização da campanha que estava prestes a se iniciar. Em fevereiro de 1996, chegou a ser assinado um acordo entre o governo e a direção da CUT, apesar da oposição das correntes minoritárias da central. Ocorre que o acordo só retirava direitos dos trabalhadores e contrariava pontos básicos da plataforma cutista sobre a matéria — a começar pela substituição do tempo de serviço pelo tempo de contribuição na contagem do tempo para aposentadoria. Esse ponto era particularmente grave: ele atingia mais os trabalhadores de baixa renda que estão mais expostos ao mercado de trabalho informal. Todos os partidos de esquerda e de centro-esquerda, inclusive o Partido dos Trabalhadores, anunciaram publicamente que votariam contra a proposta oriunda do acordo. Vendo-se politicamente isolado e abandonado pelo seu próprio partido, o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, renegou o acordo menos de 24 horas antes da sessão de votação do projeto de reforma pela Câmara dos Deputados. O governo, conforme previra, não logrou obter a maioria qualificada necessária para aprovar o projeto.

A direção da CUT queria importar a tática do sindicalismo social-democrata europeu, mas num ambiente político muito diferente e sem dispor da força necessária.¹⁹⁸ O quadro partidário brasileiro, que priva o sindicalismo de um forte braço parlamentar, a relativa debilidade organizativa do conjunto do sindicalismo brasileiro, a autonomia de movimentos de que dispõe o Executivo federal, que pode governar por medidas provisórias, as características do capitalismo dependente, que estreitam as

198. Na Europa, a expressão mais usada pelos sindicalistas e estudiosos para designar esse sindicalismo participacionista é “sindicalismo de contraproposições”. Ver René Mouriaux *Le syndicalisme dans le monde*, PUF, Paris, 1993.

margens de concessão do governo, tudo isso conspirava contra a tentativa da Articulação Sindical de obter um acordo nacional. A CUT revelara ter estrutura e força suficientes para implementar uma estratégia sindical de protesto ao longo dos anos 80, mas não para comprometer os governos e os empresários com uma estratégia de negociação no plano nacional. Foi por isso que todos os governos puderam se desembaraçar da negociação sempre que julgaram conveniente. A estratégia de sindicalismo propositivo tem uma componente irrealista muito acentuada.

2.2 A desregulamentação e a proposta de contrato coletivo de trabalho

No que concerne à base do movimento, isto é, aos sindicatos, a estratégia participacionista estimulou o insulamento corporativo dos diferentes setores do movimento sindical e um certo desinteresse pela defesa dos direitos sociais ameaçados pela política neoliberal.¹⁹⁹ A concepção que valorizava a luta sindical unificada de massas por direitos sociais e trabalhistas — nível e reajuste dos salários, condições de trabalho, serviços públicos — foi substituída por uma visão contratualista e fragmentada da ação sindical, que valoriza a “livre negociação” entre partes tomadas isoladamente. Desde sua deserção da greve geral de maio de 1991, os sindicatos metalúrgicos do ABC tendem a uma prática corporativa que os isola do restante do movimento sindical. O desenvolvimento dessa modalidade de corporativismo ao longo dos anos 90 irá, inclusive, chocar-se com um dos aspectos importantes do velho corporativismo de Estado. Os sindicatos oficiais viram suas bases, constituídas pelas categorias legais previstas na CLT, subdividirem-se, na luta prática, em setores e por empresas. São exemplos significativos dessa tendência o crescimento, no sindicalismo bancário, da divisão entre os funcionários dos bancos públicos e os dos bancos privados, e no sindicalismo metalúrgico da Grande São Paulo, a divisão entre o operariado das montadoras de veículos e os demais metalúrgicos. Com o passar dos anos, o insulamento

199. O termo corporativismo está associado a particularismo e exige um esclarecimento mínimo. Os neoliberais utilizam-no para designar a prática de um setor social qualquer que procura isolar ou sobrepor seus interesses de setor ao que seria o interesse geral da sociedade. Quanto a nós — que trabalhamos com o conceito marxista de interesse de classe —, utilizamos a expressão para designar a prática de um setor das classes trabalhadoras que se destaca do restante de sua classe, isolando-se dela ou a ela se contrapondo.

corporativo passou a se verificar no nível das empresas — no ABC parte importante da luta e da contratação sindical, no que respeita às montadoras, dá-se empresa por empresa, e nos bancos as campanhas salariais são cada vez mais isoladas por banco.²⁰⁰ Tendo a CUT abandonado a estratégia de luta unificada no topo, o crescimento desse novo corporativismo foi um caminho “natural” nas condições de crise econômica e de ofensiva política e ideológica do neoliberalismo.

A proposta de contrato coletivo de trabalho elaborada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema — o baluarte operário da corrente Articulação Sindical — refletiu e estimulou essa nova tendência corporativa, e foi percebida pela Articulação Sindical, no início dos anos 90, como um corpo de idéias que, se assumido pela central, poderia contribuir para liberar a CUT da ação sindical massiva e politizada dos anos 80. Esse ponto é importante. A Articulação Sindical, ao propor que a CUT assumisse a proposta de contrato coletivo, não buscava apenas — e ao contrário do que poderia sugerir um exame superficial do assunto — ampliar as garantias políticas e legais do processo de negociação coletiva, processo que, com modalidades diversas, é próprio de toda atividade sindical. O que a corrente hegemônica da CUT queria era uma proposta de contrato de trabalho que se coadunasse com a nova estratégia sindical.

Defendendo o contrato coletivo, Antônio Augusto de Oliveira Campos, então presidente da Federação dos Trabalhadores Bancários da CUT e membro da corrente Articulação, assim se manifestou:

A CUT não pode se fazer de interlocutora da sociedade civil. (...) Nesse sentido a CUT não pode tentar substituir o PT ou um partido de esquerda na crítica do governo Collor, na crítica de um projeto neoliberal. A Central Única tem o papel de representar os trabalhadores frente ao patronato. Nesses termos o projeto neoliberal não vai afetar o projeto da CUT, e nem tampouco a estrutura capitalista.²⁰¹

A idéia de Campos era que a CUT devia passar por um processo de despolitização e não deveria tomar a ofensiva

200. Ver a pesquisa de Andréia Galvão *Participação e fragmentação: A prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*, dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas, 1996.

201. Antônio Augusto de Oliveira Campos: “Avanço com a negociação nacional”, *Revista do Programa de Formação Sindical do Instituto Cajamar*, número 1, intitulado *Negociação e Contrato Coletivo de Trabalho*, Brasil Urgente, 1991, p. 44.

neoliberal do governo como referência central de sua estratégia, mesmo porque essa ofensiva não iria, segundo se lê no texto citado, alterar a estrutura do capitalismo brasileiro.²⁰² Essa colocação rompe, portanto, com a concepção dos anos 80, que, como já vimos, vinculava a política governamental ao conflito entre trabalhadores e capitalistas. A proposta de contrato coletivo, portanto, era pensada como parte de uma nova concepção e de uma nova linha de ação sindical que deveriam orientar a CUT. O então presidente da central e também integrante da corrente Articulação Sindical, Jair Meneguelli, resumiu assim a concepção e a proposta de contratação coletiva da CUT:

A partir do contrato coletivo de trabalho haverá ou será necessária a mudança na própria Constituição brasileira. Faremos as leis, nós faremos a "Constituição" que regerá o capital e o trabalho, ou seja, não se deveria ter discutido redução da jornada de trabalho na Constituição. Deveria se discutir, sim, entre as partes, entre o capital e o trabalho. A única Constituição detalhista que existe no mundo é a nossa. Não queremos mais que o Congresso nos diga como temos de contratar; queremos discutir — nós, trabalhadores, com os empregadores — como queremos fazer o contrato.²⁰³

Essa declaração de Meneguelli, feita em setembro de 1990, evidencia não só que a proposta de contrato coletivo visava a uma revisão geral da estratégia sindical da CUT, como também o ponto em que se centrava tal revisão. Os trabalhadores não deveriam privilegiar a luta por direitos sociais. O presidente da CUT fez uma autocrítica da intervenção da CUT no processo constituinte de 1986-1988, afirmando que aquela intervenção fora um erro por objetivar a inserção de direitos sociais na Constituição. É evidente o contraste com o empenho demonstrado por Meneguelli, três anos antes, para que a CUT influísse no trabalho do Congresso Constituinte. No trecho citado acima, Meneguelli acena, ainda, para um futuro próximo no qual

202. Maria Sílvia Portella de Castro, da Secretaria Nacional de Política Sindical da CUT e integrante da corrente Articulação Sindical, também explicita essa contraposição com a estratégia sindical dos anos 80. "A grande virtude de se estabelecer um modelo (de contratação coletiva) como referência foi o de se ter colocado para a CUT que ela é um sindicato e não um partido." Maria Sílvia Portella de Castro "A necessidade de um novo sistema de relações trabalhistas", *op. cit.*, p. 71-72.

203. Entrevista com Jair Meneguelli, *Negociação e contrato coletivo de trabalho*, *op. cit.*, p. 87.

os direitos sociais poderiam ser expurgados da Constituição, transferindo as garantias trabalhistas para a negociação livre e direta entre sindicatos e patronato. Meneguelli repete, inclusive, a idéia segundo a qual a Constituição de 1988 seria muito extensa e detalhista. Os neoliberais, interessados na desregulamentação do mercado de trabalho, agitavam exatamente essa idéia naquela conjuntura. A proposta de contrato coletivo de trabalho desviou o movimento sindical da defesa dos direitos sociais e trabalhistas ameaçados, desarmando os trabalhadores diante da ofensiva neoliberal.

A proposta inicial de contrato coletivo de trabalho, elaborada por São Bernardo e encampada pelo Departamento Estadual de São Paulo dos Metalúrgicos da CUT, já indicava, não só a intenção de transferir a regulamentação do campo dos textos legais para o dos acordos trabalhistas, como também a preocupação em deslocar a negociação para os níveis inferiores da organização sindical. A negociação por empresa ou grupos de empresa deveria ganhar destaque no seio de cada categoria legal.²⁰⁴ É verdade que a proposta de contrato coletivo da CUT comportava uma dimensão centralizada de caráter nacional. Inspirada na prática italiana, era concebida como uma "contratação articulada": previa um primeiro nível de negociação centralizado entre central sindical, associações patronais e governo, e, a partir desse nível, o processo de negociação deveria descer para Estados, regiões, categorias, setores e empresas, adicionando cláusulas acordadas entre as partes. Mas é ilusório pensar, por isso, que a proposta de contrato coletivo não estimulava o neocorporativismo. A direção da CUT não se empenhou para obter a negociação nacional e, mesmo que o fizesse, seria difícil imaginar que, no Brasil, o processo poderia se passar à maneira italiana.²⁰⁵

204. O documento oficial do Departamento Estadual de São Paulo dos Metalúrgicos CUT, que é um documento abrangente e detalhado, encontra-se no Centro de Pesquisa Vergueiro, em São Paulo. Utilizamos a fotocópia constante da publicação *Contrato coletivo no país das maravilhas*, p. 22-61, dossiê com documentos fotocopiados, publicado pelo Centro de Pesquisa Vergueiro, São Paulo, 1994.

205. Também faziam parte da proposta de contrato coletivo o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho, com sua substituição pela arbitragem voluntária, o direito de organização de comissões sindicais nos locais de trabalho e a instituição da perenidade, salvo novo acordo, de todas as cláusulas contratadas entre empregadores e empregados.

Ao contrário de sua imagem pública e diferenciando-se das centrais italianas, a CUT é uma federação frouxamente articulada de sindicatos, com a preponderância de um pequeno número de grandes sindicatos na direção da central. A proteção tutelar que o Estado dispensa aos sindicatos oficiais, assegurando-lhes a representatividade em regime de monopólio (unicidade sindical) e os meios financeiros para subsistirem (taxas sindicais obrigatórias), permite que tais sindicatos sejam independentes frente à direção da central, exatamente por serem dependentes diante do Estado.²⁰⁶ Acrescente-se que, em um segundo contraste com o caso italiano, a CUT é uma central sindical muito heterogênea no plano político e ideológico — as correntes que atuam no seu interior são muitas, têm diferenças importantes e essas diferenças estendem-se para o plano da organização partidária. Nessas condições, cada corrente pode se valer da independência dos sindicatos que ela controla frente à direção da central para implementar uma orientação relativamente autônoma. Em terceiro lugar, e em novo contraste com a situação italiana, o movimento operário e popular no Brasil não parece usufruir de força organizada para controlar um processo de negociação sindical no plano nacional. Vimos como se passaram as negociações do movimento sindical com os governos neoliberais.

Por último, deve ser considerado um fator conjuntural. Embora a CUT sempre tenha sido uma federação de sindicatos frouxamente articulada, na década de 1980, sua direção nacional

206. O depoimento de um dirigente sindical italiano que debateu o contrato coletivo de trabalho com a CUT é ilustrativo. "(Na Itália) no nível regional você encontra a estrutura confederal de cada uma das centrais. E a nível local existe a organização de base de cada uma das centrais. O trabalhador se filia antes de tudo à central, em qualquer local de trabalho(...). E, claro, escolhendo uma central ele está escolhendo toda a sua estrutura. Isso tudo é livre.

Penso que para vocês no Brasil é muito difícil entender isto, pois eu também tive muita dificuldade para entender a estrutura sindical brasileira. Na Itália não existe sindicato de município, não existe a estrutura sindical de município. E não existe porque não tem sentido para a atuação e para a negociação (...) na minha cidade, para encontrar o sindicato dos metalúrgicos da CGIL você tem que ir à CGIL: o sindicato da categoria fica no mesmo prédio da central, onde tem uma Secretaria Geral — por exemplo, eu coordenava todas as categorias do setor industrial." Marino Ruzzenenti, "Negociação coletiva articulada — a experiência italiana", palestra proferida em 31 de março de 1990, no Centro de Assessoria Jurídico Social (CAJS), São Paulo. A transcrição da palestra foi publicada em forma de caderno pelo CAJS, e está reproduzida no dossiê *Contrato coletivo no país das maravilhas*, coletânea de documentos já citada, p. 107.

chegou, graças à linha sindical de oposição à política de desenvolvimento, a conquistar um pouco mais de importância frente ao conjunto dos sindicatos filiados à central. Mas, hoje, com a nova segmentação e descentralização corporativa do movimento sindical, a direção da central perdeu terreno. Em suma, a CUT não possui unidade, centralização e força para conduzir um processo de negociação no nível nacional, que tenha autoridade frente ao patronato e à sua própria base.

A proposta de contrato coletivo era espontaneamente vista como uma proposta que iria acionar, acima de tudo, os sindicatos de base e liberar a prática de negociação diferenciada no interior de cada categoria legal. Na entrevista que já citamos, Jair Meneguelli, depois de falar da necessidade de desconstitucionalizar o direito do trabalho, explicita, ademais, que a negociação e a contratação coletivas deveriam ser, no fundamental, setor por setor, sem demonstrar nenhuma preocupação com a divisão e fragmentação da luta sindical.

Nós faríamos, a nível da central, um contrato mínimo que estabelecesse regras mínimas, para que após isso os sindicatos, a partir do poderio econômico de cada setor, de sua capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores, fizessem as suas contratações além daquilo que foi estabelecido como patamar a nível nacional.

A proposta cutista de contrato coletivo de trabalho parecia atender aos interesses de setores sindicalmente mais organizados da classe média e da classe operária (metalúrgicos, petroleiros, bancários), em detrimento dos interesses do restante das classes trabalhadoras. É nesses setores sindicalmente mais fortes que está o principal da base social da corrente Articulação Sindical. Para nos referirmos ao sindicato do qual partiu a proposta de contrato coletivo, o dos metalúrgicos de São Bernardo, cabe o exemplo do operariado das montadoras, que passou a ver no restante da categoria legal mais um peso do que um recurso de poder na luta sindical. Veremos, quando tratarmos das câmaras setoriais, como esse setor despreendeu-se do restante dos metalúrgicos.

Formulada em 1988, a proposta cutista de contrato coletivo de trabalho foi atualizada quatro anos depois. Em outubro de 1992, com o impedimento do presidente Fernando Collor de Mello e a posse de Itamar Franco, Walter Barelli, ex-diretor do Dieese e ex-integrante do chamado governo paralelo organizado pelo Partido dos Trabalhadores, assumiu o Ministério do Trabalho.

Walter Barelli proclamou, desde sua posse, que pretendia implantar o contrato coletivo.

Em dezembro de 1992, a Direção Nacional da CUT elaborou, a pedido do novo ministro, o documento intitulado *Sistema democrático de relações de trabalho*, que desenvolveu e detalhou as concepções cutistas sobre o contrato coletivo e introduziu, como novidade, a proposta de um período de transição para sua implantação.²⁰⁷

Nesse documento, a CUT posiciona-se, de início, contra a proposta das associações de empresários que vinham se manifestando a favor da eliminação imediata dos direitos sociais e da legislação trabalhista, contidos na Constituição e na CLT, como condição para que a contratação coletiva, entendida como acordo livre e direto entre as partes, pudesse prosperar no Brasil. Esse posicionamento crítico da CUT, deveria ser apresentado como uma autocrítica da proposta que a central defendera até então. Tal mudança de enfoque no discurso da central pode ter resultado tanto da pressão das correntes de esquerda da CUT, quanto da constatação, por parte de integrantes da corrente Articulação Sindical, que a concepção que vinham apresentando poderia servir aos interesses mais retrógrados do empresariado, deixando a descoberto não apenas os trabalhadores menos organizados, mas também a própria base social da Articulação Sindical, centrada nos setores com maior capacidade de organização e de luta sindical. Não se pode esquecer, além disso, que a proposta de contrato coletivo fora formulada antes do acesso dos neoliberais ao poder. Agora, a direção da CUT tinha pela frente o neoliberalismo, com a pressão de empresários e governo pela desregulamentação.

Segmentos conservadores das elites, mesmo falando em contrato coletivo de trabalho, dão a ele uma interpretação toda especial. Em seu nome, pregam a remoção de todos os dispositivos da Constituição e da CLT que ofereçam algum amparo ao trabalhador. Preparam-se para realizar seu projeto ainda este ano, durante a revisão constitucional. Chamam a isso desregulamentação, flexibilização de direitos, ou, mais pomposamente, modernização das relações de trabalho. (*"Sistema democrático de relações de trabalho"*, *Informa CUT*, 8 de janeiro de 1993, p. 2-3.)

207. Esse documento foi apresentado pela publicação semanal da Central Única dos Trabalhadores, o *Informa CUT*, n. 206, 8 de janeiro de 1993.

Porém, a CUT não fez, a despeito do que o texto acima possa sugerir, uma revisão de fundo de sua concepção, que repousava na oposição entre direitos protetivos do trabalho e contratação coletiva. Chegou, apenas, a uma solução intermediária, concentrada na proposta de um período de transição entre a proteção garantida pelos direitos sociais e o contrato coletivo. Os direitos sociais e trabalhistas deveriam ser mantidos nessa fase transitória. A longo prazo, poderiam ser suprimidos.

Permanência dos direitos mínimos do trabalhador. Após o período de transição, os direitos individuais previstos na CLT poderão integrar o contrato coletivo de trabalho, amparados por uma legislação mínima de sustento, ou ser assimilados por um novo código de trabalho.

Pontos garantidos por lei durante a transição: os direitos mínimos individuais que constam da CLT, a correção automática dos salários frente à corrosão inflacionária, um processo de recuperação do salário mínimo, visando sua completa adequação ao que a Constituição determina.

Ampliar e enriquecer a pauta de negociação, agregando pontos como FGTS e habitação, previdência social e aposentadoria complementar, etc. (*"Sistema democrático de relações de trabalho"*, *op. cit.*, p. 3-4.)

A proposta de uma fase transitória esclarece que, a longo prazo, a CUT poderia abrir mão dos direitos sociais e, também, da existência de política salarial que impusesse, por via legal, aos empregadores, a reposição de perdas ou a recuperação de salários. Ao mesmo tempo, e de modo coerente, a CUT já ia alertando seus sindicatos para a necessidade de ampliar a pauta de negociação, incluindo nela temas tradicionalmente tratados, no Brasil, na esfera do direito protetivo do trabalho. Mantinha-se a linha do primeiro documento dos metalúrgicos sobre o contrato coletivo: saúde (convênio médico e hospitalar), educação (creche), aposentadoria complementar, pensões previdenciárias, transporte e outros temas deveriam ser negociados setor a setor, entre sindicatos e empresas ou grupo de empresas. A longo prazo o essencial poderia passar a ser contratado direta e livremente entre sindicatos e patronato, de acordo com a capacidade de pressão de cada setor.²⁰⁸

208. Jair Meneguelli retomou a defesa dessa posição, dois anos mais tarde. Em artigo publicado na grande imprensa, afirmou: "As câmaras setoriais são o embrião para o contrato coletivo de trabalho. (...) No entanto, alertamos, como sempre o fizemos,

Concepções como essas, que opunham a contratação coletiva aos direitos protetivos e à política salarial, facilitaram a iniciativa de Fernando Collor de Mello, em maio de 1990, e de Fernando Henrique Cardoso, em julho de 1995, de desindexar os salários. A tática governamental que consiste em implantar a “livre-negociação” (sem liberdade e autonomia sindical), substituindo a política salarial pela contratação direta, é um instrumento importante para os governos neoliberais. Ele permite, em conjunturas desfavoráveis ao sindicalismo, promover a compressão dos salários pela via do “livre jogo das forças de mercado”, isto é, sem a intervenção direta e centralizada do governo e sem o desgaste político daí decorrente.²⁰⁹

A CUT protestou, nas duas oportunidades citadas, contra a desindexação dos salários. Porém, a direção da central estava ideologicamente desarmada para se opor a uma medida que partia de princípios ideológicos semelhantes aos que ela própria vinha defendendo. É por isso que os dirigentes da Articulação Sindical concentraram sua argumentação contra a desindexação dos salários nas circunstâncias adversas da conjuntura, e não nos princípios que fundamentavam a medida. A linha da argumentação era: a CUT defende a livre-negociação, mas não sem plena liberdade de organização e de ação sindical e, tampouco, numa conjuntura recessiva desfavorável para a luta reivindicativa dos trabalhadores.

É certo que o contrato coletivo de trabalho não pode ser identificado com o neoliberalismo. O neoliberalismo e o sindicalismo, em qualquer de suas formas, são, no limite e doutrinariamente, contraditórios.²¹⁰ Mas, dependendo da modalidade de

que o contrato coletivo deverá ser implantado sem que, *no início*, joguemos a CLT no lixo, porque não podemos deixar os trabalhadores desguarnecidos.” Jair Meneguelli “Conquistas ameaçadas”, *Folha de S. Paulo*, 27 de outubro de 1994 — grifo ABJ. Vicente Paulo da Silva, no ano em que foi eleito presidente da CUT, manifestou-se na mesma direção, ao defender o contrato coletivo de trabalho: “Um profundo debate em torno dos direitos individuais do trabalho é outra tarefa prioritária. Devemos buscar, no médio prazo, a transformação da CLT numa legislação que seja compatível com os novos tempos.” Vicente Paulo da Silva “Contrato coletivo de trabalho”, *Folha de S. Paulo*, 30 de outubro de 1994.

209. A partir de julho de 1995, o salário médio pago na Grande São Paulo passou a cair continuamente. Martoni Branco, economista responsável pela pesquisa Dieese/Fundação Seade, destacou a desindexação salarial como um dos fatores que mais contribuíram para a queda da remuneração. Ver a matéria de Luiz Antonio Cintra “Salário na Grande São Paulo é o mais baixo desde 1985”, *Folha de S. Paulo*, 23 de janeiro de 1993.

210. Patrícia Vieira Trópia “Neoliberalismo e sindicalismo”, *mimeo*, Campinas, 1997.

ação sindical, essa contradição não é, necessariamente, antagônica. A prática sindical contratualista, que informa a proposta de contrato coletivo, representa, justamente, a modalidade de ação sindical mais próxima, ideológica e politicamente, do neoliberalismo.

Como ideologia e como política de Estado, o neoliberalismo aponta não só para a restrição e eliminação de direitos sociais, mas também para a restrição à organização e à luta sindical. O neoliberalismo opera com a velha concepção liberal da sociedade como um agregado de indivíduos livres e iguais, e faz a apologia da liberdade de mercado, inclusive, portanto, do mercado de trabalho. Sustenta que o nível de remuneração dos trabalhadores depende das condições de mercado, e não da ação sindical ou da intervenção estatal — salvo nos setores em que se criam privilégios desfuncionais para o funcionamento da economia. O neoliberalismo é avesso à imposição de uma legislação protetiva do trabalho. O cenário ideal composto por essa ideologia, que é também um cenário utópico e reacionário nas democracias burguesas modernas, coloca, frente a frente, o trabalhador individual, sem proteção legal e sem organização coletiva, e a empresa, dentro dos mesmos parâmetros do liberalismo econômico e da infância da democracia burguesa no século XIX.²¹¹

Já o sindicalismo, este possui como ideologia básica e comum, sobre a qual se assentam as distintas ideologias sindicais, a idéia de que os trabalhadores formam algum tipo de coletivo (de classe, de corporação, de empresa ou setor, etc.) unificado em torno de um mesmo interesse, e que o nível de remuneração e as condições de trabalho dependem, em boa medida, da organização e da luta coletiva desses trabalhadores. O sindicalismo se assenta na crítica, doutrinária ou prática, limitada ou radical, dos mecanismos de mercado, embora essa crítica possa adquirir conteúdos distintos nas diferentes ideologias sindicais, e objetiva, justamente, tolher, de algum modo, a ação de tais mecanismos. Mesmo um sindicalismo conservador, como o da

211. Ver Milton e Rose Friedman, *Liberdade de escolher*, *op. cit.*, p. 243-244. Os ideólogos do neoliberalismo reconheceram a existência de imensos obstáculos à realização integral de suas propostas. Milton e Rose Friedman, por exemplo, admitiram, no final da década de 1970, que apenas um Estado aplicava a plataforma neoliberal, a pequena ilha de Hong Kong, e não titubearam em apontá-la como o “farol” do neoliberalismo. Ver Milton e Rose Friedman, *op. cit.*, p. 46.

Força Sindical no Brasil, cujo discurso defende o mercado e o capitalismo, e apresenta o sindicato como mero intermediário na venda da mercadoria força de trabalho, mesmo uma vertente sindical desse tipo rompe, na prática, com a concepção liberal do livre jogo das forças de mercado, na medida em que pretende, do ponto de vista liberal estrito, implantar um monopólio sobre determinada mercadoria — no caso, a força de trabalho.

Pois bem, o sindicalismo que busca a unificação da luta reivindicativa dos trabalhadores assalariados em torno da defesa da implantação e ampliação de direitos sociais e trabalhistas, como o fazia a estratégia sindical da CUT dos anos 80, é, em princípio, antagônico à ideologia e à política neoliberal. A luta pelos direitos sociais unifica nacionalmente os trabalhadores num coletivo de classe, e pleiteia a intervenção do Estado para impor limites (jurídicos) à exploração praticada pelos capitalistas. Já a livre contratação coletiva é a forma de ação sindical mais propensa a se adaptar ao neoliberalismo. Embora colida, pelo simples fato de ser um tipo de ação sindical, com a ideologia neoliberal, impedindo a livre circulação e contratação de trabalhadores atomizados, a livre contratação coletiva faz apelo à ideologia do contrato entre partes supostamente livres e iguais, fragmenta o coletivo de classe em setores, é refratária à regulamentação estatal, e permite, pelo menos, a desregulamentação das relações de trabalho nos setores sindicalmente pouco organizados. O contratualismo sindical é uma espécie de adaptação do liberalismo pelo e para o sindicalismo.

É necessário considerar, também, as particularidades das relações de trabalho no Brasil, para se poder entender porque a proposta de contrato coletivo de trabalho da CUT favoreceu a ofensiva neoliberal nos anos 90. No geral, a concepção de contrato coletivo da Articulação Sindical reduz a esfera de interferência do Estado como fonte do direito do trabalho, com suas normas protetoras e imperativas, e amplia a esfera da contratação direta e livre entre assalariados e capitalistas. A real dimensão dos efeitos destrutivos dessa proposta sobre os trabalhadores pode ser devidamente avaliada quando se considera a importância da legislação, e não da contratação, na regulamentação do mercado de trabalho no Brasil, os desequilíbrios e instabilidades do capitalismo periférico, a burocratização e o governismo de grande parte dos sindicatos brasileiros e a reduzida taxa de sindicalização existente no país.

2.3 O método propositivo rebaixa o conteúdo das proposições

A concepção e a linguagem da CUT também mudaram, evidenciando o impacto da ideologia neoliberal no interior da central. A concepção dos anos 80 centrava-se, fundamentalmente, na oposição entre a “classe trabalhadora” e o bloco formado pelo “governo” e “empresários”. Grande parte dos documentos da CUT e do discurso de suas lideranças, nos anos 90, passou a se centrar numa suposta oposição entre a “sociedade civil” e o “governo”, e não mais entre os capitalistas, cujos interesses estão representados no governo, e os trabalhadores. Os documentos da CUT passam a ocultar a existência de interesses de classe em confronto na sociedade. É como se as dificuldades vividas pelos trabalhadores decorressem do acaso ou de uma política equivocada. Os trabalhadores não teriam inimigos de classe, e a CUT poderia, agora, aspirar a representar “a sociedade”. Alguns elementos importantes da visão liberal da sociedade e da relação dessa com o Estado vão se impondo gradativamente na CUT, apesar de oscilações e contradições, na medida em que avançamos na década de 1990.²¹²

Várias propostas da CUT aceitam alguns dos pressupostos neoliberais. O sindicalismo propositivo, é, estritamente falando, um método de ação sindical: elaborar propostas próprias para negociá-las com os empresários e os governos (neoliberais). Dentro desse método, é certo que o conteúdo das propostas pode variar. Contudo, o próprio método impõe, de antemão, limites importantes. Se o objetivo é participar dos fóruns decisórios com os governos (neoliberais) e empresários, é preciso ser comedido e realista nas propostas; caso contrário, desliza-se para o confronto, que é o que o método propositivo pretende evitar. Portanto, o método propositivo condiciona uma postura conciliatória com o neoliberalismo. É o que se vê nos casos dos conteúdos das propostas de política industrial e de política educacional.

212. Essa nova concepção baseada no “tripartismo”, na oposição “sociedade civil/governo” e na omissão da luta de classes aparece claramente no documento *Propostas da Central Única dos Trabalhadores — dignidade e cidadania para quem faz o país*; documento datado de 14 de fevereiro de 1995, elaborado pela Executiva Nacional da CUT e dirigido ao governo FHC quando esse acabara de tomar posse. “A CUT defende o fortalecimento dos mecanismos de participação da sociedade civil na gestão desses fundos (...)” (página 6); “(...) um novo e eficaz instrumento de políticas setoriais no qual a sociedade é formuladora e não mero objeto” (página 7). Ora, uma parte da sociedade civil, aquela representada pela burguesia, já participa ativamente da gestão dos fundos públicos e já é, também, formuladora de políticas setoriais, dispensando, por isso, os cuidados e preocupações da CUT.

Em documento sobre a política industrial, elaborado em 1994, a Executiva Nacional da CUT parte do pressuposto que a economia brasileira precisa “reestruturar-se”. A introdução de novas tecnologias, a reformulação dos processos de trabalho, a abertura do comércio exterior e a especialização produtiva, que vêm sendo apresentadas como algo inexorável pela política econômica neoliberal, são aceitas pela CUT. O documento apresenta apenas ressalvas e adendos a esses objetivos, subordinando a eles as demandas dos trabalhadores. “O principal desafio de uma nova estratégia produtiva para o país está em tornar compatíveis as necessidades presentes de reestruturação industrial às de reversão das desigualdades sociais e regionais (...)”.²¹³

O crescimento e a reestruturação seriam obtidos através de alguns recursos como o aumento dos investimentos estrangeiros na economia brasileira e os incentivos fiscais e creditícios às empresas privadas.

É fundamental uma mudança nas relações entre o Estado e os capitais privados baseada na desprivatização dos interesses e patrimônio públicos. Esse princípio pode orientar a adoção de políticas públicas de incentivos (fiscais e creditícios), vinculadas a contrapartidas de desempenho de emprego, de salários, de produção, de investimentos (expansão de capacidade instalada e em inovações tecnológicas) e de preços.(...)

Uma nova política de abertura externa: o gradualismo e a seletividade na liberalização das importações.(...)

O capital externo ocupa uma posição de destaque no estoque de capitais na economia brasileira, sobretudo nos setores mais dinâmicos, como os complexos químico e metalmeccânico e agro-industrial. Isso exige uma diretriz que seja capaz de estimular o capital externo a investir no país e ao mesmo tempo direcioná-lo para um projeto econômico e social. Entretanto, deveria estabelecer-se contrapartidas em relação a uma série de direitos sociais fundamentais já alcançados em outros países, políticas de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e da adoção dos critérios referentes à proteção ao meio ambiente (interno e externo às empresas) similares aos adotados nos países de origem dessas empresas.²¹⁴

213. Ver *Modelo de desenvolvimento, política industrial e reestruturação produtiva: as propostas da CUT*, editado pela Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, 1994, p.13.

214. *Modelo de desenvolvimento, política industrial...*, documento citado, p. 13-14.

Os incentivos fiscais e creditícios, eufemisticamente denominados “políticas públicas” no documento citado, a abertura do comércio exterior e a política favorável ao capital estrangeiro, nas condições dadas pelo atual bloco no poder e que são as condições no interior das quais pretende intervir o sindicalismo propositivo da CUT, não são compatíveis com a política de distribuição da renda. O capital estrangeiro vem para o Brasil, e para a periferia em geral, para usufruir, dentre outras coisas, do baixo custo da mão-de-obra e da inexistência de legislação de proteção ambiental. Se o governo brasileiro alterar drasticamente esses pontos, ficará em desvantagem na concorrência com os demais países periféricos, que também querem atrair investimentos estrangeiros. Essas considerações da executiva da CUT sobre a política industrial, pela sua preocupação com o estabelecimento de políticas setoriais para os ramos industriais considerados de ponta, pode ser identificada com a nova vertente cepalina denominada neodesenvolvimentista ou neoestruturalista.

Tal corrente pretende constituir uma terceira via: “nem o dirigismo estatal, nem o liberalismo absoluto”. Ela aceita o papel da empresa privada e do mercado como o motor do desenvolvimento econômico nos países latino-americanos. Atribui, também, aos monopólios nacionais e estrangeiros um papel importante nesse desenvolvimento. Acredita na necessidade da abertura comercial e da privatização. Diferencia-se do neoliberalismo puro e simples porque advoga a manutenção de um mínimo de intervenção reguladora do Estado — principalmente a proteção e estímulo de alguns setores industriais e a presença do Estado na manutenção dos serviços de infraestrutura e sociais. Essa concepção neodesenvolvimentista foi introduzida na CUT, principalmente, pelo antigo Desep, o departamento de estudos e assessoria da central que reunia técnicos e pesquisadores influenciados pela economia da Cepal. Como têm destacado os estudiosos do pensamento cepalino, a diferença entre os economistas da Cepal que aderiram ao neoliberalismo e aqueles que se proclamam neodesenvolvimentistas é pequena, e, no geral, é possível conciliar as duas correntes de pensamento.²¹⁵ A postura neodesenvolvimentista informou a intervenção da CUT nas câmaras setoriais e

215. Ver Hector Guillen Romo “De la pensée de la Cepal au néo-libéralisme, du néo-libéralisme au néo-structuralisme, une revue de la littérature sud-américaine”, *Revue Tiers-Monde*, n. 140, outubro/dezembro de 1994.

permitiu uma aliança efêmera entre a central, as montadoras de veículos, que são um setor importante do grande capital industrial multinacional, e os membros da equipe governamental que se pautavam por um neoliberalismo moderado, e que estão mais ligados ao grande capital industrial — como procuramos mostrar na primeira parte deste trabalho.

Já a proposta de política educacional, lançada em ato público em Brasília pela Executiva Nacional da CUT em agosto de 1995, traz o ambicioso título *Rumo à construção de um projeto educacional para o país*. Nesse documento, a CUT estabelece seu diagnóstico e os objetivos de sua *Campanha nacional em defesa da educação*. Não defende o ensino público e gratuito como solução para a educação brasileira. Pelo contrário, estabelece que a rede privada de ensino integra, e deve continuar integrando, o “sistema nacional de educação”.²¹⁶ Ou seja, aceita, por omissão, os objetivos da política neoliberal para o ensino. Se é verdade que a correlação de forças não permite, numa conjuntura defensiva, lutar pela estatização das escolas particulares, o sindicalismo não está impedido, por causa disso, de denunciar a rede privada e propor objetivos intermediários na luta pela universalização do ensino público. Mas não é isso o que faz o documento da CUT. Esse documento não denuncia as práticas mercantilistas da rede privada e sua natureza elitista. Não estabelece sequer a necessidade de o governo controlar as mensalidades escolares reajustadas ao bel-prazer pelos cartéis formados pelas empresas do setor educacional através dos seus sindicatos e federações. É uma proposta de política educacional conivente com a nova burguesia de serviços do setor educacional.²¹⁷

216. A proposta da CUT para educação segue a mesma linha do programa do Partido dos Trabalhadores para a candidatura Lula à Presidência, na eleição de 1994. O programa da candidatura Lula estabelecia: “Ensino privado: o Governo Democrático e Popular cumprirá os princípios constitucionais da liberdade de ensino, respeitada a legislação específica. O governo emvidará esforços no sentido de que se estruture o Sistema Nacional de Educação, do qual deverão fazer parte as instituições públicas e privadas de ensino.” Ver *Bases do programa de governo, 1994 Lula presidente*, São Paulo, 1994, p. 63. É sabido que o ensino privado, a começar pelo ensino religioso, sempre agitou a bandeira da “liberdade de ensino” contra a obrigatoriedade do ensino estatal — público, gratuito e laico.

217. As ligações da CUT com a Igreja Católica Romana talvez tenham influenciado a posição da central. O ensino privado em todos os níveis é uma grande fonte de receita e um importante recurso político e ideológico dessa igreja no Brasil. Na década dos governos neoliberais, o ensino privado católico cresceu e se fortaleceu muito. Do mesmo modo que, ao defender os interesses de sua rede de escolas e faculdades, a Igreja

Essas propostas de políticas setoriais, como a proposta de política industrial e a de política educacional, são importantes porque indicam o impacto das concepções neoliberais no interior da CUT e as razões da omissão do sindicalismo cutista na luta contra o avanço do neoliberalismo. Mas os governos neoliberais no Brasil, como evidenciam as tentativas fracassadas de acordo nacional, não se interessaram por essas e outras propostas que a CUT tem produzido. O sindicalismo propositivo e participativo só obteve alguma efetividade prática na câmara do setor automotivo, e, mesmo assim, por um período muito breve.

2.4 Desindustrialização, neocorporativismo e câmaras setoriais

Vimos que a política econômica neoliberal prioriza os interesses do capital financeiro internacional e do capital bancário nacional atritando-se com interesses da burguesia industrial. Existe, portanto, em tese, a possibilidade de os trabalhadores aproveitarem-se dessa contradição no interior do bloco no poder para fortalecer a luta contra o desemprego. Com as câmaras setoriais, a CUT pretendeu explorar essa contradição. Mas o caminho escolhido, um organismo tripartite, que reunia representantes do governo, empresários e sindicatos de trabalhadores de um setor econômico ameaçado pela abertura comercial, com a finalidade precípua de assumir a responsabilidade pelas medidas de política econômica destinadas ao setor, demonstrou ser ineficaz para barrar o crescimento do desemprego e a desindustrialização e colocou a CUT a reboque dos interesses das montadoras de veículos.

Em dezembro de 1991, Vicente Paulo da Silva organizou um ato de protesto no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo ao qual compareceram diretores da Fiesp e outros empresários. Essa iniciativa explorava o conflito latente entre a indústria e a política neoliberal, conflito que reapareceria, como vimos, em diversos momentos dos anos 90. No ato de dezembro de 91, denominado “Vigília contra o desemprego”, Vicentinho proclamou em seu discurso que aquela era a primeira ação de uma série que

Católica Romana é induzida a defender interesses do restante da rede privada de ensino, a CUT pode ter sido levada, por suas ligações com essa igreja, a se desviar da luta contra a nova burguesia de serviços no Brasil. Observe-se, de passagem, a situação complexa da ala progressista da Igreja Católica: crítica da política econômica neoliberal e defensora da reforma agrária, essa ala une-se à ala conservadora na defesa da rede privada confessional de ensino, que é beneficiária da política neoliberal.

deveria plasmar um grande movimento nacional contra a desindustrialização e a recessão. Contudo, em vez de trabalhar para a construção desse movimento, Vicentinho estaria, dois meses depois, trabalhando pela criação das câmaras setoriais. Ora, as câmaras não são a mesma coisa que uma frente contra o desemprego. Um movimento policlassista contra a desindustrialização e o desemprego é uma frente política contra um inimigo comum — é esse inimigo que une os integrantes da frente. Mesmo que a burguesia industrial entrasse de modo vacilante nessa frente, os operários teriam algo a ganhar com o seu ingresso. O operariado apoiaria a burguesia industrial somente quando esta lutasse contra a desindustrialização e a recessão. No caso da câmara tripartite, ele se associou à burguesia industrial para obter regalias fiscais e creditícias para o setor automotivo, desviando-se da defesa dos seus interesses específicos e desinteressando-se pela sorte dos demais setores da indústria, inclusive de indústrias do setor metalúrgico. O PT e a CUT deram uma contribuição prática, quando de sua criação, para a crítica do sindicalismo populista e da estratégia “seguidista” de aliança do PCB com a burguesia nacional. Mas a experiência da câmara setorial mostrou que tampouco a CUT soube portar-se com independência quando se lhe apresentou a oportunidade de explorar a contradição entre as montadoras e o governo Collor.

As câmaras setoriais foram apresentadas pela corrente dirigente da CUT como a “salvação da lavoura”: seriam a alternativa estratégica para o conjunto do sindicalismo na década de 1990. Estavam perfeitamente integradas à concepção do sindicalismo propositivo. Pretendia-se que fosse organizada uma câmara para cada setor da economia, enxertando, nas câmaras que já existiam e que contavam apenas com a participação de representantes do governo e dos empresários, a representação dos sindicatos de trabalhadores. Para alguns setores da CUT deveria haver, ainda, um “camarão”, isto é, uma câmara central que coordenasse os trabalhos e acordos do conjunto das câmaras setoriais, mas essa idéia não adquiriu importância na central. Vistas por alguns como a realização prática do contrato coletivo de trabalho, as câmaras teriam, para outros, funções a desempenhar no âmbito da política econômica em sentido estrito. Elas poderiam pressionar os empresários e o governo a definir políticas setoriais que interessassem aos trabalhadores, como, por exemplo, definir uma política industrial para o país (entenda-se: definir *outra* política industrial, que restringisse a

abertura comercial e revertesse o processo de desindustrialização) e, também, negociar os preços ao longo das cadeias produtivas, convertendo-se num mecanismo democrático e pactuado de controle da inflação.²¹⁸

A experiência não confirmou tais expectativas. Das 26 câmaras projetadas e organizadas pelos governos Sarney e Collor, e que contavam, originalmente, apenas com representantes do governo e dos empresários de cada setor, a CUT, apoiada na sua nova proposta, chegou a obter participação em quatorze delas. No final do processo, apenas três dessas quatorze chegaram a estabelecer acordos com os sindicatos de trabalhadores — a da construção naval, a câmara do setor automotivo e a do setor de máquinas e equipamentos agrícolas, que foi um desdobramento da câmara do setor automotivo. Desde 1995, quando se iniciou o governo FHC, todas elas estão desativadas.

No caso da câmara do setor automotivo, o governo Itamar, através do ministro da Fazenda Ciro Gomes, proibiu, em outubro de 1994, o reajuste mensal de salários, que era um dos dois pontos mais importantes do acordo para os operários, dando início à desativação daquela câmara. As montadoras, por sua vez, no curto período de três anos em que a câmara funcionou, entre 1992 e 1994, aumentaram seu faturamento em mais de 50% e reduziram sua participação no IPI de 2,0% para 1,1%. Após terem obtido redução do IPI, facilidades creditícias para a venda de veículos e aumentado enormemente seu faturamento, as montadoras não viram nenhum mal no fim da câmara setorial. Pelo contrário, valeram-se de sua desativação para começar a demitir trabalhadores — a Ford e a Mercedes-Benz demitiram, em

218. Ver o texto produzido pelo Departamento de Estudos Socioeconômicos e Políticos (Desep) da CUT, *Câmaras setoriais: para além do complexo automotivo*, edição da CUT, São Paulo, série “Textos para discussão” n. 6, outubro de 1993. Os críticos do governo que o acusam de não possuir uma política industrial sugerem, erroneamente, que para o governo é indiferente o destino da indústria brasileira. Tudo se passa como se a desindustrialização fosse fruto do descaso ou da incompetência governamental. Ora, nós vimos que a redução relativa da produção industrial e a sua concentração nas áreas de processamento de recursos naturais, ou seja, a política de desindustrialização, é um objetivo do capital financeiro internacional e da burguesia compradora, setores mais poderosos da fração hegemônica no interior do bloco no poder. A equipe econômica do governo FHC, diretamente ligada a esses setores, sabia o que estava fazendo quando ampliou a abertura comercial. Ver as declarações de Edmar Bacha na reportagem “Cenário inédito: déficit é preferível a superávit”, *Notícias*, Fiesp, São Paulo, 21 de novembro de 1994.

um só mês, quase três mil operários. O ponto do acordo que previa crescimento do emprego também se tornou letra morta. O governo e as montadoras ficaram na câmara apenas enquanto era do seu interesse. A corrente Articulação Sindical e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC viram-se abandonados e, ao contrário do que se poderia esperar, não encaminharam nenhuma luta pela manutenção da câmara e de seus acordos.

Andréia Galvão realizou um balanço cuidadoso dos acordos e resultados da câmara do setor automotivo. Em São Bernardo do Campo o contingente de trabalhadores empregados pelas montadoras diminuiu ao longo dos anos de vigência dos acordos da câmara setorial. Em 1991, elas empregavam 53.916 trabalhadores. Esse número foi caindo de maneira regular e, em 1994, atingiu a casa dos 48.727 trabalhadores. A despeito do grande aumento da produção, foram suprimidos mais de cinco mil postos de trabalho. É importante notar que o operariado das montadoras perdeu menos. Enquanto o emprego nas montadoras caiu 13,19% entre 1989 e 1995 (de 55.285 para 47.995), no conjunto dos metalúrgicos de todo ABC o emprego caiu, no mesmo período, 26,29% — de 196.494 para 144.815, supressão, portanto, de 51.679 postos de trabalho, número superior ao total de empregos das montadoras. O emprego no setor de autopeças caiu menos do que nos demais setores, porém bem mais que nas montadoras: de 1990 a 1995, caiu 21,85%, de 43.010 para 33.612.²¹⁹

Entre março de 1990 e maio de 1995, os salários caíram muito para a maioria dos metalúrgicos do ABC — entre 5 e 41%, dependendo do setor considerado. No setor de autopeças a queda foi pequena, de 3,6%, enquanto o operariado das montadoras teve uma melhora insignificante, de 0,3%. Tal qual no emprego, verifica-se uma piora geral, porém hierarquizada: o operariado das montadoras perde menos que o da autopeças, e ambos perdem menos que o restante da sua categoria legal.²²⁰ Andréia Galvão conclui que os objetivos declarados do acordo da câmara do setor automotivo que mais interessavam aos trabalhadores (aumentar 4 mil postos de trabalho nas montadoras e 90 mil em toda cadeia e recuperar os salários com aumento real de 20% entre abril de 1993 e abril de 1995) não

219. Ver Andréia Galvão *Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*, op. cit., p. 112-114.

220. Andréia Galvão, op. cit.

foram cumpridos. Os objetivos que interessavam diretamente ao patronato, por seu turno, foram largamente ultrapassados. De 1991 a 1995, a produção de veículos no Brasil, consideradas todas as montadoras do país, cresceu 70,33%, saltando de 960.219 unidades para 1.635.541. A produtividade passou de 8,8 veículos por trabalhador em 1991 para 14,8, em 1994. O faturamento das montadoras saltou de 12 para 19 bilhões de dólares.²²¹ As montadoras foram as grandes beneficiárias da câmara setorial.

Na lógica corporativa de funcionamento das câmaras, cada sindicato é levado a propor soluções para o problema do “seu” setor e essas soluções, em pontos fundamentais, colidem com os interesses e propostas dos trabalhadores de outros setores.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC defendeu e obteve facilidades para as montadoras de automóveis importarem equipamentos para sua “modernização”, exatamente o oposto do que pretendiam os sindicatos de trabalhadores do setor de máquinas e equipamentos, que pleiteavam a proteção alfandegária para o setor nacional de bens de capital; a câmara do setor automotivo pleiteou também a suspensão das medidas protetivas que ainda existiam na área de informática.²²² Diante da política de desindustrialização, diversos setores da burguesia industrial têm agido de modo autofágico. Não só se restringem à defesa da proteção para o seu setor, como pleiteiam a abertura comercial nos setores industriais que lhes fornecem máquinas, equipamentos ou insumos. O neocorporativismo arrastou o sindicalismo para essa autofagia.

Num plano mais geral, instaurou-se, hoje, no Brasil, uma luta mais ou menos velada entre os sindicatos, de diferentes categorias ou de uma mesma categoria, por verbas públicas para sua empresa ou setor, e por investimentos privados, para sua categoria ou base territorial. Segundo depoimentos de sindicalistas da CUT, além da “guerra fiscal” entre os Estados para atrair investimentos, há uma disputa entre os sindicatos, da própria CUT, na qual o sindicato se compromete a reivindicar menos, em troca de um novo investimento no “seu” município. Além do compromisso da *parceria*, as câmaras alimentam, portanto, um *exclusivismo ou egoísmo de fração*, insulando os diferentes setores das classes trabalhadoras.

221. Dados da Anfavea publicados pela revista *Veja*, edição de 23 de novembro de 1994.

222. Lúcia Helena Salgado *Política de concorrência e estratégias empresariais: um estudo da indústria automobilística*, Ipea, série Seminários, n. 10/93, junho de 1993; p. 23.

Por último, as câmaras representam, comparadas à estratégia sindical dos anos 80, um retrocesso político, ou um movimento específico de *despolitização* do sindicalismo. Antes a CUT procurava levar os trabalhadores a se ocuparem da política de desenvolvimento do Estado no seu conjunto, ou, quando menos, da política salarial que afetava a totalidade dos assalariados, hoje, o sindicalismo propositivo e de participação circunscreve o interesse político dos trabalhadores às medidas que afetem diretamente o setor da economia no qual estão inseridos.

Esse novo corporativismo, distinto do corporativismo de Estado populista, é, em face dos trabalhadores, e diferentemente do que sugere a grande maioria dos estudos sobre o tema, uma estrutura de dominação e não uma estrutura de representação de interesses. Essa estrutura *envolve, divide e despolitiza* o movimento sindical.²²³ Ela realiza, na base da central, a concepção e a estratégia do sindicalismo propositivo, que orienta a Executiva Nacional da CUT. Veremos que ela representa, também, a legitimação da ideologia e da política neoliberal pelo movimento sindical combativo — porque introjeta nesse movimento pontos fundamentais da política neoliberal, que passa a ser aceita como algo inexorável, e porque desvia o movimento sindical, de maneira bastante adequada ao neoliberalismo, da luta por direitos sociais.

Vejamos os trechos abaixo, retirados do documento que orientou a intervenção dos sindicalistas de São Bernardo na negociação do primeiro acordo do setor automotivo em março de 1992. Esses trechos enfocam principalmente a relação entre as empresas e os trabalhadores, entre a economia brasileira e o mercado mundial e o papel do Estado no crescimento industrial.

223. A câmara do setor automotivo separou o operariado do setor automobilístico do resto do operariado metalúrgico. Posteriormente, o operariado das montadoras separou-se do operariado do setor de autopeças, cujas empresas foram, a partir de 1995 devido ao regime automotivo implantado por FHC, expostas à concorrência internacional em benefício da produção e lucratividade das montadoras. Nessa seqüência, cada segmento dos operários acompanhou os interesses das empresas do seu setor. Hoje, com a desregulamentação da jornada de trabalho, devido à criação do banco de horas que torna a jornada semanal flexível para atender às necessidades das empresas, e com a flexibilização disfarçada dos salários, devido ao programa de participação nos lucros e nos resultados, a fragmentação da luta sindical deu mais um passo. Grande parte da luta reivindicativa dos operários das montadoras circunscreve-se ao nível de cada empresa — Ford, General Motors, Volkswagen, etc. Na Volkswagen, os sindicalistas vêem-se responsáveis pelo sucesso de “sua” empresa na concorrência com a Fiat. Esse processo de aprofundamento do corporativismo foi detectado e analisado por Andréia Galvão, *op. cit.*, especialmente o capítulo “O novo sindicalismo nos anos 90”, p. 75-150.

A Câmara Setorial representa uma alternativa como fórum de discussões amplas, onde, a despeito das inevitáveis divergências de diagnósticos e propostas entre os vários segmentos que compõem o setor, existe a perspectiva de significativos avanços. O aumento da produtividade é fundamental para melhorar a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional. Acreditamos que compete a uma nova política industrial, antes de mais nada, basear-se numa estratégia para o tipo de inserção do Brasil no novo cenário da economia mundial.²²⁴

O agente desse discurso não é a classe operária e tampouco a classe trabalhadora. São os metalúrgicos, pensados como parte funcional de um todo mais importante que é o “setor automotivo”. Nesse todo não há contradições entre interesses de classe, mas apenas “divergências de diagnósticos” entre os “segmentos” que compõem o setor. Em última instância, o agente do discurso é o setor automotivo, e não os metalúrgicos. O adversário ao qual se opõe esse agente é o mercado internacional. A contradição foi expelida para fora do “setor automotivo”. O obstáculo a ser superado pelo setor automotivo é a baixa produtividade do trabalho. O projeto pelo qual se luta é a modernização do setor automotivo, modernização cujo objetivo são os ganhos de todos — trabalhadores (salários), empresários (mercados e lucros) e Estado (crescimento da arrecadação pela via da renúncia fiscal que estimula a produção). A ideologia que informa esse discurso sindical é organicista: a unidade de interesses e de ação das classes que compõem o setor automotivo, unidade essa que se dá com a participação no e do Estado — a Câmara Setorial e suas decisões incorporadas à política econômica. Temos aí um tipo de organicismo corporativista.

Através do sindicalismo neocorporativo, o neoliberalismo logra manter a ação reivindicativa dos trabalhadores dentro de limites compatíveis com a hegemonia neoliberal. Em primeiro lugar, os valores capitalistas de mercado (lucratividade, produtividade, “qualidade”, eficiência) reativados pelo neoliberalismo são assumidos, como mostram os textos citados, pelos sindicatos, que se colocam a tarefa de gerir, juntamente com os empresários, o setor onde estão alocados os trabalhadores de sua base —

224. *Reestruturação do complexo automotivo brasileiro — as propostas dos trabalhadores na Câmara Setorial*, documento produzido e editado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, março de 1992, p. 15, 21 e 22.

procuram usar o mercado capitalista a serviço dos trabalhadores do seu setor. Esse novo corporativismo está vinculado à desvalorização da mobilização e da luta. O comportamento do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC frente às demissões nas montadoras é exemplar. Seus dirigentes partem de uma concepção fatalista, que indica o impacto da ideologia neoliberal no meio sindical cutista. Entendem que a abertura comercial seria inevitável. A CUT e o Sindicato do ABC discutem o ritmo dessa abertura, criticam o modo “açodado” como o governo estaria promovendo-a, mas não a questionam como uma ação regressiva do imperialismo. Desse fatalismo decorre outro: esses dirigentes estão convencidos de que o “enxugamento” das grandes montadoras é inevitável, se se quiser preservar sua “competitividade”. Admitidas a abertura comercial e a competitividade, o resto vem por si só. Frente às sucessivas ondas de demissão em empresas como a Ford ou a Volkswagen, a posição do sindicato consistiu em negociar o montante, as condições e os critérios das demissões, descartando, de antemão, a luta contra elas.²²⁵ Outra atitude, típica do sindicalismo propositivo, consistiu em apresentar às empresas a proposta do chamado *banco de horas*. Essa proposta, aceita pelas montadoras do ABC, flexibiliza a jornada semanal de trabalho, cuja extensão passa a variar de acordo com as necessidades da empresa. O banco de horas anula a jornada de trabalho, prejudica a vida pessoal e familiar do trabalhador e inviabiliza, como tem mostrado a experiência europeia, a fiscalização da duração da jornada pelos inspetores do trabalho.²²⁶

225. A concepção fatalista e a atitude quase passiva daí decorrente aparecem claramente nas declarações Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e liderança ascendente da corrente Articulação Sindical. “O trabalhador tem de discutir com o sindicato e o patrão a situação financeira da empresa, a concorrência, o mercado aqui e no exterior. (...) As fábricas estão se modernizando e cortando empregos, e farão isso de qualquer jeito, com ou sem participação do sindicato. Nosso papel é negociar o ritmo de modernização das empresas.” Entrevista de Luiz Marinho às páginas amarelas da revista *Veja*, São Paulo, edição de 25 de março de 1998.

226. Os danos causados aos trabalhadores pela flexibilização/anualização da jornada de trabalho aparecem numa excelente reportagem publicada pelo jornal do Partido Comunista Francês. Ver “Le patronat roule pour l’annualisation”, *L’Humanité*, Paris, 6 de outubro de 1997. É interessante observar que a proposta do banco de horas teve, depois de ser implantada no ABC, o mesmo destino de inúmeras outras propostas produzidas pelo sindicato de São Bernardo: foi encampada pela direção nacional da CUT como solução para todo o país. Em abril de 1996, a CUT distribuiu um documento oficial intitulado

Em segundo lugar, a ideologia neocorporativa setorial materializa-se em uma linha de ação sindical que desvia o sindicalismo tanto da luta por transformações estruturais da sociedade brasileira quanto da luta por reformas tendentes a erigir, no Brasil, um Estado de bem-estar social. De um lado, o movimento sindical é levado a buscar soluções setorializadas, através da livre-negociação e da elevação do *consumo individual* no mercado, para necessidades que, num Estado de bem-estar, seriam atendidas pela manutenção e ampliação dos *serviços e equipamentos públicos*. A proposta de contrato coletivo de trabalho e a prática da câmara setorial valorizavam a negociação de convênios de saúde com grupos privados, aposentadoria privada complementar, auxílio educação, etc. De outro lado, o apoio aos pleitos dos capitalistas pela redução da carga tributária e por crédito subsidiado mina a base financeira sobre a qual se assentam os direitos sociais. Tanto num caso como no outro, leva o movimento sindical a legitimar um dos principais objetivos políticos da política neoliberal em relação às classes trabalhadoras: a restrição dos direitos sociais.

Dois argumentos foram apresentados entre os intelectuais progressistas em defesa das câmaras setoriais. O primeiro argumento era de ordem política. As câmaras permitiriam a democratização do processo de tomada de decisão sobre a política econômica; fortaleceriam a “sociedade civil” em detrimento do poder da burocracia de Estado.²²⁷ O segundo argumento era de ordem econômica. As câmaras permitiriam ao movimento sindical contrapor-se à política recessiva e de desindustrialização. Esse argumento foi desenvolvido por Ivan Guimarães e por Scott B. Martin.²²⁸ Não há dúvida que, desde o

“Propostas para a geração de empregos”. Nesse documento, a flexibilização da jornada de trabalho, acompanhada da redução da jornada semanal para 40 horas, é defendida pela CUT como um instrumento de combate ao desemprego.

227. Francisco de Oliveira, Álvaro Comin e Adalberto Cardoso lançaram essa argumentação em defesa das câmaras. Ver Francisco de Oliveira: “Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 36, São Paulo, julho de 1993, e de Adalberto Moreira Cardoso e Álvaro Comin: “Caminhos cruzados: o ‘acordo das montadoras’ e as relações de classe no Brasil contemporâneo”, São Paulo, Cebrap, mimeo, 1993.

228. Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães “A experiência das Câmaras Setoriais: democratizando a política econômica”, in *O mundo do trabalho — crise e mudança no final do século*, vários autores, Scritta e Cesit-Unicamp, São Paulo e Campinas, 1994;

final do governo Itamar e, principalmente, durante o governo FHC, os ministros da área econômica deram mostras de que não lhes interessa manter as câmaras setoriais e, justamente, por essas quebrem o sigilo sobre as decisões e poderem, eventualmente, colocar algum tipo de condicionante à política econômica.²²⁹ Mas, daí a concluir que as câmaras democratizam o processo de tomada de decisão na política econômica ou que podem reverter a política neoliberal de desindustrialização vai uma grande distância.

É sintomático que os intelectuais que defenderam e defendem as câmaras não tenham apresentado ganhos específicos dos trabalhadores como argumento. A deterioração do emprego e do salário, ainda no período de vigência das câmaras, impedem de examinar esse ponto elementar. Quanto às ambições de democratizar o processo de definição da política econômica e de reverter a política neoliberal, eles ignoram a existência de um bloco no poder, sob hegemonia do capital financeiro internacional e do grande capital — bancário e industrial — investido no Brasil. Ignoram a unidade política entre a cúpula da burocracia de Estado — os ministros que integram a equipe governamental — e esses interesses econômicos. Supõem, assim, que é possível mudar a política econômica sem mudar esse bloco no poder e sem substituir essa equipe governamental. É o que deixam claro quando pretendem, através da ação segmentada nas câmaras setoriais, e em aliança com a fração monopolista hegemônica, passar para a ofensiva, pleiteando o controle da política econômica em cada setor onde se implantasse uma câmara setorial.

O resultado desse irrealismo, que, de resto, informava também a ação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, foi que os trabalhadores colocaram-se a reboque dos interesses das montadoras — parte importante do setor imperialista do grande capital industrial. Ignoraram os interesses bem pragmáticos e a força das montadoras, seu peso político junto ao governo e

Scott B. Martin "Forward or backward: Corporatism and industrial restructuring in Brazilian autos", XVIII Congresso Internacional da Latin American Studies Association, Atlanta, Estados Unidos, março de 1994.

229. Tal postura governamental foi acompanhada, entre os intelectuais liberais, por uma crítica conservadora às câmaras setoriais. São exemplos dessa análise crítica de inspiração conservadora os artigos de Gustavo Franco "O modelo concentrador" *Folha de S. Paulo*, 12 de dezembro de 1992; apud Glauco Arbix *Uma aposta no futuro*, Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 1995 — e o artigo já citado de Lúcia Helena Salgado.

também os limites da divergência das montadoras com a política econômica governamental. Assim que lhes interessou, o governo e as montadoras desfizeram a câmara e, graças à redução de tributos e créditos subsidiados, a política de desindustrialização foi deslocada das montadoras, que pareciam ameaçadas sob o governo Collor, para o setor de autopeças, onde está o médio capital nacional.

Quanto à democratização da política econômica, os autores citados ignoram que as montadoras integram a parte da "sociedade civil" que já é muito forte e já se encontra muito bem representada no governo, não tendo interesse em abrir o processo decisório para a participação sindical. Os sindicatos eram minoria nas câmaras e essas discutiam o varejo da política econômica, não suas linhas gerais. Francisco de Oliveira argumentou que as câmaras setoriais representariam um novo patamar da democracia no Brasil, no qual a relação entre as classes antagônicas caminharia para a convergência: a burguesia reconheceria a classe operária como "interlocutor legítimo" e o Estado aceitaria democratizar o processo de tomada de decisão sobre a política econômica. Esse enfoque comete o equívoco de deslocar a análise do terreno dos interesses de classe e de fração e da correlação política de forças para o terreno idealizado dos valores democráticos. Bastou uma intervenção pontual do governo, recebida com discreta satisfação pelas montadoras e passivamente pelos sindicatos, para que a expectativa democrática se frustrasse. A facilidade com que Ciro Gomes, como ministro da Fazenda do governo Itamar, e, depois dele, o governo FHC desmontaram as câmaras setoriais, evidencia o irrealismo de se pretender democratizar o processo decisório sob o atual bloco no poder e, ainda mais, em aliança com sua fração hegemônica.

2.5 Privatização e resistência sindical

Do que foi dito, não se deve deduzir que a CUT tenha aderido ao neoliberalismo.²³⁰ No movimento sindical, quem aderiu à política neoliberal foi a central rival da CUT, a Força Sindical — falaremos dessa adesão mais à frente. A Articulação Sindical não

230. Registro aqui que, em trabalho anterior, por apresentar uma análise incompleta da atuação da CUT, posso ter sugerido, mesmo sem o ter afirmado, que teria ocorrido tal adesão. Ver Armando Boito Jr. "Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil", revista *Crítica Marxista*, n. 3, São Paulo, Brasiliense, 1996.

logrou estabelecer nenhum acordo com os sucessivos governos neoliberais. Seja porque tais governos não faziam concessões efetivas, seja porque as correntes de esquerda da central pressionavam a corrente majoritária. O fato é que as tentativas de acordo não frutificaram. A proposta cutista de contrato coletivo de trabalho também ficou no papel. Ademais, a Articulação Sindical não assumiu sua própria proposta de modo conseqüente. Ao mesmo tempo que pleiteava a implantação do contrato coletivo, a Articulação se opunha à desindexação dos salários, alegando, sem abrir mão da livre-negociação no plano doutrinário, as dificuldades conjunturais do movimento sindical. O neoliberalismo brasileiro oferece pouca margem de manobra para a prática da cooptação e da adesão.

Mais importante ainda é o fato de a corrente majoritária da CUT ter assumido posições abertamente contrárias à política neoliberal ao longo dos anos 90. No movimento sindical dos funcionários públicos, a Articulação Sindical assumiu a luta contra a reforma administrativa e da previdência. Frente às privatizações, principalmente no caso da privatização do parque siderúrgico e da indústria petroquímica no início da década de 1990, a corrente Articulação Sindical mobilizou a CUT contra a política neoliberal dos governos Collor e Itamar.

Essa luta era contraditória com a linha do sindicalismo propositivo que a CUT decidira adotar. Tal linha aconselharia a apresentação de propostas de privatização que preservassem alguns "interesses mínimos" dos trabalhadores — o que chegou a ser cogitado por uma minoria da corrente Articulação Sindical, conforme veremos. A luta contra a privatização, portanto, é outro exemplo das contradições da atuação sindical da CUT. E exemplifica, também, as oscilações dessa atuação. De fato, após ter combatido a privatização sob os governos Collor e Itamar, a CUT praticamente abandonou essa luta durante os anos de 1995 e 1996, os dois primeiros anos do governo FHC. No entanto, a CUT reassumiu a luta contra as privatizações em 1997, por ocasião da privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Todas as correntes internas da CUT mantiveram-se unidas contra as privatizações no início dos anos 90. Jair Meneguelli, até 1994 enquanto foi presidente da central, compareceu aos atos de protesto, acompanhado de parlamentares do PDT, PT, PCdoB e, às vezes, de deputados do PMDB, e denunciou o processo de privatização, considerando-o um ato de entrega do patrimônio

público ao capital privado estrangeiro e nacional.²³¹ Porém, as ações e movimentos contra as privatizações, dos quais a CUT participou, foram efêmeros e pouco representativos. Os atos públicos que a central organizou por ocasião de cada leilão de privatização de empresa estatal, fosse para tentar impedir a realização do leilão ou, simplesmente, para protestar, mobilizaram poucos trabalhadores.

Em 1991, chegou a ser criado o Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon), presidido pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho. A CUT e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) faziam parte do movimento, no qual atuavam também o PT, o PDT, o PCdoB e alguns políticos de projeção, como Aureliano Chaves, ex-presidente da República. O Modecon lançou, em outubro de 1991, o manifesto *A pátria ameaçada*, assinado por uma centena de lideranças políticas de representatividade desigual, contra a privatização da Usiminas.²³² Em março de 1992, a CUT organizou o Comitê de Defesa das Estatais da Baixada Santista, mas o Sindicato dos Metalúrgicos de Santos não aderiu ao comitê e participou ativamente da privatização da Cosipa.²³³ Em abril de 1992, Jair Meneguelli lançou em Volta Redonda uma campanha nacional contra a privatização das estatais. O objetivo da campanha era recolher um milhão de assinaturas para um abaixo-assinado contra as privatizações, objetivo que, pelo que

231. Jair Meneguelli despertou, com sua atuação, a ira do governo e da grande imprensa. Fernando Collor de Mello chamou-o de "fora-da-lei". Cláudio Humberto Rosa e Silva, porta-voz de Collor, referiu-se a ele usando as expressões "fascista" e "primata". O *Jornal do Brasil* referiu-se a Meneguelli como "o Bakunin do Brás". O jornal *O Estado de S. Paulo* qualificou-o de "agente provocador por excelência". A atuação da CUT e de Jair Meneguelli na luta contra a privatização da Usiminas e as críticas da grande imprensa a essa atuação aparecem nas seguintes reportagens: "Investidores recebidos com chutes e ovos", *O Estado de S. Paulo*, 25 de setembro de 1991; "Meneguelli defende ocupação da Usiminas", *Folha de S. Paulo*, 26 de setembro de 1991; "As bruxas da Praça XV", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1991; "O processo de confronto", *O Estado de S. Paulo*, 27 de setembro de 1991; "Collor denuncia os 'fora-da-lei'", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1991; "Meneguelli ameaça deputados", *O Estado de S. Paulo*, 5 de outubro de 1991.

232. "Brizola promete reestatizar empresa", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1991.

233. "Sindicalistas fazem comitê contra a privatização", *Tribuna de Santos*, 8 de março de 1992; "Pragmatismo necessário", *idem*, 12 de setembro de 1992.

sabemos, não foi atingido.²³⁴ No ano de 1995, para lutar contra as reformas que propunham a extinção de monopólios estatais e contra a proposta governamental de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce, maior mineradora estatal, surgiram a Ação Parlamentar Brasil Soberano, o Movimento Contra a Privatização da Vale do Rio Doce e o Fórum Contra as Reformas Constitucionais, que reunia sindicatos, movimento estudantil e políticos de diferentes partidos. O Modecon também voltou a manifestar-se. Essas organizações, contudo, sempre foram débeis.²³⁵

A combatividade das lideranças cutistas contrastou também com a pouca participação dos trabalhadores. Como dissemos, por ocasião de cada um dos leilões de privatização, a CUT organizou atos de protesto na cidade do Rio de Janeiro, em cuja Bolsa de Valores eram realizados tais leilões, e na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado que sediava a maior parte do parque siderúrgico estatal. No dia 24 de setembro de 1991, os atos realizados no Rio e em Belo Horizonte contra a privatização da Usiminas, que foi a primeira batalha importante do processo de privatização, reuniram apenas duas ou três centenas de manifestantes cada um. Em 17 de outubro, novo ato em Belo Horizonte reuniu apenas 300 pessoas na Praça Sete de Setembro.²³⁶ No dia seguinte, um ato com a mesma finalidade no Rio de Janeiro reuniu igual número de pessoas na Central do Brasil.²³⁷ Em 14 de fevereiro de 1992, apenas 100 pessoas atenderam, em Porto Alegre, ao chamado da CUT para protestar contra a privatização da Aços Finos Piratini.²³⁸ Em 5 de abril de 1993, apenas 100 pessoas compareceram ao ato público convocado pela CUT, na cidade do Rio de Janeiro, para protestar contra a privatização da

234. "Meneguelli lança campanha contra privatização", *O Estado de S. Paulo*, 10 de abril de 1992.

235. "Ato contra a privatização da Vale reúne adversários", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de junho de 1995; "Manifestantes quebram vidraças", *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 8 de junho de 1995; "Manifestações nas capitais não saíram do papel", *O Estado de S. Paulo*, 8 de junho de 1995.

236. "Ato contra a venda da estatal reúne 300 pessoas", *Folha de S. Paulo*, 18 de outubro de 1991.

237. "Fracassa comício contra privatização da Usiminas", *O Estado de S. Paulo*, 19 de outubro de 1991.

238. "Manifestantes fazem barulho", *Diário Popular*, São Paulo, 15 de fevereiro de 1992.

Companhia Siderúrgica Nacional.²³⁹ Em 10 de setembro, para protestar contra a privatização da Açominas, última siderúrgica que permanecia como propriedade do Estado, apenas 350 manifestantes compareceram ao ato convocado pela CUT, pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT).²⁴⁰ Em dezembro, manifestação contra a privatização da Petroquímica União reuniu apenas 50 pessoas no Rio de Janeiro.²⁴¹

As manifestações que arrolamos, embora pequenas, eram combativas. Procuravam impedir através de medidas judiciais ou da ação direta os leilões de privatização, tendo sido temporariamente bem-sucedidas em alguns casos. Essas manifestações foram alvo de violenta repressão da parte dos governos Collor e Itamar, e obtiveram repercussão na imprensa, no Congresso Nacional e, o que era importante, no noticiário internacional.

Pouco tempo depois, já no governo Fernando Henrique Cardoso, a CUT alterou sua posição frente ao governo federal e deixou de lutar contra as privatizações. As derrotas que a CUT acumulou na luta contra as privatizações dos governos Collor e Itamar, o impacto da vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno da eleição presidencial de 1994 e a ascensão de Vicente Paulo da Silva, também em 1994, à presidência da central foram os fatores, externos e internos à CUT, que parecem ter concorrido para essa mudança de orientação. Jair Meneguelli fora presidente da CUT ao longo dos anos 80, quando a central aplicava uma linha de ação de massa e de oposição à política de desenvolvimento. Vicente Paulo da Silva destacou-se como o dirigente que revogou essa linha no principal sindicato operário da CUT, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, e se mostrava, mais do que Meneguelli, interessado em aprofundar a linha sindical propositiva.

Desde 1991, por ter colocado o sindicato que dirigia fora da greve geral, Vicentinho passou a receber elogios da grande imprensa e de algumas lideranças patronais, interessadas em pressionar a CUT

239. "Vale, funcionários e bancos são os novos donos da CSN", *O Estado de S. Paulo*, 6 de abril de 1993.

240. "96 saem feridos e 50 são presos no confronto", *Folha de S. Paulo*, 11 de setembro de 1993.

241. "Jovem faz protesto com humor", *O Estado de S. Paulo*, 7 de dezembro de 1993.

para uma atuação mais moderada.²⁴² Nos meses que se seguiram à greve de 1991, Vicentinho procurou se diferenciar no interior da central, pregando uma linha mais moderada e cortejando a grande imprensa.²⁴³ Essa, por sua vez, tratou de promovê-lo, elogiando sua "visão moderna", sua defesa do ingresso de capital estrangeiro no país, do acordo entre trabalhadores, empresários e governo e da parceria estratégica ("não apenas para época de recessão") entre trabalhadores e empresários.²⁴⁴ Logo após o IV Concut, Vicentinho ameaçou publicamente rachar a central, se as correntes de esquerda insistissem em contestar a fraude ocorrida naquele congresso, quando da apuração da votação sobre os critérios de composição da executiva nacional da central.²⁴⁵ Eleito presidente da central, Vicentinho pareceu preocupado em remover o foco de tensão entre a CUT e o governo, gerado pela luta da central contra as privatizações.

Sob o governo FHC, as privatizações, conforme já dissemos, passaram a se concentrar na quebra de monopólios estatais (exploração do petróleo, das telecomunicações, da distribuição de gás canalizado), na venda de empresas de eletricidade e na concessão de exploração de rodovias e ferrovias. Foi também o governo FHC que incluiu a Companhia Vale do Rio Doce na lista de empresas passíveis de privatização e que privatizou a empresa. No primeiro semestre de 1995, chegaram a ocorrer manifestações importantes contra as reformas constitucionais, de algumas das quais dependiam a abertura da produção de petróleo, das telecomunicações e do gás à exploração do capital privado. Mas

242. Ver reportagem "Empresários elogiam a atuação de Vicentinho", *Folha de S. Paulo*, 24 de maio de 1991.

243. Ver, por exemplo, a reportagem publicada no *Jornal do Brasil* "Vicentinho anuncia perestroika na CUT", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1991. Gilmar Carneiro disputava com Vicentinho o posto de liderança moderada emergente. Na reportagem citada, ele faz uma declaração que seria seu mote preferido nos primeiros anos da década de 90: "Precisamos investir na formação (dos dirigentes e militantes cutistas) para acabar com a luta de classes maniqueísta e promover a cidadania."

244. Exemplo disso é a reportagem intitulada "O peão que a elite quer ouvir", da seção "Perfil" da revista *Veja*, São Paulo, 21 de outubro de 1992. A reportagem da *Veja* destaca declarações como "O capital estrangeiro não deve ser discriminado.", "Sem um acordo entre empresários e trabalhadores o Brasil não conseguirá ir para frente.", "A parceria não é papo de quem está com medo da recessão. É uma proposta para o futuro."

245. "Vicentinho racha CUT se radicais boicotarem", *Diário Popular*, São Paulo, 11 de setembro de 1991.

tais reformas foram, no fundamental, aprovadas pelo Congresso em meados de 1995.

Em 27 de abril de 1995, a CUT/SP logrou reunir, na Praça da República, 15 mil manifestantes no Dia Nacional de Luta Contra as Reformas Constitucionais.²⁴⁶ No dia 3 de maio, sindicatos cutistas do setor público federal organizaram uma greve geral contra as privatizações, a quebra dos monopólios estatais e a reforma da previdência.²⁴⁷ O que parecia estar ocorrendo era uma unificação da luta econômico-corporativa dos trabalhadores do setor público com a luta contra a política neoliberal de privatização. Porém, foi justamente nesse momento em que as manifestações pareciam indicar maior disposição de luta dos trabalhadores, que a direção da CUT começou a abandonar a luta contra as privatizações. Dois dias depois da greve geral dos funcionários públicos federais, a direção nacional da central reunida em Cajamar decidiu, por iniciativa da corrente Articulação Sindical, abrir negociações com o governo em torno das reformas constitucionais. Dos 90 sindicalistas presentes à reunião, 55 deles, pertencentes ou aliados à corrente Articulação Sindical, defenderam a tese vencedora, pela qual a CUT não deveria apenas contestar as reformas neoliberais, mas, sim, apresentar suas propostas de reformas ao governo FHC. Dos sindicalistas presentes à reunião, apenas 28 defenderam o combate às reformas, e sete se abstiveram.²⁴⁸

Essa decisão representou um aprofundamento da estratégia sindical propositiva. Foi ela que fundamentou a disposição de Vicente Paulo da Silva negociar, no início do ano seguinte, a Reforma da Previdência com o governo FHC. Essa mudança repercutiu também na posição da CUT diante das privatizações. Essa luta ficou confinada aos sindicatos diretamente afetados, e a resistência à liquidação das empresas estatais tornou-se irrisória. O trabalho de mobilização e a presença da CUT na pequena manifestação ocorrida no Congresso Nacional, em junho de 1995, contra o fim do monopólio estatal da exploração do petróleo foram irrisórios.²⁴⁹ Um

246. "Passeata ataca reformas", *Diário Popular*, São Paulo, 28 de abril de 1995.

247. "Greve bumerangue", *O Estado de S. Paulo*, 29 de abril de 1995.

248. "CUT decide negociar reformas com o governo", *O Estado de S. Paulo*, 6 de maio de 1995.

249. "Manifestação provoca tumulto no Congresso", *O Estado de S. Paulo*, 8 de junho de 1995; "O petróleo é nosso", *Isto É*, São Paulo, 14 de junho de 1995.

ano depois, em 20 de setembro de 1996, no leilão de privatização da malha sudeste da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), trecho que compreende as linhas mais movimentadas e potencialmente mais lucrativas da Rede, compareceram para protestar apenas 50 pessoas — os próprios diretores de três sindicatos ferroviários afetados.²⁵⁰ A direção nacional da CUT só voltou a se empenhar na luta contra a privatização em 1997, à época da privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

2.6 Sindicalismo propositivo e neoliberalismo

As contradições da linha sindical propositiva, tal qual ela vem sendo aplicada pela CUT, permitem falar de uma política hesitante e contraditória que, no geral, leva à conciliação com o neoliberalismo. A CUT abandonou a estratégia de luta unificada contra a política econômica do governo e substituiu a prática das greves gerais de protesto pelas sucessivas tentativas de acordos com os governos neoliberais; desarmou ideologicamente os trabalhadores frente à desregulamentação, devido à sua proposta de contrato coletivo de trabalho; não assumiu uma luta consequente contra a desindustrialização e o desemprego, em decorrência de ter aceito a idéia de que seria inevitável uma certa abertura e uma certa “modernização” da economia, o que ficou claro na sua estratégia frente às montadoras de veículos e, particularmente, na sua participação nas câmaras setoriais; no que a CUT mais resistiu ao neoliberalismo foi na política de privatização. A transição de um sindicalismo de oposição para um sindicalismo de participação não foi completada.

Pode-se acrescentar que, grosso modo, a gestão de Vicente Paulo da Silva, iniciada em 1994, corresponde a uma fase em que a CUT aproxima-se mais do neoliberalismo do que na gestão anterior, sob a presidência de Jair Meneguelli. É certo que foi esse último que iniciou a transição para o sindicalismo propositivo. Vimos que ele tinha consciência do que fazia na autocrítica que realizou da atuação da CUT na Constituinte. Porém, foi sob a direção de Meneguelli que a CUT empreendeu ações mais firmes contra as privatizações. Na gestão Vicentinho, a luta contra as privatizações foi, durante 1995 e 1996, relegada a segundo plano, só recobrando vigor, como já vimos, por ocasião da privatização da Companhia

250. “RFFSA vende trecho por R\$ 889 milhões”, *Folha de S. Paulo*, 21 de setembro de 1996.

Vale do Rio Doce em 1997. Também durante aqueles dois anos, as tentativas de acordo com o governo foram revalorizadas e deixaram de se pautar numa plataforma de exigências mínimas, como ficou claro na tentativa, também frustrada, de acordo em torno da reforma da previdência pública.

A CUT estaria, então, no final da década de 1990, prestes a aderir ao neoliberalismo? Não é o que pensamos. A fase mais favorável ao sindicalismo propositivo correspondeu, até aqui, aos dois primeiros anos do governo FHC. A direção da CUT nutriu ilusões na fase inicial desse governo, de maneira parecida com o que já ocorrera no início do governo Itamar. Mas a política antipopular de Fernando Henrique Cardoso e a ação das grandes empresas incumbiram-se de abalar tais ilusões. Vimos como Fernando Henrique Cardoso degradou o emprego, os salários e os serviços sociais. Ademais, a aprovação da emenda da reeleição para cargos executivos e a privatização da Companhia Vale do Rio Doce tornaram mais tensa a relação da Articulação Sindical com o governo. No ABC, principal base operária da corrente hegemônica da CUT, a situação também se agravou. As montadoras radicalizaram a política de demissões. A insatisfação operária cresceu no ABC.²⁵¹ O resultado foi que a Articulação Sindical, que sempre deteve uma sólida hegemonia entre os operários das montadoras, encontrou grande dificuldade para vencer a esquerda da CUT no processo de escolha dos delegados para o VI Congresso da central realizado em 1997.

Fora do movimento sindical, o movimento popular entrou numa fase de reativação. O principal aqui foi a radicalização muito bem sucedida da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A Marcha Pela Terra, que reuniu em Brasília milhares de camponeses e desempregados, vindos de todas as regiões do país, em abril de 1997, foi um marco nessa nova fase.

Todos esses fatos contribuíram para reavivar, ao longo do ano de 1997, as posições mais críticas na CUT, inclusive no interior da corrente Articulação Sindical. Até 1996, Vicentinho esperava fechar um acordo em torno da reforma da previdência e obter, conforme declarou, novos acordos com o governo em torno de outras questões. Hoje, a Articulação Sindical não cogita mais realizar nenhum desses acordos e, ainda que timidamente, recomeça a agir

251. Ver a reportagem “Demissão no ABC”, *Veja*, São Paulo, 10 de dezembro de 1997.

contra a Reforma da Previdência e contra as privatizações. Definitivamente, o que tem caracterizado a ação da CUT, sob o comando da Articulação Sindical, é essa oscilação, cujos movimentos para a esquerda e para o centro dependem das circunstâncias — situação econômica, atitude governamental diante do movimento sindical, situação dos demais movimentos populares, etc.

3. A ADESÃO DO PELEGUISMO AO NEOLIBERALISMO

Em 1991, um ano após a posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República, um setor da direita sindical brasileira, aquele que integrava a corrente sindical autodenominada "sindicalismo de resultados", reuniu-se para criar uma nova central sindical, a Força Sindical, cujos discurso, programa escrito e ação prática assumem a defesa aberta das principais idéias e de boa parte das propostas políticas neoliberais. Na nossa avaliação, temos aí tanto um sintoma do peleguismo, quanto uma manifestação do impacto popular das idéias neoliberais. A Força Sindical deve ser considerada, ao mesmo tempo, uma central pelega, cujos dirigentes têm uma atuação governista, e neoliberal, porque esses dirigentes apóiam-se, de fato, na adesão passiva de parte dos trabalhadores à ideologia do neoliberalismo. O que a distingue do velho peleguismo varguista é que se trata de um peleguismo a serviço de governos neoliberais reacionários, e não de governos populistas.²⁵² Neste item, procuraremos mostrar porque consideramos que o peleguismo é a corrente dirigente da central Força Sindical e indicar, também, alguns aspectos do impacto popular do neoliberalismo, considerando a disposição ideológica da base social dessa central.

A Força Sindical foi criada congregando uma massa de "sindicatos de carimbo": sindicatos pequenos, com menos de 500 associados, alocados em setores de pouca capacidade de pressão, na maioria dos casos dispersos pelas pequenas e médias cidades do interior, e cuja maioria de dirigentes — 67%

252. Ozéas Duarte de Oliveira foi quem primeiro chamou atenção para o impacto que o neoliberalismo vinha obtendo junto às lideranças sindicais que, mais tarde, formariam a Força Sindical. A diferença é que esse autor considerava que tal adesão significava o fim do velho peleguismo, enquanto nós estamos considerando que os dois fenômenos, peleguismo e neoliberalismo, unificaram-se nessa nova direita sindical. Ozéas Duarte de Oliveira *Os mercados de ilusão: análise crítica do sindicalismo de resultados*, Brasil Debates, São Paulo, 1988.

do total — jamais tinha participado, até o congresso de fundação da Força Sindical, de qualquer congresso sindical.²⁵³ Ora, esse congresso de fundação realizou-se em 1991; nos dez anos anteriores, ocorreram dezenas de congressos estaduais e nacionais tanto da CUT, quanto das CGTs. Esses 67% representavam, portanto, a burocracia sindical mais imobilista. Sequer tinham se reciclado, como ocorrera com os pelegos que estavam nas duas CGTs (a Confederação e a Central Geral dos Trabalhadores). O significado desse contingente majoritário de 67% fica mais claro quando relacionamos essa informação com duas outras. 84% dos delegados ocupavam cargos de direção na máquina sindical oficial e 47% deles militavam no sindicalismo há mais de sete anos. É importante lembrar também que no congresso de fundação, 10% dos delegados eram diretores sindicais há mais de dez anos, isto é, desde o período da ditadura militar, quando quase todos sindicatos estavam ocupados por pelegos. No III Concut, realizado no mesmo ano de fundação da Força Sindical — 1991 — apenas 1% dos delegados tinham a mesma antiguidade como diretores sindicais.²⁵⁴

A despeito de seu programa escrito que é coerentemente neoliberal, a grande maioria dos dirigentes dos sindicatos filiados à Força Sindical não tem compromisso doutrinário conseqüente com o neoliberalismo. O que os unifica ideologicamente é um conservadorismo político genérico, a moderação ou passividade

253. Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Moreira Cardoso: *Força Sindical: uma análise sociopolítica*, Paz e Terra, São Paulo, 1993, p. 40-47 e p. 79-81. Rodrigues e Cardoso não deduzem dos dados que obtiveram a tese de que a Força Sindical é pelega, noção que, de resto, não aparece no trabalho desses autores. Assim caracterizam, na introdução do livro, o perfil político-ideológico da Força Sindical: "A Força Sindical entende que a CUT representaria o 'radicalismo estéril', o 'partidarismo inseqüente' e a CGT, a 'proposta conservadora', o 'conformismo'. (...) Desse ângulo, a Força Sindical marca, em seu discurso, um rompimento com as tradições corporativas, nacionalistas e socialistas das correntes mais militantes do sindicalismo brasileiro e parece mais adaptada às mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que estão marcando esse final de século." Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Moreira Cardoso *op. cit.*, p. 21. Tal caracterização é quase um prognóstico. Era de se esperar que a central mais "adaptada" ao ambiente que os autores chamam de "pós-socialista" apresentasse um grande crescimento e se consolidasse. Não foi o que ocorreu. Passados seis anos desde seu congresso de fundação, a "adaptada" Força Sindical já sofreu pelo menos um "racha" importante e não conseguiu reduzir a enorme distância que a separa da capacidade de organização e de luta ostentada pela sua rival, a "inadaptada" CUT.

254. *Idem*, Quadro III-5, p. 76.

na ação sindical e a atitude defensiva frente à militância cutista que, organizando chapas de oposição num número cada vez maior de sindicatos, ameaçava, e ainda ameaça, sua condição de diretores de sindicatos oficiais. Uma maioria de 87% dos delegados ao congresso de fundação da Força Sindical era favorável a um “amplo entendimento nacional”, e 65% defendiam que o governo Collor deveria participar, com sindicatos e empresários, desse entendimento.²⁵⁵ Na direção nacional da Força Sindical, a porcentagem dos favoráveis ao entendimento nacional subia para 96%. Ainda quanto à orientação político-sindical, 88% dos delegados só aceitavam a greve como último recurso, porcentagem que subia para 98% entre os membros da direção nacional. A direção era mais conservadora que a base.

Além dos sindicatos de carimbo, a FS conta com alguns grandes sindicatos, o principal deles sendo, de longe, o dos metalúrgicos de São Paulo. A carreira política e sindical de Luiz Antonio de Medeiros, que se lançou no cenário sindical nacional a partir do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, sempre se pautou, desde que deixou o Partido Comunista Brasileiro, pelo antiesquerdismo, pelo governismo e, nos momentos eleitorais, pela procura, típica dos governistas, da candidatura que tivesse mais chance de vitória. Foi assim até com Fernando Collor de Mello, cuja candidatura ele só passou a apoiar abertamente nas vésperas do pleito, quando considerou consolidada a liderança de Collor nas pesquisas de intenção de votos. Ou seja, na primeira e mais importante batalha eleitoral do neoliberalismo brasileiro, a candidatura Collor em 1989, Medeiros hesitou entre as várias candidaturas de direita e de centro até às vésperas da eleição.²⁵⁶

255. *Idem*, p. 90.

256. Vito Giannotti: *Medeiros visto de perto*, São Paulo, Brasil Urgente, 1994, p. 152-154. Depois que aderiu a Collor, a Força Sindical apoiou o seu governo quase até o fim. Mesmo em agosto de 1992, quando centenas de milhares de manifestantes já tinham saído às ruas pedindo o impedimento de Collor, a FS guardava silêncio. Apenas em 27 de agosto, emitiu uma nota pedindo a renúncia de Collor. Como observa Giannotti, a nota pedia renúncia, não o impedimento, e nada dizia sobre punição a Collor. Em seguida, a FS convocou um ato, junto com a Fiesp, que também fora contra a campanha pelo impedimento. Giannotti considera, com razão, que se tratou mais de um ato para limpar a imagem de Medeiros do que para lutar contra Collor. O lema do ato de Medeiros era “Corrupção nunca mais”, sem dizer quem era corrupto. Apenas em 18 de setembro, Medeiros subiu ao palanque num ato unitário pelo impedimento de Collor, foi no ato “gigante” do Vale do Anhagabaú, quando Medeiros foi estrepitosamente vaiado.

O chamado *sindicalismo de resultados* e sua sucessora, a Força Sindical, sempre foram dependentes dos governos. Em outubro de 1988, o governo Sarney oficializou a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, organizada por Medeiros.²⁵⁷ Essa oficialização representou um golpe na CNTI, e uma mudança no esquema confederativo herdado do Estado Novo. É preciso notar, e isto é o mais importante, que Sarney precisava elevar o *status* de Medeiros, para colocá-lo, naquele segundo semestre de 1988, na mesa de negociação da qual a CUT negava-se a participar. Apenas como presidente de sindicato, seria diminuída a importância do interlocutor de Sarney. Daí a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. Para criar sua Força Sindical, em março de 1991, Medeiros acionou, com todo apoio do governo, a “indústria da criação de sindicatos”. De 1990 a 1992, o Ministério do Trabalho concedeu 132 cartas sindicais a entidades ligadas ao grupo de Medeiros. No mesmo período, foram concedidas treze cartas sindicais a entidades ligadas à CUT.

A Força Sindical e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo conseguiram milhões de dólares do governo Collor para montar seu aparelho sindical. Em julho de 1991, Medeiros, passando alguns dias em Brasília, levantou 4,5 milhões de dólares para entidades sindicais da Força Sindical junto aos Ministérios da Saúde e da Educação e junto à Caixa Econômica Federal; tudo encoberto por convênios que não se realizaram, como cursos de alfabetização, ou destinados para a ampliação da rede de quatro ambulatórios do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Ainda no período do governo Sarney, Medeiros tinha obtido grande parte dos 6,5 milhões de dólares empregados na construção da sede do seu sindicato, o chamado Palácio do Trabalhador, com o pretexto que seria uma escola sindical.²⁵⁸ O segundo empréstimo para a construção do Palácio do Trabalhador saiu no governo Collor, com autorização de próprio punho do presidente da República. Medeiros recebeu, também, 120 mil dólares do governo Quéricia, em agosto de 1990, para um convênio obscuro do governo do Estado com o Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais (Ibes), entidade criada por Medeiros. O objetivo seria a realização de cursos para dirigentes sindicais. Segundo a própria prestação de contas de Medeiros, apenas uma pequena

257. Vito Giannotti, *op. cit.*, p. 57

258. Vito Giannotti, *op. cit.*, p. 137-140

parte dos cursos previstos foi realizada, e o destino do dinheiro até hoje não foi esclarecido.²⁵⁹

3.1 O apoio da Força Sindical à privatização e à desregulamentação

O papel da Força Sindical em apoio à política neoliberal tem sido muito importante no processo de privatização e no processo de desregulamentação do mercado de trabalho. Ela desempenhou, ainda, a função de auxiliar os governos nas suas ações contra a CUT. Mas a Força Sindical não pode apoiar indistintamente o conjunto da política neoliberal. Um ponto particular dessa política passou, pelo menos desde 1996, a ser rejeitado, ainda que de modo localizado, pela central de Medeiros: a abertura comercial e o desemprego industrial que ela acarreta, inclusive, ou principalmente, na base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

O papel da Força Sindical foi decisivo, principalmente, no início do processo de privatização, quando os governos Collor e Itamar leiloaram as grandes siderúrgicas e as empresas dos ramos petroquímico e de fertilizantes. A Força Sindical controlava a direção dos sindicatos de trabalhadores das maiores siderúrgicas na época em que essas empresas foram privatizadas. Era direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, que representa os trabalhadores da Usiminas, privatizada em outubro de 1991; havia recém conquistado o sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda, que representa os trabalhadores da CSN, privatizada em fevereiro de 1993; detinha uma posição importante no Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, que representa os trabalhadores da Cosipa, privatizada em agosto de 1993; era a força mais influente no Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco, que representa os trabalhadores da Açominas, privatizada em setembro de 1993. Dos sindicatos ligados aos trabalhadores das grandes siderúrgicas, a CUT só controlava o Sindicato dos Metalúrgicos de Timóteo, em Minas Gerais, sindicato que representa os trabalhadores da Acesita, privatizada em outubro de 1992.

Nos sindicatos sob seu controle, a Força Sindical defendeu ativamente a privatização. Em alguns casos, como na privatização da Usiminas, que foi a primeira grande siderúrgica privatizada, ocorreram dissidências na diretoria do sindicato, mas nada que

259. *Idem*, p. 143.

criasse grande dificuldade para a implementação, pelo sindicato, da linha favorável à privatização.²⁶⁰ Até porque, em todas as grandes siderúrgicas, a linha da Força Sindical obteve apoio majoritário entre os funcionários dessas empresas. Para obter esse apoio, a FS pôde contar com a ajuda decisiva dos governos Collor e Itamar. As direções das empresas estatais e do BNDES reservaram, como indicamos na primeira parte deste trabalho, vários lotes de ações aos funcionários das empresas a serem privatizadas — eles poderiam adquirir-los a preço menor e com financiamento subsidiado, através de clubes de investimento ou de fundações que viessem a constituir. Esse recurso não só permitiu cooptar, conforme já indicamos, a burguesia de Estado, como também neutralizou a virtual oposição dos trabalhadores à privatização das empresas nas quais trabalhavam. Destaque-se que essa estratégia é recomendada pelo Banco Mundial aos governos neoliberais da América Latina para que logrem neutralizar a resistência sindical ao processo de privatização.

O apoio da Força Sindical ao processo de privatização desenvolveu-se em dois planos. De um lado, faziam propaganda e agitação contra a linha da CUT, taxando-a, em sintonia com o discurso neoliberal, de “estatista e retrógrada”. Usavam a autoridade conferida pela condição de representantes sindicais oficiais dos funcionários das empresas sujeitas à privatização para minar a luta da CUT. De outro lado, negociavam com as direções das empresas estatais o montante de ações que seria reservado para os funcionários da empresa a ser privatizada, o preço dessas ações e o financiamento a juros subsidiados para a sua compra. Foi o que ocorreu na CSN, Usiminas, Cosipa, Açominas e outras. No caso da Açominas, a Força Sindical pleiteava que os funcionários recebessem 20% das ações ordinárias e 10% das ações preferenciais sem desembolsar um centavo sequer. As ações seriam “pagas”, na proposta do sindicato, “(...) com carência de quatro anos pelos próprios dividendos auferidos nesse período”.²⁶¹ No caso da Usiminas, parte das ações também foi doada aos funcionários: a direção da empresa concedeu aumento

260. As divisões na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga no tocante à questão da privatização da Usiminas aparecem na reportagem “Sindicalistas se unem contra a venda de estatal”, *Folha de S. Paulo*, 2 de outubro de 1991.

261. “Metalúrgicos discutem a privatização da Açominas”, *Diário do Comércio*, Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 1992.

salarial de até 5% aos funcionários que quisessem adquirir ações ordinárias, de modo que eles pudessem cobrir a amortização do financiamento das ações, feito pelo BNDES e pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.²⁶² Os sindicatos da Força Sindical conseguiram obter nos diversos leilões uma significativa reserva de ações para os funcionários (em torno de 10 a 20% do total de ações), um preço bem inferior ao preço mínimo (em torno de apenas 30% desse) e financiamento especial do BNDES para a compra das ações reservadas aos funcionários.²⁶³

Esses sindicatos foram, também, os organizadores, nas diversas empresas privatizadas, dos clubes de investimento que obtiveram a adesão da quase totalidade dos funcionários para a compra dos lotes de ações. Na questão da privatização, a linha da Força Sindical foi apresentada assim por Luiz Antônio de Medeiros: "Nossa única exigência é que se garanta ao trabalhador o direito de parcela nas empresas privatizadas".²⁶⁴

A atuação da liderança da Força Sindical obteve, portanto, adesão de parte importante dos trabalhadores à política de privatização. É verdade que as direções das siderúrgicas, das

262. "Empregado da Usiminas terá aumento para comprar ações", *Estado de Minas*, 11 de setembro de 1991.

263. A atuação da Força Sindical, sob orientação do governo e das direções das empresas estatais no processo de privatização das grandes siderúrgicas, das petroquímicas e das empresas de fertilizantes foi relatada em detalhes pela grande imprensa. Cito, como exemplos, algumas reportagens referentes ao caso da privatização da Usiminas no ano de 1991: "Bradesco vai intermediar venda das ações da Usiminas aos funcionários", *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 22 de junho; "Empregado da Usiminas terá aumento para comprar ações", reportagem citada; "Funcionários reservam ações", *O Estado de S. Paulo*, 27 de setembro; "Sindicalista defende leilão da Usiminas", *Correio Braziliense*, 2 de outubro; "Funcionários apóiam venda da Usiminas", *Folha de S. Paulo*, 20 de outubro; "Bozano-Simonsen diz ter 51% das ações", *Folha de S. Paulo*, 25 de outubro; "Conselho contará com a presença de empregado", *O Estado de Minas*, 25 de outubro.

264. Declaração de Luiz Antônio de Medeiros ao jornal *O Estado de S. Paulo*, de 15 de dezembro de 1991 — ver reportagem "Privatização causa divergências". Medeiros parecia preocupado em garantir esse "direito de parcela" a mais gente, e não só aos trabalhadores. Segundo denúncias da imprensa, os estatutos dos clubes de investimento foram elaborados pela Força Sindical e pelas direções das estatais de modo a permitir que, após a privatização, as ações dos funcionários fossem repassadas, a preço vil, para os diretores das empresas privatizadas e para grupos industriais e financeiros mancomunados com a Força Sindical. Ver a polêmica entre Luiz Antônio de Medeiros e o jornalista Luís Nassif, citada na primeira parte deste trabalho. (Luís Nassif "Sindicalismo de negócios", *Folha de S. Paulo*, 18 de abril de 1993; Luiz Antônio de Medeiros, "Tetas de aço", *Folha de S. Paulo*, 14 de abril de 1993.)

petroquímicas e das estatais do ramo de fertilizantes, além de criarem o atrativo financeiro, pressionaram seus funcionários para que aderissem aos clubes de investimento e participassem das privatizações. Contudo, seria um erro subestimar, em vista de tais fatos, a adesão dos funcionários à privatização. A adesão aos clubes foi sempre amplamente majoritária, e algumas pesquisas de opinião no meio operário indicaram uma maioria de trabalhadores favoráveis à privatização.²⁶⁵ Ademais, é sintomático que o único sindicato cutista ligado a uma grande siderúrgica estatal tenha abandonado a luta contra a privatização.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Timóteo, em Minas Gerais, preferiu adotar uma linha propositiva no processo de privatização da Acesita — para evitar uma "privatização destrutiva" — destoando assim do que recomendava e fazia a direção da CUT no nível nacional. Tal orientação parecia refletir a pressão vinda da base do sindicato. De resto, também é sintomático que a CUT regional de Minas Gerais, o Estado que abrigava a maioria das siderúrgicas estatais, tenha, através de seu presidente Carlos Calazans, apresentado críticas à posição da CUT nacional de lutar contra as privatizações. Calazans entendia que a CUT deveria aceitar a privatização das siderúrgicas, discutindo, apenas, os seus termos e condições.²⁶⁶ Os trabalhadores das siderúrgicas, de acordo com os dados de que dispomos, aderiram às privatizações, a ponto de obrigarem os sindicatos cutistas a eles ligados a se desviarem da orientação que a central implementava nacionalmente.

Nos casos dos setores petroquímico e de fertilizantes, tal qual ocorreria mais tarde, já no governo FHC, com os setores de mineração, telecomunicações e de energia elétrica, a adesão à privatização foi menor e chegou a ocorrer resistência de parte dos funcionários das empresas. Houve um caso isolado, o do leilão da Ultrafertil de Araucária (PR), em que os funcionários recorreram à greve com ocupação para tentar impedir a privatização da empresa.²⁶⁷ Dois fatores explicam a dificuldade encontrada, nesses setores, pelo governo e pelas direções das empresas para obter a

265. "Trabalhadores aprovam a privatização", *Folha de S. Paulo*, 10 de novembro de 1991.

266. "CUT já admite discutir futuras privatizações", *O Estado de Minas*, 25 de outubro de 1991; "CUT e sindicato vão protestar", *Jornal de Brasília*, 22 de outubro de 1992.

267. Sobre o caso da Ultrafertil de Araucária, ver "Empregados da Ultrafertil atrasam turnos em protesto", *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 19 de maio de 1993; "Sindicato

adesão dos funcionários à privatização. Em primeiro lugar, o setor petroquímico era composto, antes da privatização, de empresas subsidiárias da Petrobrás; em segundo lugar, a maioria dos sindicatos concernidos diretamente pelas privatizações nesse setor era filiada à CUT, e não à Força Sindical.

A história da política de petróleo no Brasil é diferente da história da siderurgia, e essa diferença contou. A Petrobrás foi criada como empresa estatal e monopolista graças à luta dos partidos de esquerda e de setores das classes médias urbanas na década de 1950, e foi concebida como uma afirmação da soberania nacional sobre as riquezas do subsolo brasileiro frente aos interesses imperialistas. É algo semelhante ao que ocorreu com a Companhia Vale do Rio Doce, cuja privatização também encontrou, em 1997, sob o governo FHC, uma resistência que transbordou amplamente o terreno sindical. Quanto às siderúrgicas estatais, sua história e significado são diferentes. Elas foram criadas por decisão dos governos desenvolvimentistas e por razões pragmáticas, isto é, depois que tais governos constataram que nem o capital estrangeiro, nem o nacional, tinham interesse ou condições de investir em grandes siderúrgicas. Ora, a privatização de empresas petroquímicas era vista por muitos parlamentares, por sindicalistas e pelos funcionários da Petrobrás como o primeiro passo para a privatização da própria Petrobrás. Bastou isso para provocar alguma turbulência na política governamental de liquidação das empresas públicas.

A comparação entre o que se passou nos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes e, mais tarde, no setor da mineração e da energia elétrica, permite algumas conclusões. A primeira conclusão é que, na maioria dos casos, tem havido uma aceitação passiva do processo de privatização. As tentativas de resistência organizada não lograram mobilizar o suficiente os

mantém ocupação", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1993; "Funcionários ainda ocupam a Ultrafértil", *Folha de S. Paulo*, 30 de junho de 1993. Sobre as reações dos sindicatos frente às privatizações no setor petroquímico e de fertilizantes em geral, ver "Petroflex será leiloada hoje por Cr\$ 383 bilhões", *O Estado de S. Paulo*, 10 de abril de 1992; "Sindicato vai à Justiça para impedir leilão da Copesul", *jornal O Estado de S. Paulo*, 8 de maio de 1992; "CUT quer Ultrafértil fora do programa de desestatização", *O Estado de S. Paulo*, 12 de novembro de 1992; "Sindicato entra com ação", *Folha de S. Paulo*, 18 de março de 1993; "Privatização sob suspeita", artigo de Remígio Todeschini, presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, *Diário Popular*, São Paulo, 18 de outubro de 1993; "Fracassa leilão da Petroquímica União", *jornal O Estado de S. Paulo*, 7 de dezembro de 1993.

funcionários dessas empresas e nem o restante da população. Nos ramos petroquímico e de fertilizantes, frente à negativa dos sindicatos cutistas de organizarem clubes de investimentos, as direções das empresas obtiveram a adesão dos seus funcionários, organizando, elas próprias, tais clubes para que eles pudessem participar dos leilões de ações.²⁶⁸

A segunda conclusão é que a reação dos funcionários diretamente envolvidos e dos demais setores sociais varia de acordo com o setor ou empresa a ser privatizado. Citamos os casos da indústria petroquímica e da Companhia Vale do Rio Doce, vistas por parte da população como instrumentos da soberania nacional. Também sob o governo FHC, a privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, como a Light do Rio de Janeiro, ensejou críticas e insatisfações, no caso por se tratar de empresa que presta serviço diretamente à população. No geral, a privatização, no Brasil, tem caminhado dos setores "menos sensíveis" para aqueles em que, potencialmente, a resistência pode ser maior, por envolver serviços essenciais à maioria da população ou por representarem instrumentos de afirmação da soberania nacional.²⁶⁹ Isso significa que, embora a luta contra a privatização tenha sido derrotada, inclusive por falta de capacidade de mobilização, na primeira fase do processo, não se deve descartar a possibilidade dos trabalhadores, na fase atual, mudarem sua disposição de luta.

A última conclusão diz respeito à Força Sindical. Seus dirigentes são, como vimos, pelegos: dependem dos sucessivos

268. Esse foi o caso do processo de privatização da Petroquímica União (PqU). O Sindicato dos Químicos do ABC, filiado à CUT, manteve-se firme na luta contra a privatização da empresa, negando-se a desempenhar o papel de correia de transmissão dos interesses governamentais, ao contrário do que fizeram os sindicatos da Força Sindical nas empresas siderúrgicas. Diante dessa situação, um assessor de meio ambiente e qualidade da PqU organizou, ao que tudo indica por determinação da direção da empresa, a Sociedade Anônima dos Empregados da Petroquímica (SEP), para obter crédito do BNDES para a aquisição de 10% do capital da empresa no processo de privatização. 97% dos funcionários da PqU aderiram à SEP — 1.158 dos 1.200 empregados da empresa. Ver matéria "Sociedade dos operários", *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 19 de março de 1992.

269. O presidente Carlos Andrés Pérez da Venezuela começou o processo de privatização pelas empresas de serviços urbanos — energia elétrica, tratamento e distribuição de água, transporte, coleta de lixo e telefonia — que atendiam não apenas setores burgueses e de classe média, mas também a grande massa popular. A elevação das tarifas e o mau serviço prestado pelas empresas privatizadas foram um fator importante no desencadeamento do movimento popular que levou à deposição do seu governo. Ver Henri Coing "À la recherche d'un nouveau modèle de service public: la Venezuela", *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 18, 1994.

governos e, por causa disso, agem em consonância com a política governamental. Porém, seria um erro ignorar que o peleguismo a serviço dos governos neoliberais encontrou um terreno social no qual pode apoiar-se. A política de privatização das empresas públicas mostra que o privatismo liberal tem obtido alguma aceitação junto a uma parte das classes trabalhadoras; o peleguismo está, nessas condições, dependurado no governo, mas, também, apoiado em setores das classes trabalhadoras.

A desregulamentação do mercado de trabalho é outro eixo da ideologia e da política neoliberal que tem sido defendido pela Força Sindical. O projeto de lei do Executivo estabelecendo o contrato de trabalho por tempo determinado inspirou-se no acordo assinado, em fevereiro de 1996, entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, principal entidade de base ligada a essa central, e a Metalúrgica Aliança.²⁷⁰ Esse acordo estabelecia um "contrato especial de trabalho", que previa, no geral, as mesmas reduções de direitos do trabalhador e as mesmas vantagens para o capitalista que iriam integrar, alguns meses depois, o projeto de contrato por tempo determinado do governo FHC.

Pelo acordo, a empresa poderia utilizar o contrato dito especial para até 25% dos seus trabalhadores. Esse contrato previa, em primeiro lugar, a dispensa de registro do contrato de trabalho em Carteira Profissional, representando, por isso, uma ameaça ao conjunto do direito do trabalho. Em segundo lugar, permitia a generalização do contrato por tempo determinado, que até então só era permitido para atividades específicas. Por último, introduzia uma série de vantagens para o capitalista e de prejuízos para os trabalhadores: redução a menos da metade da contribuição da empresa ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), não pagamento, por parte da empresa, das contribuições do salário-educação e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), renúncia do trabalhador ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), redução da remuneração do repouso semanal, redução das férias e do décimo terceiro salário e multa ao trabalhador que viesse a deixar o emprego sem comunicar a empresa com 30 dias de antecedência.

Assim que o acordo foi assinado, apesar de diversos dos seus itens contrariarem normas da Constituição de 1988 e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o presidente Fernando

270. Ver *Folha de S. Paulo*, 14 de fevereiro de 1996.

Henrique Cardoso veio a público declarar seu apoio ao mesmo. Juristas e membros dos tribunais da Justiça do Trabalho, criticaram o desrespeito público do presidente da República à Constituição e à legislação ordinária, e a Justiça do Trabalho declarou ilegal a maioria dos itens constantes do acordo assinado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.²⁷¹ Como já vimos, foi por isso que o governo FHC viu-se obrigado a abandonar a via da ação ilegal na questão do contrato por tempo determinado e a elaborar um projeto de lei sobre a matéria.

Os pontos da política neoliberal frente aos quais a Força Sindical tem apresentado alguma insatisfação são a abertura comercial e a política de juros altos, que estão provocando a supressão massiva de postos de trabalho e o fechamento de empresas na sua principal base sindical. Mas, a central age de modo limitado. O sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo realizou, principalmente no ano de 1996, ações contra o fechamento de empresas e demissões em sua base. Tais ações repercutiram muito. Os presidentes da Força Sindical e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo organizaram uma ocupação do prédio do Ministério da Fazenda em São Paulo. Os quinhentos operários que participaram da ação desocuparam o prédio depois que obtiveram a promessa, avalizada pelo governo, de que os demitidos da metalúrgica Sofunge receberiam seus direitos, e depois de o governo ter criado uma comissão para estudar medidas contra o desemprego.²⁷² A Força Sindical aderiu à greve geral convocada pela CUT em junho de 1996, tendo como único ponto programático comum o protesto contra o desemprego. Esse tipo de atrito com o neoliberalismo não levou, contudo, a Força Sindical a romper com a frente política conservadora que sustenta os governos neoliberais.

Defendendo a privatização e a desregulamentação, a Força Sindical tem podido contar com o apoio passivo de parte dos trabalhadores. No caso da privatização, o elemento importante parece ser o fato de que parte dos trabalhadores ilude-se com a idéia de que a tal política poderia ser um meio de acabar com os favores que o Estado brasileiro concede à cúpula da

271. Para o episódio descrito acima ver o artigo de Altamiro Borges "Balão de ensaio do acordo sobre os encargos sociais", *Debate Sindical*, São Paulo, n. 21, 1996.

272. Ver "Invasão de Ministério deixa cinco feridos em São Paulo", *Folha de S. Paulo*, 9 de agosto de 1996 e "Demitidos desocupam Ministério em São Paulo", *Folha de S. Paulo*, 10 de agosto de 1996.

burocracia de Estado e à grande burguesia. A idéia de lançar os burocratas às agruras do mercado de trabalho e de expor os capitalistas aos rigores da concorrência pode ser percebida como um instrumento de justiça social. A “caça aos marajás” é uma idéia que, até hoje, parece presente na consciência popular.²⁷³ No caso da desregulamentação, o elemento decisivo parece ser o temor do desemprego que tomou conta dos trabalhadores e, principalmente, do operariado industrial — pesquisas encomendadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo mostram que a maior preocupação dos operários não é com o salário, a saúde, educação ou segurança, mas com o emprego. Ora, como se sabe, todo o discurso neoliberal, encampado pela Força Sindical, apresenta a desregulamentação do mercado de trabalho como instrumento para aumentar a oferta de empregos. Examinaremos esses pontos quando tratarmos da hegemonia neoliberal.

3.2 Neoliberalismo e estrutura sindical

O campo pelego aderiu, portanto, ao neoliberalismo. Esse fato, tem contribuído para a difusão da ideologia e da política neoliberal junto aos trabalhadores. Na medida em que o peleguismo é produto da estrutura sindical corporativa de Estado, que, embora reformada pela Constituição de 1988, permanece em pé, podemos afirmar que essa estrutura sindical, herdada do período populista, é, hoje, um dos recursos de que dispõe o neoliberalismo para obter sua hegemonia no Brasil. Isso é também verdadeiro devido aos outros tipos de obstáculos — já arrolados quando analisamos a atuação da CUT — que a estrutura sindical tem imposto à organização do campo sindical combativo integrado pelas correntes reformistas e revolucionárias que atuam no movimento sindical.

Enquanto boa parte da esquerda sindical permanece, desde o governo Collor, em estado de alerta diante da *possibilidade* de um governo neoliberal tentar implantar o sindicalismo por

273. Essa hipótese é desenvolvida por Patrícia Vieira Trópia no artigo “As bases sociais da Força Sindical”, Unicamp, mimeo., 1997. Em março de 1995, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, contando com a colaboração de 200 dos seus delegados sindicais, aplicou um questionário em vinte mil operários metalúrgicos de sua base. O resultado foi amplamente favorável à privatização e à reforma administrativa: 63% manifestaram-se a favor da privatização da Petrobrás, 64% defenderam o mesmo destino para a Telesp e 68% apoiaram a privatização do Banesp; o fim da estabilidade do funcionalismo público foi aprovado por 65% dos entrevistados. Ver “Metalúrgicos de São Paulo apóiam privatizações”, *Folha de S. Paulo*, 19 de março de 1995.

empresa, a velha estrutura sindical corporativa de Estado, que é uma *realidade* quase setuagenária e que a esquerda evita combater, vai dando sua contribuição para a construção da hegemonia neoliberal no Brasil. No que respeita à estrutura sindical, observa-se, mais uma vez, que o neoliberalismo é antiestatista apenas naquilo que lhe convém: os críticos da intervenção estatal nas relações de trabalho utilizam-se da estatização do sindicalismo para ter acesso ao movimento sindical. Isto é, a despeito do discurso contra o intervencionismo em geral, sabem, na prática, diferenciar, muito bem, a intervenção do Estado que limita a exploração capitalista, isto é, os direitos sociais que criticam e combatem, da intervenção do Estado que limita e tutela a organização dos trabalhadores, isto é, a estrutura sindical corporativa que aceitam e defendem.

O silêncio dos governos neoliberais frente ao aparelho sindical brasileiro é significativo e, no nosso entender, tem desmentido aqueles que atribuem a esses governos o objetivo de desmontar a estrutura sindical. Esses governos têm dispensado um tratamento duro à *luta* sindical dos trabalhadores. No caso do governo FHC, o evento exemplar foi a atitude repressiva adotada diante da greve dos petroleiros em 1995, contra a qual se utilizaram, inclusive, as Forças Armadas. Porém, os governos neoliberais não demonstraram, até o presente, interesse efetivo em desmontar o *aparelho* sindical, ao contrário do que fez Thatcher na Inglaterra que acumulou leis e medidas contra a *organização* das *trade-unions*. Houve apenas um ensaio passageiro do governo Collor para modificar, não extinguir, a estrutura sindical. Refiro-me ao projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional no ano de 1991. Esse projeto visava abolir o imposto sindical, condicionar a cobrança da taxa assistencial à prévia autorização de cada trabalhador e autorizar comissões de empresa a negociarem salários e condições de trabalho com a direção da empresa — prerrogativa legal que o estatuto da unicidade sindical confere exclusivamente ao sindicato oficial. O cálculo dos autores do projeto era que ele enfraqueceria financeiramente os sindicatos e minaria o sindicato único de categoria, abrindo caminho para a flexibilização do direito do trabalho através da negociação entre os empresários e as comissões de empresa. Tais medidas, se implementadas, eliminariam, de fato, uma parte dos recursos financeiros dos sindicatos oficiais e flexibilizariam o monopólio legal da representação que tais sindicatos detêm. Tal proposta de reforma da estrutura sindical foi, no entanto, abandonada rapidamente. O governo deu mostras de que não estava determinado a levá-la

adiante e os sindicalistas, tanto da CUT quanto da Força Sindical, posicionaram-se contra elas.²⁷⁴

O discurso neoliberal e o impacto que essa ideologia obteve no Brasil colocam à disposição do governo os meios para, caso queira, iniciar uma cruzada contra o aparelho sindical oficial. Esse aparelho se assenta no monopólio da representação, vive de taxas obrigatórias impostas aos trabalhadores e os meios financeiros de que dispõe são fartamente utilizados em proveito pessoal pelos dirigentes sindicais conservadores, como têm denunciado os sindicalistas de esquerda e, inclusive, a grande imprensa. Monopólio, estatismo, privilégios, corrupção: todos os inimigos reais ou imaginários do neoliberalismo estão presentes na estrutura sindical. Seria possível, portanto, criticá-la de um ponto de vista estritamente liberal, e tomar medidas contra ela. Em vez disso, o governo FHC tem reforçado a unicidade sindical e, desse modo, todo o corporativismo de Estado.

O projeto de lei sobre o contrato de trabalho por tempo determinado prevê a necessidade da anuência do sindicato para que uma empresa possa contratar trabalhadores dentro das novas normas contratuais. Tal medida aumenta o poder do sindicato oficial e pressupõe a manutenção da unicidade sindical — sem o monopólio legal da representação sindical, a negociação da assinatura de contratos de trabalho por tempo determinado poderia facilmente chegar a impasses políticos e legais, inviabilizando a aplicação dessa medida desregulamentadora. Outra medida governamental importante relativa ao aparelho sindical foi o convênio assinado entre o Ministério do Trabalho e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, transferindo para esse pilar da Força Sindical a verba (milionária) e a tarefa de requalificação dos desempregados de sua base. Tal convênio insere-se na orientação da política social neoliberal de desconcentrar a prestação de serviços sociais, incorporando, como já indicamos, associações

274. A direção da CUT apresentou suas críticas ao projeto de Collor no *Cadernos da CUT — Jurídico e Relações Sindicais*, n. 7 janeiro/junho de 1992. Ver encarte anexado ao caderno intitulado *Extra*. No que diz respeito à parte do projeto que trata da estrutura sindical, a crítica da CUT toma, por via indireta, a defesa da unicidade sindical e do poder do sindicato tributar, a seu único juízo, todos os trabalhadores de sua base. De minha parte, fiz uma análise crítica desse projeto, mas de uma perspectiva diferente. Tentei mostrar que ele representava mais uma medida mudancista que, ao mesmo tempo, servia-se da estrutura sindical e a modificava em aspectos secundários de acordo com as necessidades do governo. Ver Armando Boito "Contrato coletivo e organização sindical" in Aldo Rebelo (org.) *Contrato coletivo e organização sindical*, edição do gabinete do deputado federal Aldo Rebelo, Brasília, 1993.

de diversos tipos em atividades que, até então, eram obrigação do Estado. A novidade, nesse caso, é que não se trata de uma ONG ou de uma associação filantrópica, mas de um sindicato de trabalhadores que se envolve no processo de desconcentração da política social.

O peleguismo tem apoiado a política neoliberal e o governo FHC tem mantido e fortalecido tanto a estrutura sindical, quanto a corrente de dirigentes pelegos que essa estrutura produz.

V

CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA MUDANÇA DO SINDICALISMO BRASILEIRO

I. POR QUE A CUT MUDOU?

As respostas a essa questão têm sido encaminhadas de modo unilateral e estão vinculadas a estratégias políticas e sindicais concorrentes. Há duas variantes explicativas que polarizam o debate. Em primeiro lugar, há uma variante que considera, de modo unilateral, a ideologia e as decisões da corrente majoritária da CUT, a Articulação Sindical, como o fator explicativo da estratégia propositiva implantada pela central na década de 1990. Em segundo lugar, há uma variante que considera, também de modo unilateral, mas invertendo os termos da explicação anterior, as condições objetivas como o fator explicativo das decisões estratégicas que a corrente Articulação Sindical implantou na central. A primeira variante, marcada por um enfoque voluntarista, predomina entre os intelectuais ligados às organizações de esquerda do movimento operário e sindical que fazem oposição à corrente Articulação Sindical no interior da CUT e do PT. A segunda corrente, marcada por um enfoque objetivista, predomina entre os intelectuais ligados à corrente Articulação Sindical, que são numerosos na esquerda universitária. A primeira sugere que a direção da CUT poderia retomar, tal e qual, a estratégia sindical dos anos 80, bastando para tanto que tivesse a vontade política de fazê-lo; para a segunda, ao contrário, o sindicalismo propositivo seria, independentemente da vontade das direções sindicais, a única estratégia possível na atual conjuntura.

O livro *CUT ontem e hoje*, de Vito Giannotti e Sebastião Neto, é representativo da primeira variante explicativa.²⁷⁵ O trabalho desses dois intelectuais e dirigentes do sindicalismo foi

275. Vito Giannotti e Sebastião Neto, *CUT ontem e hoje*, Petrópolis, Vozes, 1991.

pioneiro. Ele apresentou e fixou a idéia de que a CUT tinha mudado de linha e forneceu importante material empírico para documentar essa mudança. Porém, a despeito de esse trabalho referir-se à nova conjuntura criada na virada da década de 1980, ele o faz apenas de passagem e apresenta a nova estratégia da CUT como mera decorrência da ideologia e da ação da Articulação Sindical — a influência da social-democracia européia sobre a corrente majoritária da CUT, a mudança do estatuto para burocratizar a central e a fraude no credenciamento dos delegados e na apuração dos votos no Concut de 1991 são os aspectos valorizados na análise. Esses aspectos têm, cada um deles, a sua importância. Mas esse fato não legitima um enfoque que circunscreve, em grande medida, a história da CUT à vida interna da própria central, mais precisamente às decisões da sua corrente majoritária.

O objetivo político dos autores é *restaurar* a concepção e a estratégia sindical dos anos 80, que teriam sido, segundo eles, norteadas por alguns princípios básicos como o socialismo, o “classismo”, a democracia interna e a organização de massa na base da central. Já apresentamos nossas observações críticas sobre essa visão da CUT dos anos 80 — dissemos que seu horizonte estratégico foi a luta contra a política de desenvolvimento, não contra o capitalismo, e que ela se integrou, ainda que de maneira ativa, à estrutura sindical, o que comprometeu seu caráter democrático e de massa. Queremos destacar, agora, que, nesse ensaio, cuja importância já sublinhamos, Giannotti e Neto não percebem, ao pregarem como solução para a CUT uma espécie de volta às origens, a necessidade de se elaborar uma tática nova para a central, e não o percebem exatamente por não tomarem na devida consideração a nova conjuntura dos anos 90.

O trabalho *Sindicalismo e política, a trajetória da CUT*, de Iram Jácome Rodrigues, é representativo da segunda variante explicativa que mencionamos. Diferentemente de Giannotti e Neto, que vêem criticamente a evolução da CUT, Rodrigues a avalia positivamente e a atribui a condições estritamente objetivas, referentes tanto à vida interna da central quanto ao entorno no qual ela se insere. Rodrigues destaca na sua explicação a democratização do regime político brasileiro, a “institucionalização” da central — institucionalização que seria o caminho natural das organizações de trabalhadores nas “sociedades democráticas” — o desemprego e o aguçamento da concorrência

entre as empresas como fatores que imporiam uma prática sindical “mais pragmática e menos ideológica” à CUT.²⁷⁶

Do mesmo modo que Giannotti e Neto, Rodrigues deu contribuições importantes para a compreensão do que se passou na CUT. Queremos indicar, aqui, apenas duas discordâncias. Rodrigues afirma que o novo sindicalismo formou-se como expressão da luta dos trabalhadores pela democracia. Assim, a postura mais moderada do sindicalismo cutista nos anos 90 aparece, no seu trabalho, como o desdobramento natural de um movimento que teria atingido seu principal objetivo — a implantação da democracia no Brasil. Ora, na sua fase inicial, o novo sindicalismo relutou em assumir as palavras-de-ordem democráticas.²⁷⁷ Apenas num segundo momento, o novo sindicalismo, tendo tomado a iniciativa de criar o Partido dos Trabalhadores, passou a assumir, pouco a pouco e de modo relutante, parte do programa democrático de luta contra a ditadura militar, mas permaneceu centralmente voltado para a luta pela distribuição da renda pela via da ação sindical — e, como vimos, a década de 1990 não reduziu, ao contrário aumentou, a concentração da renda no Brasil. Quanto à idéia de que a mudança na estratégica teria resultado da “institucionalização”, cabe perguntar se a organização profissionalizada não foi a marca registrada de todo movimento operário no século XX, tanto na sua vertente reformista, quanto na sua vertente revolucionária. Sem dúvida a burocratização, ao impedir o funcionamento democrático das organizações operárias, é um obstáculo à construção do socialismo. Mas não é isso que está em questão, e sim a estratégia sindical cutista, que mudou sua posição frente à política de

276. Iram Jácome Rodrigues *Sindicalismo e política, a trajetória da CUT*, Scritta/Fapesp, São Paulo, 1997, p. 207.

277. Transcrevo trecho de uma entrevista de Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo: “Se o assunto é Constituinte, anunciam que o Lula se contrapõe à Constituinte. E isso é uma verdade. Eu tenho como exemplo três Constituintes que se realizaram no Brasil e nada trouxeram de positivo para a classe trabalhadora.” Aí está a síntese daquilo que aflorava em todas as entrevistas e discursos de Lula na época a respeito da luta democrática: desconfiança operária diante da concepção liberal que predominava na frente democrática mas, ao mesmo tempo, menosprezo da necessidade de a classe operária possuir uma concepção própria na luta pela democracia. O pensamento de Lula na virada da década de 1970 aparece na excelente coletânea *Lula entrevistas e discursos*, ABCD Sociedade Editorial, São Bernardo do Campo, 1980. O trecho citado foi extraído da entrevista concedida por Lula ao *Diário do Grande ABC*, edição de 23 de julho de 1978; ver *op. cit.*, p. 124.

desenvolvimento do Estado. Ademais, a CUT é uma organização na qual o conjunto de assessores, especialistas e administradores, todos os profissionais enfim, está estritamente subordinado ao comando do corpo político da central.

* * *

As dificuldades do movimento sindical e sua tendência à moderação são fenômenos de amplitude internacional. Na maioria dos países europeus e latino-americanos, na virada da década de 1980, que é a conjuntura que nos interessa aqui, o sindicalismo mantinha a tendência, iniciada no começo da década, de estagnação ou queda nos índices de sindicalização, diminuição da atividade grevista e fortalecimento das orientações mais moderadas.²⁷⁸

A dimensão internacional do fenômeno mostra que a explicação para a mudança da CUT extrapola as fronteiras nacionais. Na busca de características que seriam comuns ao conjunto dos países capitalistas e que poderiam explicar o refluxo atual do movimento sindical, alguns autores têm apontado mudanças que estariam ocorrendo na situação de trabalho e de mercado da classe operária. Firmaram a idéia de que a fragmentação da classe operária seria o elemento básico ou exclusivo para explicar as dificuldades do sindicalismo — o principal seria a diferenciação nos contratos de trabalho (tempo completo ou parcial, tempo indeterminado ou tempo determinado, funcionário da empresa ou funcionário terceirizado).²⁷⁹ Essa tese contém equívocos factuais e teóricos.

A classe operária sempre foi fragmentada pelo grau de qualificação, pelo nível salarial, pelas condições de trabalho, pelo tamanho e poder econômico das empresas em que trabalham

278. René Mouriaux *Le syndicalisme dans le monde*, PUF, Paris, 1993.

279. Alain Bihl, *Du "Grand Soir" à "L'Alternative" — le mouvement ouvrier européen en crise*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1991. Ver especialmente capítulo V, "La fragmentation du prolétariat", p. 87-109. Nesse livro, em que faz uma defesa militante da volta ao anarco-sindicalismo, o autor, depois de apresentar a fragmentação do proletariado (dividido em estáveis e precários), e de descrever os novos métodos de organização do trabalho nas empresas, conclui: "Enfim, o enfraquecimento prático do proletariado sob o efeito de sua fragmentação provoca um enfraquecimento do sentimento de pertencimento de classe no conjunto dos proletários (...)." . Ver *op. cit.*, p. 108, tradução ABJ. Ricardo Antunes retomou e difundiu essa tese de Bihl em diversos artigos. Ver, por exemplo, o seu livro *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, Editora Unicamp e Cortez, Campinas e São Paulo, 1995, p. 59, 62, 64 e ss., 87 e ss..

os diferentes setores da classe operária, pelo acesso diferenciado a direitos e garantias sociais, pela língua materna dos trabalhadores, pela sua nacionalidade, etc. O operariado homogêneo é um mito produzido pela observação superficial. De resto, uma segmentação básica e decisiva no momento atual, que tem dividido as classes trabalhadoras frente à política neoliberal, é a segmentação entre trabalhadores do setor privado e trabalhadores do setor público; essa segmentação precede, de muitas décadas, a etapa atual e, no entanto, só agora, devido às condições conjunturais, ela produziu efeitos pertinentes na luta política. Ademais, a classe operária é apenas uma parte do contingente de trabalhadores assalariados. Os assalariados não-manuais, que podem ser considerados trabalhadores de classe média, também participam, a seu modo, do movimento sindical. Seria possível mostrar que, ao longo das últimas décadas, a situação de grande parte da classe média contribuiu para aproximá-la do movimento operário, como mostra o fenômeno do crescimento do sindicalismo dos trabalhadores não-manuais. Ou seja, a heterogeneidade e a fragmentação podem ter se acentuado em alguns aspectos, e se reduzido em outros, mas, de qualquer modo, são características constitutivas das classes trabalhadoras e, por isso, não podem explicar o fato novo que são as dificuldades e o refluxo do sindicalismo na atualidade.²⁸⁰

O equívoco teórico consiste em que tal procedimento analítico procura explicar a luta de classes — já que o sindicalismo é uma forma, embora elementar, da luta de classes, examinando a classe operária separadamente das relações e conflitos de classes nos quais ela está inserida. Faz-se uma espécie de análise morfológica da classe operária — tamanho de seu contingente e tipos de contrato de trabalho — e se pretende deduzir disso seu comportamento político e sindical. Ora, o sindicalismo deve ser inserido no conjunto dos conflitos de classe e, fato importante para

280. Eric Hobsbawm insiste na heterogeneidade salarial, de qualificação, cultural, etc. da classe operária europeia que, no final do século passado, colocou em pé um movimento operário unitário e internacional, através dos partidos social-democratas. Hobsbawm destaca que a heterogeneidade socioeconômica da classe operária é superada pelo movimento operário graças às condições políticas e ideológicas do último quartel do século XIX. A questão é essa: se a heterogeneidade existe e sempre existiu, o problema passa a ser o de explicar porque em certas conjunturas ela é superada pelo movimento operário e em outras não. Ver Eric Hobsbawm, *A era das impérios 1875-1914*, Paz e Terra, São Paulo, 1988. Ver especialmente o capítulo V, intitulado "Trabalhadores do mundo", p. 163-202.

um país como o Brasil, na situação do movimento antiimperialista. Hoje, no Brasil, o que está em refluxo não é apenas a luta sindical, mas também a luta antiimperialista que, juntamente com o sindicalismo, poderia somar forças na resistência à ofensiva neoliberal. O movimento sindical é parte de um todo (o conjunto das relações de classes) e é desse todo que se deve partir, e não do próprio movimento sindical, caso se queira conhecê-lo.

O fato mais importante para entender o refluxo e a moderação do movimento sindical é a ofensiva neoliberal. Essa ofensiva é um fenômeno internacional e está vinculada a fatores econômicos e políticos que se processam também em escala internacional. Nada disso nega a existência de particularidades nacionais. Vimos que no Brasil o neoliberalismo é “tardio”, como é “tardio”, também, o refluxo do movimento sindical brasileiro. O fato inicial para se poder analisar a mudança de estratégia da CUT é a eleição de Fernando Collor de Mello em dezembro de 1989: a derrota política do movimento democrático e popular que permitiu o início da ofensiva neoliberal no Brasil. Falamos dos objetivos dessa ofensiva e da conjuntura que a tornou possível na primeira parte deste trabalho. Agora, interessa mostrar que tal conjuntura acarretou o debilitamento do movimento sindical no exato momento em que suas poucas conquistas encontravam-se ameaçadas pela ofensiva conservadora.

A economia capitalista passara, na década de 1970, de um período de crescimento acelerado e regular para um período de crescimento moderado pontilhado de crises. As políticas deflacionistas do neoliberalismo contribuíram para o agravamento desse quadro. A queda no crescimento, de um lado, enrijeceu a posição dos capitalistas frente às reivindicações dos trabalhadores e, de outro, provocando um aumento continuado do desemprego, debilitou o movimento sindical. No caso do Brasil, vimos como ocorreu um aumento abrupto da taxa de desemprego na recessão de 1990-1992, situação que não teve recuperação ao longo dos anos 90, e como esse aumento foi acompanhado pela queda da atividade grevista. Em 1989, dez milhões de trabalhadores tinham participado de greves no Brasil. Em 1990, primeiro ano do governo Collor, o número de grevistas cresceu — foi de 12,4 milhões. No ano de 1991, esse número caiu para 8,8 milhões e despencou, em 1992, para 2,9 milhões.²⁸¹ Os levantamentos do Dieese mostram

281. *Indicadores Desemp 94*, op. cit., p. 23

que, no ano de 1993 o número de grevistas subiu para 3,5 milhões e, a partir daí, em 94, 95 e 96 girou em torno de 2,5 milhões.²⁸² Esse montante pode ser considerado importante para um período de dificuldades. Mas ele perfaz apenas um quinto dos grevistas do ano de 1990. Seria necessária uma investigação mais fina do que a que fizemos para avaliar quanto o declínio da atividade grevista foi induzido pelo desemprego. Mesmo no terreno estrito da economia, há outros fatores a considerar. A queda da taxa de inflação desde a implantação do Plano Real deveria, independente do aumento do desemprego, reduzir a atividade grevista. Na década de 1980, devido à aceleração do processo inflacionário, os trabalhadores tiveram de correr muito para ficar no mesmo lugar. Mas a experiência do movimento sindical internacional e do sindicalismo brasileiro dos anos recentes mostra que a recessão e o desemprego tendem a diminuir — sendo iguais os demais fatores — a atividade grevista. Na recessão de 1981-1983, também se observou o mesmo fenômeno.

A importância do desemprego aparecerá mais claramente se considerarmos o fato de que ele se abateu, de modo especial, sobre alguns dos setores mais ativos do sindicalismo brasileiro e, particularmente, do sindicalismo cutista. Os metalúrgicos do ABC e os bancários foram, como já mostramos, particularmente tocados pelo desemprego. A redução de postos de trabalho nesses setores foi muito grande. As empresas do ABC e os bancos suprimiram empregos devido aos novos métodos de organização do trabalho, às fusões e à renovação tecnológica; a indústria do ABC foi também atingida pela abertura comercial e pela realocação da indústria automobilística — investimentos novos que foram para o Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, etc.

Não estamos sugerindo que o sindicalismo metalúrgico e bancário perdeu força pelo fato de terem sua base reduzida numericamente. O problema não é numérico. A história do movimento sindical internacional está repleta de exemplos de contingentes reduzidos de trabalhadores que fazem do pequeno número um trunfo, mormente quando esse pequeno número tem uma inserção estratégica na economia. O Sindicato dos Petroleiros de Paulínia, no interior de São Paulo, tira sua força do fato de ter na sua base um pequeno contingente de mil trabalhadores que é

282. *Boletim Dieese*, Edição Dieese, São Paulo, números 155, 167, 181 e 191, respectivamente, de fevereiro de 1994, fevereiro de 1995, abril de 1996 e fevereiro de 1997.

responsável pelo refino de cerca de 30% do combustível líquido consumido no país. A supressão de postos de trabalho nas empresas metalúrgicas e nos bancos colocou esses sindicalismos na defensiva por atemorizar os trabalhadores desses setores. O fato de boa parte das novas plantas industriais, inclusive as novas montadoras de automóveis, serem implantadas em regiões de pouca tradição sindical, ou de tradição sindical menor que a do ABC, contribui para manter em baixa, ao menos no curto e médio prazo, o movimento sindical. A política econômica neoliberal afeta, desse modo, as bases econômicas nas quais se assentavam os poderosos sindicalismos metalúrgico e bancário na década de 1980.

No final da década de 1980, o sindicalismo do setor público era o movimento em ascensão no cenário sindical. O número de greves e de grevistas no setor público cresceu muito em 1987, 88 e 89, superando de longe o número de grevistas no setor privado.²⁸³ Ora, do mesmo modo que Fernando Collor de Mello inaugurou sua política de desindustrialização elegendo as montadoras do ABC como alvo — sua afirmação de que os carros fabricados no Brasil eram “carroças” foi seguida da abertura para os carros importados — ele também partiu para a ofensiva contra o funcionalismo público. Tentou um corte de pessoal no setor federal, colocando milhares de funcionários públicos “à disposição”, insuflou a população contra os servidores públicos — sua “caça aos marajás” poupava os altos funcionários e estigmatizava todos os servidores — e endureceu as relações do governo federal com os grevistas. Esse terceiro pilar do sindicalismo também foi, portanto, vitimado, logo de início, pela ofensiva neoliberal.

Vimos também que o imperialismo, no cenário internacional, e a burguesia brasileira, no cenário nacional, passaram por um processo de reunificação. A reunificação imperialista, principalmente no terreno político e militar, é um processo prolongado que se inicia no final da Segunda Guerra Mundial, com o Plano Marshall e o Mercado Comum Europeu e se completa com a desagregação da União Soviética. As disputas comerciais entre os países da tríade — Estados Unidos, Japão e Alemanha — não altera o fato de que, relativamente à primeira metade do século XX, o imperialismo encontra-se mais unificado. No Brasil, a substituição da ditadura militar por uma democracia, ainda que

283. Ver Eduardo Noronha “A explosão das greves na década de 1980” in Armando Boito Jr. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Paz e Terra, São Paulo, 1991.

limitada pelo papel de pouca importância desempenhado pelo parlamento, reduziu os conflitos no seio da burguesia. A polarização partidária, que opunha dois partidos burgueses, desapareceu. No final da década de 1980, o processo de unificação burguesa avançou mais: as frações burguesas assumiram, ainda que sem dissolver suas contradições, a plataforma neoliberal. Entramos, nos anos 90, numa fase de conflitos de baixa intensidade no seio da burguesia brasileira.

Do mesmo modo que a situação econômica, essa situação política nacional e internacional cria dificuldades para o sindicalismo. Tal afirmação poderá parecer estranha àqueles que estiverem acostumados a pensar o sindicalismo no quadro estreito da fábrica e do mercado de trabalho, ou àqueles que se satisfazem com a oposição simples e abstrata burguesia/proletariado para pensar o movimento sindical. Mas a história recente do sindicalismo brasileiro autoriza nossa afirmação. O novo sindicalismo surgiu em São Bernardo beneficiado pelas disputas no interior da burguesia brasileira. A existência de um setor burguês em oposição à ditadura militar, refletida na ação do MDB e na atuação de parte da grande imprensa, desgastou a ditadura, obrigou-a a promover a chamada abertura política e facilitou, desse modo, o ressurgimento da luta sindical de massa no ABC. Após o fim da ditadura militar, a intervenção da CUT e dos demais movimentos populares no processo constituinte de 1986-1988 só pôde obter alguns resultados porque parte do PMDB e de outros partidos burgueses votaram a favor da constitucionalização de alguns direitos sociais, de alguma proteção para as empresas nacionais e dos monopólios do Estado. A reunificação burguesa em torno da plataforma neoliberal na década de 1990 deixou a CUT e os movimentos populares com menos de um quarto de votos do Congresso Nacional, o que tem permitido as vitórias de FHC nas reformas liberais da Constituição, e mobilizou o conjunto da imprensa burguesa contra a luta popular — greves, protestos, ocupações, tudo é condenado unanimemente na imprensa e na mídia.

Na década de 1990, os trabalhadores têm, devido ao desemprego, menos disposição para a luta sindical, e os organismos de cúpula do movimento popular, como é o caso da CUT, encontram-se mais isolados politicamente, devido à reunificação do campo burguês. Pois bem, debilitado e isolado o movimento sindical é chamado a assumir batalhas novas e difíceis: lutar contra a desregulamentação, conviver com a desindexação dos salários, combater as privatizações, as reformas neoliberais (administrativa,

previdenciária), a desindustrialização e o desemprego crescente. Exatamente nessa situação, ele foi vitimado por uma nova divisão: surgiu uma nova central, a Força Sindical, que passou a defender o neoliberalismo. Isso não é "mais do mesmo": é uma conjuntura nova que exigiria da esquerda uma tática sindical nova, e não a proposta de reeditar a estratégia dos anos 80.

Numa situação em que o movimento sindical é jogado para a defensiva e encontra-se debilitado, a direção do movimento adquire novas funções. Sua importância, num momento de crise, é maior que nos momentos de desenvolvimento normal da luta sindical. Focalizemos, então, a situação da direção da CUT.

A luta de tendências no interior da CUT não é apenas uma luta ideológica, no sentido de que essas disputas restringir-se-iam ao plano das idéias. É certo que a história e a ideologia de cada corrente contam — há correntes católicas, social-democratas, comunistas, trotskistas e outras agindo na CUT. Mas, é preciso considerar, ao contrário do que fazem os estudos sobre a CUT e os seus próprios dirigentes, o fato de que tais idéias em confronto possuem uma relação com a base social à qual cada corrente cutista está vinculada. É certo que todas as correntes que atuam na CUT recrutam seus ativistas e controlam sindicatos em diversos setores das classes trabalhadoras — no campo e na cidade, no setor público e no setor privado, entre operários e trabalhadores de classe média, etc. Porém, é possível identificar um certo perfil diferenciado nas bases de cada uma dessas correntes.

A Articulação Sindical sempre controlou os sindicatos mais poderosos da CUT, vinculados aos trabalhadores com maior poder de pressão sindical. Controla, em primeiro lugar, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que, desde a criação da central, detém os principais postos de sua executiva nacional; controla, em segundo lugar, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, que sempre foi o segundo grande sindicato cutista, em capacidade de organização e de luta e em importância política na central; controla a maioria dos sindicatos de petroleiros do país, sindicalismo poderoso pela sua inserção estratégica na economia. No setor do funcionalismo público, a Articulação é bem mais fraca, embora controle alguns sindicatos maiores, como a Apeoesp, dos professores da rede pública paulista. As correntes à esquerda da Articulação também têm uma base social heterogênea, mas são mais enraizadas nos sindicatos operários com menor poder de pressão, inclusive nos sindicatos metalúrgicos de cidades médias do interior, e nos sindicatos do funcionalismo público.

As bases sociais da corrente Articulação foram atingidas pela política neoliberal. Seu principal problema, como já dissemos, foi o desemprego. O sindicalismo do ABC mostrou-se, por causa disso, particularmente preocupado com a política de desindustrialização. Procurou, como vimos, alianças com setores da burguesia industrial. Mas os metalúrgicos do ABC que conseguiram manter o emprego, a despeito de estarem submetidos a um ritmo de trabalho muito mais intenso e a condições de trabalho piores, lograram, após o Plano Real, obter uma pequena melhoria salarial.²⁸⁴ Há, portanto, condições objetivas na base do neocorporativismo do operariado metalúrgico do ABC, e principalmente das grandes montadoras. Admitidas, devido à correlação de forças desfavorável e ao impacto popular da ideologia neoliberal, a inevitabilidade da renovação tecnológica e da abertura comercial, a perspectiva de perder menos num período de crise acabou encontrando respaldo entre esses trabalhadores com maior poder de pressão sindical.²⁸⁵ Segundo depoimento de dirigente sindical cutista, no setor bancário, também é muito forte, na década de 1990, o sentimento de que o "enxugamento" das agências é inevitável e que isso permitirá aos trabalhadores que se mantiverem empregados "crescer junto" com o sistema financeiro. Hoje, há sindicalistas na CUT que defendem a organização de sindicatos por banco, radicalizando o insulamento neocorporativo que tem marcado a base social da corrente Articulação Sindical.

As concepções e as vinculações políticas da Articulação Sindical também contribuíram para a mudança de estratégia da CUT. A Articulação constituiu-se como tendência organizada no II Concut, realizado no Rio de Janeiro em 1986. Formou-se, fundamentalmente, com sindicalistas surgidos espontaneamente do movimento e, em

284. Analisando os dados produzidos pela Subseção Dieese dos Metalúrgicos do ABC, Iram Jácome Rodrigues mostra que aumentaram a produtividade, o desemprego e o salário médio dos metalúrgicos do ABC durante o Plano Real. Ver Iram Jácome Rodrigues "Salário e emprego: metalúrgicos do ABC", *Informações Fipe*, USP, São Paulo, março de 1998.

285. Destaque-se a instabilidade dessa situação em que o emprego cai muito enquanto o salário sobe pouco. A linha da Articulação Sindical encontra respaldo no ABC, mas não se mantém sem dificuldades. Ela recebe muito mais apoio nas montadoras. Andréia Galvão mostrou que os metalúrgicos de São Bernardo que trabalham em outros ramos acusam a diretoria de ter transformado o sindicato num "sindicato do pessoal das montadoras" — ver Andréia Galvão, *Participação e fragmentação...* *op. cit.*, p. 137-149. Mais recentemente, mesmo nas montadoras, como já vimos, a Articulação Sindical conheceu um certo desgaste.

boa parte, ligados à esquerda católica. É marcada por uma visão reformista do capitalismo, pela rejeição do marxismo e da esquerda marxista organizada e, durante os anos 80, pela combatividade na luta reivindicativa. A Articulação sempre esteve próxima do sindicalismo de origem católica e social-democrata europeu. Ora, na década de 1980, a cúpula da Igreja Católica Romana começou, sob o papado de João Paulo II, a combater a Teologia da Libertação, fortalecendo o setor mais conservador dessa igreja. A social-democracia européia, por seu turno, aproximou-se do neoliberalismo, inclusive na França e na Itália, países cujos movimentos sindicais têm relações políticas e financeiras privilegiadas com a CUT — boa parte da infraestrutura para formação de lideranças e de militantes sindicais que a corrente Articulação construiu foi financiada através de convênios com o sindicalismo italiano.

A Pastoral Operária da Igreja Católica Romana desenvolveu, desde os anos 70, um trabalho permanente junto aos operários do ABC.²⁸⁶ Vicente Paulo da Silva foi formado pela pastoral católica e permanece, na condição de presidente da CUT, um militante católico. Chegou, inclusive, a envolver o movimento sindical em conflitos religiosos, quando tomou partido no conflito entre evangélicos e católicos no Brasil, realizando uma peregrinação a Aparecida (SP) no final de 1995, época em que um pastor evangélico tinha chutado, numa apresentação de televisão, a imagem de uma santa dos católicos. Os católicos na CUT distribuem-se entre a corrente majoritária e as correntes de oposição — foram a força mais influente do antigo Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. A prática de realizar missas, em momentos de greve e de comemorações, é comum no sindicalismo cutista.

No início do novo sindicalismo, a influência católica foi, fundamentalmente, a influência ideológica dos teólogos da libertação. As organizações da esquerda marxista estavam debilitadas no Brasil, devido a repressão ditatorial. Na mesma época, a Teologia da Libertação estava em ascensão no Brasil e em outros países da América Latina, desempenhando um papel importante na Revolução Nicaragüense e na luta democrática e popular em El Salvador. A ação da esquerda católica contribuiu para a orientação de esquerda assumida pela liderança sindical

286. Ver Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins *Igreja e movimento operário no ABC*, Hucitec e Prefeitura de São Caetano do Sul, São Paulo e São Caetano do Sul, 1994.

emergente em São Bernardo, que poucos anos depois organizaria a corrente Articulação. Os sindicalistas de São Bernardo, a começar por Lula, tinham uma posição combativa na luta por melhores salários, mas não estabeleciam vínculos entre o arrocho salarial e o capitalismo dependente brasileiro. Os teólogos da libertação contribuíram de modo decisivo para mostrar à liderança sindical emergente que a distribuição da renda exigia uma mudança estrutural na economia brasileira.

Não estamos dizendo, como já o fizeram alguns observadores conservadores, que os teólogos da libertação “desencaminharam” uma liderança sindical emergente que, de outro modo, teria se afirmado como liderança sindical liberal. Havia uma convergência básica de concepções entre as partes: a opção preferencial pelos pobres dos teólogos convergia com o obreirismo combativo da liderança do ABC.²⁸⁷ Ademais, nem tudo se passou no nível das idéias. A intransigência patronal diante dos grevistas do ABC, a repressão desencadeada pela ditadura contra as greves e a solidariedade, política e financeira, que os movimentos populares prestaram à luta grevista, isto é, a própria *experiência prática* vivida pela liderança sindical emergente contribuiu para que tal liderança abandonasse sua postura até certo ponto isolacionista, e procurasse inserir a luta sindical do ABC nos conflitos econômicos e políticos mais amplos que dividiam o Brasil de então.²⁸⁸

287. A opção preferencial pelos pobres era justificada recorrendo à mitologia cristã: “A opção de classe de Jesus é pelos oprimidos. Deus ao se encarnar historicamente em Jesus de Nazaré, optou pelas classes populares e, dentre essas classes, é que escolheu a maioria dos seus apóstolos.” Tal opção impunha a luta contra os ricos: “Ninguém pode servir a dois senhores (Mt. 6,24). A Igreja não pode servir ao mesmo tempo ao Deus que faz justiça aos oprimidos e aos senhores do capital, que mantêm a opressão”. A análise da luta dos trabalhadores recorria a elementos do conhecimento científico desenvolvido pelo marxismo: “(...) é de muita valia, para a formação do agente pastoral, o esforço científico que sistematize os interesses objetivos dos oprimidos, revele as contradições internas do capitalismo, analise o seu processo de produção de mercadorias, das forças produtivas com as relações de produção, dentro de uma concepção dialética.” Frei Betto *O que é Comunidade Eclesial de Base*, Brasiliense, São Paulo, 1981; respectivamente, às p. 41, 12 e 52. Frei Betto assumiu a Pastoral Operária em São Bernardo, mudou-se para aquela cidade em 1979 e estreitou relações com os dirigentes sindicais do ABC.

288. Essa experiência contribuiu para o amadurecimento da idéia da criação do PT, partido que foi pensado, pela liderança sindical, como um braço parlamentar dos movimentos sindical e popular. A liderança sindical de São Bernardo não defendia, em 1977 e no começo de 1978, a criação de um partido. O próprio Lula, sempre que perguntado, via com indiferença tal idéia. Além do processo político, a influência ideológica

Ao longo da década de 1980, a situação política na Igreja Católica Romana mudou muito. Eleito papa, João Paulo II passou a agir contra a esquerda clerical católica e, particularmente, contra a Teologia da Libertação, alvo de inúmeras medidas repressivas e da crítica doutrinária do Vaticano.²⁸⁹ A Teologia da Libertação, enquanto doutrina e movimento político entrou em crise, seus dirigentes passaram a ser cerceados pelo poder papal e cresceu, nessa igreja, o movimento carismático, voltado para a afirmação da fé, para o ritualismo e também para a prática de “curas” miraculosas. Os ideólogos da Teologia Libertação ficaram acuados e recuaram. Reviram seu socialismo cristão e sua relação com o marxismo. O dominicano Frei Betto e o teólogo Leonardo Boff aderiram ao ecologismo, reviram sua relação com o marxismo e passaram a fazer uma apologia genérica do ser humano, posicionamento que eles próprios tinham criticado nos anos 70 e 80. A defesa do conagraçamento da “família humana” deslocou para um plano secundário a defesa da luta dos pobres e oprimidos contra os ricos e opressores.²⁹⁰

da esquerda foi muito importante na mudança de posição dos sindicalistas. Não da esquerda clerical católica, que, embora engajada no movimento sindical, ficou à margem do processo de criação do PT no seu momento inicial, mas das organizações da esquerda marxista, principalmente grupos trotskistas, que contribuíram de modo decisivo para que a idéia da criação de um partido de trabalhadores ganhasse a liderança sindical emergente. O PT não nasceu apenas dos movimentos populares e das greves, mas também da teoria de intelectuais e dirigentes de organizações de esquerda. Ver o excelente trabalho de Márcia Regina Berbel *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira*, USP, dissertação de mestrado, 1991.

289. A contra-ofensiva do Vaticano e do episcopado latino-americano começou, na verdade, já em 1979. Ela será eficaz ao longo dos anos 80, quando ocorrerão a nomeação sistemática de bispos conservadores em substituição aos que morriam ou se aposentavam, as punições, como o ano de silêncio obsequioso imposto a Leonardo Boff, e a produção dos documentos de crítica doutrinária à teologia da libertação — os principais documentos foram da lavra do cardeal Ratzinger: *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*, publicação oficial da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Roma, 1984, e *Liberdade, cristão e libertação*, publicado em 1985. Ver Michael Löwy *Marxismo e Teologia da Libertação*, Cortez, São Paulo, 1991.

290. “Eu sou um cristão, mas sempre considerei importante o método de análise marxista. Sempre tive simpatia pelo marxismo, aprendi muito com Marx e continuo achando válido. Porém determinadas categorias do marxismo, como o determinismo histórico, ruíram com o Muro de Berlim. Aí eu vi a necessidade de dar uma contribuição na busca de novos paradigmas e, como eu sempre tive como *hobby* a astrofísica, resolvi entrar de cabeça nesse negócio.(...) Eu quero que as pessoas entendam que nós todos somos parentes, mas somos parentes também do lobo, da flor, da montanha, tudo uma coisa

Mudou a Igreja Católica Romana e mudaram também as centrais sindicais européias e latino-americanas mais próximas da Articulação Sindical. A CFDT, central sindical francesa de origem católica e próxima do Partido Socialista desde meados da década de 1970, que foi pioneira no reconhecimento e apoio internacional quando da criação da CUT, adotou na década de 1980 uma linha mais moderada. Primeiro no Congresso de Brest, em 1979, e, depois, no Congresso de Metz, em 1982, a CFDT fez aprovar e consolidou uma linha na qual foram vitoriosas várias idéias que, poucos anos mais tarde, seriam incorporadas pela Articulação Sindical e implantadas na CUT. Segundo a nova linha da CFDT, o sindicalismo não poderia apenas denunciar o patronato, mas deveria, também, reconhecer a legitimidade do empresário e apresentar propostas às empresas. Orientada por essa concepção conciliadora e propositiva, a CFDT passou a fazer a crítica à noção de luta de classes, às “ações centralizadas” — as greves gerais e passeatas de protesto — e ao “estatismo autoritário jacobino”. Seu discurso passou a valorizar as reivindicações realistas, a negociação “a frio”, a “livre contratação” na base (a desigualdade econômica entre as empresas deveria ser levada em consideração nos acordos sindicais) e o “fortalecimento da sociedade civil”.

Mouriaux e Groux, autores de um extenso e importante estudo sobre a CFDT, vinculam esse antiestatismo, que afasta a CFDT do reformismo operário e a aproxima do neoliberalismo, à tradição católica dessa central — a rejeição do Estado laico republicano.²⁹¹ Na verdade, embora a doutrina da Igreja Católica tenha contradições com o liberalismo, a política neoliberal permite a revalorização dessa igreja. O Estado de bem-estar ocupou um espaço no qual, antes do desenvolvimento dos direitos sociais e dos serviços públicos, a presença da Igreja Católica era muito grande — ensino, assistência hospitalar, filantropia em geral. A

só em forma diferente.” Frei Betto, entrevista à *Folha de S. Paulo*, 24 de dezembro de 1995. A mesma edição desse jornal entrevistou Leonardo Boff que declarou: “(...) Os pobres gritam, disso nasceu a Teologia da Libertação, e hoje a Terra grita e nós precisamos criar um discurso que atenda ao grito da Terra. Eu proponho uma teologia integral, que coloque como centralidade o sistema Terra. (...) *A libertação não pode ser só dos pobres, primeiro tem de ser de todos os humanos.* (grifo meu, ABJ) (...) Os seres humanos se descobrindo como membros de uma família só, a família dos humanos. (...) Essa busca por novos paradigmas faz com que a Teologia da Libertação hoje seja mais verde que vermelha. Mais ecológica do que marxista.”

291. René Mouriaux e Guy Groux *La CFDT*, Paris, Economica, 1989, p. 206-258.

implantação da educação pública, laica e gratuita foi motivo de um conflito, mais ou menos agudo segundo o país, entre os governos e a Igreja Católica. Agora, a política neoliberal reabre, não só para a nova burguesia de serviços, mas também para essa igreja, esse campo de atuação.

Nicole Notat, atual secretária geral da CFDT, tem feito apelos de moderação ao governo socialista de Lionel Jospin, hesitou em aderir à imposição legal da redução do tempo de trabalho para 35 horas semanais — dizia preferir a livre-negociação setor por setor — e aceita a ampliação do contrato de trabalho em tempo parcial, desde que “voluntário”. De resto, ela defende a idéia, muito difundida hoje, segundo a qual a desregulamentação neoliberal poderia ser aproveitada para ampliar a liberdade de escolha de cada trabalhador, principalmente das mulheres e dos jovens — o emprego em jornada completa imporá a todos plena dedicação ao trabalho, estilo de vida que poderia não interessar aos jovens e às mulheres. Deixando de lado o preconceito de idade e de gênero, cabe observar que, na verdade, para a classe operária, a dedicação ao trabalho no capitalismo, seja ela plena ou parcial, representa uma obrigação penosa. Mas um sindicalista não está autorizado, por causa disso, a fazer o elogio do desemprego.²⁹² Na greve geral francesa de novembro/dezembro de 1995, Nicole Notat boicotou o movimento e se apresentou como interlocutora privilegiada do governo neoliberal de Alain Juppé.

292. Nicole Notat *Je voudrais vous dire*, Paris, Seuil, 1997. A Secretária Geral da CFDT discorre sobre o potencial libertador da desregulamentação especialmente no capítulo “Je voudrais vous dire que la résignation n’est plus de saison”, p. 97-120. A idéia geral de Notat é que “seria aberrante querer moldar todo mundo na mesma forma.”, op. cit. p. 120. A proposta do “banco de horas”, que flexibilizou e anualizou a jornada de trabalho nas montadoras do ABC, baseia-se em argumentos semelhantes. Ocorre que, sem “moldar todo mundo na mesma forma”, não há proteção possível para o operário no capitalismo. Não há como assegurar ao operário liberdade individual de escolher a jornada de trabalho, as condições em que será contratado e o salário que irá receber. Se a lei e/ou o acordo sindical oferecerem-lhe liberdade de escolha individual, ele será obrigado, uma vez que depende do emprego e não controla o funcionamento da empresa, a transferi-la para o capitalista que o emprega. Trocando em miúdos: o trabalhador deve ser proibido de trabalhar em tempo parcial, de aceitar um contrato por tempo determinado, de fazer acertos para flexibilizar a jornada de trabalho, etc. A proposta de deixar a cada trabalhador a possibilidade de escolher apenas reativa, no interior do movimento sindical, um componente fundamental da ideologia burguesa: a ficção do contrato de trabalho como acordo entre vontades livres e iguais.

Na elaboração de sua nova estratégia, a Articulação não apenas inspirou-se no sindicalismo católico e social-democrata europeu, ela contou com a assessoria direta de tais sindicalistas. Um exemplo foi a elaboração da proposta cutista de contrato coletivo de trabalho. Em junho de 1989 e em agosto/setembro de 1990, o Instituto Cajamar, entidade de estudos e formação sindical da CUT, promoveu dois seminários internacionais sobre negociação e contrato coletivo de trabalho. A CISL, central italiana sob hegemonia católica, foi patrocinadora desse evento, cujo tom foi dado pelas palestras e intervenções de Gian Primo Cella e Tiziano Treu, professores italianos assessores da CISL. Os italianos insistiram na crítica ao sindicalismo de luta de classes, na idéia de que é necessário reconhecer a legitimidade do empresário e desenvolver uma “cultura negocial”, e na importância do contrato coletivo como instrumento de redução e atenuação do “conflito industrial”.²⁹³ As conclusões desse seminário influenciaram a concepção cutista de contrato coletivo, principalmente no que respeita à rejeição da idéia de confronto, à subestimação da importância da proteção legal do trabalhador e à valorização da negociação e do entendimento entre empregador e empregado.²⁹⁴

As relações internacionais da CUT e a influência da Igreja Católica Romana no seu interior são, ainda, dois temas importantes à espera de pesquisadores. Mas nós podemos admitir a hipótese de que as relações políticas, ideológicas e financeiras da corrente Articulação Sindical com a social-democracia européia e com essa igreja pesaram na guinada para o centro empreendida pelo sindicalismo cutista. No plano interno, a mudança no cenário sindical, com a criação da Força Sindical, uma central que

293. As palestras e discussões dos dois seminários estão publicadas na *Revista do Programa de Formação Sindical do Instituto Cajamar*, ano I, número I, Brasil Urgente, São Paulo, junho de 1991. Esse número da revista traz na capa o título *Negociação e contrato coletivo de trabalho*.

294. Douglas Gerson Braga, advogado da CUT que desempenhava papel importante nas formulações políticas da central, justificaria o contrato coletivo, em fevereiro de 1990, recorrendo à suposta virtude da contratação coletiva de moderar o conflito de classes: “(...) os conflitos trabalhistas devem ser administrados. (...) a melhor maneira de administrar conflitos, segundo os interesses de cada uma das partes, é que essas possam decidir segundo as suas próprias forças. Daí a proposta de negociação coletiva direta, sem a intervenção estatal.” Douglas Gerson Braga “Negociação direta e contrato coletivo de trabalho”, *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 22 de fevereiro de 1990.

ostentava suas boas relações com o governo federal, contribuiu para aproximar a CUT do sindicalismo propositivo, gestado pela social-democracia européia. A Articulação Sindical temeu que a Força Sindical ocupasse a cena política e sindical sozinha, caso a CUT se mantivesse à margem dos fóruns tripartites e das negociações com os governos. Convencida, ao que parece, que se abria um período de negociações produtivas e importantes com o governo, expectativa que, como já vimos, não se confirmou, a Articulação Sindical decidiu que era prioritário disputar, junto ao governo, a condição de representante sindical dos trabalhadores com a central recém-criada.

Quanto às correntes minoritárias de esquerda que atuavam no interior da central, essas viviam, no início da década de 1990, uma conjuntura difícil. É preciso lembrar que se é importante denunciar que houve fraudes no credenciamento de delegados e na apuração de votos no decisivo congresso de 1991, é necessário, também, explicar porque as correntes de esquerda sentiram-se obrigadas a aceitar tais fraudes, recuando diante da ameaça de "racha" na CUT, ameaça feita pelo coro dos delegados da Articulação no plenário do congresso.

A vida interna da CUT transcende a ideologia e os planos da Articulação Sindical. É preciso tomar em consideração as demais correntes que atuam no interior da central. Faremos isso de modo muito breve e genérico, alertando, desde já, que essas correntes sempre tiveram dois tipos de dificuldades frente à corrente majoritária: elas não controlam os sindicatos mais poderosos da CUT (e têm consciência de que tais sindicatos são o essencial do poder material e organizativo da central) e encontram dificuldades para se unir no combate à Articulação.

O Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (Momsp) foi, durante boa parte dos anos 80, o pólo que despontava como opção à força dos sindicalistas de São Bernardo, núcleo da futura corrente Articulação. O Momsp era ligado à ala mais radicalizada da esquerda católica e tinha como objetivo central a conquista do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A tradição do Momsp no movimento operário paulistano e o enorme contingente de metalúrgicos do município de São Paulo eram os dois trunfos da oposição sindical. Mas, nas condições em que se organizam a CUT e o sindicalismo brasileiro, apoderar-se da máquina milionária desse sindicato era pré-condição para que o Momsp se afirmasse como pólo sindical operário alternativo ao pólo do ABC. Acontece que o Momsp esbarrou na estrutura

sindical — eis aí, de novo, a importância dessa estrutura para a moderação da luta sindical no Brasil. O velho pelego Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão foi substituído por Luiz Antônio de Medeiros. O assistencialismo foi elevado a um nível jamais visto, contando, além da receita bilionária do sindicato, com sucessivos aportes financeiros de diferentes governos. A direção desse sindicato logrou formar um "curral eleitoral" que funcionou como uma muralha que o Momsp não conseguiu transpor. No III Concut, realizado em Belo Horizonte em 1988, a Articulação Sindical logrou aprovar mudanças no estatuto que reduziram muito a quantidade de delegados das oposições sindicais nos congressos da CUT.²⁹⁵ No V Concut, realizado em São Paulo em 1994, a Articulação extinguiu as CUTs Regionais, estruturas horizontais onde as correntes de esquerda tinham grande influência, e que concorriam com a estrutura confederativa da CUT, controlada pela Articulação. A antiga oposição sindical metalúrgica definiu e desapareceu.

O declínio e a desagregação do bloco soviético também repercutiram na luta interna da CUT, e isso de duas maneiras.

Em 1989, quando o governo da República Democrática da Alemanha decidiu, em meio à crise política, suspender o controle da emigração para a República Federal da Alemanha, vindo a acelerar o seu próprio fim, dirigentes da CUT encontravam-se naquele país seguindo curso para formação de quadros sindicais. A existência da antiga Federação Sindical Mundial (FSM), internacional sindical ligada ao bloco soviético, permitia que a direção da CUT explorasse a rivalidade dessa federação com a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), que congregava o sindicalismo social-democrata e norte-americano, e mantivesse certa autonomia política frente a ambas. Com a crise terminal da FSM, aqueles que defendiam a filiação à CIOSL tiveram sua posição fortalecida. O Concut de 1991 aprovou o início do processo de filiação à CIOSL. A influência da social-democracia cresceu na CUT.

A crise e desagregação do bloco soviético abalou ideologicamente a maior parte das correntes que se colocava à esquerda da Articulação. As correntes trotskistas sempre denunciaram o regime de ditadura burocrática vigente na União Soviética e nos

295. Leôncio Martins Rodrigues *CUT, os militantes e a ideologia*. São Paulo, Paz e Terra, 1990.

países do Leste Europeu. Mas, não deixavam de considerar aqueles países como socialistas, ou aqueles Estados como “Estados operários burocratizados”. A ruptura com o modelo soviético era, portanto, incompleta. Os comunistas do PCdoB encontravam-se numa situação homóloga. Embora denunciassem o revisionismo dos soviéticos, tampouco tinham rompido completamente com tal modelo. Continuavam identificando o socialismo com estatização e planificação centralizada o que, evidentemente, seguia existindo na União Soviética. Não puderam responder, de modo eficaz, à propaganda burguesa, que apresentava a desagregação do Estado soviético como a desagregação e o fim do socialismo. O movimento socialista e as correntes à esquerda da CUT entraram em crise ideológica e perderam a iniciativa.

2. NOTA SOBRE A QUESTÃO DA HEGEMONIA IDEOLÓGICA DO NEOLIBERALISMO

Um fator que dificulta a resistência dos trabalhadores à política neoliberal é o impacto popular que a ideologia neoliberal obteve no Brasil. Fiz referência a esse fator em inúmeras passagens da análise que apresentei do neoliberalismo e do movimento sindical. Dada a importância do tema, examinaremos essa questão um pouco mais de perto.

O impacto popular da ideologia neoliberal tem intrigado o pensamento crítico brasileiro, e em particular os marxistas. A despeito de alguns autores tentarem negar sua existência, há indícios incontornáveis de sua amplitude. Os governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso chegaram ao poder no Brasil pelo voto popular, e o voto é, a despeito do poder do dinheiro, da mídia e da legislação no processo eleitoral, um indicador da aceitação popular de uma determinada corrente político-ideológica. O movimento sindical, como vimos, também incorporou idéias neoliberais. A Força Sindical tem defendido a privatização e a desregulamentação. A CUT aceitou a idéia de que é necessário algum tipo de abertura comercial e mostra-se hesitante, com sua proposta de contrato coletivo de trabalho, na defesa dos direitos sociais. Na Reforma da Previdência, a CUT oscilou entre a negociação, que tudo concedia sem nada obter em troca, e a omissão, quando a negociação fracassou. As mobilizações contra as privatizações não alcançaram, pelo menos até aqui, adesão significativa da população trabalhadora. A ideologia neoliberal penetrou, portanto, no movimento popular.

Estaríamos assistindo a um processo de constituição de uma nova hegemonia ideológica burguesa no Brasil? Nós acreditamos que sim.²⁹⁶ Falamos de hegemonia no sentido gramsciano: a conversão de uma ideologia e de uma plataforma política de classe em “cimento” de um novo bloco histórico. A apologia do mercado e da empresa privada, como espaços da eficiência e da iniciativa inovadora e progressista, e a correspondente condenação do Estado, das empresas públicas e do intervencionismo estatal, como fontes de desperdício, de burocratismo e de privilégios, são idéias e valores que ganharam a condição de verdadeiro “senso comum”, difundindo-se e penetrando, de modo desigual e às vezes contraditório, porém largamente, no conjunto da sociedade brasileira, inclusive, portanto, nas classes populares. A plataforma política inspirada nessas idéias — abertura comercial, privatização, desregulamentação — deu um novo rumo à política de Estado, formando um contraste com a situação de incerteza e de falta de perspectivas que caracterizou a burguesia brasileira na década de 1980. À época, o autoritarismo militar e o desenvolvimentismo entraram em declínio e a burguesia levou anos, devido às contradições que expusemos, para se unificar em torno de um novo programa político. Talvez desde o período populista não víamos, no Brasil, uma ideologia política converter-se, com tanta eficácia, em instrumento de unificação do bloco no poder e, ao mesmo tempo, em instrumento de legitimação dos interesses particulares das classes e frações que integram esse bloco junto

296. Há estudiosos que respondem negativamente a essa questão. James Petras, por exemplo, entende que a popularidade do neoliberalismo é um mito criado pelos próprios neoliberais. Boa parte dos marxistas brasileiros também defende essa tese, ou parece concordar com ela. Petras argumenta que os políticos neoliberais latino-americanos têm vencido as eleições porque prometem, durante a campanha eleitoral, elevar o padrão de vida dos trabalhadores, ocultando seu verdadeiro programa de governo. (Ver James Petras *Ensaíos contra a ordem*, São Paulo, Scritta, 1996.) Ora, as eleições presidenciais recentes no México, na Argentina e no Brasil invalidam a argumentação de Petras. No México, Carlos Salinas de Gortari foi eleito na condição de candidato de um governo e de um partido que já aplicavam uma política neoliberal. Na Argentina, Carlos Menem foi reeleito, isto é, obteve nova aprovação popular para um programa neoliberal que já vinha sendo aplicado. No Brasil, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso elegeram-se derrotando candidaturas que combatiam o neoliberalismo. É certo que Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso fizeram campanha eleitoral prometendo elevar o padrão de vida das massas, mas, e esse é o ponto fundamental, apresentavam o “choque de mercado”, isto é, o neoliberalismo, como precondição para tal elevação — e lograram convencer grande parte dos trabalhadores de que esse era o caminho a ser seguido.

às classes populares. Como explicar esse impacto popular do neoliberalismo?

Uma primeira explicação está virtualmente contida na crítica neoliberal aos direitos sociais e ao Estado de bem-estar. Essa explicação consiste em afirmar que os trabalhadores têm muito a ganhar com o neoliberalismo. Vimos na primeira parte deste trabalho que Milton e Rose Friedman, no livro *Liberdade de escolher*, avançam a idéia de que o Estado de bem-estar, longe de distribuir renda, como proclamam seus defensores, provocaria, na verdade, uma concentração da renda em favor da classe “média” e “alta”.²⁹⁷ Essas idéias de Milton e Rose Friedman foram encampadas pelos governos neoliberais no Brasil e pela grande imprensa — Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, seus ministros e os editoriais dos grandes jornais repetem-nas incansavelmente.

Ora, é claro que, dessa perspectiva, não haveria nenhum mistério. As classes populares deveriam apoiar a política neoliberal porque ela teria um conteúdo progressista. A sua hegemonia explicar-se-ia pelo fato de ela efetivamente atender interesses econômicos das classes populares. Teríamos uma situação muito próxima daquela concebida por Gramsci: a hegemonia ideológica assentando-se numa política de concessões econômicas feitas pelo bloco no poder às classes populares.

Essa explicação para a popularidade do neoliberalismo deveria ser examinada com cuidado, trabalho que não faremos aqui. Contentamo-nos com algumas observações. Milton e Rose Friedman apresentam uma descrição impressionista do Estado de bem-estar. Não se apóiam em nenhum conjunto de dados para sustentar sua caracterização dos direitos sociais como privilégios de minorias e a tese segundo a qual o Estado de bem-estar concentraria renda em vez de distribuí-la. Nós estamos partindo da idéia de que os direitos sociais no Brasil têm um caráter distributivo — pensamos nos serviços de saúde, educação e transportes públicos; no financiamento à construção de casas populares, nas aposentadorias e no direito do trabalho. Admitimos, contudo, que os direitos sociais são desiguais.

O Estado de bem-estar é um tipo particular de política social do Estado burguês. Ora, é utópico pretender implantar a igualdade socioeconômica sob o capitalismo. Os direitos sociais podem ser universalistas e igualitaristas no plano da ideologia, mas o conteúdo,

297. Milton e Rose Friedman, *Liberdade de escolher — o novo liberalismo econômico*, op. cit.

a regulamentação e o usufruto efetivo de tais direitos comportam, ainda que com variações de país para país, importantes desigualdades. O grau e o tipo dessa desigualdade dependem da natureza e da composição da frente de classes que assegurou a implantação e expansão de tais direitos.²⁹⁸ A questão é que o Estado de bem-estar atenuou amplamente a desigualdade de rendas e de condições de vida, mas, ao mesmo tempo, conservou, em graus variados, inúmeras desigualdades.²⁹⁹ Ora, a política neoliberal não tem sido uma política de preservar e desenvolver os aspectos distributivistas dos direitos sociais e dos serviços públicos e, ao mesmo tempo, reduzir os seus aspectos inigualitários. Nós vimos que os governos neoliberais aumentaram o desemprego e a concentração da renda, reduziram os salários, pauperizaram e reduziram serviços públicos como os de saúde, educação e transporte, liquidaram com os programas de construção de casas populares e desregulamentaram de modo selvagem o mercado de trabalho. Ao implantar tais políticas, o neoliberalismo está liquidando os serviços e direitos que mais interessam às classes populares no Brasil. Não está combatendo setores privilegiados da classe média e, muito menos, a grande burguesia nacional e internacional. Está combatendo as massas populares.

Dessa perspectiva, explicar o impacto popular da política e da ideologia neoliberal torna-se uma tarefa mais complexa. Trata-se de explicar a popularidade de uma política e de uma ideologia antipopulares, e é isso que tem intrigado o pensamento de esquerda. O populismo do período 1930-1964 era uma ideologia política (superficialmente) reformista, que se afirmou após a vitória que uma frente de classes heterogênea, contando com apoio popular urbano, impôs, em 1930, à antiga classe dominante agro-mercantil, enquanto que o neoliberalismo é uma ideologia política (profundamente) reacionária, que se afirmou após a derrota que a grande burguesia brasileira e o imperialismo impuseram, em 1989, à candidatura presidencial que representava o campo democrático e popular. Na verdade, em grande medida, a política neoliberal

298. Gosta Esping-Andersen: “As três economias políticas do *Welfare State*”, *Lua Nova*, n. 24, setembro de 1991.

299. Falando do caso francês, Suzanne de Brunhoff destaca que o Estado de bem-estar é um compromisso político instável e contraditório que, ao mesmo tempo, atenua e reproduz as desigualdades sociais. Suzanne de Brunhoff, *A hora do mercado, crítica do neoliberalismo*, op. cit., p. 104.

representa uma reação contra a herança da política de desenvolvimento iniciada pelo Estado populista: reação contra o Estado protecionista, empresário e regulador, e reação, também, contra os direitos sociais e trabalhistas que foram implantados após a Revolução de 1930. Essa situação é diferente, e também mais complexa, do que aquela concebida por Gramsci para utilizar o conceito de hegemonia — direção ideológica fundada em concessões materiais. Em função da particularidade da hegemonia neoliberal, convém falarmos em *hegemonia regressiva* — hegemonia sem concessão econômica às classes populares e conquistada na seqüência de uma derrota do movimento operário e popular.

Para nós, esses dois aspectos da regressividade estão ligados: a primeira condição para que essa ideologia política antipopular pudesse obter aceitação popular foi o fato de a década de 1990 ser uma década de derrota e refluxo do movimento operário e popular no Brasil. Já caracterizamos os fatores políticos e econômicos que contribuíram para que o movimento operário e popular fosse colocado na defensiva nessa década — desaceleração do crescimento, fim da bipolaridade na política internacional, crise do movimento socialista, derrota da candidatura Lula em 1989, etc. Apenas acrescentaremos que, se a hegemonia neoliberal não se baseia em concessões aos interesses econômicos das classes populares, ela não deixa de ter, contudo, uma base objetiva que extrapola o terreno da ideologia, que é, justamente, essa situação política e econômica da década de 1990.

Chamaremos atenção, de início, para o fato de que há setores minoritários das classes trabalhadoras, pertencentes à alta classe média, que podem ganhar, ou considerar que estão ganhando, com a abertura comercial, a redução de direitos sociais e a privatização. Esses setores minoritários são uma exceção no quadro geral e funcionam como aliados da fração burguesa hegemônica no bloco no poder. Há trabalhadores qualificados de alta classe média que estão melhorando seu padrão de vida com a expansão de novos setores econômicos, geralmente ligados à nova burguesia de serviços e à burguesia compradora — comercialização de serviços educacionais e de saúde, empresas de assessoria, importação, etc. Há também na alta classe média setores que se sentem beneficiados pela “dupla cidadania” neoliberal. A privatização da saúde e da educação parece estar sendo recebida, pela alta classe média, como uma oportunidade para distinguir-se do trabalhador manual de baixa renda. O hospital e a escola privados segregam os pobres, criando um ambiente elitista

valorizado pelos membros da alta classe média que o freqüentam. Os profissionais da saúde e da educação têm insistido que a saúde e o ensino privados são procurados também pelo fato de serem considerados símbolos de *status*. A escola privada, ademais, favorece a alta classe média no mercado de trabalho. Hoje, nada menos que um terço das vagas no ensino superior é oferecido pelas faculdades privadas. Essas vagas são um privilégio monopolizado pelos poucos que podem pagar para estudar. A dupla cidadania neoliberal aumenta a importância do poder econômico da família na disputa pelos empregos qualificados, criando uma “reserva de mercado” para quem pode pagar escola. Talvez isso explique o fato de não ter surgido, no Brasil, nenhum movimento pela estatização do ensino entre os clientes da escola privada — as associações de pais de alunos e estudantes chegaram a pleitear apenas o controle do valor das mensalidades escolares. A estatização do ensino igualiza e democratiza, e a alta classe média não parece querer nem a igualização, nem a democratização.³⁰⁰ Mas, para a grande maioria de trabalhadores, não é o interesse econômico que explica a aceitação do neoliberalismo.

O antiestatismo que domina toda a superfície da ideologia neoliberal tem procurado, nos textos doutrinários e na sua propaganda midiática, apresentar-se com uma roupagem popular. A ideologia espontânea das classes dominadas tende, como

300. Essa colocação inverte o modo como é pensado o ensino superior público e gratuito no Brasil. Pesquisas diversas, inclusive uma bem completa encomendada pelo Ministério da Educação em 1995, mostram a falsidade da idéia, muito difundida pelos neoliberais, segundo a qual as universidades públicas seriam monopolizadas pelos filhos da burguesia e da alta classe média. Nas 38 universidades federais pesquisadas, e considerando todos os cursos, 25% dos alunos pertencem a famílias com renda *per capita* inferior a um salário mínimo e 49% dos alunos pertencem a famílias com renda *per capita* entre um e dois salários mínimos. Considerando uma família de quatro pessoas, teríamos que 74% dos estudantes das universidades federais pertenciam, em 1995, a famílias com renda total de até R\$ 800,00, oito salários mínimos na época da pesquisa. O problema dos neoliberais não é acabar com o privilégio. O que os incomoda é, enquanto representantes da nova burguesia de serviços, a concorrência “desleal” das universidades públicas, que são melhores e gratuitas, e, enquanto representantes da alta classe média, o fato dessas universidades democratizarem o acesso ao melhor do ensino superior do país à baixa classe média e a filhos de trabalhadores manuais. O objetivo é expulsar os mais pobres da universidade, de modo a avançar no processo de formação da cidadania desigual. As tabelas da pesquisa do MEC foram publicadas pela revista *Veja*, São Paulo, edição de 8 de março de 1995. A idéia de que a crítica ao privilégio na universidade pública expressa a rejeição à sua democratização me foi sugerida pela leitura do texto de Márcia M.C.M. Fantinatti “A crítica conservadora ao movimento docente nas universidades públicas”, mimeo., Unicamp, 1998.

mostraram alguns estudiosos, para uma visão “negativa” do Estado.³⁰¹ No caso do Brasil, a intervenção do Estado desde a ditadura militar tem se dado de modo a favorecer, fundamentalmente, os monopólios estrangeiros e nacionais, inclusive a burguesia nacional de Estado que controla as grandes empresas estatais. O neoliberalismo tem se aproveitado de tal situação, apresentando a política de privatização e a política de abertura ao capital estrangeiro como uma política de combate aos inimigos das classes populares — “caça aos marajás”, “fim do protecionismo”, etc.³⁰² Mas a ideologia neoliberal não só não favorece as classes populares como também não luta contra os seus inimigos. A “caça aos marajás” ilude as massas. A privatização das empresas públicas tem favorecido os monopólios privados para os quais essas empresas são entregues; a reforma administrativa deverá reforçar o caráter cartorial e clientelista do Estado brasileiro ao restringir o concurso público e facilitar a demissão de funcionários; a abertura comercial atinge a indústria naquilo que não interessa aos trabalhadores, isto é, na sua capacidade de gerar empregos; e os governos neoliberais não cessaram de intervir na economia para assegurar privilégios das classes dominantes — como mostram o Proer, as privatizações financiadas com dinheiro do Estado, a administração política do câmbio e dos juros, etc. Mas nada disso tem impedido, até aqui, que setores populares vejam, erroneamente, no antiestatismo neoliberal um instrumento para liquidar as vantagens que o Estado brasileiro concede a integrantes das classes dominantes e de setores da classe média — vantagens que os primeiros estudiosos do populismo caracterizaram com a noção de “Estado cartorial”.

O pensamento de esquerda não tem atentado o suficiente para a complexidade e a eficiência dessa crítica liberal aos “privilégios”. O neoliberalismo, na voz dos políticos práticos e no discurso da mídia, aparece como um crítico dos privilégios, ou seja, das desigualdades. Aparece portanto, à primeira vista, como partidário do igualitarismo. Ora, o neoliberalismo, do mesmo modo que o liberalismo econômico clássico no qual ele se apóia, é um defensor doutrinário da desigualdade socioeconômica sem limitações, desigualdade que, de resto, ele identifica com a

301. Alan Badiou e François Balmès: *De l'idéologie*, François Maspero, Paris, 1976.

302. Décio Saes: “A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina” in Evelina Dagnino(org.): *Anos 90, política e sociedade no Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1994.

própria liberdade. Milton e Rose Friedman insistem que a desigualdade é própria da natureza e da sociedade e que nem uma nem outra funcionariam sem ela. Mesmo pensadores liberais, como Ralf Dahrendorf, que aceitaram a implantação do Estado de bem-estar, defendendo o estabelecimento de um piso mínimo de renda e de direitos e um teto máximo de poder econômico para famílias e empresas, ressaltaram que quanto maior fosse a distância entre o piso e o teto, maior seria a margem de liberdade para a os indivíduos.³⁰³ Porém, essa posição inigualitarista de princípio é ocultada pela crítica interna à doutrina do Estado de bem-estar — que consiste em dizer que esse Estado trai os seus próprios princípios. O que mais aparece, portanto, é a insistência neoliberal na idéia de que o Estado de bem-estar aumenta a desigualdade sob o pretexto de combatê-la. A mídia burguesa, *para poder exportar o neoliberalismo para as classes populares*, divulga apenas essa faceta do discurso neoliberal: a crítica (oportunista) aos “privilégios” dos trabalhadores.

Esse discurso tem permitido uma aproximação formal entre a ideologia neoliberal, ou, mais precisamente, o discurso que os neoliberais exportam para as classes populares, e a ideologia espontânea dos trabalhadores. Podemos afirmar, com base nas monografias nacionais e estrangeiras disponíveis sobre a ideologia das classes populares, que a ideologia espontânea dessas classes tende a perceber a sociedade de modo dicotômico: os de baixo, que vivem mal, e os de cima, que vivem bem; não raro, esses últimos são apresentados como exploradores dos primeiros. A esquerda sempre procurou dar sistematicidade teórica e disciplina tática a essa concepção dicotômica que brota espontaneamente no meio operário e popular. Contudo, no período atual as correntes majoritárias da esquerda brasileira, principalmente no Partido dos Trabalhadores, enredaram-se numa visão liberal da sociedade e da política. Apresentam a sociedade como um campo mais ou menos homogêneo e voltado para a defesa da democracia e da cidadania (a dita “sociedade civil”), e a política, mesmo quando pensada como uma luta a favor dos trabalhadores, é apresentada como uma luta desprovida de inimigos reais e poderosos. O discurso pode enfatizar a *defesa* dos interesses dos trabalhadores, mas não diz, ou não o faz com suficiente clareza,

303. Ver Ralf Dahrendorf “Reflexões sobre a liberdade e a igualdade” in *Sociedade e liberdade*, Editora Universidade de Brasília, Coleção Pensamento Político, Brasília, sd.

contra quem a esquerda se bate. Esse discurso abranda as contradições e transforma a política numa luta, não por interesses de determinadas classes e setores sociais, mas por idéias e projetos que disputariam entre si a preferência dos cidadãos. Esse discurso edulcorado não é realista para as classes populares. A esquerda perdeu audiência porque incorporou uma visão liberal da sociedade e da política, e o neoliberalismo cresceu porque soube apropriar-se, no plano formal, de um discurso de esquerda: ele apresenta a política como um confronto duro de interesses entre os pobres e os privilegiados. O neoliberalismo não possui um conteúdo popular e nem chega a combater os privilegiados. Mas ele simula combater os de cima, dá destaque a esse combate simulado e, com isso, amplia sua audiência popular.

A crítica ao intervencionismo estatal e aos “privilégios”, além de dar uma aparência popular às políticas de abertura comercial e de privatização, tem sido eficaz também na crítica ao direito do trabalho e aos direitos sociais. No Brasil, onde não se chegou a implantar um Estado de bem-estar, o que temos de direitos sociais são garantias desiguais e segmentadas — desempregados e empregados “sem carteira”, excluídos dos direitos, em oposição aos empregados “com carteira”; trabalhadores de classe média, operariado urbano e trabalhadores rurais, formando três camadas sobrepostas quanto à sua capacidade de usufruir dos direitos sociais; jornada de trabalho legal, aposentadoria por tempo de serviço, montante da aposentadoria, estabilidade, fundo de garantia, acesso à Justiça do Trabalho, todos esses direitos variam de setor para setor (rural/urbano; público/privado), de uma categoria profissional legal para outra, e assim por diante. Mais recentemente, a terceirização introduziu uma nova segmentação e desigualdade no interior das empresas. Essas desigualdades e essas segmentações não são aleatórias: elas refletem e reproduzem desigualdades sociais e políticas existentes no interior das classes trabalhadoras, nas condições históricas em que se implantaram tais direitos.

A desigualdade de direitos entre os trabalhadores permite ao neoliberalismo apresentar também essa intervenção do Estado nas relações “econômicas” como outra fonte de privilégios. Privilégio do trabalhador de classe média frente ao trabalhador manual, privilégio do trabalhador do setor público frente ao trabalhador do setor privado, privilégio dos empregados frente aos desempregados, etc. Mas, sem dúvida, dadas as características da política neoliberal, é o trabalhador do setor público que é eleito como alvo

central.³⁰⁴ A eficácia desse discurso junto à população trabalhadora é reforçada pela existência da estrutura sindical corporativa de Estado, que replica a desigualdade e a segmentação de direitos numa estrutura organizativa segmentada em categorias profissionais.³⁰⁵ A via populista para a implantação dos direitos sociais no Brasil está evidenciando suas debilidades. De um lado, esses direitos, pelo seu conteúdo, estimularam os particularismos no seio das classes trabalhadoras, dificultando a unificação dos trabalhadores em sua defesa, e, de outro lado, tendo sido apresentados, pelo discurso populista, como doação do Estado aos trabalhadores, — que adquiriu aparência de verdade devido ao papel ativo da burocracia de Estado na implementação do populismo, — não estimularam uma identificação forte, baseada nas idéias de luta e conquista, entre os trabalhadores e os direitos sociais. Essa é uma das razões pelas quais é mais difícil desmontar o Estado de bem-estar dos países da Europa Ocidental, com direitos sociais mais uniformizadores e conquistados por um movimento operário organizado por partidos comunistas e social-democratas, do que desmontar a rede precária de direitos sociais implantada em países como o Brasil.

Entendamo-nos bem: essas desigualdades e segmentações existiam antes da ofensiva neoliberal. O operariado, e mais ainda as classes populares no seu conjunto, sempre foram heterogêneos; os direitos, também. Foi a *conjuntura dos anos 90* que conferiu uma função política nova àquelas diferenciações. Na verdade, as diferenciações mais significativas hoje existentes foram criadas, no Brasil, pelos governos populistas, e serviram, na conjuntura do pós-30, para desempenhar uma função muito diferente da que desempenham atualmente. Elas foram um instrumento dos governos populistas para isolar política e ideologicamente o

304. Quando negociava com o governo a reforma da previdência, preocupado com o espaço que a CUT vinha ganhando na negociação com o governo FHC e acossado por denúncias de corrupção, Luiz Antônio de Medeiros, movido, talvez, pelo afã de mostrar serviço, deixou vir à tona um sentimento que, normalmente, os políticos neoliberais exploram e estimulam sem, contudo, expressá-lo claramente. O presidente da Força Sindical declarou: “Vamos dar uma cacetada sem dó nem piedade no servidor público”. Ver a reportagem “Governo se alia à Força para aprovar Reforma”, *Folha de S. Paulo*, 12 de março de 1996.

305. Wanderley Guilherme dos Santos cunhou a noção de cidadania regulada para caracterizar os direitos sociais limitados e desiguais vinculados à profissão e ao corporativismo de Estado. Ver do autor *Cidadania e justiça*, op. cit., p. 75-78.

liberalismo econômico. A conjuntura atual, contudo, é diferente. Com o movimento operário e popular na defensiva, marcado por derrotas recentes, pela crise do movimento e do programa socialista e pelo acirramento da concorrência entre os trabalhadores (desemprego, ondas recessivas, terceirização, abertura da economia), o neoliberalismo, que é uma reedição do velho liberalismo econômico, pode jogar, apoiando-se nessas mesmas e antigas diferenciações, um setor dos trabalhadores contra o outro, lançando no descrédito os direitos sociais no seu conjunto e enquanto tais. Antes, cada trabalhador via no direito conquistado por outro um primeiro passo para que ele próprio conquistasse o seu; hoje, o trabalhador tende a ver no direito conquistado por outro um privilégio que ameaça seus próprios direitos. Exemplificando: até 1964, a estabilidade do funcionalismo público era um estímulo à luta do trabalhador do setor privado para obter, também, algum tipo de estabilidade no emprego — luta que obteve uma vitória com a lei que estabeleceu a estabilidade para todos os trabalhadores que completassem dez anos numa mesma empresa. Hoje, a mesma estabilidade do funcionalismo não é vista como objetivo a ser atingido por todos, mas como privilégio de poucos a ser revogado.

Há outro aspecto a considerar nos triunfos de que dispõe o neoliberalismo para impor sua hegemonia. Essa ideologia tem crescido como parasita no corpo daquilo que restou do populismo no Brasil. Não é por acaso que Fernando Collor, com a sua caça aos marajás, evocava a figura de Vargas, e que Fernando Henrique Cardoso, que cultiva uma imagem mais elitista, deleita-se em evocar a figura de Juscelino Kubitschek. Criou-se uma situação complexa. O populismo é um tipo de estatismo — o fetiche do Estado como entidade que, independentemente da correlação política de forças, pode, de modo livre e soberano, tomar a iniciativa de proteger as classes populares. A complexidade a que nos referimos reside no fato desse estatismo combinar-se, atualmente, com o antiestatismo neoliberal. No presidencialismo autoritário brasileiro, a figura do presidente da República aparece como a vontade soberana que privatiza, desregulamenta e, aspecto decisivo desde a eleição de 1994, garante a estabilidade da moeda. Essa estabilidade, que nos primeiros meses do Plano Real reduziu o ritmo da concentração da renda, é apresentada e percebida como uma *dádiva do governante*, não, o que seria mais coerente com a ideologia neoliberal, como resultado do “equilíbrio econômico”. Nesse

sentido preciso, Fernando Henrique Cardoso está longe de enterrar a Era Vargas como pretende. Ele tem enterrado tudo que, daquela era, assegurava um mínimo de proteção legal ao trabalhador e à economia nacional. Tem enterrado o pouco que existiu de progressista daquela era. Mas o atraso político do populismo e do autoritarismo, esse legado Fernando Henrique Cardoso, longe de enterrar, serve-se dele, nutre-o, explora-o com seu *marketing* político, e repete, para empregarmos os termos que lhe são caros, o “Brasil arcaico”, embora afirme estar construindo um “Brasil moderno”.

A hegemonia ideológica regressiva do neoliberalismo, que, numa inversão intrigante para o pensamento de esquerda, impõe sacrifícios em vez de fazer concessões às classes populares, é, por causa disso superficial, instável e baseada numa adesão meramente passiva e em torções ideológicas características. Na sua luta ideológica contra o neoliberalismo, a esquerda deve explorar essas fraquezas. A ideologia neoliberal penetra no meio popular através de recursos que, em muitos casos, contrariam seus próprios postulados — em vez da apologia aberta da desigualdade, a defesa aparente da igualdade acompanhada da crítica oportunista ao privilégio; em vez da apologia da liberdade individual e da eficiência econômica como fundamentos da defesa do mercado, a apresentação da melhoria das condições de vida dos trabalhadores como o motivo último do livre jogo da oferta e da procura. É possível aproveitar-se da propaganda neoliberal — por exemplo, da propaganda contra os “privilégios” — para retorná-la contra o próprio neoliberalismo. Esse tipo de operação tem alcance limitado, mas é um recurso que deve ser utilizado numa situação de defensiva e se trata de um recurso que explora uma vulnerabilidade da hegemonia neoliberal.

Mas na sua luta política e ideológica contra o neoliberalismo a esquerda não pode admitir ser colocada como herdeira do desenvolvimentismo do período populista e da ditadura militar. Tal política de desenvolvimento foi concentradora da renda, criou favorecimentos de diversos tipos ao grande capital, concentrou o crescimento industrial numa área pequena do país, legou um conjunto de direitos sociais mutilados e precários para os trabalhadores. Já vimos que o neoliberalismo sabe explorar ideologicamente alguns desses aspectos antipopulares do desenvolvimentismo brasileiro. A esquerda foi a primeira a criticá-los e combatê-los, não pode, agora, assumir a responsabilidade por eles. Deve defender as empresas públicas e, ao mesmo

tempo, fazer a crítica de sua utilização pelos grandes monopólios privados, que cresceram às custas daquelas empresas; deve defender o funcionalismo público, eleito pelo neoliberalismo como o inimigo número um da nação, sem defender o "Estado cartorial" e clientelista — do qual, de resto, a política dos governos neoliberais não abriu mão. É certo que parte da esquerda esteve e está comprometida com o velho desenvolvimentismo, o que só facilita a tarefa dos liberais. Eles a atacam pela retaguarda. A parte mais atrasada da esquerda esteve e está comprometida com o "Estado cartorial". O empreguismo público foi amplamente utilizado pelo PMDB para cooptar e, finalmente, levar ao definhamento o antigo PCB. O "quercismo" em São Paulo e o "chaguismo" no Rio de Janeiro valeram-se amplamente desse expediente de cooptação — de transformismo, diria Gramsci. A defesa de uma empresa pública como o Banespa não pode significar a defesa do Baner, o grande cabide de emprego do PMDB paulista no período pré-liberal.

As particularidades da hegemonia neoliberal, enquanto hegemonia regressiva e, portanto, superficial e instável, ensejam uma reflexão. As crises políticas recentes no Brasil e em outros países da América Latina, com deposição de presidentes eleitos, golpes e tentativas de golpes militares e ações judiciais contra ex-presidentes, embora não tenham colocado em questão o programa neoliberal, são sintomas da precariedade da hegemonia do neoliberalismo. A adesão ao populismo no Brasil foi ampla e vigorosa no longo período que vai dos anos 30 aos anos 60, e, mesmo em declínio, sobrevive até os dias de hoje. Se for correta nossa análise, a hegemonia neoliberal não deverá ter vida tão longa.

CONCLUSÃO:

POR UMA FRENTE ANTILIBERAL

O que fazer diante da ofensiva neoliberal?

Ao escrever sobre o momento atual somos interpelados por essa questão. Nosso trabalho, embora não a tenha enfrentado de maneira explícita e desenvolvida, acabou, e isso é inevitável, apresentando idéias e informações que legitimam algumas práticas políticas em detrimento de outras. Por isso, acreditamos que convém indicar, à guisa de conclusão, algumas posições políticas que, a nosso juízo, são complementares à análise que fizemos do neoliberalismo e do movimento sindical. Damos esse passo sem qualquer pretensão de apresentar idéias definitivas, e conscientes de que esta pequena conclusão está muito longe de tratar todas as questões importantes referentes ao assunto.

1. O neoliberalismo revoga reformas impostas pelo movimento operário e pelos países subdesenvolvidos ao capitalismo e ao imperialismo. Ele é a política do capitalismo "puro e duro". Pela trajetória que percorreu até aqui e pelas aspirações que proclama com vistas ao futuro, o neoliberalismo parece ser uma política que, deixada a si própria, não se deterá enquanto não tiver desativado todos os freios que foram impostos à exploração capitalista e imperialista. Estamos, portanto, numa fase nova, de ofensiva reacionária vitoriosa.

Não será ocioso destacar que essa tese não é consensual e está repleta de conseqüências práticas. Há correntes de esquerda que negam a existência do neoliberalismo como um corpo coerente de política econômica e social, ou que minimizam sua importância. No mais das vezes esse erro está vinculado a outro, aquele que consiste em restringir o universo da análise e da discussão política àquilo que se passa no interior da fábrica, e, na verdade, tomando como referência o que se passa no interior das fábricas de alguns países desenvolvidos, supondo, indevidamente, que o mesmo esteja ocorrendo no Brasil. Essas mesmas correntes ignoram o fato de a burguesia e o imperia-

lismo encontrarem-se na ofensiva. Podem até usar a expressão, muito em voga, "ofensiva neoliberal", mas utilizam-na sem considerar o seu conteúdo, já que defendem, para a presente conjuntura, uma estratégia ofensiva para o movimento operário, cujo objetivo seria a revolução socialista. No caso específico do movimento sindical, afirma-se que é necessário uma estratégia que ultrapasse a "ordem do capital", mas não se esclarece o conteúdo prático dessa orientação quando aplicada ao sindicalismo. De nossa análise decorre, em vez disso, o entendimento de que o momento atual é de defensiva para o movimento operário e popular — se falamos em ofensiva neoliberal é porque o movimento operário está na defensiva. Trata-se então, antes de mais nada, de defender tudo aquilo que parecia, até a década de 1960, conquistas sólidas e irrevogáveis do movimento operário e antiimperialista, mas que, agora, desmancham-se no ar.

2. Os governos brasileiros dos anos 90 têm sido governos neoliberais: um, o de Fernando Collor, aventureiro, outro, o de Fernando Henrique Cardoso, consciente e conseqüente na implantação do programa liberal. Esse último está completando e radicalizando o trabalho iniciado por aquele. Aqui, tampouco há consenso. Alguns intelectuais, e os próprios presidentes da República da década de 1990, negam o caráter neoliberal de tais governos. Especulam com as defasagens, reais ou fictícias, existentes entre a doutrina neoliberal e a política econômica e social brasileira dos anos 90, para se denominarem "social liberal", como se dizia Fernando Collor, ou, até, "social-democrata", como se pretende Fernando Henrique Cardoso. Ora, nós mostramos a coerência com que aplicam a política de abertura, de privatização, de desregulamentação e de corte nos gastos sociais. Se defasagens existem, elas decorrem, como já indicamos, da contradição entre a ideologia teórica do neoliberalismo, dogmática e inaplicável na sua integridade, e a política dos governos neoliberais, que deve levar em conta as resistências que se antepõem aos seus objetivos. Fizemos também uma distinção entre neoliberalismo extremado e moderado, correntes que conviveram no interior do governo Itamar e também estão presentes no governo FHC.

3. A política neoliberal dos anos 90 pauperizou, de um modo nunca visto desde os anos 50, a maioria dos trabalhadores da cidade e do campo e, por essa razão, esses trabalhadores são os principais interessados em pôr fim à série de governos neoliberais. Mas a pauperização dos trabalhadores não basta para criar uma crise política nacional. Na conceituação de Lenin,

confirmada tanto pela história das revoluções burguesas quanto pela história das revoluções operárias e populares, além do agravamento das condições de vida das massas, há dois outros requisitos para que se verifique uma situação revolucionária: a crise entre os "de cima" e a capacidade das massas populares empreenderem ações independentes. Ora, nenhum desses dois requisitos estão presentes no Brasil.

Os conflitos intraburgueses mantêm-se, pelo menos até aqui, num nível de baixa intensidade. Não há um setor da burguesia que se tenha colocado em oposição ao imperialismo ou sequer, mais modestamente, em oposição ao conjunto da política neoliberal. Esse conflito tem se mantido localizado, focado em aspectos pontuais dessa política, que variam conforme a fração burguesa que se tome em consideração, e não provocou o surgimento de um partido burguês antiliberal, ou uma crise nas organizações partidárias existentes. As classes populares, por sua vez, ainda estão sob o impacto ideológico do neoliberalismo. Crêem em alguns mitos da ideologia neoliberal: que o Estado está "falido", que é preciso abrir a economia para aumentar a concorrência e a produtividade, que a privatização aumenta a eficiência dos serviços e corta privilégios, que a solução para o desemprego é fazer concessões no plano do direito protetivo do trabalho, etc. Vimos como o movimento sindical enredou-se nessa teia de idéias do senso comum. Quando se incorporam as idéias do inimigo, perde-se a vontade de lutar. Talvez com a exceção do Movimento dos Sem-Terra, as classes populares não têm demonstrado capacidade de ação independente.

Pois bem, se não há uma crise revolucionária, os socialistas não podem atribuir-se a tarefa de fazer uma revolução.

4. A resistência à ofensiva neoliberal é um momento diferenciado, cujo objetivo imediato não é, ainda, a superação do capitalismo dependente brasileiro, embora deva estar articulada à luta contra esse modelo. Não se trata de introduzir uma nova etapa, antiliberal, na revolução brasileira. Trata-se de reconhecer que vivemos um período de resistência e de reforma, e não de revolução. Está colocada a tarefa de conceber um programa e um quadro de alianças para uma frente política apropriada à fase defensiva atual.

A plataforma para essa frente deve ser antiliberal, contemplando o objetivo mínimo de suspender e reverter a política econômica e social do neoliberalismo. É preciso se opor ao privatismo neoliberal sem assumir a defesa pura e simples dos direitos e serviços sociais tal qual nos foram legados pelo

populismo e pela ditadura militar. A saúde, a educação, a previdência e os serviços sociais urbanos devem ser reestatizados, comprimindo o mercado da nova burguesia de serviços e das igrejas e instituições que especulam com a noção ideológica de “serviço público não-estatal”, e democratizados, tanto no que respeita ao acesso a esses serviços, que deve ser massificado, quanto no que respeita à sua gestão, que deve abrir-se para a participação das organizações populares. O direito do trabalho deve ser fortalecido, restaurando a autoridade das normas que têm sido ignoradas e criando normas novas, detalhadas, que contemplem a miríade de situações nas quais trabalham os brasileiros, que nivelem *por cima* os salários e as condições de trabalho, algo muito diferente de um piso mínimo rebaixado a partir do qual se instauraria a livre contratação. A plataforma antiliberal deve propor a reversão do processo de desregulamentação em curso no país, a começar pela eliminação da prática do contrato de trabalho sem carteira profissional. Tal plataforma deve contemplar também uma política de recuperação do emprego e do salário e de ampliação da distribuição de terra aos camponeses; deve sustar as privatizações das empresas públicas e reavaliar as funções dessas empresas — defender as empresas públicas, sem firmar uma posição independente quanto à sua função, pode converter a esquerda em instrumento das grandes empresas privadas nacionais que crescem às custas do setor produtivo estatal. As privatizações já realizadas devem ser reexaminadas. Tal plataforma deve reimplantar a proteção ao setor produtivo nacional, sem contudo permitir que tal proteção libere as empresas nacionais para agir em detrimento da população trabalhadora, deve suspender o pagamento da dívida externa e desmontar a especulação financeira baseada na desregulamentação e nos juros e câmbio altos. Esses são objetivos mínimos. Se abrirem mão deles, o movimento popular e os partidos de esquerda correm o risco de sucumbirem à hegemonia neoliberal.

5. Se da análise da conjuntura decorre o programa, da natureza desse último decorre a estratégia de alianças que convém aplicar. Todo apoio deve ser buscado, desde que não comprometa a independência política dos trabalhadores e a preservação da democracia — não interessa, por exemplo, aliança com correntes nacionalistas autoritárias que estão ressurgindo em fenômenos como as sucessivas candidaturas de Enéas à Presidência da República. O movimento sindical e popular não se encontra em condições de desprezar os poucos apoios

que pode obter. As contradições no interior da burguesia, se não chegaram ao ponto de abrir uma crise política, permitem, ao menos, uma política de frente, instável e precária, contra o neoliberalismo. Há, como podemos ver na análise do bloco no poder, uma oposição burguesa latente, concentrada nas médias empresas industriais. Tal oposição se materializa, não só na ação de associações corporativas ligadas a setores da classe dominante, como também no plano político. Expressam-na fatos aparentemente desconexos, como a atuação do PDT e do PSB, a insatisfação de parte do PMDB frente ao governo e à candidatura FHC e os protestos de prefeitos de centenas de cidades de todo o país contra a política do governo federal — os prefeitos estão, na maioria dos casos, mais próximos da média burguesia do que do capital monopolista, que controla o Executivo federal.

Quando houve resistência efetiva às privatizações, como nos casos da Usiminas, da indústria petroquímica ou da Companhia Vale do Rio Doce, tal resistência uniu o sindicalismo cutista a setores da burguesia. A resistência às reformas constitucionais, contou com apoio de partidos ou de setores que refletem interesses burgueses que têm perdido algo com o neoliberalismo — estamos pensando principalmente em partidos como o PDT e o PSB. Aliás, a própria ofensiva do governo FHC para fazer aprovar as reformas constitucionais neoliberais propiciou, no plano do Congresso Nacional, a formação de uma frente de partidos dispostos a resistir, uns de modo mais conseqüente que outros, ao neoliberalismo.

Quando a burguesia industrial protesta contra a política de juros e abertura comercial é correto que os trabalhadores, e em particular o movimento sindical, protestem junto — tal protesto volta-se contra os bancos e o imperialismo. O que não interessa é apoiar, como tem feito o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a reivindicação burguesa de redução de impostos — essa é uma medida que visa compensar a perda da indústria diante do imperialismo e dos bancos impondo prejuízos às classes populares, isto é, à receita do Estado que pode ser aplicada em política social. Hoje, a questão nacional une-se à questão sindical de um modo particular: a defesa do emprego e do salário, degradados pela política neoliberal, passa pela afirmação da soberania nacional. Não é possível recuperar o emprego com a economia do país posta sob tutela das políticas recessivas do FMI e obrigada a abrir o seu mercado e a desindustrializar-se, conforme o receituário da OMC. Os trabalhadores são os maiores interessados na recuperação da capacidade do Estado brasileiro

determinar sua política de desenvolvimento e, portanto, na formação de um governo autônomo frente a essas agências ditas multilaterais, mas que se encontram, unilateralmente, a serviço dos interesses imperialistas.

6. Há várias formas de organizar e de conceber uma frente política. A sua formação pode exigir a presença de partidos burgueses numa eventual organização que centralize as atividades dos partidos que integram a frente ou num eventual governo antiliberal. Mas, dependendo da situação, é possível levar em consideração os conflitos de setores burgueses com o neoliberalismo, apoiar-se neles, sem, necessariamente, abrigar representações políticas de tais setores num eventual organismo da frente ou num eventual governo antiliberal. No que respeita às concepções, é importante lembrar o fato elementar que toda frente política comporta uma disputa interna pela hegemonia entre as classes e frações de classe que a compõem. A frente não deve ser entendida de um modo tal que exija dos trabalhadores e do sindicalismo o abandono de sua independência de classe. A extinção da estrutura sindical, a começar pela unicidade sindical, e a manutenção da autonomia da luta reivindicativa são pré-requisitos para resistir à deterioração das condições de vida e trabalho e para fortalecer a posição dos trabalhadores na luta contra o neoliberalismo. A frente política pode conviver com o acirramento da luta econômica contra os empregadores.

Não interessa combater o neoliberalismo do ponto de vista do passado. Não interessa aos trabalhadores reimplantar o industrialismo concentrador e dependente do período populista e, muito menos, do período da ditadura militar. Os trabalhadores precisam estar alertas porque setores da burguesia brasileira poderão tentar, caso rompam com o neoliberalismo, a volta ao passado — está aí a ação cada vez mais desenvolvida do deputado Delfim Netto como crítico do neoliberalismo saudoso dos “bons tempos” do “milagre econômico”, que combinava protecionismo alfandegário, todo tipo de isenção e favorecimento fiscal e creditício, arrocho salarial, atrelamento sindical, superlucros e desenvolvimentismo concentrador e dependente. É preciso aprender a distinguir, dentre as críticas e as propostas políticas que se opõem ao neoliberalismo, aquelas que efetivamente interessam aos trabalhadores.

7. Se o movimento popular e os partidos de esquerda lograrem constituir um governo de frente antiliberal, esse fato criará condições políticas novas. Pode se dar que a política governamental antiliberal não se consolide. A pressão do

imperialismo, dos bancos e do conjunto do grande capital poderá desestabilizá-la e provocar uma redefinição progressiva do sistema de alianças. Uma reforma antiliberal poderá exigir novos passos em direção a reformas mais profundas, se não se quiser retroceder. Caso não se constitua tal governo, tampouco está descartada, mesmo que isso não seja visível no horizonte da conjuntura atual, a possibilidade de uma crise revolucionária que exija uma mudança de estratégia. A frente antiliberal, ou melhor, sua ala operária e popular deverá, então, estar voltada para o futuro. A evolução da conjuntura poderá impor a substituição do programa antiliberal por outro, mais avançado, voltado para a superação do capitalismo dependente.

Paris/São Paulo, novembro de 1997 a abril de 1998.

FONTES

I. BIBLIOGRAFIA CITADA

- AB'SABER, Aziz "Em defesa do patrimônio e contra a privatização", *Debate Sindical*, n. 25, São Paulo, junho-agosto de 1997.
- AFONSO, José Roberto; REZENDE, Fernando e VARSANO, Ricardo. "A Reforma Tributária e o financiamento do investimento público", in João Paulo dos Reis Velloso (org.) *Crise do Estado e retomada do desenvolvimento*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1993.
- ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de. "Federalismo e políticas sociais", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 28, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (Anpocs), junho de 1995.
- AMIN, Samir. "Regionalisation dans le Tiers Monde" in *Marchés régionaux ou guerres commerciales*, L'Harmattan, Paris, 1997.
- ANDERSON, Perry. "Além do neoliberalismo" in Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.): *Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático*, Paz e Terra, São Paulo, 1995.
- ANDREANI, Tony. "Quelques elements d'Interpretation de la crise des economies capitalistes développées", Colóquio *Marx aujourd'hui*, Universidade de Nanterre, novembro de 1997, mimeo.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, Editora Unicamp e Cortez, Campinas e São Paulo, 1995.
- ARBIX, Glaucio. *Uma aposta no futuro*, Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 1995.
- ARELLANO, Sonia e PETRAS, James. "A ambígua ajuda das ONGs na Bolívia", *Cadernos do Ceas*, n.156, Salvador, março/abril de 1995.
- BADIOU, Alan e BALMÈS, François. *De l'idéologie*, François Maspero, Paris, 1976.
- BAIROCH, Paul. *Victoires et déboires: histoire économique et sociale du monde du XVI siècle à nos jours*, Gallimard, Paris, 1997.
- BARROS, José Roberto Mendonça de e GOLDENSTEIN, Lídia. "Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro", *Revista de Economia Política*, vol. 17, n.2 (66), abril-junho de 1997.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. "Globalização em debate", *Estudos Avançados*, n. 28, Universidade de São Paulo, dezembro de 1996.
- BENAVENTE, Jose Miguel; CRESPI, Gustavo; KATZ, Jorge e STUMPO, Giovanni. "La transformación del desarrollo industrial de América Latina", *Revista de la Cepal*, n. 60, dezembro de 1996.
- BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira*, Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 1991.
- BERNIES, Nicolas *L'Après-liberalisme — patronat et classe ouvrière dans la crise*, Editions Pec — La Brèche, Montreuil, 1988.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo A. e STUMPO, Giovanni. "Empresas transnacionais y cambios estructurales en la industria de Argentina, Brasil, Chile y México", *Revista de la Cepal*, n. 55, abril de 1995.
- BIHR, Alain. *Du "Grand Soir" à "L'alternative" — le mouvement ouvrier européen en crise*, Les Éditions Ouvrières, Paris, 1991.

BOITO JR., Armando. "Contrato coletivo e organização sindical" in Aldo Rebelo (org.) *Contrato coletivo e organização sindical*, edição do Gabinete do Deputado Aldo Rebelo, Brasília, 1993.

_____. "Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil", *Crítica Marxista*, n. 3, Brasiliense, São Paulo, 1996.

_____. "Reforma e persistência da estrutura sindical" in Armando Boito Jr. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Paz e Terra, São Paulo, 1991.

_____. *O Golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*, Brasiliense, São Paulo, 1982.

_____. *O sindicalismo de Estado no Brasil — uma análise crítica da estrutura sindical*, Hucitec e Editora Unicamp, São Paulo e Campinas, 1991.

BORGES, Altamiro. "Balão de ensaio do acordo sobre os encargos sociais", *Debate Sindical*, n. 21, São Paulo, 1996.

BRUNHOFF, Suzanne. *A hora do mercado, crítica do neoliberalismo*, Editora da Unesp, São Paulo, 1991.

CAMPOS, Antônio Augusto de Oliveira. "Avanço com a negociação nacional", *Revista do Programa de Formação Sindical do Instituto Cajamar*, número 1, intitulado "Negociação e contrato coletivo de trabalho", Brasil Urgente, São Paulo, 1991.

CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*, Editora da Unicamp, Campinas, 2ª ed., 1993.

CARDOSO, Adalberto Moreira e COMIN, Álvaro. "Caminhos cruzados: o 'Acordo das Montadoras' e as relações de classe no Brasil contemporâneo", Cebrap, São Paulo, mimeo., 1993.

CARRONÉ, Laurent. "Les travailleurs coréens: l'assaut du dragon", *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 1997.

CARVALHO, Lourdes de Freitas. *Organização de sistemas locais: estudos de municipalização em três municípios de São Paulo*, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 1994.

CASADO, José. "Lucro privado com dinheiro público", *O Estado de S. Paulo*, 20 de maio de 1995.

CASTRO, Maria Sílvia Portella. "A necessidade de um novo sistema de relações trabalhistas", *Revista do programa de formação sindical do Instituto Cajamar*, nº 1, intitulado "Negociação e contrato coletivo de trabalho", Brasil Urgente, São Paulo, 1991.

CHESNAIS, François. "Demain, les retraites à la merci des marchés", *Le Monde Diplomatique*, Paris, abril de 1997.

CINTRA, Luiz Antonio. "Salário na Grande São Paulo é o mais baixo desde 1985", *Folha de S. Paulo*, 23 de janeiro de 1993.

CLAIRMONT, Frédéric F. "Ces deux cents sociétés qui contrôlent le monde", *Le Monde Diplomatique*, Paris, abril de 1997.

COHEN, Elie. *La tentation Hexagonale — la souveraineté à l'épreuve de la mondialisation*, Fayard, Paris, 1996.

COING, Henri. "À la recherche d'un nouveau modèle de service public: la Venezuela", *Cahiers des Amériques Latines*, nº 18, Paris, 1994.

COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo*, Editora Unicamp, Campinas, 1998.

CONSTANT, Benjamim. *Cours de politique constitutionnelle*, Paris, Guillaume, 1872, 2ª ed.

COSTA, Sílvio. *Tendências e centrais sindicais — o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994*, Editora Goiânia e Anita Garibaldi, Goiânia e São Paulo, 1996.

COUTINHO, Luciano. "O desempenho industrial sob o Real" in Mercadante, Aloizio (org.) *O Brasil pós-Real*, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1998.

_____. "Desindustrialização escancarada", *Folha de S. Paulo*, edição de 7 de julho de 1996.

_____. "Desindustrialização", *Folha de S. Paulo*, 18 de fevereiro de 1996.

CRUZ, Sebastião Velasco e "Doze anos depois. O antiestatismo no discurso do empresariado brasileiro" in Sebastião Velasco e Cruz *O presente como história: economia e política no Brasil pós-64*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, coleção Trajetória, n. 3, Campinas, 1997.

_____. *Estado e economia em tempo de crise — política industrial e transição política no Brasil dos anos 80*, Editora da Unicamp e Relume Dumará, Campinas e Rio de Janeiro, 1997.

DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90, política e sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1994.

DAHRENDORF, Ralf. "Reflexões sobre a liberdade e a igualdade" in *Sociedade e Liberdade*, Editora Universidade de Brasília, Coleção Pensamento Político, Brasília, s.d.

DARMANGEAT, Christophe. "Impérialisme et exportation des capitaux — le cas américain", colóquio *Marx aujourd'hui*, mimeo., Universidade de Nanterre, novembro de 1997.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. "Desemprego, heterogeneidade e regulação hoje", *Proposta*, n. 72, março/maio de 1997.

DRAIBE, Sônia. "Neoliberalismo y políticas sociales: reflexiones a partir de las experiencias latino-americanas", *Desarrollo Economico*, vol. 34, n. 134, Instituto de Desarrollo Economico y Social, julho/setembro de 1994.

ELIAS, Paulo Eduardo. "Reforma e contra-reforma na proteção à saúde", *Lua Nova*, n. 40/41, São Paulo, 1997.

ERBER, Fábio e CASSIOLATO, José Eduardo. "Política Industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE", *Revista de Economia Política*, vol. 17, n. 2, abril/junho de 1997.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. "As três economias políticas do Welfare State", *Lua Nova*, n. 24, setembro de 1991.

FANFANI, Emilio Tenti. "Argentine: la décentralisation des politiques sociales", *Problèmes d'Amérique Latine*, n. 12, janeiro-março, 1994.

FANTASIA, Rick. "Spectaculaire victoire des camionneurs américains", *Le Monde Diplomatique*, outubro de 1997.

FANTINATTI, Márcia M.C.M. "A crítica conservadora ao movimento docente nas universidades públicas", mimeo., Unicamp, 1998.

FARIA, Lauro Vieira de, e CAMPELO JR., Aloisio. "Siderurgia: privatização que deu certo", *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, outubro de 1996.

FRANCO, Rolando. "Los paradigmas de la política social en América Latina", *Revista de la Cepal*, n. 58, abril de 1996.

FREDERICO, Celso. *Crise do socialismo e movimento operário*, São Paulo, Cortez, 1994.

FREI BETO, *O que é Comunidade Eclesial de Base*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

_____. "Retrobrás — Monopólio nacional", *O Estado de S. Paulo*, 7 de junho de 1995.

- FRIEDMAN, Milton e Rose. *Liberdade de escolher*, Record, Rio de Janeiro, 1980.
- FUENTES, Gustavo. "Previdência empanada", *Atenção*, São Paulo, maio de 1996.
- GALVÃO, Andréia. *Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*. dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas, 1996.
- GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, Sebastião. *CUT, ontem e hoje*, Vozes, Petrópolis, 1992.
- GIANNOTTI, Vito. *Medeiros visto de perto*, Brasil Urgente, São Paulo, 1994.
- GOMES, Luiz Marcos. *Sociedade dos socialistas vivos — ensaios contra o neoliberalismo*, Anita Garibaldi, São Paulo, 1995.
- GORENDER, Jacob. "Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização", *Estudos Avançados*, n. 25, Universidade de São Paulo, 1995.
- _____. "Globalização, tecnologia e mercado de trabalho", *Estudos Avançados*, n. 29, Universidade de São Paulo, abril de 1997.
- GORZ, André. "Per un rinnovamento del Welfare State", *Crítica Marxista*, ano 24, setembro/outubro de 1986.
- GORZ, André. *Misères du présent, richesse du possible*, Galilée, Paris, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.
- GUERRERO, Raul. "Les politiques sociales au Chili", *Cahiers des Amériques Latines*, n. 15, 1993.
- GUILLOU, Benoît. "Le Chili malade de la Santé", *Le Monde Diplomatique*, Paris, março de 1997.
- GUIMARÃES, Ivan Gonçalves Ribeiro. "A experiência das Câmaras Setoriais: democratizando a política econômica", in *O mundo do trabalho — crise e mudança no final do século*, vários autores, Scritta e Cesit-Unicamp, São Paulo e Campinas, 1994.
- HAYEK, Friedrich. *Os fundamentos da liberdade*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1983.
- HELENE, Otaviano. "A realidade educacional" in *A crise brasileira e o governo FHC*, vários autores, Xamã, São Paulo, 1997.
- HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. *Globalization in question*, Polity Press, Cambridge, 1996.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios 1875-1914*, Paz e Terra, São Paulo, 1988.
- IANNI, Octavio. *A era do globalismo*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1996.
- JESSOP, Bob. "A globalização e o Estado nacional", *Crítica Marxista*, nº 7, Xamã, São Paulo, 1998.
- JOBERT, Bruno. *Le tournant néo-libérale en Europe*, L'Harmattan, Paris, 1994.
- LAUTIER, Bruno. *Leconomie informelle dans le Tiers Monde*, Paris, La Découverte, 1994.
- LÖWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*, Cortez, São Paulo, 1991.
- MADEIRA, Augusto. "A contratação temporária e a ofensiva neoliberal", *Debate Sindical*, n. 22, julho/agosto de 1996.
- MALLMANN, Paulo e RABI Jr, Luiz. A. "O setor bancário no Brasil — concentração e economias de escala, lições do passado e as atuais tendências", *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dezembro de 1996.
- MARTIN, Scott B. "Forward or backward: corporatism and industrial restructuring in Brazilian autos", XVIII Congresso Internacional da Latin American Studies Association, Atlanta, Estados Unidos, março de 1994.
- MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. *Igreja Católica e movimento operário no ABC*, Hucitec e Prefeitura de São Caetano do Sul, São Paulo e São Caetano do Sul, 1994.
- MARTINS, Luciano. "A nova ordem internacional e o Brasil" in Luciano Prates Junqueira (org.) *Brasil e a nova ordem internacional*, Anais do IX Congresso Nacional dos Sociólogos, edição do Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo, São Paulo, 1994.
- MARTINS, Umberto. "A dívida externa manda lembranças", *Debate Sindical*, n. 25, São Paulo, junho/agosto de 1997, p. 17-23.
- MENEGUELLO, Rachel. "Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994" in Evelina Dagnino (org.): *Anos 90, política e sociedade no Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1994.
- MESA-LAGO, Carmelo. "Las reformas de las pensiones en América Latina y la posición de los organismos internacionales", *Revista de la Cepal*, n. 60, dezembro de 1996.
- MIGLIOLI, Jorge. "Globalização: uma nova fase do capitalismo?", *Crítica Marxista*, n. 3, Brasiliense, São Paulo, 1996.
- MINELLA, Ary Cesar. "El discurso empresarial en Brasil: tienen la palabra los señores banqueros", *Revista Mexicana de Sociología*, Anõ LVII, n. 4, outubro/dezembro de 1995.
- _____. "Elites financeiras, sistemas financeiros e governo FHC" in Waldir José Rampinelli e Nildo Domingos Ouriques (orgs.) *No fio da navalha, crítica das reformas neoliberais de FHC*, Xamã, São Paulo, 1997.
- MOARES, Reginaldo Carmello Corrêa de. "Limites e falhas da democracia — A teoria política do neoliberalismo econômico", Universidade Estadual de Campinas, mimeo.
- MOREIRA, Maurício Mesquita e CORREA, Paulo Guilherme. "Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo", *Revista de Economia Política*, vol. 17 n. 2 (66), abril-junho de 1997.
- MOURIAUX, René e GROUX, Guy. *La CFDT*, Economica, Paris, 1989.
- MOURIAUX, René. *Le syndicalisme dans le monde*, Presse Universitaire de France, 1993.
- NORONHA, Eduardo. "A explosão das greves nos anos 80" in Armando Boito Jr. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Paz e Terra, São Paulo, 1991.
- NOTAT, Nicole. *Je voudrais vous dire*, Seuil, Paris, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras", *Novos Estudos Cebrap*, n. 36, São Paulo, julho de 1993.
- OLIVEIRA, Ozéas Duarte de. *Os mercadores de ilusão: análise crítica do sindicalismo de resultados*, Brasil Debates, São Paulo, 1988.
- PAULA, Germano M. de. "Avaliação do processo de privatização da siderurgia brasileira", *Revista de Economia Política*, v. 17, n. 2(66), abril-junho de 1997.
- PETRAS, James. *Ensaio contra a ordem*, Scritta, São Paulo, 1996.
- _____. "Investissements pervers", *Manière de Voir*, n. 36, edição Le Monde Diplomatique, Paris, novembro-dezembro de 1997.
- POULANTZAS, Nicos. *La crise des dictatures*, Seuil, Paris, 1975.
- _____. *Poder político e classes sociais*, Portucalense Editora, Porto, 1972.

RAMOS, Joseph. "Un balance de las reformas estructurales neoliberales en América Latina", *Revista de la Cepal*, n. 62, agosto de 1997.

RODRIGUES, Iram Jácome. "Salário e emprego: metalúrgicos do ABC", *Informações Fipe*, USP, São Paulo, março de 1998.

_____. "As comissões de empresa e o movimento sindical" in Armando Boito Jr. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Paz e Terra, São Paulo, 1991.

_____. *Sindicalismo e política, a trajetória da CUT*, Scritta, São Paulo, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT, os militantes e a ideologia*, Paz e Terra, São Paulo, 1990.

_____. e CARDOSO, Adalberto Moreira. *Força Sindical: uma análise sociopolítica*, Paz e Terra, São Paulo, 1993.

ROMO, Hector Guillen. "De la pensée de la Cepal au néo-libéralisme, du néo-libéralisme au néo-structuralisme, une revue de la littérature sud-américaine", *Tiers Monde*, n. 140, Paris, outubro-dezembro de 1994.

RUZZENENTI, Marino. "Negociação coletiva articulada — a experiência Italiana", *Caderno do Centro de Assessoria Jurídico Social (CAJS)*, São Paulo, 1990.

SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo — as políticas sociais do Estado democrático*, Paz e Terra, São Paulo, 1995.

SAES, Décio. "A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina" in Evelina Dagnino (org.): *Anos 90, política e sociedade no Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1994.

_____. "O governo de FHC e o campo político conservador", *Princípios*, n. 40, fevereiro/abril de 1996.

_____. "Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80", *cadernos Primeira Versão*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1988.

SAINZ, Pedro e CALCAGNO, Alfredo. "Em busca de otra modalidad de desarrollo", *Revista de la Cepal*, n. 48, dezembro de 1992.

SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques. *Pauvretés et inégalités dans le Tiers Monde*, La Découverte, Paris, 1994.

SALGADO, Lúcia Helena. "Política de concorrência e estratégias empresariais: um estudo da indústria automobilística", *Ipea, série Seminários*, n. 10/93, junho de 1993.

SALM, Claudio. "Globalização e emprego — debate", *Novos Estudos Cebap*, n. 45, São Paulo, julho de 1996.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param — greves e mudança social no Brasil (1945-1990)*, Ática, São Paulo, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "Manipulação conceitual disfarça desemprego", *O Estado de S. Paulo*, 7 de julho de 1996.

_____. *Cidadania e justiça*, Campus, Rio de Janeiro, 1979.

SCHAPIRA, Marie-France Prévot. "Du welfare à l'assistance: la décentralisation de l'intervention sociale en Argentine", *Cahiers des Amériques Latines*, n. 15, 1993.

SORMAN, Guy. *L'Etat minimum*, Albin Michel, Paris, 1985.

STUART MILL, John. *Considerações sobre o governo representativo*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1980.

_____. *Da liberdade*, Ibrasa, São Paulo, 1963.

TAPIA, Jorge. *A trajetória da política de informática brasileira*, Papirus e Unicamp, Campinas, 1995.

TAVARES, Maria da Conceição e GOMES, Gerson. "Modernidade neoliberal e desemprego" in *Desemprego no país do Real*, vários autores, Edição do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1996.

TEIXEIRA, IB. "Brasil, ano 2000: 6 milhões de crianças fora dos bancos escolares", *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas, março de 1996.

_____. "Saúde, o poder da privatização", *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, junho de 1997.

_____. "Brasil, século XXI: a agonia das verbas sociais", *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, abril de 1996.

TODESCHINI, Remígio. "Privatização sob suspeita", *Diário Popular*, 18 de outubro de 1993.

TORRE, Juan Carlos. "O encaminhamento político das reformas estruturais", *Lua Nova*, n. 37, São Paulo, 1996.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. "As bases sociais da Força Sindical", Unicamp, mimeo., 1997.

_____. "Neoliberalismo e sindicalismo", mimeo, Campinas, 1997.

TSÉ-TUNG, Mao. "Análise das classes na sociedade chinesa" in *Obras escolhidas de Mao Tsé-tung*, Tomo I, Pequim, Edições em Línguas Estrangeiras, 1975, 3ª edição.

VERA-VASSALLO, Alejandro C. "La inversion extranjera y el desarrollo competitivo en América Latina y el Caribe", *Revista de la Cepal*, n. 60, dezembro de 1996.

VIDAL, João W. Batista. "É justo o preço da venda da Vale?", *Jornal do Diap*, março-abril de 1997.

ZAPATA, Francisco. "Crise do sindicalismo na América Latina?", *Dados*, v. 37, n. 1, Rio de Janeiro, 1994.

2. FONTES PRIMÁRIAS

2.1 Documentos do movimento sindical e popular

Bases do Programa de Governo, 1994 Lula presidente, Frente Brasil Popular, São Paulo, 1994.

Boletim Nacional da CUT de setembro e dezembro de 1987.

Cadernos da CUT — Jurídico e relações sindicais, n. 7 janeiro/junho de 1992.

Câmaras setoriais e intervenção sindical, Departamento de Estudos Socioeconômicos e Políticos (Desep) da CUT, Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, "Textos para discussão", n. 5, julho de 1992.

Câmaras Setoriais: para além do Complexo Automotivo, Departamento de Estudos Socioeconômicos e Políticos (Desep) da CUT, Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, série "Textos para discussão" n. 6, outubro de 1993.

Causa operária, São Paulo, 30 de maio de 1991.

Contrato coletivo no país das maravilhas (Dossiê), coletânea de reportagens e documentos fotocopiados, edição do Centro de Pesquisa Vergueiro, São Paulo, 1994.

Direção Nacional da CUT indica voto na candidatura Lula, documento datado de 29 de novembro de 1989.

Info-Inter — Revue de Presse, Paris, ns. 78, 81, 82 e 90, 18 de setembro, 10 e 17 de outubro e 19 de dezembro de 1997.

Informa CUT, n. 78 e 206 novembro de 1989 e 8 de janeiro de 1993.

Jair Meneguelli "Entrevista", *Cadernos do Ceas*, n. 117, Salvador, setembro/outubro de 1988.

Jair Meneguelli "Entrevista", *Revista do Programa de Formação Sindical do Instituto Cajamar*, número 1, intitulado "Negociação e contrato coletivo de trabalho", Brasil Urgente, São Paulo, 1991.

Lula entrevistas e discursos, ABCD Sociedade Editorial, São Bernardo do Campo, 1980.

Modelo de desenvolvimento, política industrial e reestruturação produtiva: as propostas da CUT, Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, 1994.

Pacto social, de Collor a Itamar (Dossiê), coletânea de reportagens e documentos fotocopiados, edição do Centro de Pesquisa Vergueiro, São Paulo, 1995.

Pacto social, de Tancredo a Sarney (Dossiê), coletânea de reportagens e documentos fotocopiados, edição do Centro de Pesquisa Vergueiro, São Paulo, 1995.

Propostas da Central Única dos Trabalhadores — dignidade e cidadania para quem faz o país, Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, 14 de fevereiro de 1995.

Propostas para a geração de empregos, Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, abril de 1996.

Quinzena, Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, São Paulo, n. 259, 30 de outubro de 1997 e 260, 15 de novembro de 1997.

Reestruturação do complexo automotivo brasileiro — as propostas dos trabalhadores na câmara setorial, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, São Bernardo, março de 1992.

"Relatório da atuação da CUT — 1986-1988", Secretaria Geral Nacional da CUT, junho de 1988 in *Teses ao III Congresso*, Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, 1988.

2.2 Grande imprensa, publicações e documentos diversos

Anuário dos Trabalhadores — 1996-1997, edição Dieese, São Paulo, 1996.

Atenção, São Paulo, julho de 1996.

Boletim Dieese, São Paulo, edição Dieese, números 155, 167, 181 e 191, respectivamente, de fevereiro de 1994, fevereiro de 1995, abril de 1996 e fevereiro de 1997.

Correio Braziliense, Brasília, 2 de outubro de 1991.

Diário do Comércio, Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 1992.

Diário Popular, São Paulo, 11 de setembro de 1991, 15 de fevereiro de 1992 e 28 de abril de 1995.

Ensino Superior no Brasil, Secretaria de Educação Superior do MEC, Brasília, 1996.

Folha de S. Paulo, 18 e 24 de maio, 26 de setembro, 2, 18, 20 e 25 de outubro, 10 de novembro de 1991; 15 de março de 1992; 18 de março, 14 e 18 de abril, 30 de junho, 11 de setembro de 1993; 3 de maio, 6 de setembro, 27 e 30 de outubro de 1994; 19 de março, 15 de setembro, 24 e 27 de dezembro de 1995; 23 de janeiro, 13 e 14 de fevereiro, 3, 12 e 16 de março, 5 de abril, 31 de maio, 5, 10 e 12 de junho, 4, 9 e 11 de julho, 7, 9 e 10 de agosto e 21 de setembro de 1996; 2 de junho de 1998.

Gazeta Mercantil, São Paulo, 22 de fevereiro de 1990; 27 de maio e 22 de junho de 1991; 19 de março de 1992; 19 de maio de 1993; 8 e 28 de junho de 1995; 4 e 7 de março de 1997.

Indicadores Desemp 94, edição da Central Única dos Trabalhadores e do Instituto Sindacale per la Cooperazione allo Sviluppo (Iscos-CISL), São Paulo, 1994.

Isto É, São Paulo, 14 de junho de 1995.

Jornal da Abong, maio de 1997.

Jornal de Brasília, 22 de outubro de 1992.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26 de maio, 28 de julho, 26 e 29 de setembro, 24 de outubro de 1991; 25 e 26 de junho de 1993; 3 de junho de 1995.

Jornal do Diap, Brasília, n. 126, maio de 1997.

Le Monde, Paris, 15, 19 e 24 de junho de 1997.

L'Humanité, Paris, 6 de outubro de 1997.

Notícias, Fiesp, São Paulo, 21 de novembro de 1994; 29 de abril, 6 e 20 de maio de 1996.

O Estado de Minas, 11 de setembro e 25 de outubro de 1991.

O Estado de S. Paulo, 18, 23 e 26 de maio, 25 e 27 de setembro, 5 e 19 de outubro e 15 de dezembro de 1991; 10 de abril, 8 de maio e 12 de novembro de 1992; 6 de abril e 7 de dezembro de 1993; 5 de outubro de 1994; 29 de abril, 6 de maio e 8 de junho de 1995; 7 de junho e 9 de julho de 1996; 11 de fevereiro de 1997.

Privatização, caderno especial, *Folha de S. Paulo*, edição de 7 de abril de 1998.

"Ranking FGV de Bancos — CEF Assume Liderança", *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, julho de 1996.

Revista da Indústria, Fiesp, São Paulo, 6 de maio, 15 de julho, 21 de outubro e 18 de novembro de 1996; 4 de agosto, 10, 17 e 24 de novembro, 1º e 8 de dezembro de 1997; 5 de janeiro de 1998.

Tribuna de Santos, 8 de março e 12 de setembro de 1992.

Veja, São Paulo, 21 de outubro de 1992, 23 de novembro de 1994, 8 de março de 1995, 8 e 29 de maio de 1996, 19 de fevereiro, 9 de abril, 14 de maio, 18 de junho, 13 de agosto, 24 de setembro, 22 de outubro, 19 de novembro, 10 e 17 de dezembro de 1997 e 25 de março de 1998.

Boito Jr. não recusa posicionar-se politicamente diante da questão: O que fazer diante da ofensiva neoliberal? Escrito numa linguagem clara e construído de forma rigorosa, este livro não teme as polêmicas e os riscos que apenas os intelectuais críticos ousam enfrentar.

Caio Navarro de Toledo
Professor de Ciência Política da Unicamp



ARMANDO BOITO JR. é professor livre-docente do Departamento de Ciência Política da Unicamp e membro do Comitê Editorial da revista *Crítica Marxista*. Tem publicado trabalhos sobre política brasileira e movimento sindical. É autor do livro *O sindicalismo de Estado no Brasil — Uma análise crítica da estrutura sindical* (São Paulo e Campinas, Hucitec e Unicamp, 1991).



Impresso por
Xamã VM Editora e Gráfica Ltda
Rua Loefgreen, 943 - V. Mariana - SP
CEP: 04040-030 Tel.: 574-7017
editora e-mail: xamaed@uol.com.br